

Dezembro de 2003

Revista de Letras

2

Revista de Letras



2

Série II
Dezembro
de 2003



Departamento de Letras
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Apartado 202
5001-911 Vila Real - Portugal

DEPARTAMENTO DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Revista de Letras

Série II

Nº 2

Dezembro de 2003

REVISTA DE LETRAS

Revista de letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras; dir. José Esteves Rei e Carlos Assunção; org. Fernando Alberto Torres Moreira, José Barbosa Machado e Maria Assunção Morais Monteiro. – Série II, nº 2 (Dezembro de 2003) – Vila Real UTAD, 2004 –. – Continuação de: Anais da UTAD. – Contém referencias bibliográficas. – Periodicidade Anual –.

ISSN: 0874 -7962

I. Rei, José Esteves, dir. / II. Assunção, Carlos da Costa, dir. / III. Moreira, Fernando Alberto Torres, org. / IV. Machado, José Barbosa, org. / V. Monteiro, Maria da Assunção Morais, org. / VI. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Índice

Ensaaios

- História local e globalização
Francisco Ribeiro da Silva 3-12
- En torno al *Tratado de Confissom*
impreso en Chaves en 1489
José María Soto Rábanos 13-22
- Mar Português: Percursos e Meandros
de um Mito Nacional
Valéria Torres da Costa e Silva 23-37
- Filinto Elísio e a França
Fernando Alberto Torres Moreira 39-46
- The Treatise on the Astrolabe* by Geoffrey Chaucer:
an investigation of interesting features related to the Astrolabe
Michael Düring, M.A. 47-61
- Lexicométrie I
Le test *t* de Student-Fisher ou la régression linéaire?
André Camlong 63-86
- O contributo das novas tecnologias
para os estudos linguísticos e literários
José Barbosa Machado 87-94
- Um projétil em busca de alvo:
Paródia e crítica social em *Bala Perdida*
Milton M. Azevedo 95-102
- 1900-2000: Um século para o processo de canonicidade
de Eça de Queirós. A intervençom de Ernesto Guerra da Cal
Elias J. Torres Feijó/ Joel R. Gómez 103-112

Literatura Comparada: uma disciplina em construção <i>José Eduardo Reis</i>	113-127
O Senhor Ventura: um pícaro português em terras da China <i>Maria da Assunção Morais Monteiro</i>	129-139
Duas Lendas Transmontanas: Lenda da Moura da Ponte de Chaves e Zaida – a Moira do Sítio das Colmeias <i>Maria da Assunção Anes Morais</i>	141-157
A comunicação estratégica nas igrejas, instituições e organizações <i>José Esteves Rei</i>	159-170
A(s) Didáctica(s) na Formação de Professores de Línguas: uma visão sobre a teoria e a prática <i>José Manuel C. Belo</i>	171-181
 <i>Vária</i>	
Apresentação de <i>Fazer(-se) um Nome</i> de Joel R. Gómez <i>Henriqueta Maria Gonçalves</i>	183-187
A língua portuguesa e a defesa nacional <i>José Barbosa Machado</i>	189-191
Apresentação de teses no Departamento de Letras	193-195
Resumos de teses de doutoramento	197-202

História Local e Globalização

Francisco Ribeiro da Silva
Universidade do Porto

I – Introdução

Colocando em contraponto história local e globalização não pretendo lançar uma catilinária contra a globalização como se esta devesse ser olhada como a «Boceta de Pandora» dos tempos modernos. Limitar-me-ei a constatar que efectivamente vivemos hoje em dia em perspectiva de «aldeia global» na medida em que teoricamente qualquer acontecimento ocorrido algures no sítio mais recôndito do universo pode ser observado em directo, graças aos disponíveis e admiráveis meios tecnológicos de comunicação. Mas não esquecerei que este mundo aberto e global afinal não é tão transparente e devassado que não permita que se preparem em segredo megaoperações de terrorismo internacional ou que um qualquer líder «indesejável» se possa furtrar eficazmente e por longo tempo ao olhar pretensamente cósmico do «grande irmão».

A globalização, mito por uma parte, realidade por outra, faz parte das circunstâncias do homem actual, sentem-se-lhe os efeitos, uns maus e outros bons, mas a questão de que me vou ocupar não é propriamente a análise filosófica da globalização, mas antes tentar responder a uma pergunta simples sugerida pelo título da comunicação: neste mundo globalizado, fará algum sentido gastar tempo a falar-se e a escrever-se sobre a história dos pequenos espaços que afinal pela sua dimensão reduzida não passam de microcosmos perdidos no turbilhão do universo?

Julgo que é exactamente no contexto da globalização que faz mais sentido o exercício da história local.

É que nesses pequenos espaços vivem ou viveram homens e mulheres, organizados em comunidade. Se o homem é a medida de todas as coisas, conhecer o modo como esses grupos de homens e mulheres viveram ou vivem e se relacionam entre si é importante a vários títulos. E da valia deste conhecimento há verdadeira consciência social. De outro modo, as gravuras paleolíticas do Vale do Coa teriam sido afogadas e a barragem, por muitos olhada como símbolo e totem do progresso, teria sido preferida à preservação

das marcas desses nossos antepassados que aí viveram há muitos milhares de anos. De alguma maneira, o mundo mais esclarecido achou que aquelas gravuras lhe diziam respeito, tendo sido possível invocar o interesse universal das mesmas gravuras para as preservar. Quer dizer, o «local» afinal não era apenas local mas de repente ganhou dimensão universal.

É esta então a primeira ideia: aquilo que à primeira vista é particular e local pode facilmente revestir-se de significação muito mais vasta.

A segunda ideia é semelhante mas vista do outro lado: o global tem sempre expressão local, revestindo-se quase sempre de matizes próprios e originais. Ou seja, constitui um bom desafio para o historiador local o estudo, à escala reduzida, de um assunto de interesse global. Questões de saúde, questões de ambiente, questões de religião são bons exemplos, com a vantagem de algumas delas constituírem preocupação universal em todas as épocas: repercussão local das grandes pestes, ligação local entre a religião e o poder, etc.

Mais: da mesma forma que as circunstâncias da vida de um único homem podem reflectir a complexidade da época em que viveu (e isso justifica que se escrevam biografias que passam a ser mais retratos do tempo do que de um protagonista concreto - haja em vista as biografias clássicas de Lutero (problema da Reforma) e de Rabelais (problema da descrença) por Lucien Febvre), uma pequena comunidade pode condensar em si os grandes problemas, anseios ou angústias da humanidade num determinado tempo.

Mas podemos confrontar os dois termos – local e global - noutra tipo de registo de fundo antropológico-sociológico – para tentar justificar o estudo histórico de pequenas comunidades. O cenário espacial onde decorre a maior parte da vida das pessoas é muito limitado. É verdade que muitas se celebrizaram correndo as sete partidas do mundo. E hoje em dia cada vez será mais raro que qualquer pessoa acabe os seus dias na terra onde abriu os olhos pela primeira vez. A mudança, o movimento, a mobilidade muito mais fortemente que em outras épocas da história, são marcas imperativas do tempo presente.

Mesmo assim, a vida de cada um de nós decorre em pequenos espaços; é num pequeno espaço que colocámos as nossas referências existenciais, é nele que fazemos amigos e às vezes inimigos, nele exercemos a nossa profissão, nele convivemos e interagimos, nele em conjunto festejamos ou choramos os acontecimentos importantes. Isto é, a identidade de cada homem não pode abstrair desses pequenos espaços onde decorre a sua vida.

Dito de outra forma, se a história tem como objecto de estudo o homem, se a vida de cada homem decorre nos pequenos espaços, então a história do homem acaba por ser de algum modo a história dos pequenos espaços que ele tentou moldar segundo as suas conveniências e valores e que, em virtude disso, adquiriu peculiaridades. De certo modo, no limite, toda a história é história local, é história *tópica* e não *u-tópica*.

Esta conclusão é, por certo, abusiva e redutora, porque quando falámos do homem, não falámos apenas do indivíduo, mas da sua dimensão social, portanto, do homem organizado em comunidades que se vão construindo em círculos cada vez mais amplos, da família à aldeia, à freguesia, ao concelho e por aí fora até ao país, ao continente, ao mundo.

Além disso, estudar uma determinada sociedade sob o ponto de vista histórico ou outro qualquer, descobrir o seu espírito, (o espírito do lugar, o espírito de uma cidade) é sempre motivador e digno, independentemente dos quilómetros quadrados que ela ocupou ou ocupa.

Mas, voltando à história local no seu sentido espacial e geográfico, parece que o seu conhecimento é indispensável para a construção da história do país. Esta não é forçosamente a que é feita na capital e escrita na perspectiva da capital, mas a que isola e interpreta com fidelidade os valores, o pensar e o viver de todo um povo que se agrupa e se reconhece debaixo de símbolos comuns, como a bandeira, o hino, o parlamento nacional, as linhas de fronteira, às vezes a língua, porventura a religião, etc.

Um país, sob o ponto de vista histórico, não é uma entidade etérea mas algo construído que resulta da entrosagem das suas partes, ou seja das diversas comunidades que o integram. Para se conhecer o espírito de um país, não basta conhecer o espírito de uma cidade, mesmo que essa cidade seja a capital.

II. O que é hoje então a história local?

É um campo da História cujo objecto é delimitado por fronteiras geográficas justificadas mas não muito amplas e, talvez por isso tocado por um paradoxo curioso: desvalorizado ou subvalorizado por alguns sectores mas simultaneamente bem visto e incrementado com entusiasmo por outros. Alguns universitários menosprezam a história local por dois tipos de razões:

a) não é suficientemente digna para consagrar um historiador que se preze;

b) em grande parte dos casos, é escrita por curiosos sem escola nem formação universitária ou com formação universitária muito distante da disciplina.

Sobre isto direi, que efectivamente muitas páginas de história local são escritas por não profissionais, que fazem da investigação histórica um passatempo delicioso, sem outra vantagem para além do prazer que essa actividade lhes proporciona e eventualmente da utilidade que julgam ter a seu pesquisa.

São padres, professores, jornalistas, funcionários de bibliotecas ou de arquivos, médicos e homens e mulheres reformados de diversas profissões. Que valor têm estes trabalhos? É preciso saber distinguir e não meter tudo no mesmo saco.

Todos nós conhecemos Autores, uns defuntos outros vivos, que ou não possuem formação universitária ou concluíram cursos que pouco ou nada têm a ver com a História e no entanto escreveram ou escrevem textos muito meritórios ou, pelo menos, reúnem materiais de inegável interesse.

Por isso, devo esclarecer que, embora longe de considerar monopólio dos universitários o exercício da história local, penso que a perspectiva redutora e maniqueísta se vai alterando, na medida em que são as próprias Universidades portuguesas e estrangeiras a criarem Cursos de Mestrado ou Seminários dentro dos Mestrados que visam o tratamento de temas de história local. E não faltam doutoramentos que se circunscrevem a temáticas do mesmo âmbito. E até há mesmo cadeiras do âmbito da História local nos cursos superiores. Por essa via se vai renovando e inovando, nas temáticas, nas fontes e nas metodologias. Ao contrário do que muitos imaginam, a história local tem aberto novos caminhos, novas vias e novos temas de pesquisa que têm feito avançar e progredir o conhecimento histórico. Por exemplo, ao nível da renovação de fontes. A história local tem aproveitado com sucesso as fontes orais numa dupla perspectiva: construindo discurso histórico propriamente dito e também organizando fontes para o futuro.

Acrescentarei ainda um dado quantitativo que julgo importante sublinhar: segundo Guy Thuillier e Jean Tulard (*Histoire Locale et Régionale*, Que sais-je), mais de dois terços dos trabalhos de história são de história local.

III – O gosto pela História Local tem, portanto, vindo a crescer na Europa e também em Portugal. Porquê?

Evoquemos algumas das possíveis razões:

1. Em primeiro lugar, pelo crescimento do interesse pela história nacional de cada país. No nosso país, nos últimos anos foram e vêm sendo publicadas várias Histórias de Portugal, todas com sucesso, embora uma delas se sobreponha às demais em volume de vendas. As nações da Europa,

sobretudo as pequenas, dão-se conta de que para se manterem vivas e credoras do respeito alheio, têm que se agarrar ao que lhes pode garantir e fazer reconhecer o seu direito de sobrevivência. E o que é? Não será tanto a força económica ou militar ou mesmo o poder político, mas fundamentalmente a cultura significada na língua, nas tradições, na história, na literatura, na afirmação da sua identidade. Os governos têm consciência disso ainda que os programas escolares infelizmente nem sempre o reflectam.

2. Olhemos à nossa volta e interpretemos os sinais dos tempos: a Europa que se está a construir não é certamente mais a Europa dos estados-nação e os nacionalismos exacerbados de outrora nela já não têm lugar. As chamadas soberanias nacionais vão sendo esbatidas, mas o regionalismo e as regiões, essas não vão desaparecer! Pelo contrário! Fala-se muito hoje em dia nas identidades regionais. Mas não há identidade sem factores de identidade e, entre esses, a história não pode deixar de ter o seu lugar! Na Europa das regiões faz cada vez mais sentido a história local e regional, pela simples razão de que as regiões só têm plena justificação quando possuem uma identidade que a História não cria mas descobre. E descobrindo, promove a respectiva tomada de consciência.

3. Por outro lado, a História Geral de um país não pode descer às particularizações e aos pormenores que são próprios da História Local. Por isso, mais uma vez, entendemos que o gosto pela História em geral favorecerá por arrastamento o gosto pela História Local. Sou de opinião que a contrária também é verdadeira. Aqui podemos invocar a metáfora da árvore e da floresta. É importante não perder de vista a floresta, mas sem árvores a floresta não existe.

4. O peso dos centros tende a ser atenuado e as periferias são hoje em dia muito mais activas e reivindicativas. As capitais tradicionais manterão ainda por largo tempo o poder de atracção e o íman centrípeto de outrora, mas cada vez mais as periferias reclamam alguma margem de autonomia e de afirmação face à capital. No território nacional, isso sentiu-se provavelmente mais depressa e com mais vigor nas regiões insulares, mas a descentralização será inevitável, não obstante a secular tradição centralista de Portugal. A autonomia das periferias passa pela afirmação da sua individualidade e esta passa inevitavelmente pela sua história. Daí e mais uma vez o interesse cada vez maior de que se reveste a história local e regional.

5. Outra circunstância que joga a favor da valorização da história local é o desenvolvimento do Turismo cultural e a atenção hoje em dia muito visível que se presta ao património construído pela Igreja, pelo Estado ou pelos Particulares bem como a valorização de sítios ligados a algum acontecimento que tenha ficado retido na memória das gentes e se tenha convertido em lugar emblemático.

6. Os progressos da Antropologia e da Etnologia têm valorizado todos os aspectos referentes a usos e costumes, tradições, crenças, jogos tradicionais, etc. Embora os historiadores não reivindicem para si matérias que pertencem a outros ramos das ciências sociais e humanas, não é possível impedir os historiadores locais de investigarem tais assuntos, fornecendo, porventura, materiais preciosos para os seus colegas de áreas afins.

7. Finalmente, tendo em conta realizações recentes, lembraremos que em muitas cidades e vilas do continente e também nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, têm-se criado instituições expressamente destinadas à pesquisa e divulgação das várias temáticas de história local e muitas Câmaras, para além de Gabinetes e Arquivos, têm até organizado Colóquios, Congressos e Conferências em que a História local é o tema único ou dominante, com publicação das respectivas Actas.

III – Função Pedagógica da História Local

Para que é que serve a História Local?

1 – Começaremos por dizer para que é que não deve servir.

Primeiro as motivações: não deve ser inspirada por pressupostos chauvinistas nem por razões de fundo narcisista:

Por isso, não deve servir:

* para despertar, ressuscitar ou cimentar rivalidades ou divisões na comunidade ou entre comunidades;

* para servir oportunistamente de qualquer espécie, sejam de grupos, de classe ou de facções;

Pelo contrário,

* fazendo e refazendo a história da comunidade, desenvolve a consciência cívica da obrigação de intervir proactivamente na vida da comunidade;

* na medida em que descobre e valoriza aspectos comuns a outras comunidades, valoriza as diferenças e por essa via pode diminuir as rivalidades entre elas e desmotivar bairrismos fanáticos;

* conhecendo a sua própria identidade, descobrindo os aspectos menos positivos ou até reprováveis (tal como na vida dos indivíduos, na das sociedades nem tudo é digno de elogio), reconhecendo o valor dos intercâmbios, tendo como referência, se possível, uma matriz comum que é a matriz nacional.

* deve despertar o amor inteligente à terra e ajudar a explicar a sentido profundo das coisas e das atitudes;

* ajuda a perceber que uma nação é um todo feito de partes – não apenas a justaposição das partes mas outra coisa diferente e que o conhecimento da história do país através da história das suas partes suscita menos euforias e triunfalismos mas é mais realista e mais seguro.

* Tem um inegável valor pedagógico, constituindo-se em trunfo educativo sobretudo ao nível dos ensinos básico e secundário.

IV – Alguns Princípios metodológicos para uma História Local

A história local é diferente da história nacional ou geral no que toca aos objectivos, à metodologia, às ambições. A história local em princípio não aspira à síntese¹ que caracteriza a ambição da história geral – embora evidentemente se possa e deva ensaiar uma síntese à escala regional ou local sempre que a quantidade e a abrangência de estudos parcelares o justifique. A vocação normal do Historiador local é a de carrear materiais e de partir e afeioar as pedras que hão-se servir para a construção da grande história. Trabalho humilde mas indispensável.

Não é trabalho fácil:

* porque exige muito tempo - o trabalho de pesquisa documental é lento; o documento mais adequado para o nosso objectivo raramente se encontra à mão de semear. E tempo é coisa que muitos não têm, sobretudo quando a actividade de investigação tem que ser compatibilizada com obrigações profissionais ou familiares;

* porque exige muita paciência e perseverança. As razões falsas ou verdadeiras para desanimar e desistir são sempre abundantes. Uma têm a ver com o nosso estado de espírito e com o nosso humor que não é uniforme. Outras ligam-se às circunstâncias do trabalho: documentos em mau estado de conservação, letra difícil de ler e de transcrever, lacunas dos próprios documentos, horários dos Arquivos e das Bibliotecas, dificuldades em obter microfilmes ou fotocópias, falta de apoios para as despesas inerentes à pesquisa;

* porque exige coragem, sobretudo quando se verifica que os nossos dados não coincidem ou até contradizem verdades estabelecidas por mestres ou obras consagradas. Quantas vezes as grandes e brilhantes sínteses são relativizadas ou até desmentidas quando observadas e analisadas à escala local;

¹ Ver LEUILLIOT, Paul, *Défense et illustration de l'histoire local* in «Annales, ESC», 1967 pp. 154-177 citado por THUILLIER, Guy e TULARD, Jean, *Histoire Local et Régional*, Paris, PUF, 1992.

* porque exige discernimento, lucidez e espírito crítico para escolher os melhores materiais para os objectivos previamente fixados. Se não existem objectivos previamente fixados ou se o objectivo consiste em fazer aquilo que a documentação proporcionar continua a ser necessária uma boa dose de espírito crítico para saber ler nas entrelinhas do documento;

* porque exige grande rigor e honestidade intelectual. O cultor da história local não pode contentar-se com o «é mais ou menos assim». Os documentos utilizados têm que ser lidos correctamente e quando fornecem elementos para organização de séries quantitativas, como por exemplo, nascimentos e óbitos, o rigor é condição indispensável. A invenção é proibida. As análises têm que partir do que realmente está no documento, não daquilo que gostaríamos que estivesse. Dificilmente na mesma época outra pessoa irá conferir os materiais por ele trazidos. Mas na geração seguinte vai acontecer que alguém, interessado noutras abordagens, revise e reutilize a mesma documentação. Daí a evidente e radical exigência de rigor e seriedade do investigador. Se alguma vez a história local (isto não se aplica apenas à história local) foi desacreditada, creio que isso se ficou devendo ao abandono ou ao menosprezo dessa exigência.

Apresentadas estas observações genéricas, proporemos de seguida um conjunto de características que marcam a história local no seu *fieri*.²

1º – é uma história que *parte da situação presente para a reconstrução do passado*. O Historiador local em princípio enraizou-se numa terra determinada, exerce ou exerceu aí determinada profissão, apercebeu-se de determinadas características e problemas e é daí que parte para o trabalho de reconstrução histórica. Por isso, é desejável que ele conheça como se processa na actualidade a área de pesquisa que vai ser a sua. Se pretende estudar a organização municipal do passado, é bom que saiba como é que ela se estrutura no presente.

2º – é uma história mais de *vocação qualitativa do que quantitativa*. Embora, na nossa opinião, também aí tenha lugar a quantificação e as séries quantitativas, é preciso entender que, muitas vezes os números, à escala local, perdem significado. Por exemplo, a balança comercial de um país vista da Alfândega de uma determinada cidade pode induzir em erro quanto ao sentido geral da balança comercial do país que é finalmente a que importa. Quanto ao mais, a história qualitativa parece adequar-se mais ao gosto e às aptidões dos historiadores locais.

² As sugestões que se seguem são devedoras do texto citado de Guy Thuillier e Jean Tulard que por sua vez é devedor do artigo citado de Paul Leuilliot e de um outro do mesmo autor, *Histoire local et politique de l'histoire* in «Annales ESC», 1974, pp. 139-150.

3º – É uma *história de «malhas flexíveis» e livre dos espartilhos dos modelos da história erudita*. Mas libertar o historiador local dos espartilhos dos modelos das escolas não significa libertá-lo do rigor e da exactidão das informações que recolher. Aliás, a história local é em grande parte uma história do individual. E o individual é isso mesmo. Não é o geral ou o comum. Uma cidade, uma empresa, uma região pode ser, neste aspecto, equiparada a um indivíduo e tratada como tal. Por isso, o historiador local não se deve sentir obrigado a estruturar o seu trabalho segundo os modelos universitários, a menos que se trate de uma tese de Mestrado ou de Doutoramento. Aí é obrigado a certas regras. Mas o historiador local típico não está condicionado nem por prazos, nem por escolas, nem por número de páginas, nem por Autores-modelo, nem sequer pela «tirania» de um Orientador.

4º – É uma *história sectorial e limitada* nas suas ambições que deve partir de hipóteses originais construídas pelo próprio e muito mais dirigidas para o realmente vivido do que para generalizações abstractas e para teorizações complicadas. Se as generalizações apressadas e mal fundamentadas são criticáveis na chamada história erudita, muito mais o seriam na história local.

5º – É uma *história concreta* que, através da aproximação à vida quotidiana e do conhecimento do acontecido, do vivido e do visível, busca atingir aquilo que constituiu o invisível quotidiano, e que só é capaz de perceber quem conhece bem as gentes e as pessoas e que um estranho não é capaz de captar. Na história das comunidades há aspectos que os documentos não facultam nem podem facultar mas que é preciso intuir para perceber determinados fenómenos e determinadas vivências. Intuição que é fácil para quem lá vive. Há muitas coisas que são perfeitamente conhecidas por quem as vive por dentro mas inacessíveis a quem as observa de fora.

6º – É uma *história diferencial* que pretende não só avaliar a distância entre a evolução geral e a evolução particular da localidade mas também medir as diferenças de ritmo dessas evoluções. Nessa medida, há todo o interesse em que essa história seja uma *história comparada*.

Por isso, como afirma Leuilliot, a história local é em parte uma *história experimental e laboratorial*. Sendo ciência do individual e do particular pode e deve exercer uma função pedagógica de reestruturação, de revisão e de renovação da ciência histórica. Na verdade, vistas pelo observador local, certas sínteses históricas surgem claramente falsas e inadequadas e tornam vãs certas teorizações brilhantes, sedutoras mas inconsistentes e apressadas. Nessa medida, parece pois que o progresso da ciência histórica será mais garantido quanto mais se multiplicarem as monografias. Isto é o mesmo que dizer que a fiabilidade da História Geral pode depender em parte da História local – partindo do princípio que esta, por sua vez, é igualmente fiável.

Aliás, refira-se mais uma vez que a História local na medida em que é a história do contingente, do relativo, do particular, pode riscar das suas pretensões a descoberta da verdade geral e universal e as explicações globais. Por isso, está muito menos sujeita às pressões das Escolas, dos Partidos e das Ideologias do que a História geral. Uma das conclusões a que chega facilmente o historiador local é que o que se desconhece sobre o passado da sua comunidade é muito mais do que aquilo que realmente se conhece. Daí dúvidas e o cepticismo contrastantes, por vezes, com as certezas e as verdades solidamente estabelecidas e indiscutíveis dos fazedores de sínteses. Mas, no fundo, talvez seja esta capacidade de duvidar e o anticonformismo do historiador local que leva à renovação da História e ao seu fazer e refazer constantes.

V – Conclusão

A história local precedeu no tempo a história nacional ou geral. Dotada de características próprias, normalmente a sua validade é também de mais longa duração. Não sendo o único caminho para a descoberta dos traços da identidade regional, reconstituindo e vivificando a memória, contribui poderosamente para esse fim. Por isso, ao concluir, queremos reafirmar a nossa convicção sobre a sua utilidade e a sua valia sobretudo no quadro da Europa das Regiões.

En torno al *Tratado de Confissom* impreso en Chaves en 1489

José María Soto Rábanos
Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid

1. Consideraciones generales

La nueva edición del *Tratado de Confissom* por José Barbosa Machado (Braga, 2003), conforme al ejemplar único conocido¹, me da pie para algunas breves consideraciones generales sobre los tratados de confesión y sobre algunas características más sobresalientes, a mi entender, del *Tratado de Confissom* de Chaves, sin entrar en la discusión de las hipótesis que han propuesto diversos estudiosos sobre el autor o compilador y sobre la impresión misma².

La penitencia, como sentimiento propio del hombre creyente en su relación con la divinidad, es un ingrediente común a todas las religiones y, desde luego, en el cristianismo ha tenido desde el principio gran importancia. En los Evangelios se predica, ante todo, la conversión, mediante el arrepentimiento y la penitencia. Ya en los primeros siglos nos encontramos con dos maneras de penitencia en la Iglesia: una *interna*, de actitud permanente de conversión ante Dios y ante los hombres, como virtud moral, sin transcendencia externa peculiar; y otra *externa*, que se desarrolla al exterior y con publicidad, por la comisión de determinados actos considerados ofensas graves dentro de la comunión eclesial y que sitúan al fiel en *estado de penitente*; esta clase de penitencia se oficializa en una liturgia *ad hoc*, con publicidad y solemnidad. Poco a poco, este modo público y solemne de penitencia se torna poco menos que imposible. Es muy duro, por lo que los fieles retrasan la penitencia hasta el final de sus días, cuando todavía hay lugar para el arrepentimiento y el perdón, pero no ya para sobrellevar la dureza de la penitencia.

De otra parte, cristianos de oriente, que viven en comunidad, cultivan un estilo de vida evangélica en la que se mezclan la penitencia interna y externa, a la vez que ponen en práctica una especie de dirección espiritual,

¹ Descubierta en 1965 y editado en 1973 bajo la dirección de José V. de Pina Martins.

² Hipótesis que recoge por extenso José Barbosa Machado.

que abarca también el reconocimiento del pecado y su castigo, siempre dentro del reducto comunitario, con menor publicidad y solemnidad. Y ya desde los inicios del siglo VI, monjes de Irlanda y Gran Bretaña, naciones convertidas recientemente al cristianismo, adoptan otra forma nueva de hacer penitencia, también con menor publicidad y solemnidad, la penitencia tarifaria, que se propagará pronto por buena parte de la cristiandad occidental. En efecto, de las islas pasa a naciones del continente, especialmente a Francia, Alemania e Italia; y, algo más tarde, también a la Península Ibérica; probablemente no mucho antes de los siglos IX-X, fecha de compilación de los tres penitenciales hispanos que conocemos: vigilano, silense y cordobés; pero, según algunos estudiosos, los libros penitenciales pudieron entrar ya en el s. VI, con las incursiones de bretones en el noroeste peninsular. No obstante, no hay datos suficientes para poder afirmar sin lugar a dudas que la penitencia tarifaria se llegase a poner en práctica en la Península Ibérica.

Sí consta que en la Península Ibérica se practicó una modalidad de penitencia que se asemeja, al menos en primera apariencia, a la que se instaurará a partir del concilio IV de Letrán (1215), y con duración hasta nuestros días. En el tercer concilio toledano, el año 589, se condena una práctica penitencial, que se había introducido en diversas iglesias hispanas, de acudir los fieles al sacerdote, para reconciliarse, cada vez que pecaban. Parece ser que esta modalidad de obtener el perdón se consiguió exterminar con cierta rapidez, puesto que no hay referencia a ella en concilios posteriores de la alta edad media peninsular.

A lo largo de la alta y plena edad media, los libros penitenciales evolucionaron hacia una consideración más compleja del pecado y de la penitencia; de ser una simple enumeración de pecados y de la satisfacción a imponer por cada pecado, como tarifa a pagar, al estilo de los códigos penales de nuestros días, pasaron a incluir algunas consideraciones morales sobre el pecado y sobre las exigencias de la vida cristiana, sin por ello dejar de ser un sistema penitencial esencialmente tarifario. No obstante, se puede afirmar que los libros penitenciales constituyen el antecedente lógico de los *tratados de confesión* que surgen a raíz de un punto de inflexión, que será definitivo, en la estructuración del sacramento del perdón: la confesión oral secreta.

Todavía a mediados del siglo XII no hay una situación clara sobre lo que hoy llamamos **sacramento de la confesión**. Para Graciano, un personaje famoso por su libro *Concordia Discordantium Canonum*, más conocido como *Decreto*, en el que recoge las normas y los saberes de la antigüedad cristiana hasta su tiempo, la confesión oral, en secreto, al sacerdote confesor, que se había ido imponiendo en virtud de los libros penitenciales, no se puede proclamar como obligatoria o de necesidad obligada para obtener el perdón, porque las razones de autoridad, es decir, las opiniones de los padres de la

Iglesia y de autores eclesiásticos de gran prestigio, no son uniformes y no inclinan la balanza de una o de otra parte.

Pero, no mucho más tarde, en el concilio IV de Letrán (1215), constitución 21, se impone la obligación de la confesión privada y secreta, hecha de boca a oído, del penitente al confesor, al menos una vez al año.

La norma del concilio lateranense dará pie para pasar de los libros penitenciales a los tratados de confesión. En su condición de norma obligatoria, se puede decir que introduce un estilo nuevo en el modo de recibir el perdón de los pecados, de hacer penitencia, de practicar el sacramento. La penitencia-satisfacción cede en importancia a la *dicción* del pecado, se queda en una parte del sacramento, en la última, cuando antes era la principal.

Enseguida comienzan a aparecer obras para facilitar la tarea del confesor, en esa faceta nueva de su ministerio; obras que le enseñen a escuchar, a conocer a los que se confiesan, a discernir los pecados, a valorar las circunstancias del pecado y del pecador para imponer la satisfacción adecuada. Aunque el protagonismo de la acción sacramental se concede, teóricamente, al penitente, y no al confesor, de hecho es el confesor quien lleva la batuta desde el principio. Se puede decir que el penitente acude al confesor para que éste le confiese más que para confesarse. Cierto es que ya en ese tiempo, sobre todo en el siglo XV, son varios los autores que se inclinan expresamente por hacer efectivo ese protagonismo que se acepta en teoría; y, por ello, afirman que al penitente que sabe confesarse no hace falta interrogarle. De esta opinión es, por ejemplo, el autor de nuestro *Tratado de Confissom*. No obstante, estos mismos tratadistas incluyen varios conjuntos de preguntas; unos para identificar mejor al penitente: su edad, estado, condición..., y otros para asegurarse de que la confesión es completa, lo cual le obliga a un recorrido por la doctrina cristiana: artículos de la fe, mandamientos, vicios y virtudes, obras de misericordia, etc.

Los libros penitenciales siguen ocupando todavía un puesto importante, pero no bastan; van cediendo protagonismo a estos otros tratados sobre la penitencia, con títulos varios, como: *Tractatus de Poenitentia*, *Speculum*, *Forma Confessionis*, *Modus Confitendi*, *Confessionale*, *De Confessione Peragenda*, *Libro de las Confesiones*, etc.; o simplemente, *Tratado de Confesión*, título que sirve también para nombrar de forma genérica a todos ellos.

Durante estos siglos, entre el XIII y el XV, el tratado modelo, el más copiado y seguido por los autores de este tipo de obras, es, sin duda, el de san Raimundo de Peñafort, *Summa de Casibus Poenitentiae*, que se conserva, en forma abreviada o completo, en un sinnúmero de manuscritos por toda la cristiandad. De otra parte, la mayoría de los tratados no se conforman con las instrucciones para la confesión, sino que amplían sus objetivos, y a su finalidad inicial de manuales de confesión añaden una finalidad catequética, de

enseñanza de la doctrina cristiana, ya que la confesión se aprovecha para la instrucción de los penitentes en las verdades de la fe cristiana, no sólo para oír los pecados y poner penitencia. El confesor tiene la obligación de ver hasta qué punto llega el conocimiento de la doctrina cristiana por parte del que se confiesa y, a la vista de su ignorancia mayor o menor, debe instruirle en ella. En todo caso, debe dirigirle una plática moral de aliento en la vida virtuosa, lo cual ya implicaba un cierto recorrido por la doctrina.

La extensión de los tratados es muy diversa; desde algunos voluminosos, como la *Summa* raimundiana antes mencionada o el *Libro de las confesiones* de Martín Pérez³, hasta los *Modos breves de confesión*, que se conforman con la indicación sumaria de los aspectos esenciales, sin desarrollo apenas: casi mera enumeración de los artículos de la fe, mandamientos, sacramentos, pecados y virtudes, obras de misericordia, etc., pasando por tratados de media extensión. Entre los breves y de media extensión está el *Tratado de Confissom* de Chaves.

Pero estos tratados se diferencian también en otros detalles. Destacaré dos que me parecen importantes: la lengua en que se escriben y los destinatarios a los que se dirigen. Son aspectos que, además, se interfieren.

En el el siglo XIII prima la escritura en latín. Los destinatarios son clérigos, que, aparte de tener cura de almas, constituyen una clase de personas, a las que se les supone, y exige, un conocimiento suficiente de la lengua latina. Pero no es esta la única razón de que estos tratados se empiecen escribiendo en latín; el latín es lengua más segura desde el punto de vista de la fe y el romance no ha llegado todavía a utilizarse con confianza en el ámbito de la exposición de las verdades, lo cual no quita para que pueda hallarse alguna obra piadosa escrita en romance.

En el siglo XIV, los hay en latín y en lengua romance. Pero, aun aquellos que están escritos en lengua vulgar o romance van dirigidos a los **curados**, no a los fieles. Para la península Ibérica debemos nombrar como prototipo el antes citado *Libro de las confesiones de Martín Pérez*.

En el siglo XV, fuera de que se elaboran muchos más tratados, buena parte de ellos se escriben en lengua romance y, además, sus autores se dirigen a clérigos y fieles indistintamente, aunque no era fácil que llegaran a manos de un número considerable de fieles, dado que el libro era un bien muy caro, al alcance sólo de una minoría.

Otra característica, que se aplica especialmente a los tratados del siglo XV, es la del mecenazgo. En el siglo XV son muchos los tratados de confesión escritos a petición de personas determinadas, eclesiásticas y civiles. El autor anónimo del *Speculum Peccatoris, Confessoris et Praedicatoris* (1431-1435) afirma que lo ha escrito a súplicas de Luis Alfonso, *escolástico* de Oviedo. Bartolomé

³ Editado por la BAC en 2002.

Talayero dice que escribe su tratado (1474) a petición de Ferrer de la Nuça, *justicia* de Aragón. Sebastián Ota, dominico, lo redacta (finales del siglo XV) por mandato de Gutierre [Álvarez] de Toledo, a la sazón obispo de Plasencia (1496-1506).

El mecenazgo se aplica también a las traducciones de este tipo de obras. La *Confessio Generalis* de André Dias de Escobar (1348/1367-1448) es un ejemplo de ello; se tradujo del latín originario al portugués, al italiano y al castellano.

2. El Tratado de confissom.

Viniendo ya al *Tratado de Confissom* de Chaves, la primera obligación que me impongo gustosamente es la de felicitar al Profesor José Barbosa Machado por la primorosa edición semidiplomática que nos ha regalado, enriquecida con un estudio histórico serio, en el que los lectores encontrarán por extenso todo y mucho más de lo que en las líneas anteriores ha quedado expuesto brevemente; y con un análisis informático-lingüístico minucioso y muy esclarecedor.

2.1. La obra. Compilación miscelánea.

El tratado no me parece *obra de autor*, por varias razones que se podrían resumir en una: no tiene la estructura que se le supone a una obra de autor. Para empezar, en el prólogo no hay alusión alguna expresa a la motivación del escrito, como suele suceder en los tratados de autor; sino que se empieza directamente con la figura del prelado-juez. Ni siquiera se utilizan términos de carácter sacramental, como los de: pecado, confesión, confesor, penitente, sino términos más propios del ámbito normativo y, en concreto, judicial, como los de: juez, prelado, delito, sentencia, acusado. El discurso prologal se acompaña de citas, tipo ético, de Aristóteles, morales de san Bernardo y jurídicas de san Ambrosio. La única mención a penitencia y a pecado, en este ambiente judicial, llega en la última frase del prólogo, en la que se anota, sin precisar, la pena que debe sufrir un juez por dar una sentencia contra derecho: «E este tall por este pecado deue a receber mui grande peemdemça».

Eso es todo el prólogo. Se echan en falta, además de algunas consideraciones relativas al sacramento de la penitencia, otras sobre la finalidad del escrito y los destinatarios del mismo. Por ello, y por las deducciones que se pueden extraer del desarrollo de la obra, me parece que se trata, más bien, de una compilación miscelánea, con un prólogo atípico, en torno a la confesión y a la instrucción de la doctrina, elaborada probablemente en un centro de vida conventual.

2.2. La distribución temática.

Como advierte el autor de la edición, Prof. Barbosa Machado, el tratado presenta una desorganización notable en la exposición de las materias. Su distribución temática es también atípica; no hay en ella orden; sí hay desorden.

En la primera parte, tras el prólogo ya comentado, trata en el capítulo primero de la acogida y primeras preguntas del confesor al penitente; que el confesor le deje confesarse, de manera que si lo sabe hacer no hay más caso: que le afee el pecado, le aliente a practicar las virtudes y obras de misericordia, le absuelva y le ponga penitencia. Pero, si advierte que no sabe, le dirigirá las **preguntas** de rigor en el orden siguiente:

a) los pecados mortales, sin seguir en este caso el orden de la dicción *saligia*, sino este otro: soberbia, envidia, ira acidia, avaricia, lujuria, gula;

b) los cinco sentidos. En realidad, no es éste su sitio; de modo que los anuncia en segundo lugar, pero los expone después de los mandamientos y de otras preguntas para penitentes clérigos y religiosos;

c) los diez mandamientos, que los anuncia en tercer lugar, pero los expone en segundo, después de los pecados mortales. En cuanto a los mandamientos, a partir del séptimo no pone el enunciado de cada mandamiento, sino que se limita a las preguntas; además, cambia el noveno: no desear la mujer del prójimo, por el décimo: no codiciar cosa ajena; y pone dos veces el décimo. En cuanto al décimo, una primera vez hace 16 preguntas y la segunda vez anuncia cinco; pero, de hecho, pone 17. Luego siguen cinco preguntas que no tienen que ver con el contenido del décimo mandamiento; parecen más propias para religiosos, al igual que las tres preguntas que siguen y que preceden a las siete preguntas específicas para religiosos, pero que son para clérigos, y a las otras siete para clérigos, pero que se acomodan mejor a religiosos, y que no son en verdad siete, sino cuatro. Por fin, vienen las preguntas sobre los cinco sentidos, a las que sigue una regla general para preguntar a toda persona sobre su estado y condición, y sobre la profesión y el oficio que tiene. ¡Un verdadero lío!

A continuación viene una **confesión general**: un *Yo pecador me confieso a Dios* extenso, con recorrido de nuevo por los pecados mortales, los cinco sentidos, los mandamientos, los sacramentos, etc., donde aparecen, junto a pecados comunes, algunos con cierto sabor a fallos contra obligaciones más propias de clérigos y de religiosos, por ejemplo: «Outrosy pequey... estando desoluto e nõ ãclinado ao oficio diuino. Mas teẽdo o coraçom posto nas cousas do mundo...» (p.44-45), «Pequey em seendo tibo e frio no serviço de Deus... Pequey em seendo carnal nõ me tiramdo das cousas do mundo» (p.46).

Un apunte más de la falta de sincronización de la obra se observa en esta primera parte. Comienza con una división en capítulos, que llega hasta el capítulo quinto, en el que trata de la acidia. Después, la división de los otros apartados de esta primera parte se hace sin indicación de capítulos; simplemente, con un *segue-se* o un *da* más el enunciado correspondiente, o directamente con sólo el enunciado.

En la segunda parte trata primero sobre la penitencia que se debe imponer por algunos pecados, al estilo de la penitencia tarifaria de los libros penitenciales; se inspira de modo especial en el *Decreto* de Graciano. Relativamente, en atención al conjunto del tratado, se detiene por extenso en el pecado de lujuria, único de los pecados mortales que aquí contempla; es breve en el de homicidio y en el de juramento; y es muy breve e incompleto en los pecados contra los sacramentos.

Sin salirse de la penitencia tarifaria, dedica un apartado a la «penitencia de los clérigos», en el que el compositor del tratado nos muestra indirectamente, o sea, a través de la enumeración de los pecados en que pueden caer, la actividad de los clérigos con cura de almas. Pasa luego a tratar de la penitencia por otros pecados («outras cousas desuairadas»), donde incluye consideraciones varias, entre otras: que el sacerdote sesudo puede dar penitencia discrecional; que si uno no pudiere confesarse con un sacerdote, puede confesarse con el prójimo, pero nunca con un hereje; las tres maneras del pecado: original, mortal y venial, mezclando estas *cautelas* con penitencias tarifadas por pecados diversos. En este apartado de la penitencia «por outras cousas desuairadas», se le ha colado al autor un error, o una errata, de importancia. Tras señalar las «tres maneiras de pecados», dice: «O mortal se tolhe per peemdemça ligeyra e per contriçom e per agooa beemta», que, como es bien sabido, se aplica exclusivamente al venial. Probablemente, el compilador, a la hora de seleccionar en su fuente el trozo a incluir en el tratado, empezó por la referencia al pecado mortal: «O mortal se tolhe per peemdemça ...», y de ahí saltó a la referencia paralela al pecado venial: «O uenial se tolhe per peemdemça...». Me reafirma en esta explicación el hecho de que el autor indique cómo se quita el pecado original («se tolhe no bautismo»), luego pasa a cómo se quita el mortal con el resultado indicado, sin iniciar la referencia a cómo se quita el venial.

A continuación aborda otra serie de cuestiones teóricas y prácticas, sin mayor orden; cuestiones que son propias de un tratado de confesión, pero que no se ve que estén situadas con un criterio claro, sino como puestas al azar, de modo que podían estar ubicadas igualmente en otra parte del tratado y en otro orden. Trata, en concreto, sobre el poder discrecional del confesor para imponer la penitencia en atención al pecado y al pecador, de cómo dar

penitencia a los enfermos, y de las preguntas que debe hacer el confesor, con mezcla de cosas y de consejos para confesar, entre ellos que debe mezclar el rigor con la misericordia, aspecto éste en consonancia con los nuevos tiempos, o sea, con la imposición discrecional, no ya tarifada, de la penitencia-satisfacción. Se da fin a esta segunda parte con unas consideraciones brevísimas (no llega a cinco líneas) sobre lo que debe evitar el que quiere hacer penitencia verdadera. En el tratamiento del tema, al modo de exhortación moral, se vuelve a percibir un cierto sabor a claustro, lo cual, aun sin poner en duda que los destinatarios del *Tratado de Confissom* puedan ser todos los fieles en general, apunta a que el tratado se ha escrito en un convento y que, de forma consciente o inconsciente, la condición religiosa y clerical se ha tenido en cuenta en esta obra más que en otras del género.

Tercera parte. Sin indicación alguna de cambio temático o de conexión con lo antes expuesto, el autor o compilador pasa a una exposición o instrucción breve de la doctrina cristiana por este orden: los 14 artículos de la fe (7 de la divinidad y 7 de la humanidad); los pecados mortales, siguiendo ahora el orden de la dicción **saligia**: soberbia, avaricia, lujuria, ira, gula, invidia, acidia; siendo una vez más la lujuria el pecado tratado con más amplitud.

Pero aquí rompe de nuevo con el orden lógico; ya que, en lugar de seguir con la exposición de la doctrina cristiana, inserta sin ninguna explicación un capítulo sobre los pecados principales conforme al estado del penitente. Concretamente, se ocupa de los pecados de: religiosos, príncipes, jueces, caballeros, mercaderes, menestrales, oficiales de señores y labradores; con consideraciones varias sobre el pecado y sus efectos. La individuación de los pecados por estados, oficios u obligaciones profesionales se incluye en muchos tratados penitenciales, con el fin de ayudar al confesor en el interrogatorio, adecuándolo a las características de cada confesante, y simplificándolo; pero, normalmente, suele ser una especie de *añadido*, excepto cuando el autor pretende elaborar el tratado entero, o una gran parte del mismo, a base de este interrogatorio. Es el caso del autor anónimo del *Speculum Peccatoris, Confessoris et Praedicatoris*, en el que el autor, desde el principio, pone de manifiesto su método: examinar los pecados de los distintos conjuntos de personas eclesiásticas y civiles, y desde esa perspectiva introducir las instrucciones pertinentes al confesor. Y es también, en buena medida, el caso del *Libro de las confesiones* de Martín Pérez, cuya segunda parte, que es la más extensa, está dedicada a los pecados según estados y profesiones. Su inclusión en el *Tratado de Confissom* de Chaves no es, pues, anormal; pero sí lo es, me parece, su ubicación en medio de la exposición de la doctrina, a modo de paréntesis.

En efecto, acabado este breve *paréntesis*, sigue con la exposición de la doctrina cristiana. Trata con alguna amplitud de los diez mandamientos,

situando bien en esta ocasión el noveno y el décimo. Los mandamientos ocupan casi la mitad del tratado, de lo que cabe deducir que el autor/compilador basa la confesión o, más exactamente, el recorrido del interrogatorio, a modo de examen de conciencia, preferentemente, en los mandamientos. A continuación, enumera las obras de misericordia, espirituales y corporales, sin comentario alguno. Y aquí acaba, en verdad, la exposición de la doctrina, cuya inserción en los tratados de confesión es casi obligada, pues está orientada a instruir sobre los pecados que se cometen: en el creer, en el hacer, en el omitir, cosa que debía ser necesaria siempre.

Lo que viene a continuación es una serie de consejos o de exhortaciones morales bajo el título: *Cosas que agradan a Dios*, más propias para personas de vida consagrada, dígase religiosos o canónigos regulares, que para el común de los fieles. Se habla en este apartado de obedecer al prelado, de ser manso con los compañeros, de pasear rezando, de la estancia en el coro, de guardarse de la vista de mujeres, de la pobreza prometida, etc.

Estos consejos morales parecen marcar una primera terminación de la obra, con las palabras: *Esto he acabado: Deus seia louado. Amen*. Pero no es así; sigue un apartado, que suele acompañar, como *apéndice*, a muchos tratados de confesión: la relación de los casos reservados; es decir, de aquellos pecados considerados más graves y para cuya absolución se precisa un poder superior al del simple sacerdote con cura de almas o con facultades para confesar, salvo que el obispo o el papa, que se han reservado dichos casos, les concedan poder para absolver en ellos, y salvo en peligro de muerte, situación en la que cualquier sacerdote puede absolver de cualquier pecado. Nuestro autor enumera sólo los casos reservados al obispo, en número de treinta y cuatro, sin referencia a las reservas papales.

En un segundo *apéndice*, esta vez en latín, transcribe maneras varias de bendecir la mesa, para antes y después de la comida y de la cena, para todo el año y para festividades, incluyendo la de *Corpus Christi*⁴; con un detalle que me parece digno de nota: no se incluyen festividades de ningún santo, ni siquiera de Santa María, sólo del Señor: Navidad, Epifanía, Jueves Santo, Viernes Santo, Sábado Santo, Pascua, Ascensión, Pentecostés, Trinidad y Corpus. Añade una regla, igualmente en latín, sobre las terminaciones de algunas oraciones. Es evidente que se trata de un añadido, que sólo tiene sentido en un ambiente conventual.

El tratado se da por finalizado en este punto con el *colofón* de los impresores: «Este tratado de confisom se acabou na vila de Chaues aos oyto dias do mes de Agosto. Ano de mill e quatroçētos e oytenta e noue años. Laus tibi Christe. Deo gracias. Amen».

⁴ Su inclusión indica que en ese tiempo la fiesta del *Corpus* estaba entre las principales del año litúrgico.

A falta de datos externos sobre la obra, del examen de su estructura y contenido se deduce, a mi entender, que estamos ante un tratado peculiar, escrito muy probablemente en un ambiente conventual, con dedicación, al menos parcial, a la cura de almas. No es obra de autor, sino una compilación de piezas tomadas de aquí y de allá y colocadas con bastante desorden. Pero esta peculiaridad no obsta al interés que la obra despierta con relación a la mentalidad de la época en que se escribe y de la zona en la que se escribe y difunde. En doble sentido. De un lado, nos muestra buena parte de la vida cotidiana, de las normas morales, de los usos y costumbres, que rigen la vida social; es una especie de fotografía. De otro lado, nos hace ver cómo, a través de este tipo de tratados, se pretende influir en la vida de las personas, en su evolución mental, señalando caminos a seguir y desvíos a evitar. En otras palabras, estas obras nos dicen cómo se entendía la vida cristiana en esos momentos; y, al tiempo, nos revelan cómo quería la autoridad eclesial, cuyas enseñanzas se transmiten, que fuese.

Mar Português: Percursos e Meandros de um Mito Nacional ¹

Valéria Torres da Costa e Silva
University of California, Berkeley

O presente artigo assume por pressuposto que *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, e *Mensagem* (1934), de Fernando Pessoa, não são apenas duas das obras importantes no quadro restrito da literatura portuguesa, senão, também, obras fundantes de um modo particular de situar-se no mundo a que se poderia chamar “ser” português. Pretende-se estudar, aqui, esse papel das duas obras, confrontando-as com o romance de José Saramago, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984).

Note-se que muito embora as duas primeiras obras mencionadas sejam poemas, é em sua dimensão narrativa que se enfocará esta análise. Ou seja, no modo como *Os Lusíadas* e *Mensagem* articularam imagens e discursos sobre Portugal, conectando, criando e recriando símbolos e mitos para a identidade portuguesa, que, de um modo ou de outro, contribuiram para gerar, manter e resignificar essa “comunidade imaginada” que é Portugal, para usar o conceito de Benedict Anderson.

1. *Os Lusíadas* e o mar como vocação

Escrito e publicado na segunda metade do século XVI, *Os Lusíadas* inserem-se no contexto de uma literatura marcada pelas grandes descobertas marítimas, que revolucionaram os limites geográficos, políticos, econômicos e mentais da Europa. A Portugal, a descoberta do caminho marítimo para as Índias trouxe grandes riquezas e propiciou tanto a ascensão da burguesia, quanto a consolidação do poder real. Camões se propõe a narrar esse processo histórico como epopéia marítima.

Segundo a convenção literária clássica², a épica é uma longa narrativa em versos, destinada a celebrar feitos grandiosos de heróis fora do comum,

¹ A versão original deste artigo, desenvolvido a partir de um trabalho apresentado no 27o Simpósio Anual de Tradições Portuguesas (Universidade da Califórnia, Los Angeles, Abril de 2004) será publicada na revista *Estudos Portugueses e Africanos* (UNICAMP), a cujo editor agradeço a autorização para publicá-lo, concomitantemente, aqui. Este artigo deve muito à inspiração de Hakira Osakabe e aos comentários carinhosos de Maria Lúcia Dal Farra.

² Ver Preminger e Brogan 361-75.

reais ou lendários, que realizam conquistas fundamentais para a tradição e as crenças dos povos que eles, heróis, no fundo, representam. Situadas no limite entre a história e a lenda, povoadas por seres extraordinários, marcadas por relações íntimas e determinantes entre o humano e o sobrenatural, as narrativas épicas podem ser vistas como tentativas de transfiguração da história em mito. É nesses termos que propomos a leitura d’*Os Lusíadas*. De fato, Camões não apenas inaugura, em vários sentidos, o que viria a ser a língua portuguesa moderna, como funda uma narrativa ao mesmo tempo grandiosa e trágica sobre Portugal. Indo diretamente ao texto, ver-se-á como Camões articula uma certa idéia de destino e fatalidade, próprias ao gênero épico clássico, a fim de criar para Portugal as imagens de grande pátria e povo eleito, cuja vida estaria ligada ao mar.

O poema, segundo a sua Proposição, tem por objetivo propagar os feitos lusitanos:

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A que Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.

Canto 1. Estrofe 3. Versos 1-8)

A proposta enunciada pelo poeta é não apenas ofuscar a glória e lançar às sombras qualquer feito, real ou mítico, anterior aos dos portugueses, como também deixar acanhada qualquer outra obra que os tenha proclamado. Camões declara, assim, uma dupla pretensão à imortalidade: tornar inesquecíveis os feitos portugueses, e a si próprio, como poeta que canta esses feitos.

E o que faz de especial esse povo descrito como ímpar e glorioso? Atreve-se, atravessa e conquista “mares nunca de antes navegados” (1.1.3). Aqui temos o segundo elemento importantíssimo da narrativa mítica de Camões: o mar. De fato, nesse poema, Camões institui o mar como espaço mítico irremediavelmente ligado a Portugal, pois que é não apenas repositório dos desejos, sonhos, dramas e desafios do país, como também elemento constitutivo do espaço nacional, já que Camões define Portugal por uma operação negativa em relação à idéia de terra e continente.

Eis aqui, quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a terra se acaba e o mar começa
E onde Febo repousa no Oceano. (3.20.1-4)

Portugal identifica-se, portanto, a esse espaço ao mesmo tempo infinito, desconhecido e desafiante. O vocabulário e as imagens relacionadas ao mar são constantes e centrais ao poema: “gente navegante”, “gente marítima”, “argonautas” são termos sempre usados para definir os portugueses. Ademais, Vênus, a deusa que os protege, é filha das ondas e, ao final do poema, recompensa o esforço, a ousadia e a coragem dos marinheiros lusos conduzindo-os a uma ilha povoada pelas ninfas do mar profundo, dentre as quais está Tétis, Rainha do Mar. Ao associar Portugal ao mar, numa narrativa grandiloquente, Camões abre a possibilidade e o caminho para a articulação de uma identidade que é igualmente grandiosa, infinita e aberta.

A vocação para enfrentar o desconhecido e o desafio, o destemor e a valentia são a contraparte propriamente humana dessa grandiosidade. Através de uma estratégia dúplice do discurso – que tanto superdimensiona os perigos enfrentados desde a unificação do país (“ásperos perigos”, “furor dos ventos inimigos”, “tamanhas empresas”, “inimigo aspérrimo”), quanto salienta a escassez de recursos humanos (“pouca gente”; “Posto que em força e gente tão pequeno”, “Que pera um só, cem mouros haveria”) –, o poeta destaca, por contraposição, a grandeza de espírito, a coragem e o valor dos descendentes de Luso.

Já lhe foi (bem o vistes) concedido.
C’um poder tão singelo e tão pequeno,
Tomar ao Mouro forte e guarnecido
Toda a terra que rega o Tejo ameno. (1.25.1-4)

Paralelamente, há um forte elemento de pré-destinação que também justifica e favorece as vitórias desse povo pequeno em número de homens e terras. O mar e a grandeza, portanto, aparecem como destino ao qual os descendentes de Luso não podem fugir, como enuncia o primeiro verso do poema “As armas e os barões assinalados”(1.1.1). Nesse sentido, o destino de Portugal é demiúrgico, pois aos lusos cabe inaugurar um novo mundo, pela conquista dos mares “Que geração alguma não abriu” (5.4.2).

Mas tal destino não deixa de ter um lado trágico, pois a grandeza das descobertas e navegações faz-se a troco de muito sofrimento e dores, o que é enunciado pela voz do Velho do Restelo. Através dessa personagem, ao final do quarto Canto, instauram-se a dúvida e a fissura no discurso da grandiosidade (e da nacionalidade), pois o Velho do Restelo, “venerando” e sábio, não apenas vaticina o sofrimento que advirá sobre toda a nação em virtude da vaidade e ambição de descobrir e dominar o mundo, como questiona o sentido da empreitada e a necessidade desse sofrimento. Como se fora um oráculo, o Velho do Restelo pronuncia seu juízo sobre a empresa marítima e o futuro do

país enquanto balança três vezes a cabeça, movimento que se poderia chamar cabalístico e que confere um forte sentido de mau presságio às suas palavras.

“Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiaça
C’uma aura popular que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas! (4.95.1-8)

O gigante Adamastor é outra personagem que se configura no poema como imagem dos obstáculos e sofrimentos de que será feito o percurso de grandezas de Portugal³. Todavia, e sendo uma fatalidade, a missão designada por Deus para todo um povo, e a glória que dela há de vir, deve estar acima dos interesses e sofrimentos individuais, conforme Camões afirma mais de uma vez. No fundo, ser o povo eleito não traz aos portugueses apenas a glória das navegações, mas a certeza mítica de que esse povo jamais será derrotado pela História. A união carnal dos marinheiros portugueses com as ninfas da Ilha dos Amores, por Vênus preparada, com destaque para a relação entre Vasco da Gama e a própria Tétis, Rainha dos Oceanos, dão a dimensão do senhorio português sobre o mar e seus segredos.

O poema termina com uma exortação ao rei D. Sebastião para que retome o destino glorioso de Portugal, que a decadência moral da corte ameaçava. Embora Camões não tenha, com isso, criado o sebastianismo, ao conceber e instituir a imagem de um povo eleito para triunfar, o poeta gerou um referencial simbólico em que a derrota não precisava ser aceita como definitiva. Em algum momento o destino glorioso deveria ser retomado.

2. Mensagem: místico mar

Mensagem, de Fernando Pessoa, mantém várias relações –textuais e semânticas– com *Os Lusíadas*, e, de certo modo, parece ser uma obra que tem por objetivo resignificar o mito português criado por Camões. Sugestivo, sobre todos, parece ser o fato de Fernando Pessoa não mencionar Camões em seu poema, tendo chegado a declarar, contrariamente, que o poeta d’*Os Lusíadas* nada tem a ver com *Mensagem*. O que há por trás dessa negação? Não será a mesma atitude declarada por Camões quanto à tradição clássica na qual se baseou seu poema – “Cesse tudo o que a musa antiga canta” (1.3.7)? No

³ Ver quinto Canto, estrofes de 37 a 61.

fundo, o silêncio de Pessoa sobre Camões não se resumiria à mesma estratégia de afirmação de um novo e mais alto valor: seja literário, seja mítico? Admitamos que Pessoa quer propor um novo mito português, que, partindo de Camões, o redimensiona. Aliás, *Mensagem* principia dialogando diretamente com Camões, ao reescrever algumas estrofes do Canto terceiro d' *Os Lusíadas*, que indicam precisamente o posicionamento e o destino de Portugal.

A Europa jaz, posta nos cotovellos:
De Oriente a Occidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabellos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovello esquerdo é recuado;
O direito é em angulo disposto.
Aquelle diz Italia onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar sphyngico e fatal,
O Occidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

(“Brasão”, “Os Campos”, “Primeiro - O Dos Castellos”)

Note-se em especial o uso do verbo *jazer*, o mesmo utilizado por Camões, bem como a metáfora corporal – “cume da cabeça” em Camões, “rosto” em Pessoa. Todavia, o poeta de *Mensagem* relaciona-se ironicamente com o texto camoniano, ao iniciar com versos decassílabos, para logo quebrar a métrica clássica no quarto verso. Ademais, o segundo verso parece querer contrapor-se à eloquência de Camões, ao resumir a descrição da geografia europeia, que n' *Os Lusíadas* toma 14 estrofes de oito versos, à simples fórmula: “De Oriente a Occidente jaz”.

No entanto, assim como em Camões, o primeiro poema de *Mensagem* também nos apresenta a idéia de uma nação pré-destinada, uma vez que Portugal é o rosto com que a Europa fita o espaço (ocidente) e o tempo (futuro do passado). Ainda assim, é preciso dizer que uma das grandes diferenças entre as narrativas camoniana e pessoana é a de que passamos de um mito histórico a uma “visão transcendente de um Império Espiritual”, conforme afirma Eduardo Lourenço.

Nessa nova narrativa, todos os personagens, os dados geográficos, os fatos históricos são reinterpretados e resignificados, passando a ser vistos

como sinais de um destino místico de Portugal, o que fica bem claro nos poemas que compõem a seção “Os Castellos”, em que cada um dos personagens lembrados (Ulysses, Viriato, Conde D. Henrique, D. Tareja, D. Affonso Henriques, D. Diniz, D. João O Primeiro, D. Philippa de Lencastre) é apresentado em termos de um “destino cumprido”. Tal perspectiva permite que até a “traidora” D. Tareja seja definida como “seio agosto”, já que gerou e amamentou o fundador do reino português. O “Sexto” castelo, referente a “D. Diniz”, por sua vez, prefigura o destino marítimo da nação portuguesa, através da imagem dos pinhaes que evocam as futuras embarcações que dali sairiam para dominar os mares.

Na noite escreve um seu Cantar de Amigo
O plantador de naus a haver,
E ouve um silencio murmuro comsigo:
É o rumor dos pinhaes que, como um trigo
De Imperio, ondulam sem se poder ver.

Arroio, esse cantar, jovem e puro,
Busca o oceano por achar:
E a fala dos pinhaes, marulho obscuro,
É o som presente d’esse mar futuro,
É a voz da terra anciando pelo mar.

(“Brasão”, “Os Castellos”)

Tal movimento do Mito para a Revelação constitui uma diferença fundamental entre Camões e Pessoa. Hakira Osakabe sugere que *Mensagem* é uma das respostas articuladas por Fernando Pessoa quanto ao decadentismo que assolou a sua geração. Tentando encontrar a saída para um homem que havia perdido a crença em Deus e em si próprio, Fernando Pessoa desenvolveu tanto a heteronímia como a via alquímica, da qual *Mensagem* seria a expressão, senão mais acabada, ao menos mais conhecida. Segundo Osakabe, a via alquímica confere sentido à dor e ao sofrimento humanos, entendendo-os enquanto processo de transmutação que deve aproximar o homem do Logos, do Irrevelável, de Deus. Por isso, em *Mensagem* a felicidade é definida como efêmera e improdutiva. Os que permanecem na História só o fazem porque atrevem-se a enfrentar o perigo e o sofrimento.

Os Deuses vendem quando dão.
Compra-se a gloria com desgraça.
Ai dos felizes, porque são
Só o que passa!

(“Brasão”, “Os Campos”, “Segundo – O Das Quinas”, 1-4)

Se só o sofrimento traz a imortalidade, é a esse destino que o povo português é chamado, por isso, em todo o poema Portugal, mar, destino, grandeza, tragédia e sofrimento estão intimamente associados. De tal perspectiva é emblemático “Mar Portuguez”, décimo poema da segunda parte de *Mensagem*, de título homônimo ao do poema em questão.

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão resaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,
Mas nelle é que espelhou o céu.

Portugal não pode, portanto, recusar-se ao seu destino de conquistar o mar, assim como não pode recusar-se ao sacrifício e ao sofrimento. Contrariamente a Camões, que levanta a desconfiança e a dúvida quanto à validade e à necessidade do sofrimento, Pessoa propõe a aceitação do sofrimento como caminho necessário para que se chegue à Verdade, entendida como revelação esotérica. Em “O Monstrengo”, quarto poema da segunda parte de *Mensagem*, a criatura que toma conta do mar, até então fechado e proibido aos homens, realiza três voltas em redor da nau portuguesa que ousa buscar o desconhecido (a Revelação), movimento pressago que estabelece um paralelo com o meneio da cabeça do Velho do Restelo. Todavia, o poema de Pessoa finaliza com uma imagem que sugere o enfrentamento com o destino trágico. A medida que caminhamos para o final de *Mensagem*, torna-se mais claro que tal atitude de enfrentamento com o destino equivale à aceitação da dor, que, por sua vez, corresponde a uma entrega sacrificial.

Tres vezes do leme as mãos ergueu,
Tres vezes ao leme as repredeu,
E disse no fim de tremar tres vezes,
“Aqui ao leme sou mais do que eu:
Sou um Povo que quer o mar que é teu; (19-23)

De resto, multiplicam-se, em *Mensagem* as imagens e alegorias marinhas, já que o mar emblematiza o percurso da Revelação: “Porque é do português,

pai de amplos mares”; “minha alma atlântica”; “um Povo que quer o mar que é teu”. É nesse contexto que se explica a recorrência da figura do Infante D. Henrique, que em um dos poemas a si dedicados, tornou-se imperador do mundo por ter conquistado o mar novo, inaugurando, junto com uma nova concepção do universo⁴, um novo tempo e uma nova geografia.

Em seu throno entre o brilho das esferas,
Com seu manto de noite e solidão,
Tem aos pés o mar novo e as mortas eras –
O unico imperador que tem, deveras,
O globo mundo em sua mão.

(“Brasão”, “O Timbre”, “A Cabeça do Grypho”)

O mar como espaço mítico é tão fundamental em Pessoa, que é dele que nasce a Terra na sua totalidade, conforme diz o primeiro poema da Segunda Parte de *Mensagem*, “Mar Portuguez”. E na consecução desse destino trágico-grandioso, homens como o Infante D. Henrique não são mais que agentes impulsionados pela força mística de Deus.

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quiz que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou creou-te portuguez.
Do mar e nós em ti nos deu signal.
Cumpriu-se o Mar, e o Imperio se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

(“I - O Infante”)

Assim, mesmo revelando a terra inteira, ainda não cumpriu-se, segundo o poeta, o destino português, o que sugere a existência de um destino oculto para o país, simbolicamente associado ao mar. Aí entramos na terceira e última

⁴ Note-se a forma como, poeticamente, Pessoa alude à derrocada de todo um sistema de compreensão do universo, criado por Ptolomeu e definitivamente enterrado com a era das grandes navegações.

parte de *Mensagem*, na qual Pessoa insiste sobre a figura de D. Sebastião, herói especial por ser o último que ousou sonhar, pois na lógica da via alquímica, o sonho é caminho para a Verdade mística.

Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?
E' O que me sonhei que eterno dura,
E' Esse que regressarei.

(“O Encoberto”, “Os Symbols”, “Primeiro – D. Sebastião”, 5-8)

Como diz Osakabe, o Rei-Menino, entregue ao sacrifício do areal, como Cristo foi entregue ao sacrifício da Cruz, é signo da regeneração desejada do mundo, mergulhado, então, na sombra do nevoeiro. Para que o mar se complete, para que o segredo se revele ao homem, é necessário voltar a sonhar, pois só através do sonho e da loucura consegue o homem fugir ao destino da “besta sadia”, do “cadáver adiado que procria”; só o sonho pode levar à realização do “Quinto Império”.

Onde quer que, entre sombras e dizeres,
Jazas remoto, sente-te sonhado,
E ergue-te do fundo de não-seres
Para teu novo fado!

(“O Encoberto”, “Os Symbols”, “Terceiro – O Desejado”, 1-4)

José Édil de Lima Alves destaca que Pessoa deixou vários escritos mencionando sua intenção de compor um poema épico sobre Portugal, assim como expressara o desejo de suplantar Camões. No fundo, o movimento é um só e embora *Mensagem* não tenha a estrutura clássica de um poema épico, é, sem dúvida, a resposta de Fernando Pessoa à herança camoniana. Reconstruir e inscrever em uma nova dimensão o mito português, aproveitando certos elementos, acrescentando outros, reconfigurando o todo é o que ele alcança fazer. Por isso, não sem motivo diz a crítica literária ser o próprio Pessoa a personagem central do poema “Terceiro”, da seção “Os Avisos” (de “O Encoberto”), seguindo-se à Bandarra e Antonio Vieira. Pessoa é não apenas o último dos profetas do tempo da plenitude e da realização, mas chega a confundir-se com o próprio “Desejado” (Osakabe).

Quando virás, ó Encoberto,
Sonho das eras portuguez,
Tornar-me mais que o sopro incerto
De um grande aneio que Deus fez?

Ah, quando quiserás, voltando,
Fazer minha esperança amor?
Da nevoa e da saudade quando?
Quando, meu Sonho e meu Senhor? (13-20)

Assim é que *Os Lusíadas* e *Mensagem*, fundam mitos em que Portugal aparece como uma nação com grande destino, por isso mesmo marcada pelo sofrimento e pelo sacrifício. O mar é repositório dos valores e princípios inscritos nesses mitos. E ambas as construções poéticas criam, nos campos imaginários que instituem, uma suspensão e uma expectativa. Ou seja, deixam em suspenso o destino glorioso de Portugal e cristalizam a idéia de que trata-se de uma nação incompleta; talvez porque tivesse abandonado seu compromisso com a virtude, a coragem, a ousadia e o sonho. Vejamos agora como José Saramago dialoga e procura desconstruir essa mitologia marítima e esse tempo de espera.

3. Saramago e a terra à vista

O romance de José Saramago, aqui analisado, dialoga diretamente com a tradição literária portuguesa, fazendo alusões constantes a diferentes autores, todavia, Pessoa e Camões parecem ser os principais ecos do passado com os quais o romance pretende lidar. A frase inicial de *O Ano da Morte de S. Ricardo Reis* é extremamente significativa nesse sentido: “Aqui o mar acaba e a terra principia” (11). Note-se que o primeiro movimento do narrador do romance é o de negar radicalmente, desmontando-a, a noção do mar como espaço mítico fundamental da identidade portuguesa. Se Camões e Pessoa enfatizam a saída para o mar como uma espécie de busca do próprio destino grandioso, Saramago nos impõe o movimento inverso, pois temos um protagonista que chega do mar e vai buscar em terra o sentido de sua vida e de sua pátria: “Um homem grisalho, seco de carnes, assina os últimos papéis, recebe as cópias deles, pode-se ir embora, sair, continuar em terra firme a vida” (14).

Segundo Teresa Cristina Cerdeira da Silva, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* é uma narrativa antiépica sobre uma viagem de volta de mares longamente navegados⁵. Como o mar, no presente do romance, não pode mais fornecer material a uma epopéia nacional, só resta a Portugal a terra como espaço de construção e busca de identidade. Todavia, o que a personagem principal de

⁵ O romance relata o retorno de Ricardo Reis, heterônimo, do Brasil para Portugal em Dezembro de 1935, motivado pelo falecimento de Fernando Pessoa, um mês antes. Ricardo Reis acaba por receber frequentes visitas do espírito de Fernando Pessoa, ao mesmo tempo em que tenta reorganizar a sua vida no contexto do salazarismo e de uma Europa que marcha para a guerra.

O Ano da Morte de Ricardo Reis encontra em terra não tem nada de grandioso, muito ao contrário, Portugal é pobreza, miséria, guerra, alienação e sofrimento.

A própria natureza serve, na estética do romance, de enquadramento e sinal dos maus tempos vindouros e da situação precária do país que Ricardo Reis vem encontrar. Metade do romance passa-se sob um aguaceiro sem fim, quase um dilúvio, como se os céus quisessem realmente pressagiar um futuro negro para Portugal. Aliás, o acesso visual que o leitor tem a Lisboa é sempre o de uma cidade cinzenta, triste e suja:

«Para além dos barracões do cais começa a cidade sombria, recolhida em frontarias e muros, por enquanto ainda defendida da chuva, acaso movendo uma cortina triste e bordada, olhando para fora com olhos vagos, ouvindo gorgolhar a água dos telhados, algeroz abaixo até ao basalto das valetas, ao calcário nítido dos passeios, às sarjetas pletóricas, levantadas algumas, se houve inundações.» (13)

Da água passamos logo a um calor causticante e insuportável, que sufoca e paraliza, tanto o protagonista, como, simbolicamente, o próprio país. Paralelamente, a ideia de um grande povo é desfeita logo nas primeiras páginas, pelo narrador, que expõe a humilhante dependência em que Portugal na verdade encontra-se diante do mundo: “povo atrasado, de mão estendida, vende cada um o que tiver de sobejo, resignação, humildade, paciência, assim continuemos nós a encontrar quem de tais mercadorias faça no mundo comércio” (14).

O olhar crítico do narrador contrasta com as notícias de jornal lidas pelo protagonista, as quais tentam sugerir a supremacia – embora não “reconhecida” – de Portugal sobre a Europa:

«essas hoje presunçosas nações que arrotam de poderosas, grande é o engano em que vivem, pois não tardará muito o dia, fasto sobre todos nos anais desta sobre todas pátria, em que os homens de Estado de além-fronteiras virão às lusas terras pedir opinião, ajuda ilustração, mão de caridade, azeite para a candeia, aqui, aos fortíssimos homens portugueses...» (81)

O efeito irônico desse contraste entre a voz narrativa e a voz dos jornais expõe ao ridículo as pretensões de grandiosidade do regime salazarista, bem como a ideologia que ele manipula. Igualmente, é desmontada a noção de um destino ao mesmo tempo marítimo e grandioso para o país, uma vez que as grandes navegações são reduzidas a um passado de sofrimentos inúteis. O mar de Saramago não é mais o da glória, mas apenas o da tragédia e do sofrimento inócuos. Para o romancista, a ideia de sacrifício de inocentes em favor de grandes projetos políticos e da glória da pátria não tem mais sentido.

«a estas horas vai longe, navegando para o norte, em mares onde o sal das lágrimas lusíadas é só de pescadores, entre as vagas que os matam, ou de gente sua, gritando na praia, as linhas fê-las a companhia coats and clark, marca âncora, para da história trágico-marítima não sairmos.» (37)

Desse modo, o narrador de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* vai desmontando, pela ironia, os pequenos mitos nacionais, num movimento – textual e ficcional – constante de ida e volta a Pessoa e a Camões, paralelo a um movimento físico de deslocamento do protagonista pela cidade de Lisboa, pois, ao percorrer a cidade, o olhar de expectador aparentemente desinteressado de Ricardo Reis vai expondo a realidade crua do país: “numa plataforma, estão uns bustos de pátrios varões, uns buxos, umas cabeças romanas, descondizentes, tão longe dos céus lácios, é como ter posto o zé-povinho do Bordalo a fazer um toma ao Apolo de Belvedere” (62).

Conforme sugerido, um dos pontos fulcrais do romance é a crítica à manipulação dos textos de Pessoa e Camões feita pelo regime ditatorial:

«Ricardo Reis atravessou o Bairro Alto, descendo pela Rua do Norte chegou ao Camões, era como se estivesse dentro de um labirinto que o conduzisse sempre ao mesmo lugar, a este bronze afildalgado e espadachim... mas este aqui, se por estar morto não pode voltar a alistar-se, seria bom que soubesse que dele se servem, à vez ou em confusão, os principais, cardeais incluídos, assim lhes aproveite a conveniência.» (68)

Camões é presença constante no romance, embora esteja significativamente imobilizado, pois que aparece como estátua, mas sempre no caminho do protagonista, Ricardo Reis. É ponto central no espaço do romance, assim como é referência fulcral da cultura portuguesa e de sua construção identitária.

«todos os caminhos portugueses vão dar a Camões, de cada vez mudado consoante os olhos que o vêem, em vida sua braço às armas feito e mente às musas dada, agora de espada na bainha, cerrado o livro, os olhos cegos...» (176)

«É como todas as coisas, as más e as boas, sempre precisam de gente que as faça, olhe o caso dos Lusíadas, já pensou que não teríamos Lusíadas se não tivéssemos tido Camões, é capaz de imaginar que Portugal seria o nosso sem Camões e sem Lusíadas...» (179)

Mesmo considerando-se a forte carga de ironia desses enunciados, no fundo eles levam à constatação de que realmente não se pode compreender a cultura portuguesa sem Camões, cuja obra poética imprimiu-lhe sentidos, símbolos e uma configuração específicos. Assim também a obra de Pessoa é prenhe de símbolos e mitologias que se viriam a agregar ao imaginário nacional,

confirmando-o, completando-o, redimensionando-o. É em especial a apropriação dessa herança mítica o objeto da aguçada ironia de Saramago, de que é exemplar o episódio em que Ricardo Reis fala a Fernando Pessoa (morto) sobre as declarações de um prelado da Igreja. Nessa passagem, Pessoa tem uma crise de riso e choro concomitantes, expressiva de sua perplexidade diante da manipulação alienante e paralizadora de sua própria obra.

«É que, segundo a declaração solene de um arcebispo, o de Mitilene, Portugal é Cristo e Cristo é Portugal... Fernando Pessoa pensou alguns instantes, depois largou a rir, um riso seco, tossicado, nada bom de ouvir, Ai esta terra, ai esta gente, e não pôde continuar, havia agora lágrimas verdadeiras nos seus olhos... nem sequer precisávamos de receber o Salazar de presente, somos nós o próprio Cristo, Você não devia ter morrido tão novo, meu caro Fernando, foi uma pena, agora é que Portugal vai cumprir-se...» (273)

Igualmente ilustrativa é a conversa entre Pessoa-morto e Camões-estátua, episódio tão fantástico como revelador da crítica elaborada pela voz narrativa dos anos 80. É o dia da Festa da Raça e Pessoa, diante da estátua de Camões, pergunta-se porque não mencionou o grande poeta em seu próprio poema nacional. Camões responde-lhe que foi por inveja, mas imediatamente acrescenta que isso não tem importância, lamentável, sugere a estátua, é o uso que se faz e fará, conforme as conveniências políticas, de suas obras: “não se atormente tanto, cá onde ambos estamos nada tem importância, um dia virá em que o negarão cem vezes, outro lhe há-de chegar em que desejará que o neguem...” (343-44).

Importa insistir na idéia de que a crítica de Saramago não se dirige tanto aos poetas ou às suas obras – jamais avaliadas no livro do ponto de vista estético–, mas sobretudo aos perigos potenciais de discursos nacionalizantes e mitificantes e ao uso político e ideológico dos mesmos, que podem tornar-se alienantes e nocivos a uma coletividade e à sua história. Por isso o texto de Saramago procura ir desmontando esses discursos através da ironia e do contraste entre diferentes vozes e perspectivas – notícias de jornais, de rádio, a voz de Fernando Pessoa-morto, dono de uma visão propospectiva, conquanto inoperante.

Na figura do regime populista de Salazar é ácida a crítica ao salvacionismo e ao sebastianismo, que estariam mantendo o país alienado e atrasado, tanto social como politicamente. O narrador desconstrói o sebastianismo deslocando a vinda do “Desejado” do mar para a terra, do navio para o comboio. Ao trazê-lo para o plano terrestre e inscrevê-lo na ordem do cotidiano, em que os comboios atrasam, o narrador desautoriza e desmitifica a figura do salvador tão esperado:

«os barcos no rio é como se estivessem afastando pelo meio do nevoeiro, mar fora, e, por disto falarmos, lá está D. Sebastião no seu nicho da frontaria, rapazito mascarado para um carnaval que há-de vir, se não noutro sítio o puseram, mas aqui, então teremos de reexaminar a importância e os caminhos do sebastianismo, com nevoeiro ou sem ele, é patente que o Desejado virá de comboio, sujeito a atrasos.» (74-75)

Ademais, a própria idéia de Portugal voltada para fora – ponto de partida de grandes conquistas – é radicalmente questionada. Tampouco é Portugal um local de convergência, sendo-lhe claramente negado o status de maior potência entre as nações. Se não é ponto de partida, nem ponto de chegada, então, sugere o texto, Portugal é caminho, é passagem e é ponto de inflexão, assim como o presente é um convite para a reflexão sobre seu próprio estatuto ontológico, onde não há mais lugar para o mito, o passado e a glória: “este não é o lugar onde os rumos se abrem, também não é o ponto magnífico para onde os rumos convergem, aqui precisamente mudam eles de direcção e sentido...” (88).

Não é mais possível, a Portugal, viver esse tempo de espera, indefinição e suspensão. A paralização no meio do caminho, no meio do mar, à espera de que venha o “Desejado” resgatar o povo do naufrágio e restituir-lhe a glória passada, ou conceder-lhe a redenção mística, não tem sentido no romance de Saramago. Assim como o protagonista, Portugal precisa sair da imobilidade em que se encontra: “Em suma, você anda a flutuar no meio do Atlântico, nem lá, nem cá, Como todos os portugueses...” (353). Saindo da boca da personagem Fernando Pessoa, a frase parece ecoar como chamado ainda mais urgente e imperativo para o Portugal do século XX.

Camões e Pessoa procuraram dar respostas às questões graves dos seus tempos. Camões queria inspirar, através da rememoração das glórias passadas, a virtude e o valor moral, que o ambiente de dissolução da corte portuguesa legava ao esquecimento; Pessoa, possivelmente, desejava resgatar o sonho e a vontade de sonhar, e despertar, assim, o homem português para a necessidade de busca da Redenção. Para tanto, usaram a linguagem do mito e do mistério, respectivamente. Escrevendo nos anos 80, o convite de Saramago volta-se para a práxis histórica e convida à ação – não mais a ação dos grandes heróis que incorporam o espírito e o destino da raça, mas a ação do povo anônimo, das Lídias e Danieis, que, contrariamente aos Ricardos Reis, não têm medo de entrar na corrente da vida. A terra não pode mais esperar, é tempo de agir e construir na história, no momento presente, o destino que se quer para um povo que não deveria mais ser tão paciente.

Então vamos, disse Fernando Pessoa, Vamos, disse Ricardo Reis. O Adamastor não se voltou para ver, parecia-lhe que desta vez ia ser capaz de dar o grande grito. Aqui, onde o mar se acabou e a terra espera. (406)

Referências Bibliográficas

- Alves, José Édil de Lima. “A Moderna Épica Portuguesa em *Mensagem*”. *Mensagem. Poemas Esotéricos*. By Fernando Pessoa. Ed. José Augusto Seabra. Archivos. Espanha: CSIC, 1993. 246-258.
- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.
- Camões, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- Cirurgião, António. *O Olhar Esfíngico da Mensagem de Pessoa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1990.
- Lourenço, Eduardo. *Poesia e Metafísica: Camões, Antero, Pessoa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.
- Osakabe, Hakira. *Fernando Pessoa: Resposta à Decadência*. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- Pais, Amélia Pinto. Introdução. *Os Lusíadas*. By Luís Vaz de Camões. Porto: Areal Editores, 1996.
- Pessoa, Fernando. *Mensagem. Poemas Esotéricos*. Ed. José Augusto Seabra. Archivos. Espanha: CSIC, 1993.
- Preminger, Alex, and T.V.F. Brogan, eds. *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton: Princeton UP, 1993.
- Saraiva, António José. *Estudos sobre a Arte d’Os Lusíadas*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- Saramago, José. *O Ano da morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Caminho, 1998.
- Silva, Teresa Cristina Cerdeira da. *José Saramago – Entre a História e a Ficção: Uma Saga de Portugueses*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

Filinto Elísio e a França *

Fernando Alberto Torres Moreira

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Não são muitas as informações objectivas que plasmam a vida do Pe. Francisco Manuel do Nascimento nos quarenta e um anos em que esteve exilado, trinta e seis dos quais em Paris. Sabemos onde morou – Choisy-le-Roi, Versailles, Reuilly, S. Philippe du Roule – em que condições materiais, com quem viveu e se relacionou. É também sabido que a sua estatura de escritor era respeitada nos meios intelectuais e entre os literatos, que era procurado pelos portugueses que passavam pela capital francesa; o seu auto-isolamento é, de igual modo, uma evidência, a sua personalidade introvertida também, a rejeição de uma vida de partilha social é um facto.

Sabe-se, portanto, pouco e, desse pouco, a maior parte resulta daquilo que o próprio poeta sobre si mesmo escreveu. Esta ausência de informações terá levado Carlos Olavo a, nalguns aspectos, romancear a vida parisiense de Filinto Elísio¹. Apoiado em alguns factos, Carlos Olavo preencheu as lacunas com elementos interpretativos (e não só) resultantes das leituras que fez dos textos do poeta² e fê-lo sob um denominador comum: a vida de Filinto em Paris foi um exílio dentro do exílio motivado pela saudade permanente da Pátria – uma premissa que entendemos correcta.

Há muito de verdade nesta forma de pensar o afastamento compulsivo de Francisco Manuel de Portugal e na forma como viveu esse degredo e daí um óbvio interesse, entre tantos outros, do estudo de Carlos Olavo. Mas, também por isso, tentemos lançar um outro olhar sobre a presença de Francisco Manuel em França, interrogando a desadaptação (?) do poeta ao país de acolhimento.

Tudo apontava para uma relação feliz entre Francisco Manuel e a França, um país que pontificou na Europa do século XVIII – um Rei Sol que brilhou

* Este texto é a primeira parte de um artigo com o mesmo título cuja segunda parte integrará uma obra de homenagem ao Professor Daniel-Henri Pageaux.

¹ Ver OLAVO, Carlos – *A vida amargurada de Filinto Elísio*, Lisboa, Guimarães & C.a, 1944, pp. 123-209.

² Carlos Olavo foi, sem dúvida, um dos estudiosos que mais atentamente leu a obra de Filinto Elísio.

e se fez modelo, uma língua que funcionou como língua franca das cortes reais europeias, uma cultura que se impôs às demais pela qualidade e destaque que assumiu, uma literatura que se afirmava naturalmente e funcionava como veículo linguístico e cultural.

Também Portugal, da imitação real de D. João V da corte de Versalhes até à moda dos francesismos, seguia em tudo essa avalanche francesa que se espalhou pela Europa. A França entrava por Portugal adentro, nomeadamente através das muitas traduções que se iam fazendo e nas quais Filinto desempenhou um papel significativo. Mas Francisco Manuel não é só um tradutor; ele é também, e sobretudo, um leitor atento de alguns dos mais importantes escritores franceses seus contemporâneos, tais como Rousseau e Voltaire, com as ideias dos quais se identifica. E, se começou por ler esses autores franceses em Portugal, quando em França acentuou esse seu conhecimento numa linha de pensamento ideológico da qual não se desviaria até ao fim dos seus dias e que seria, também ela, responsável pelo seu desterro sem fim. Se havia país que Francisco Manuel conhecia, além de Portugal, esse país era a França e, portanto, é lógico que o seu destino de exílio tenha sido esse.

É pelas razões até agora apontadas que não espanta o deslumbramento que o poeta sentiu por Paris nos primeiros tempos da sua estadia e o tenha deixado registado, de forma exaltada, no soneto que a seguir transcrevemos, dirigido ao seu amigo e poeta Domingos Maximiano Torres:

Que Paris, meu Alfeno! Que passeios!
Que ricos trajés! – Damas roçagantes!
Mesuras de primor! Risos amantes!
Cortesés, melindrosos galanteios!

Que teatros, de mil belezas cheios!
Que jardins asseitados, e elegantes!
Que sombras tácitas, que os mui flagrantes
Furtos, cobrem, de amantes devaneios!

Viva Paris! Aqui a Lira ociosa
Porei, c'os louros, nos idosos dias
Aborridos do Amor, da Formosura.

E escreva em baixo a Gratidão forçosa:
«Aqui Filinto, contra as tiranias
Colheu abrigo, e na soidão doçura».³

³ Cf. ELÍSIO, Filinto – *Obras Completas*, T. IV, Paris, A. Bobée, p. 307.

Era o encontro (forçado, é certo) com um país, uma língua e uma cultura que estavam entranhados na matriz da sua formação intelectual. Expliquemos com algum pormenor esta asserção que suportará melhor algumas das ideias que exporemos adiante.

Apesar de proibidos, primeiro pela Inquisição e depois pela Real Mesa Censória que na sua décima quarta regra estabelecia a interdição de leitura das «(...) obras dos prevertidos Filósofos destes últimos tempos que continuamente estão inundando e inficionando o Orbe literário com metafísicas tendentes ao Pirronismo ou incredulidades: à impiedade ou à libertinagem», não foi por isso que Francisco Manuel (e tantos outros) deixou de ler autores como Diderot, Voltaire, d’Holbach, Rousseau, Newton, Locke, Hobbes ou Ribeiro Sanches, fosse pela via da circulação subversiva, fosse através de licença obtida para o efeito junto da Real Mesa Censória, licença que uma testemunha depoente no seu Processo inquisitorial declarou dizer o autor possuir.⁴ De igual modo, uma outra testemunha, o erudito latinista e seu mestre António Félix Mendes, confirmou ser Francisco Manuel instruído na «lição de livros proibidos», especialmente em «Livros de Filosofos modernos», o mesmo será dizer, dos autores acima mencionados.⁵ Corroborando este depoimento, Frei Filipe de Santiago Travassos, também ele depoente, deu conta ao Tribunal da Santa Inquisição de que Filinto tinha «uso» e «lição» de livros proibidos de Voltaire e Rousseau.⁶

Confirmando o que vimos dizendo, o seu amigo e primeiro biógrafo, o francês Alexandre Sané, registaria em 1808, num livro em que edita odes escolhidas de Filinto e com uma pequena resenha biográfica do poeta seguida de uma curta história da literatura portuguesa, o conhecimento que o escritor português tinha das literaturas europeias, entre as quais a francesa, e o proveito que dele tirou.⁷ Aproveitou muito e bem, já que cita abundantemente livros e autores desses países nas inúmeras notas que apõe aos seus textos; leu esses autores e pagou esse atrevimento com o exílio, como se deduz da matéria acusatória do Processo onde, expressamente, são citadas as suas leituras de *Candide* e *Mahomet ou le Fanatisme* de Voltaire e o conhecimento que tinha (e

⁴ Nos livros da Real Mesa Censória não encontramos qualquer prova da existência dessa licença, mas a obtenção da mesma não lhe seria difícil dadas as relações de amizade que o poeta tinha com o presidente da R. M. C., D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

⁵ Cf. ANTT – *Inquisição de Lisboa*, Processo nº 14048, p. 27.

⁶ Idem, p. 114.

⁷ Escreveu Alexandre Sané: «[Filinto] connut (...) les trésors littéraires que possédaient la France, l’Angleterre et l’Italie, il étudia leurs langues: bientôt il fut initié à la littérature de trois peuples si célèbres et capable d’en profiter». Cf. SANÉ, Alexandre – *Poésie Lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manuel*, Paris, Chez Cérioux Jeune, 1808, p. VIII.

acusado de ser seguidor) da religião natural de Rousseau. Leu e traduziu em especial os autores franceses. Apontemos, como exemplos, a sua versão para português de *Zadig*⁸ e do já referido *Mahomet ou le Fanatisme*⁹, obras de Voltaire, da tradução da *Medeia* de Longepierre, ou de *O Cinto Mágico* de Jean-Baptiste Rousseau. Leu e patrocinou a tradução da literatura “maldita” que minava os pilares do regime absolutista.

Foi com toda esta bagagem que o poeta chegou a França; levou também consigo algum dinheiro pelo que o sustento dos primeiros tempos estava garantido com alguma folga. Mas o problema foi este mesmo, isto é, não estaria nos horizontes mais pessimistas do escritor permanecer por muito tempo fora de Portugal; as notas de crédito foram acabando, a estadia prolongava-se e, a uma vida folgada e sem sobressaltos, sucede-se uma vivência cheia de dificuldades, a necessidade de escrever para viver, de traduzir para angariar uns tostões, de dar lições de Português para minorar as dificuldades materiais. A França amiga, a deslumbrante Paris tornaram-se “ermos insípidos” não resistindo os seus encantos a uma comparação singela com quaisquer exemplos portugueses; concordando com Carlos Olavo, «(...) a verdade é que tudo o aborrecia fora da sua pátria e longe dos portugueses: relações, festas, reuniões, teatros; a própria animação das ruas de Paris o irritava».¹⁰ Haverá algum excesso nestas asserções que resultam de textos escritos por Filinto o qual sobreavaliava, negativamente, a vida por si vivida em França...

Por estas razões, parece-nos haver algo de contraditório, quase irracional, na apreciação negativa que Francisco Manuel fez da sua estadia em França. Apesar de exilado, o poeta tinha todas as condições para aí ser feliz, desde amigos influentes junto da diplomacia portuguesa em Paris – António de Araújo, Francisco José Maria de Brito, D. José Maria de Sousa (Morgado de Mateus) –, até portugueses aí residentes como o médico Francisco Solano Constâncio ou os luso-franceses Timóteo Lecussan Verdier e António Mathevon de Curnieu, ricos homens de negócios que nunca lhe regatearam a sua amizade e, finalmente, o facto de ser apreciado pelos seus méritos literários – os elogios de Chateaubriand e Lamartine confirmam-no amplamente.

Mas nada disso aconteceu. De muitos dos textos de Filinto ressoa uma amargura pesada, lúgubre por vezes, quase doentia - uma espécie de infelicidade

⁸ Trata-se de uma tradução feita em Lisboa, a pedido de uma menina, como o próprio informa numa nota inserida no Tomo IX, pp. 63-4, das suas *Obras Completas*.

⁹ Esta autoria é confirmada por informações contidas no Processo inquisitorial, página 79.

¹⁰ Cf. op. cit., p. 179.

endêmica. Francisco Manuel arrostou consigo esta infelicidade alimentada por uma nostalgia de um país, Portugal, onde tudo, das pessoas aos factos outrora ocorridos (mesmo se ao tempo geradores de inimizades e controvérsia acesa), ganhava um colorido que antes não lobrigara. Há, por via disso, algum ressentimento às coisas francesas, das pessoas ao modo de vida, das festas às celebrações de efemérides caras aos franceses. Contudo, não se pense que tudo o que é francês era visto negativamente por Filinto; não raro o poeta faz uma defesa cerrada da língua francesa, do modo como a mesma era ensinada nas escolas, dos estímulos oficiais e familiares para uma boa aprendizagem da língua materna de forma correcta com destaque para a gramática, do amor que vê e sente terem os franceses pelo seu idioma. Citemos apenas um exemplo de uma nota apensa por Filinto à sua *Carta ao Amigo Francisco José Maria de Brito* que clarifica o que vimos afirmando:

Vejo aqui em França que os honrados Pais de família pagam Mestres que venham ensinar gramática francesa às filhas, porque não lhes escapem barbarismos nem solecismos, quando falem, ou escrevam; e lembra-me que em Portugal ninguém em tal cuida;¹¹

Como se vê, é apontando o exemplo da língua francesa e do relacionamento/tratamento dos franceses com e para com a sua língua que Francisco Manuel se posiciona na defesa que faz da sua língua-mãe e justifica, desse modo, a sua luta de uma vida em prol da pureza da língua portuguesa. Ser contra os francesismos não era ser contra a língua francesa: era tão só reivindicar para a língua portuguesa o estatuto de dignidade que os franceses cultivavam para a sua língua - não há qualquer paradoxo neste posicionamento,

¹¹ Cf. op. cit. T. I, p. 28. Nesta mesma *Carta*, um documento essencial para a compreensão de todo o labor de Filinto em defesa da língua portuguesa e que espera por um estudo atento que largamente justifica, o poeta esclarece, de modo claro e definitivo, o que pensa da língua francesa e da relação dos franceses com a sua língua. Escreve Filinto:

(...)
Não que à língua Francesa eu ódio tenha;
Que fora absurdo em mim: Ninguém confessa
Mais sincero o valor de seus bons livros
De todo o bom saber patentes cofres,
De polidez e de sapiência ornados.
Bastara em seu louvor, se o carcereira,
Ser bem vista e prezada em toda a Europa,
Das Cortes e dos sábios do Universo.
(...)
Mas, como fora escarnecido em França
O que empreendesse himpar de frases Lusas
Um discurso francês em prosa ou verso;
Cf. Op. cit. T. I, p. 30.

antes a expressão de admiração e respeito pela atitude dos franceses (e consequente relacionamento) em relação ao seu idioma pátrio.

Voltemos um pouco atrás e detenhamo-nos um tanto para reflectir sobre a “vida miserável”¹² de Filinto por terras de França. Se, comparativamente à sua vida em Portugal, podemos concordar com esta classificação, em termos absolutos permitimo-nos expressar as nossas dúvidas. Até finais de 1796, data do seu retorno a Paris após uma estadia de quase cinco anos na Holanda, Haia, Francisco Manuel terá vivido, senão confortavelmente, pelo menos em condições razoáveis; e o mesmo terá acontecido pelo menos até às desavenças ocorridas com duas das suas serviçais que levaram ao arresto judicial dos seus bens, e à falência de um banqueiro na casa do qual depositara as economias conseguidas com a venda dos seus versos.¹³ Repesquemos a ideia original: se comparada com a vida largamente desafogada tida em Portugal, esta seria uma situação de quase miséria, mas objectivamente talvez não fosse tanto assim, excepção feita aos últimos anos do seu degredo. O verdadeiro problema, em nosso entendimento, foi bem outro, rigorosamente ilustrado por Dominique Lecloux quando afirma a dificuldade inultrapassável do poeta em adaptar-se à sua condição de exilado. Escreveu Dominique Lecloux:

Malgré les attraits incontestables de la terre d'accueil, malgré son inclination pour les idées des philosophes, malgré la rancune qu'il porte à ses compatriotes malveillants, il ne parvient pas à s'adapter à sa condition d'exilé.¹⁴

Filinto não terá conseguido desentranhar-se da sua condição humana de ser português e o seu exílio foi uma autêntica miséria psicológica, vivido como uma inutilidade potenciada por uma saudade corrosiva que, por vezes, o levou a ridicularizar a própria existência¹⁵ só exaltada na celebração do seu

¹² A expressão é utilizada pela generalidade dos estudiosos de Filinto Elísio e da sua obra.

¹³ Uma delas, de seu nome Chicoineau, roubou-o ao fim de trinta anos ao seu serviço; sobre isso escreveu Filinto em nota: *Tanto me valeu tirá-la do estado de costureira, sustentá-la, e vesti-la 30 anos, e ter com ela complacência, e ainda amizade* (cf. T. III, p. 27). Uma outra, a Michel, processou judicialmente o escritor, tendo-lhe sido arrestados os bens que nunca lhe foram restituídos apesar do poeta ter vencido a causa. O banqueiro em questão chamava-se Julien, um «Banqueiro que faliu c'um deficit de dous milhões e meio, em cuja mão eu tinha posto quanto me produziram os versos que imprimi». Cf. op. cit. T. III, p. 27.

¹⁴ Cf. LECLOUX, Dominique – “Un exilé portugais témoin de la Révolution Française: Filinto Elísio”, in Actas do Colóquio *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, Vol. I, Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 98.

¹⁵ É o que pode deduzir-se por este curto poema que nos deixou:

Ao Mundo vim. Melhor não ter cá vindo.

E que vim cá fazer? Papel de parvo

V. ELÍSIO, Filinto - *Obras Completas*, T. III, Paris, A. Bobée, 1817-19, p. 115.

aniversário ou da data da sua fuga aos esbirros da Inquisição. De qualquer modo, para lá da amargura física e psicológica, há em Filinto uma amargura poética que amplifica as anteriores; ademais, testemunhos de seus amigos e contemporâneos, como Ferdinand Denis ou Timóteo Lecussan Verdier permitem-nos concluir que as dificuldades vividas não retiraram ao poeta o seu carácter jovial, alegre e bonacheirão e seriam exponenciadas por um medo muito particular à Inquisição. No primeiro caso, que contraria a ideia de um Filinto isolado do mundo que o rodeava ou de um eremita na cidade, Ferdinand Denis traçou ao escritor Ramalho Ortigão um retrato de Francisco Manuel já em idade avançada definindo-o com uma «rechonchuda fisionomia cheia de pachorra e de bondade (...) [e com um] finíssimo sorriso e o seu olhar perspicaz e vivíssimo (...) o *mot pour rire* tão espontâneo e tão fácil, que era impossível estar alguém triste ao pé dele».¹⁶ Como se prova, este Francisco Manuel é assaz diferente do Filinto tão frequentemente amargo e lamuriento dos seus versos.

O mesmo Ferdinand Denis relatou, ao co-autor de *As Farpas*, um episódio em que Timóteo Lecussan Verdier (amigo do poeta nas boas e más horas e a quem auxiliou financeiramente), na ausência de Filinto, satisfaz a curiosidade dos presentes em casa de seu pai sobre as relações Francisco Manuel/Inquisição, situando-se numa perspectiva que explicita e exemplifica bem as asserções que vimos propondo. Narra o autor de *Portugal*:

– Verdier, você há-de contar hoje para aqui o que sabe dos horrores que a Inquisição preparava ao nosso amigo. Sempre que se fala nisso, você ri. Porventura não teria ele sofrido como diz?

– Sofreu - respondeu Verdier - sofreu imenso, mas a causa dos seus grandes infortúnios não foi principalmente a Inquisição...

– Então que foi?

– Foi o medo.¹⁷

Verdier, uma personagem muito próxima de Francisco Manuel, deixou-nos aqui a chave que abre portas a uma explicação dos infortúnios vividos pelo poeta – o medo da Inquisição¹⁸; foi assim que a sua vida em França

¹⁶ Cf. ORTIGÃO, Ramalho - *Em Paris*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, Lda., 1945, pp. 72-73.

¹⁷ Idem, p. 76.

¹⁸ Este medo acompanhou-o até ao fim dos seus dias e a Inquisição é apresentada pelo poeta como a causadora de todos os seus males. Numa carta escrita em 1808 dirigida ao arquichanceler de França, com a finalidade de solicitar a devolução dos bens que lhe tinham sido roubados pela Inquisição (esta carta vem citada por Carlos Olavo na obra por nós citada pp. 257-261), Filinto expressa, a dado momento, a sua dupla situação precária, material e psicológica,

assumiu contornos que não se explicam facilmente, são por vezes algo incompreensíveis, sendo certo que a sua desadaptação à terra de acolhimento foi muito expressiva e impressiva. Uma situação a clarificar melhor...

após a sua estadia na Holanda: (...) *Je revins à Paris en... et depuis cette époque, j'ai vécu ignoré. Je ne fatiguerai Votre Altesse du détail des privations que j'y ai éprouvées, de l'existence pénible que j'y ai menée. Cependant j'étais riche dans mon pays*

A Inquisição fora a causadora da sua miséria e, à data do envio desta carta, continuava a sê-lo pois, como na mesma missiva informa o escritor, até o pagamento da tradução do livro do bispo Jerónimo Osório - *Da vida e feitos d'El Rei D. Manuel* -, que lhe fora encomendada pelo regente D. João, fora impedido de ser feito pelo Santo Ofício. Lembremos que nesta altura a Corte portuguesa estava no Brasil por via das invasões francesas e terá sido essa fuga que impediu o pagamento a Filinto da sua tradução. Assim mesmo, esta postura de Francisco Manuel é reveladora do trauma inquisitorial que o perseguia.

The Treatise on the Astrolabe by Geoffrey Chaucer: an investigation of interesting features related to the ASTROLABE

Michael Düring, M.A.

Dai-nos de novo o Astrolábio e o Quadrante
Velas ao vento venha a partida
Há sempre um Bojador perto e distante
Nosso destino é navegar para diante
Dobrar o cabo dobrar a vida
Dai-nos de novo a rosa e o compasso
A carta a bússola o roteiro a esfera
Alguns dentro de nós há outro espaço
Chegaremos ainda a outro lado
Lá onde só se espera
O inesperado

Manuel Alegre

1. Introduction

I intend to take the ‘tractatus de Conclusionibus Astrolabii, compilatus per Galfridum Chauciers ad filium suum Lodewicum,...’ (Chaucer, 934) as a starting point of a not merely literary discourse on the probable origin and the history of the astronomical instrument – the astrolabe. After a short description of the instrument and a preceding note on the time and circumstances of the ‘genesis’ of the *Treatise on the Astrolabe* I want to invite the reader to a short excursion to the beginnings of astrology. This will inevitably lead us to a scientist that allows a linking to the Middle Ages. I would then stay for a certain time with that interesting period relating it to Chaucer’s *Canterbury Tales* and the presence not only of the astrolabe but also of astronomy and astrology in his work. The last part is an attempt to list or to interpret the mysterious occurrences of the astrolabe in the works of Camões, Cervantes, Borges, Márquez and Eco.

Here byginneth the description of the astrelabic.

1. Thyn astrelabic hath a ring to putton on the thombe of thy ryht hand in taking the heyhte of thynges. And tak kep, for from hennesforthward I wol clype the heyhte of anything that is taken by thy rewle "the altitude" withoute mo wordes.

2. This ring rennyth in a maner turet, fast to the moder of thyn astrelabic, in so rowm a space that hit disturbeth nat the instrument to hangen after his rihte centre. [Figure 1]



[Figure 1]

3. The Moder of thin astrelabic is the thickest plate, perced with a large hole, that recevieth in hir wombe the thynne plates compownded for diverse clymatz, and thy riet shapen in manere of a net or of a webbe of a loppe. And for the more declaracioun, lo here the figure. [Figure 2]



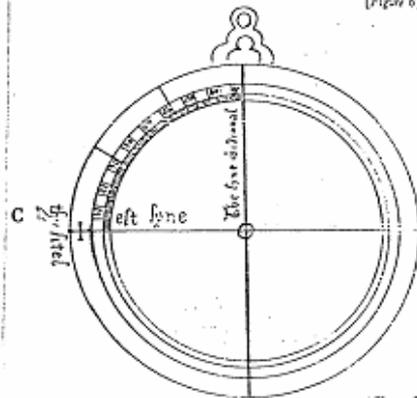
It is to be used on the habbit of a line & comes to the ring below to the nextest distance of

minutes, that is to seyn, minutes of an howre. And for more declaracioun, lo here the figure. [Figure 3]

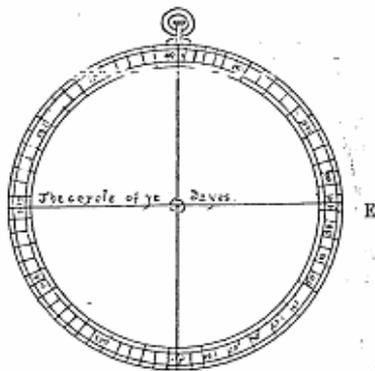
[Figure 3]



[Figure 3]



[Figure 4]



[Figure 5]

10. Next the cercle of the dayes foloweth the Cercle of the names of the Monthes; that is



[Figure 6]

2. Chaucer's *Treatise on the Astrolabe*

Looking upon a very curious work of the Middle English period it would first be interesting to find out who it was to whom Geoffrey Chaucer dedicated his work or better for whom he wrote it.

Litell Lowys my sone, I have perceived well by certeyne evidences thine abilite to lerne sciencez touchinge noumbres and proporciouns; and as wel considere I thy bisi preyere in special to lerne the tretise of the Astrolabie... (Chaucer,908)

That is the way the Prologue of the treatise starts. Little Lewis is presumed to be Chaucer's illegitimate son. Why should we not look at this work as the first piece of children's literature? Lewis was born in 1380 – the very same year when Chaucer was sued for rape of Cecily Champain. Chaucer finally was granted release by her but Lewis might be the consequence of this episode?. But this is “mere conjecture” as Skeat points out in his *Oxford Chaucer*. The prologue from which I quoted only the beginning is our only example of Chaucer's free composition in prose. The work was planned to be in five parts:

The first partie of this tretis shal reherse the figures and membres of thin astrolabie...
The second partie shal teche the werken the verrey practic of the forseide conclusiouns...
The 3 partie shal contienen diverse tables of longitudes and latitudes of sterres fixe for the astrolabie, and the tables of declinations of the sonne, and the tables of longitudes of citez and of townes- and as wel for the governance of a klokke as for to finde the meridian- ...
The 4 partie shal ben a theorik to declare the moevinge of celectial bodies with causes ...
The 5 partie shal ben an introductorie after the statutz of owr doctours, in which thou maist lerne a gret part of the general rewles of theorik in astrologie. (Prologue, p.909,69ff)

This means that the description of the parts of the astrolabe was to be part one, the forty astronomical problems for the astrolabe part two, and that he had intended to add tables of the position of the planets in relation to the longitudes of cities as the third, tables of the position of the planets in relation to the moon as the fourth, and finally he had planned to conclude with a couple of rules of astrology as the last part. But Chaucer must have grown tired or bored with his enterprise and he left his work as many others uncompleted. he only managed Parts I and II. When Chaucer wrote it in 1391 Lewis was a scholar at Oxford under the tutelage of “N. Strode”. (mentioned at the end which is in Latin p.934) N. Strode is unidentified, but Ralph Strode was the London lawyer to whom Chaucer dedicated *Troilus and Criseyde*.

It is now established that before taking up his London legal career, this Strode had been fellow of Merton College, Oxford – the 14th century English centre of astronomical calculation.

When Chaucer wrote his *Treatise of the Astrolabe* he was on the height of his poetic powers. It seems therefore strange that Chaucer spent time on this laborious compilation. Why should he do so? Perhaps because he was interested in it for its own sake or that such a book was not available in English at all, and no one else was present who could write it for him? Chaucer's source was supposed to be an Egyptian Jew – Messahalla (about 800 A.D.), thought to be the first who translated a treatise on the astrolabe into Latin. But it was later found out that the version ascribed to him was only written in the 13th century. It remains a mystery whose translation Chaucer used to copy or, rather, to translate from. The fact of writing such a treatise itself was revolutionary, as no other attempt had been made before to use the common language for scholastic purposes.

3. Description of the astrolabe

As the word 'astrolabe' has occurred few times in the preceding text, it is now high time to give the reader a rough idea of the instrument itself before going on to examine the 'thing-a-magic' any further...

I must confess that after many hours (and various attempts) trying to understand the astrolabe completely I finally had to give it up rather disillusioned. What is to follow can therefore only claim to be an attempt at conveying an idea of the main features of its construction.

The astrolabe is an instrument to determine the position of the planets at any time of day or season or, conversely, to determine the date and the time of day when the position of the planets are known. Since it can be made small enough to be portable, it was in effect the medieval pocket watch, but was used less to tell time than to calculate the position of the stars for prophesying purposes, diagnosis or divination.

It had several principal parts (see figures at the beginning):

A – a ring to put in your thumb ('thoumbe')

B – a mater ('moder') – which is a base plate representing different latitudes ('diverse clymatz') and an open pattern disk ('a net or a webbe of a loppe')

C – 360 degrees representing 4 x 90 degrees to measure distances with and to tell the time

D – circle of 12 signs Aries, Taurus, Gemini, Cancer, Leo, Virgo, Scorpio, Sagittarius, Capricornus, Aquarius, Pisces, Libra

E – circle of the days

F – circle of the months

G – general view (at the back of the page) – here you see the pin and a straight rule (the alidade) used for sighting objects in the sky this rule made it possible to use the astrolabe for surveying applications – e.g. determining the height of a mountain ...

Professor Neugebauer describes its construction as follows:

The celestial sphere is projected from its South pole onto the plane of the equator. Thus the solstitial circles and the equator are mapped into concentric circles, preserving angular distances on these circles. The innermost circle is the image of the summer solstitial circle, the outer circle representing the winter solstitial circle forms the rim of the instrument. This rim is divided into 360° , measuring equinoctial time (right ascension).

The ecliptic is a circle which touches the solstitial circles. In the instrument the ecliptic is represented by the “spider”, a circle which carries the 12 divisions of the zodiac (of course no longer equidistant) and which turns around the center of the instrument, i.e. the North pole.

For a given geographical latitude the horizon is mapped onto a circle which intersects the equator at two diametrically opposite points. The parallels of equal altitude (called *almucantarats* by the Arabs) form a family of circles which, with increasing altitude, converge toward a point which is the image of the zenith. All these circles lie in the upper part of the instrument, bounded by the horizon. Below the horizon, 11 curves are drawn which represent the seasonal hours for the given latitude. The sixth curve is simply a straight line, passing through the center, and representing the meridian. The hour curves can be found as follows. Draw a circle with the North pole as center and consider only the arc below the horizon, limited by the intersections with the horizon. Divide this arc into 12 sections of equal length. This gives 11 dividing points, not counting the end points on the horizon. If the sun travels on the given circle, which is a parallel circle to the equator, then the dividing points represent the seasonal hours of the night for the day in question. If we repeat this construction for all parallels between the solstitial circles (these included) we obtain the hour curves as loci of the dividing points. If we know the longitude α of the sun, e.g. from a table, and if an hour of the night is given, we can turn the point α of the spider on the corresponding hour line and we know the exact position of the zodiac for the given moment. If an hour or daylight is given, the point $\alpha + 180$ lies on the corresponding hour line.

The spider, at its point of contact with the outer rim, has an “index” which measures the rotation of the ecliptic in the right ascension. The spider also has a certain number of pointers, projecting into the interior or exterior field of the ecliptic. The endpoints of these pointers correspond to the projections of important fixed stars, such as Vega, Arcturus, Spica etc. These stars move with the ecliptic around the North pole. The name spider is obviously derived from this web which turns above the disk of the instrument.

The reverse of the instrument is used as a sighting apparatus for measuring altitudes. By suspending the disk of the astrolabe on a vertical diameter, its plane falls in the plane of a circle of altitude. Around the center moves a sighting device, the “dioptra”, which can be pointed toward the sun or toward a star. Then the altitude can be read on a circle on which one endpoint of the dioptra moves. The result of such a measurement can again be used for determining the corresponding position of the ecliptic on the celestial sphere. One only has to place the point alpha of the spider on the proper circle of altitude. (Neugebauer,279)

4. An excursion into the history of astrology

During the period of the Middle Ages people believed what much of the world’s population still believes – that terrestrial events were influenced by heavenly bodies. Besides, astrology was a strong courtly interest in the 1390s in the circle of the beautiful Joan of Kent, the widow of the Black Prince, mother of King Richard II.

The planets known in the Middle Ages were Sun, Moon, Mercury, Venus, Mars, Jupiter and Saturn, which were also identified with the classical gods. Each was most influential at certain hours on certain days within the signs of the zodiac. The configurations of the planets within the signs of the zodiac were thought to govern all terrestrial events.

Therefore the astrolabe was more an astrological instrument apart from its astronomical and chronological purposes; which justifies the little ‘detour’ to come.

The beginnings of astrology date back as far as the 3000 B.C. and were found in Babylon where astronomy and religious cults were strongly interdependent and interwoven. In the ancient Middle East, astral omens were collected and the interest in the individual did not play such an important role as it did later. Predictions made were rather for the countries’ than for the individuals’ sake and concerned information/predictions on/of the weather, the expected harvest, droughts, floods as well as war and peace. The only exception was made when it came to the King’s destiny. As he was the one who financed the observatories and the astronomical instruments and also as the leader of the country the most powerful person his destiny was important to be known for the sake of the country’s destiny which was supposed to be influenced by the leader himself. The first period led in 1700 B.C. to the so-called “bible of the omen astrologers” the *Enuma Ann Enlil* an ancient Mesopotamian collection of celestial omens. Predictions made were simple conclusions-arguments of analogy as results of observations of events earlier made and saved on clay tablets. The Babylonians already found out about the regularities of the eclipses of the moon and the sun.

A new era started with Aristotle in Greece. Babylonian ideas entered Greece and in the 3rd century B.C. and perhaps somewhat earlier they began – for the purpose of predicting the course of an individual's life – to utilize some planetary omens: positions relative to the horizon, latitudes, retrogressions and other positions at the moment of birth or of calculated conception. Together with Alexander the Great we can enter the new center of intellectual activities passing across the Mediterranean to Alexandria (332 B.C.), where the Macedonian general Ptolemy had become Pharaoh. He had become an intimate friend of Alexander before he became king, and he was deeply saturated with the ideas of Aristotle. He set himself to organize knowledge and investigation. Any basics necessary for the “encyclopaedic storehouse” (H.G. Wells, 97) – the Library of Alexandria. When we come to the history of the astrolabe I will shortly refer to this important era. Egypt under the Ptolemies mathematicized the concept of a correspondence between the macrocosm (the universe) and the microcosm (the man) as interpreted in terms of Platonic and Aristotelian theories concerning the earth as the centre of the planetary system. This period contributed (though less directly) to the rise of astrology. The Egyptians constructed a calendar, containing 12 months of 30 days each with five days added at the end of the year, this was then taken over by the Greeks as a standard of reference for astronomical observations.

A change towards the belief in the stars was to be noted. Astrology was a combination of astronomy and myth – a fact that will still be found in the Middle Ages, as well as the tendency to relate pagan gods to the planets which is to some degree still present in the names of the days of the week in several languages (see copies at the end). The planet Mars was given this name because of his reddish colour which reminded people of blood and fire. They did not yet know that his ‘swelling’ had to be related to his very excentric orbit.

Still within the Hellenistic period we encounter the father of ‘modern’ astrology- Claudius Ptolemaeus (Ptolemy) who also lived in Alexandria at about 127 A.D., whose influence and importance continued till the late Middle Ages. He considered the Earth the centre of the universe (the “Ptolemaic system”). Horoscopes (literally translated – ‘watch hours’) were cast not only for the king but also for the ‘ordinary man’. The hour of the birth and the constellation of the stars at that time was the most significant information. Ptolemy predicted tendencies, predilections or the general character rather than to foresee the destiny of the individual. In that way he was less obtrusive than some of his colleagues of our present time (gutter press). At least he was more cautious than his successors.

He was convinced that the earth must be immovable which he proved as follows: If the earth rotated once every 24 hours, a body vertically thrown upward should not fall back to the same place. The geocentric system remained unchanged and undisputed until the 15th century and could only be done away with in 1543 (Copernicus) when the heliocentric system became accepted and until 1609 when it was proved by Galileo Galilei. And yet the greatest astronomer of antiquity was Hipparchus who was also Ptolemy's major source and who might be called the father of astronomy and who had anticipated heliocentrism.

5. Chaucer and Ptolemy

Geoffrey Chaucer alludes in the "Wife of Bath's Prologue" to the *Almagest* (page 281) – the *Syntaxis Mathematica* compiled by Ptolemy in about 140 A.D.. This astronomical work consists of 13 books representing a star catalog containing 1025 stars. In the late 8th century it entered the Islamic-Arabic world and only in the 12th century Europe when it was translated from Arab into Latin.

In the book *The Name Of The Rose* by Umberto Eco which offers an excellent view of the Middle Ages you will come across many books on astronomy written in Arab first before some of them were translated into Latin. Those books often were again translations and were part of the Islamic-Arabic heritage of the Greeks. When Adson and William enter the library for the first time they happen to see books by Al Chwarizimi, Ali ibn Isa (who wrote instructions for the use of an astrolabe in the late 9th century) and an Alkindi(?). This shows to some extent the scientific/cultural advantages of the Islamic conquest of Southern Europe- mainly parts of Portugal, Spain and France.

6. A short history of the astrolabe

Very few astronomical instruments have enjoyed as much popularity as the astrolabe but the material hardly goes back beyond the 10th century. About the early history very contradictory statements can be found in literature. Classical scholars tend to trace the idea of the astrolabe back to Apollonius and Archimedes (about 200 B.C.) or even to Eudoxus (about 350 B.C.). But more solid foundation we would find in Greek astronomy. Once again we look upon Alexandria where a 'horoscopium instrumentum' was known to Ptolemy. He wrote a book the *Planisphaerium* which deals with the stereographic projection. That is the underlying theory for the astrolabe (about

the delineation of the forms of solid bodies on a plane) and here he used the south celestial pole as his center of projection.

And yet the question of tracing the underlying theory goes still farther to Hipparchus of Nikaia (150 B.C.) or even to the above mentioned Appollonius of Perge (210 B.C.)?

However, the instrument known to Ptolemy was not yet a plane one but it had already the so-called 'spider' and looked more like a globe than the future astrolabe, and which was named as such for the very first time. Astrolabe meant in Greek 's.th. that gets hold of the stars'. Ptolemy was probably not the inventor as he was always more concerned about the theoretical and mathematical problems rather than the technical part of them.

It was known to the caliphs of Constantinople in about 399 A.D.. At about 530 the noun 'astrolabe' was used in the Byzantine Middle Ages and was described by the first Christian (natural) scientist John Philopones.

In the ninth century it came probably via some Syrians to Bagdad. An instruction by the earlier mentioned Al Chwarizimi dates back to 840 and included its use for casting horoscopes, for chronological, for navigational purposes and especially for religious reasons (the direction where to pray to, the five times when to pray and the fasting period). They called it 'asturlab' taking the name from Greek.

But how did it then pass from the East to the West? Here the astrolabe was the epitomy of satanic evils and astrology was looked at very suspiciously. In the early Middle Ages, for example, the bishop Isidor of Seville (630 A.D.) draws a clear dividing line between astrology and astronomy, by which astrology is criticized as mere superstition. Even Charlemagne (about 800) ignored the astrolabe and dedicated himself to the serious study of the cosmology of the late antiquity without any interest in astrology.

In Córdoba, the center of Islamic Spain, the astrolabe was used about 960 A.D.. But who was now the one to introduce it to Northern Europe – or better to Christianity?

It could have been the very worldly Gerbert de Aurillac who came to Catalónia in 967 and who later in 972 teaches about another antique instrument the 'abacus' and the 'monochord'. Especially the abacus becomes very important for algebra and the introduction of Arab numbers instead of Latin ones which did not have a 'zero'. In 984 he asked in Barcelona for more works of Arab astronomers and mathematics. Maybe the Latin prototype of the astrolabe comes from there. As Silvester II, Gerbert was appointed pope in 999 by the German emperor Otto III.

The most significant Latin version was written between 1045-1050 by Hermann of Reichenau in a monastery founded by the same Otto III. This was strongly influenced by the erudition of Fleury- in deep contrast to Cluny

where praying and choral singing dominated. When, for instance, Gerbert de Aurillac was looking for a certain work by Cicero, he asked for it in Fleury. but what was important about the instructions by Hermannus Contractus (because he was paralysed) was the subsequent propagation to the new centres of modern education- as the universities of Paris, Lüttich and Oxford and the obliteration of the old prejudices concerning astrology. The astrolabe was now used to support astronomical observations.

During the 12th century the opinions are divided – some go back to the old prejudices of Isidor of Seville, others do seriously investigate the origins of the ‘sphaera plana’, for the work *Planisphaerium* by Ptolemy was not longer unknown. Under the reign of Frederick Barbarossa the belief in the stars seems to become a political factor, as the emperor wants to demonstrate that he commands time and space and in opposition to his greatest enemy- the pope. In a battle of 1239 he made the departure of his troops depending on a certain constellation.

Thomas Aquinas saw some danger in the possibility to control time. He defended a church not limited by time. He argued that in order to know when lunch starts it is not necessary to have an astrolabe.

Roger Bacon, praised by William of Baskerville in Eco’s book, did admire Ptolemy’s astrolabe but did not think the medieval astrolabe useful except for chronological purposes. In the early 14th century older chronological instruments were superseded by the invention of mechanical clocks. At about the same time it was proved that the astrolabe was fairly imprecise. Therefore the instrument lost some of its effect and this was exactly when people like Chaucer took it up, maybe as a result of their curiosity and the wish to apply it for astrological purposes- an aura of mysticism was attached to it from now on.

In the 15th century it was simplified by the Portuguese and was applied for navigational purposes only; it was only used to measure the height of the sun or of the stars.

7. Chaucer and astronomy

In Chaucer’s day astronomy consisted of at least three parts:

astrology that is, predictions and evaluations of good and bad destinies were made

mythology, for the stars were thought to have personalities associated with the names of pagan gods,

theology, for the influence of the stars was part of the mechanism through which God's love of the world was thought to be mediated.

Chaucer believed that each sign of the zodiac dominated a certain part of the human body and he wanted his son to find out about those relations.

If you consider mere books of instruction written for the young as children's books, then my thesis of Chaucer's work being one of the earliest forms of children's literature could be true. I leave this decision entirely to the reader but would, of course, appreciate your opinion. Let us therefore move back to Chaucer's relation to astronomy.

In order to prove Chaucer's strong connection to celestial processes it would be interesting to examine his *Canterbury Tales*.

I have earlier referred to the "Wife of Bath's Prologue" where she mentions twice the great Ptolemy whose work somewhat seems to justify her acting. Later she quotes Venus and Mars as being responsible for her vivacity—the connection of Aphrodite and Ares – of love and war.

For Venus sent me feeling from the stars and my heart's boldness came to me from Mars. Venus gave me desire and lecherousness and Mars my hardihood, or so I guess, born under Taurus and with Mars therein. Alas, alas that ever love was sin! (CT III,609-614)

She is led by the stars under the power of her constellation and yet she asks to be "saved by God above (III,621). That shows us to some extent that astrology was part of religion even though it was not the church's wish to be like this. It seems as if there was no other way for the Wife of Bath but the way the stars conducted her. And it may well be that Chaucer had based her character upon her horoscope.

But we find Mars already in "The Knight's Tale", which leads us directly back to the origins of what came to influence the Middle Ages – the already mentioned mythology attached to pagan gods and the Babylonian and Egyptian roots of astrology. The course of the events depends on fortune, destiny and chance. Arcita says to Palamon:

Fortune has given us this adversity,
Some wicked planetray dispensation,
Some Saturn's trick or evil constellation
Has given us this,... (CT I,1086-1089)

Determinism as it is also described in in Boethius' *De consolacione Philosophiae* and his image of love and destiny seem to have had a strong effect on Chaucer. What Boethius called "providentia" (Cons. VI, prose 6) is

called “purveiaunce of God” – God’s providence (CT I,1252) and it seems as if the stars are just subjugated to the “providentia”. The tournament shall force Fortuna to show her will and under the bad effect of the stars it takes its divine course with the result that “Palamon was espoused to Emily” (CT I,3098).

Even the not highly educated host of The Tabard Inn refers to the height of the sun in astronomical terms in the “Introduction to the Man of Law’s Tale” (CT II,1-14) and knows that it is ten o’clock.

What is even funnier seems the Chaunticleer in the “Nun’s Priest’s Tale” who is able by nature to time his crowing according to each ascension of the equinoctial in the town and he crows when 15 degrees are ascended.

8. The astrolabe in literature

In the last part of my paper I will now come to some of the appearances of the astrolabe in literature. Apart from his *Treatise* Chaucer had also given his Nicholas in the “Miller’s Tale” an astrolabe for his astronomical observations (CT I,3209) beside the already mentioned *Almagest*.

I have already mentioned the simplified version of the astrolabe. It was used not only by the Portuguese but also by Christopher Columbus. It is known that he had an astrolabe when he sailed to America to measure the height of the Pole Star with. An yet for most of the sailors it was difficult to handle. In 1497 Vasco da Cama tested the instrument sailing along the African coast on his way to India. And when the great Luís de Camoes celebrates the Portuguese people in his *Os Lusíadas* (1572) he praised “lo novo instrumento do astrolábio” probably thinking as many of the Portuguese still do that it were they who had invented the astrolabe. Portugal at his time was already in decay losing its former power. In Portuguese literature this is an always reoccurring subject- the grief over the lost glories of the time when for instance the astrolabe was still in use (for navigation). The following poem is an example for this sense – it is by a modern 20th century poet – Manuel Alegre: (here just the English version of the poem quoted from at the beginning)

O give us anew the Astrolabe and Quadrant
Sails unfurled let us away
There are always frontiers far off and near
Right onward we are bound to steer
Past the cape surpassing life
O give us anew the wind-rose and measure
The chart the compass the route the sphere
There is somewhere another somewhere within us

And we shall yet reach some other place
There where nothing lies in wait
But what we cannot anticipate. (translator unknown)¹

Let us once more go back in time and look at Miguel de Cervantes *Don Quijote* (1615) where the instrument is completely taken out of the real into the fictitious world. It appears in that scene where Sancho Pansa and Don Quijote enter a ship which is supposed to be enchanted. The farmer who remains on shore is convinced that the ship has not moved an inch, but the confused knight Don Quijote thinks they have already travelled a hundred of miles. He says that if he had an astrolabe to measure the height of the Pole he could tell how far they have got. At this time the astrolabe had long ceased to be of any scientific value (1609 – with Galileo Galilei's telescope a new era had begun).

In the 20th century we suddenly find the astrolabe again in works of the Magic Realism, especially of Latin America. In *Hundred Years of Solitude* (1967) by Gabriel García Márquez a travelling gypsy- José Arcadio Buendías tries to introduce the most important inventions to a Columbian village with a delay of hundred years. He tries to replace the natural intuition of the inhabitants by applying some fantastic sciences related to instruments steeped in symbolism. Let me quote a small part of the German translation.

Er gab ihm die Dublonen gegen das Brennglas zurück und überließ ihm überdies einige portugiesische Landkarten und verschiedene nautische Geräte. Außerdem stellte er ihm eine eigenhändig niedergeschriebene Kurzfassung der Studien des Mönchs Hermann zur Verfügung, damit er sich des Astrolabiums, der Magnetnadel und des Sextanten bedienen konnte... (Márquez,p.9-10)

It seems as if the compass and the sextant were also described by Hermann of Reichenau. Anyway the astrolabe was thrown to pieces by Ursula in a outrageous fit of passion.

Jorge Luis Borges alludes to the astrolabe in *The Aleph* (1949) and here I think it stands as a symbol that mirrors a certain period of history- here the era of reorganizing religious life (which had to do with the creation of new cities as well) about the beginning of the second millenium.

It also shows the incessantly made attempt of mankind to reorganize its life- to draw a new picture of its future. The aleph- is this the point of all the points in a room or the infinite space, the point through which you can see the whole universe? Today travelling has become useless; mountains approach Mohammed and not the other way round, writes Borges and refers

¹ *Diário de Notícias*, edição nº 44 948, 1992.

to that mirror of the world which made it impossible even to travel back in history. Looked upon it in that way the astrolabe stands beside other symbols of the same "picture" and would have its position beside the sundial, the celestial globe of late antiquity, the water clock and the computus of the early Middle Ages, the telescope and the microscope of the early modern age and the space shuttle and the computer of our own time.

In a book I have already referred to, *The Name of the Rose*, by Umberto Eco, the protagonist William of Baskerville uses also an astrolabe which unfortunately cannot help them to find their way in the labyrinthine library, as there is no sky to be seen. And yet Umberto Eco includes all possible medieval devices instrumental to his detective story. That non-Christians contributed a lot to today's knowledge becomes obvious in his novel. It was not only the astrolabe that came upon us via some Moorish scientists, but also the works of Aristotle. Eco's book helps us to understand the Middle Ages better and gives us directions to find a possible way out of the labyrinth of history itself.

I must apologize if along the way I sometimes got entangled into the labyrinth myself. The remark I had made about the *Treatise on the Astrolabe* being the first piece of children's literature must also remain proven, for I lack the knowledge that would allow me to prove it. The fact that it was written for a child will probably not suffice by itself, for childhood at that time was already over at the age of about 7 years and young Lewis was already studying when he was given the *Treatise*.

Chaucer, at least, was not as keen on the subject of my paper as the French philosopher Peter Abaelard who in 1118 christened his son "Astralabius".

Bibliography

Primary texts:

Cervantes Saavedra, Miguel de. *Der scharfsinnige edle Herr Don Quijote de La Mancha*. München: Heyne, 1990.

Chaucer, Geoffrey. "The Canterbury Tales" and "The Treatise on the Astrolabe". *The Complete Poetry and Prose of Geoffrey Chaucer*. ed. by John H. Fisher Holt, Rinehart and Winston, Inc. 1989 (2nd ed.).

Eco, Umberto. *Im Namen der Rose*. München: DTV, 1993.

Márquez, Gabriel García. *Hundert Jahre Einsamkeit*. Berlin und Weimar: Aufbau-Verlag, 1986.

Borges, Jorge Luis. "Das Aleph". *Die Bibliothek von Babel – Erzählungen*. Bd.1. Berlin: Verlag Volk und Welt, 1987.

Camões, Luís de. *Os Lusíadas*. ed. by E.P. Ramos. Porto: Porto Editora, LDA., 1980.

Further readings:

"Astrology". *Encyclopaedia Britannica*. Micropaedia and Macropaedia. Encycl. Britann., Inc., 1985.

Bergmann, Werner. *Innovationen im Quadrivium des 10. und 11. Jahrhunderts*. Studien zur Einführung von Astrolab und Abacus im Mittelalter. Wiesbaden: Steiner-Verlag, 1985.

Borst, Anno. *Barbaren, Ketzler und Artisten*. München-Zürich: Piper, 1988

_____. *Astrolab und Klosterreform an der Jahrtausendwende*.

(Sitzungsbericht der Heidelberger Akademie der Wissenschaften – Philosophisch-historische Klasse) Bericht 1, 11.02.1089.

_____. *Propyläen Weltgeschichte Bd.5*. Hg. Golo Mann S. 543-549. Berlin: 1960-1964.

Brewer, Derek. "Chaucer and Arithmetic" In *Medieval Studies Conference, Aachen 1983*. Eds. Wolf-Dietrich Bald and Horst Weinstock.

Frankfurt/M.: Verlag Peter Lang, 1984.

Frank, Josef. *Zur Geschichte des Astrolabs*. Habilitationsschrift. Erlangen: Uni-Buchdruckerei von Junge & Sohn, 1920.

Gurjewitsch, Aaron. *Mittelalterliche Volkskultur*. München: C.H. Beck, 1987.

Kohl, Stephan. *Das englische Spätmittelalter*. Tübingen: Niemeyer, 1986.

Neugebauer, Otto. *Astronomy and history: selected essays*. New York, Berlin: Springer, 1983.

Päch, Susanne. *Astronomie von den Anfängen bis zur Gegenwart*.

Düsseldorf: Econ-TBV, 1986.

Ptolemaeus, Claudius. *Der Sternenkatalog des Almagest, die arabisch-mittelalterliche Tradition*. Hg. Paul Kunitzsch. Wiesbaden: Harrassowitz, 1986.

Wells, H.G. *A short history of the world*. Harmondsworth: Penguin Books, 1965.

Lexicométrie I

Le test *t* de Student-Fisher ou la régression linéaire?

André Camlong
Universidade de Toulouse Le Mirail

En matière de lexicométrie et de comparaison de textes, on ne peut pas en 2003 procéder comme on le faisait dans les années 1960 ou 1970 étant donné que la puissance de calcul liée à la puissance des ordinateurs permet de brasser rapidement des textes entiers et de ne plus se contenter de maigres échantillons. Nous voudrions ici montrer combien la pratique de certains tests était pernicieuse, combien d'erreurs ont pu être commises lorsqu'on se réclamait d'une statistique hautement spéculative ou non paramétrique.

Pour ce faire, nous allons tout simplement reprendre les textes des huit contes en prose de Perrault qui nous avaient déjà servi de support dans la rédaction de *Stablex pratique* en 1991 et de la *Méthode d'analyse lexicale, textuelle et discursive* en 1996. Nous mettions alors en garde le lecteur contre toute pratique désastreuse de tests qui, à l'instar du Canada Dry, avaient toutes les apparences de la statistique, mais n'en avaient que les apparences. Dans le chapitre 6 de la *Méthode*, intitulé *De la statistique spéculative et de la statistique non paramétrique*, nous nous adressions aux "analystes de tout poil non formés aux sciences statistiques et mathématiques" à qui nous avons essayé de "montrer les limites et les dangers de l'échantillonnage lorsque l'échantillon est mal défini, lorsque la méthode est mal maîtrisée et lorsque le domaine d'application de s'y prête pas". Nous avons ainsi averti le lecteur de la nature du critérium du khi deux de Pearson, amplement confondu avec les test de normalité du khi deux de Fisher, que nous avons rangé dans la rubrique de la statistique "spéculative", et nous avons à peine signalé "l'impertinence" des tests hypothético-déductifs de Snédécour (appliqués à la comparaison des variances intragroupes et intergroupes) et de Student-Fisher (appliqués à la comparaison des moyennes dans des échantillons de petite taille (ayant un nombre d'individus inférieur à 30).

Comme les limites de l'ouvrage ne nous permettaient pas alors d'aller au-delà du simple avertissement, nous souhaitons aujourd'hui élargir notre démonstration en abordant de deux façons différentes le problème de la comparaison de deux textes: dans l'une en utilisant le test de Student-Fisher et dans l'autre, la méthode de calcul des résidus et de la corrélation simple.

Pour que la comparaison ait la valeur didactique pédagogique que nous souhaiterions lui donner, les huit contes de Perrault sont appariés ou indexés deux par deux, suivant l'intégralité des textes. On verra ainsi quelles sont en matière de statistique descriptive les limites et l'impertinence du test de Student-Fisher (que d'aucuns veulent encore appliquer à l'analyse des textes) en comparaison de la précision et de la rigueur exprimée par le calcul de la régression linéaire.

1. Le corpus et les données statistiques

Les huit contes de Perrault sont assortis de 28 couples lexicalement appariés suivant les principes de la combinaison mathématique bien connue: $C^2_8 = (\text{factorielle } 8 !)$ sur $(\text{factorielle } 2 ! \text{ factorielle } 6 !)$ = 7 fois 8 sur 1 fois 2 = 28.

Grâce à Stablex nous avons relevé exhaustivement le vocabulaire des 28 couples et dégagé à chaque fois la TDF (la table de distribution des fréquences), c'est-à-dire le *status* de la population qui devenait objet d'analyse. Nous avons alors procédé systématiquement au calcul du T de Student-Fisher, en appliquant le test du même nom, et, parallèlement, au calcul des résidus et de la corrélation simple.

Nous allons expliquer les méthodes de calcul pratiquées lorsque nous allons faire la critique de chaque méthode.

Momentanément nous ferons quelques commentaires préliminaires sur les résultats des opérations que nous avons effectuées dans les deux cas et que nous avons rassemblés dans le tableau qui suit.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Tx/Ty	X	Y	N	\bar{X}	\bar{Y}	Diff	T	t	Prox	r ²	r	R
T1/T2	3627	781	49	74	16	58	4,63	2,628	non	0,737	0,858	1
T1/T3	3627	2000	53	68	38	30	2,516	2,624	oui	0,925	0,962	4
T1/T4	3627	1742	51	71	34	37	2,845	2,626	non	0,905	0,951	3
T1/T5	3627	939	47	77	20	57	4,231	2,63	non	0,888	0,942	3
T1/T6	3627	2509	59	61	43	19	1,674	2,619	oui	0,915	0,957	4
T1/T7	3627	2702	60	60	45	15	1,364	2,618	oui	0,929	0,964	3
T1/T8	3627	3808	59	61	65	3	0,244	2,619	oui	0,909	0,954	4
T2/T3	781	2000	39	20	51	31	3,187	2,642	non	0,791	0,89	3
T2/T4	781	1742	34	23	51	28	2,991	2,652	non	0,745	0,863	3
T2/T5	781	939	31	25	30	5	0,753	2,66	oui	0,847	0,92	3
T2/T6	781	2509	42	19	60	41	4,024	2,637	non	0,732	0,856	2
T2/T7	781	2702	50	16	54	38	4,244	2,627	non	0,771	0,878	2
T2/T8	781	3808	51	15	75	59	5,107	2,626	non	0,685	0,827	3

T3/T4	2000	1742	47	43	37	5	0,572	2,63	oui	0,85	0,922	2
T3/T5	2000	939	39	51	24	27	2,706	2,642	non	0,908	0,953	4
T3/T6	2000	2509	51	39	49	10	1,018	2,626	oui	0,912	0,955	4
T3/T7	2000	2702	54	37	50	13	1,381	2,623	oui	0,948	0,973	2
T3/T8	2000	3808	59	34	65	31	2,884	2,619	non	0,91	0,954	5
T4/T5	1742	939	39	45	24	21	2,325	2,642	oui	0,779	0,883	2
T4/T6	1742	2509	50	35	50	15	1,567	2,623	oui	0,795	0,891	3
T4/T7	1742	2702	54	32	50	18	1,901	2,623	oui	0,838	0,916	4
T4/T8	1742	3808	56	31	68	37	3,295	2,621	non	0,849	0,921	5
T5/T6	939	2509	43	22	58	37	3,555	2,636	non	0,864	0,929	2
T5/T7	939	2702	45	21	60	39	3,994	2,633	non	0,895	0,946	2
T5/T8	939	3808	51	18	75	56	4,964	2,626	non	0,852	0,923	3
T6/T7	2509	2702	54	46	50	4	0,353	2,623	oui	0,889	0,943	4
T6/T8	2509	3808	56	45	68	23	1,976	2,621	oui	0,882	0,939	2
T7/T8	2702	3808	60	45	63	18	1,726	2,618	oui	0,867	0,931	3

Les données des différentes colonnes:

- colonne 1 : indication des textes appariés (exemple T₁/T₂; T₁ = *La Belle au bois dormant*, T₂ = *Le Petit Chaperon rouge*)
- colonne 2 et 3 : les occurrences des variables appariées X et Y (X = T₁ et Y = T₂)
- colonne 4 : le nombre N de couples X,Y formés dans le lexique
- colonne 5 et 6 : les moyennes arithmétiques \bar{X} et \bar{Y} des variables appariées
- colonne 7 : la différence D des moyennes
- colonne 8 : la valeur T du test de Student-Fisher donnée par la formule $T = \frac{D}{\sigma_D}$
- colonne 9 : la valeur t de la table de Student-Fisher calculée avec une probabilité de 1% à 2(N – 1) ddl (degrés de liberté)
- colonne 10 : le résultat du test concernant la proximité des textes appariés porte la mention « oui » si le test est probant (T ≤ t), et la mention « non » s'il n'est pas probant (T > t) (rejet de l'hypothèse nulle H₀).
- colonne 11 : la valeur du coefficient de détermination du couple donnée par la formule matricielle d'Excel (elle indique en % le taux de liaison des deux variables)
- colonne 12 : la valeur du coefficient de corrélation $r = \frac{\sum xy}{\sqrt{\sum x^2 \sum y^2}}$ (racine carrée du coefficient de détermination)
- colonne 13 : le nombre de lignes à éléments résiduels.

Les lignes des éléments résiduels sont immédiatement identifiées à partir de la valeur globale des fréquences et, par discrimination ou lemmatisation, ce sont les éléments résiduels eux-mêmes qui sont identifiés au moyen de la règle de calcul mentionnée dans la *Méthode* (au chapitre V). Rappelons que le nombre d'éléments résiduels de la ligne est donné par la TDF (3^{ème} colonne).

Rappel de l'identification des 8 contes, et donc des 8 textes:

- $T_1 = La\ Belle\ au\ bois\ dormant$
- $T_2 = Le\ Petit\ Chaperon\ rouge$
- $T_3 = La\ Barbe\ bleue$
- $T_4 = Le\ Maître\ Chat\ ou\ le\ Chat\ botté$
- $T_5 = Les\ fées$
- $T_6 = Cendrillon\ ou\ la\ Petite\ Pantoufle\ de\ verre$
- $T_7 = Riquet\ à\ la\ Houppé$
- $T_8 = Le\ Petit\ Poucet$

Le lecteur pourra se reporter utilement au chapitre IV de la *Méthode d'analyse lexicale, textuelle et discursive* où sont données les définitions et les propriétés de la corrélation et où sont exposées les méthodes traditionnelles de calcul, surtout s'il veut vérifier la qualité des résultats obtenus.

- dans les deux premières colonnes figurent les valeurs primitives appariées de X et de Y
- dans les deux colonnes suivantes on calcule les valeurs centrées x, y ($x = X - \bar{X}$ et $y = Y - \bar{Y}$)
- dans les trois colonnes suivantes on calcule les carrés x^2, y^2 , le produit $x.y$ et les sommes $\sum(x^2), \sum(y^2)$ et $\sum(x.y)$
- en bas des colonnes on peut alors calculer les coefficients d'estimation $a = \frac{\sum xy}{\sum x^2}$ et $a' = \frac{\sum xy}{\sum y^2}$, le coefficient de corrélation $r = \frac{\sum xy}{\sqrt{\sum x^2 \sum y^2}}$, le coefficient de détermination $r^2 = a.a'$, le coefficient de résistance $\rho = \sqrt{1 - r^2}$, l'écart type $\sigma_y = \sqrt{\frac{\sum y^2}{N}}$ de Y, et donc l'écart type lié $u = \rho.\sigma_y$
- dans la colonne suivante on calcule les valeurs de la droite de régression $Y' : Y' = ax + \bar{Y} \pm 2u$
- enfin dans la dernière colonne on calcule les valeurs résiduelles de R : $R = \frac{Y - Y'}{u}$

Rappelons succinctement comment il faut opérer sur la feuille de calcul d'Excel pour calculer manuellement les valeurs des coefficients de corrélation, de détermination, les écarts type, les ajustements et les résidus:

C'est ainsi que la statistique paramétrique descriptive donne la mesure de tous les biais concernant tous les éléments constitutifs de la corrélation. La lexicométrie ouvre alors la voie à l'analyse lexicale, textuelle et discursive, avec toute la précision, toute la justesse et toute la pertinence qui sont celles des méthodes de calcul de l'ajustement de Y sur X.

Néanmoins, en 2003, il convient d'utiliser tout le potentiel de calcul d'Excel (ou des autres produits du marché), sachant qu'on ne fera pas mieux en termes de calcul ou de gain de temps. On risque au contraire de commettre plus d'erreurs en le faisant manuellement. Mais il n'est jamais inutile de savoir exactement ce que l'on fait, surtout en matière de statistique on l'on peut facilement prendre les vessies pour des lanternes, ce qui est dangereux, comme on va le voir tout de suite dans cet article.

Compte tenu de la rapidité d'exécution dans le relevé de vocabulaire d'un texte et dans la confection de la TDF (table de distribution des fréquences), il va de soi que les tests d'estimation sur échantillon n'ont aujourd'hui aucun sens, comme nous le montre l'exercice fait sur les 8 contes de Perrault.

L'analyse résiduelle et l'analyse de la corrélation linéaire entre T_1 et T_2 montrent que T_2 affiche un emploi excédentaire à la fréquence 14 où sont concernés 4 éléments, 3 mots grammaticaux (*c'*, *comme* et *par*) et le nom propre «*Loup*» exclusif de T_2 , le principal responsable du «résidu».

Dans la paire T_1/T_3 , il y a 4 lignes de résidus: aux fréquences 19, 9, 4 et 2. A la fréquence 19 les responsables sont «*Barbe-bleue*» et «*riem*»; à la fréquence 9 il y a 13 éléments qu'il faut discriminer; à la fréquence 4 il y en a 48, et 206 à la fréquence 2. Il faut utiliser la règle à bon escient, tel qu'indiqué au chapitre V de la *Méthode*.

Dans la paire T_1/T_4 , 3 lignes de résidus: aux fréquences 68, 37 et 4. Le nombre d'éléments de chaque ligne est donné par la TDF.

Nous voyons que la statistique ne dit rien sur l'essence des phénomènes, ce n'est pas son rôle.

En revanche, c'est là sa finalité, elle fait voir les phénomènes qu'elle met en évidence à la fois quantitativement et qualitativement. Il faut se laisser guider par la mesure quand on veut parler de grandeurs mesurables. Alors tout devient précis, indiscutable, observable, vérifiable. On peut toujours recalculer, on retrouve toujours la même mesure. C'est à ce prix que la statistique est une servante fiable et fidèle, mais il ne faut pas lui demander de sortir de son rôle.

2. Le test t de Student-Fisher

Personne ne peut contester la paternité des huit contes en prose de Perrault et donc personne ne peut contester la parenté ou la proximité des textes suivant les principes d'écriture.

Si donc le test de Student-Fisher était valable pour l'échantillon, il devrait l'être de toute évidence et a fortiori pour le texte tout entier. Si tel était le cas, les tests pratiqués sur les 28 couples de lexiques devraient être probants. Hélas! la réalité est toute différente, on ne vérifie rien de tout cela.

Sur les 28 couples, il y a exactement 14 tests probants et 14 tests non probants: 50% de probants et 50% de non probants. Que faut-il en déduire? Qu'est-ce qu'il y a de juste et qu'est-ce qu'il y a d'erroné? On a, statistiquement parlant, une chance sur deux de se tromper en affirmant ou l'un ou l'autre, en disant blanc ou en disant noir. Où est le sérieux de l'affaire? C'est la première observation. Rappelons que le test est probant lorsque $\leq T \leq t$.

La deuxième observation, c'est qu'il ne faudrait pas demander à la statistique d'aller au-delà de ses possibilités. Il ne faut pas lui demander de se prononcer sur la paternité de deux textes même si le test est probant. Elle ne se prononce que sur les phénomènes de distribution des populations. Nous ne le soulignerons jamais assez: en règle générale l'analyse statistique est impuissante à résoudre les problèmes dans leur essence.

Ces deux observations préliminaires nous montrent d'entrée de jeu les limites du test t de Student-Fisher. Lorsque le résultat est probant, on peut sans doute se prononcer sur la "proximité" lexicale des deux textes appariés, mais en aucun cas on ne peut se prononcer sur la paternité. En matière de lexicométrie, quelle est d'ailleurs la nature du rapport entre deux textes avec les problèmes de paternité de ces textes?

Autre limite du test: il donne, sur échantillon normalement, une indication de portée générale, mais en aucun cas il ne donne une appréciation de contenu ou de détail.

Nous avons soumis à l'épreuve du test t de Student-Fisher les 8 contes de Perrault, pour mieux en voir les limites, si tant est qu'il ait une capacité de pronostic sur la «proximité des lexiques». Les résultats donnés à la colonne 9 du tableau ci-dessus sont suffisamment clairs pour nous dispenser de tout commentaire: 14 "oui" (si $T \leq t$) et 14 "non" (si $T > t$). En dehors d'un jeu de calcul complètement réducteur, on ne sait rien ni des lexiques, ni de l'appartenance des textes (ils sont tous de Perrault, on le sait parfaitement).

Si l'on en croit les résultats, on doit dire que T_1 et T_2 n'ont "aucun lien de parenté", ni "aucun lien lexical" (excusez du peu!), puisque $T = 4,63$ est supérieur à $t = 2,628$. Foin d'élucubrations.

Quelles sont les raisons de ce résultat, compte tenu de la nature du test et des calculs qui sont effectués?

Les raisons y sont d'une autre nature: elles tiennent au mode de calcul d'une part et part d'abord à la longueur même des textes et ensuite à la qualité même de l'écriture: T_1 compte 3627 occurrences et T_2 n'en compte que 781. Il s'ensuit que la différence des moyennes (les moyennes se rapportent aux occurrences des couples lexicaux formés par l'indexation du vocabulaire) est supérieure à la plus petite des moyennes. Pour les moyennes, on a $T_1 = 74$ et $T_2 = 16$ et pour la différence des moyennes, $D = 58$. La différence des moyennes ($D = 58$) est trois fois supérieure à la plus petite des moyennes ($T_2 = 16$). Dès lors le test t de Student-Fisher n'a plus de raison d'être, puisque le rôle de la statistique est de mettre en évidence les phénomènes qu'on ne peut ni voir ni discerner à l'œil nu.

Pour des raisons contraires, on voit que T_1 et T_3 ont "un lien de parenté" ou de proximité lexicale (si l'on s'en tient aux résultats de Student-Fisher), puisque $T = 2,516$ est inférieur à $t = 2,624$. Les raisons sont ici aussi évidentes: elles tiennent d'abord à la longueur des textes: $T_1 = 3627$ occurrences et $T_3 = 2000$ occurrences; elles tiennent ensuite à la valeur des moyennes appariées: $T_1 = 68$ et $T_3 = 38$; elles tiennent enfin à la valeur de la différence qui est plus petite que la plus petite des moyennes: $D = 30 < T_3 = 38$.

Si l'on s'en tenait aux résultats du test appliqué aux 8 contes de Perrault, pourrait-on dire que ce test n'a de valeur (ou de sens) que lorsque la différence des moyennes est inférieure à la plus petite d'entre elles? C'est absurde. Il serait tout aussi absurde de prétendre qu'il n'a de valeur que si les textes sont de longueur égale ou sensiblement égale (comme on le lit hélas ! top souvent), parce qu'à un moment donné on a voulu faire de la statistique descriptive en opérant, faute de moyens, sur des échantillons. C'est un pléonasme (ou une périsologie) que de parler d'échantillon si l'on ne connaît pas les caractéristiques de l'ensemble analysé. Voilà pourquoi il est utilisé dans l'industrie pour vérifier que la fabrication des produits correspond constamment aux caractéristiques générales qu'on lui a données, et qu'il n'y a aucun dérèglement dans la fabrication du produit. N'en déplaise aux amateurs, ce test t de Student-Fisher est totalement inadapté à la lexicométrie.

Nous n'insisterons jamais assez en disant que ce test de comparaison des moyennes défini par Student-fisher est un test de vérification applicable à la fabrication de certains produits, dont on connaît les conditions générales, comme dans la fabrication de cigarettes ou de cachets de pharmacie. Mais il n'est pas valable partout, et encore moins en matière de lexicométrie.

A quoi bon s'acharner sur des échantillons lorsqu'on sait qu'on va plus vite en travaillant sur le corpus tout entier, sachant qu'on fait plus et mieux,

qu'on y gagne en précision puisque le calcul paramétrique de la corrélation et des résidus est tout entier précision?

3. Le calcul des résidus par le biais de la corrélation linéaire simple

Il en va tout autrement avec le calcul des ajustements et le calcul des résidus liés par la corrélation simple et la régression linéaire entre les deux variables T_x et T_y analysées.

Avec l'estimation de T_y par rapport à T_x , et à la connaissance que l'on en a par le biais des calculs de corrélation et de régression, de définition des ajustements et des résidus, non seulement on connaît avec certitude le taux de liaison des deux séries de couples formés par la TDF (la table de distribution des fréquences qui est à la base de tout calcul statistique descriptif, objectif et inductif, c'est-à-dire de toute statistique paramétrique), mais on peut encore établir à coup sûr la dispersion des éléments de T_y par rapport aux éléments de T_x , et déterminer ainsi le poids de tous les éléments et de tous les résidus identifiés.

On voit ainsi que T_1 et T_2 ont un taux de liaison de 73,7 % et qu'il y a 4 éléments résiduels à la ligne 36, à la fréquence 14. Mais c'est le degré de liaison de tous les éléments appariés qui est défini avec certitude: la dispersion est ramenée à une dispersion normale, dont on connaît déjà les qualités et les facilités d'interprétation.

On voit encore que T_1 et T_3 ont un taux de liaison de 92,5 %, qu'il y a quatre lignes d'éléments résiduels et que le degré de liaison de tous les éléments appariés est parfaitement défini.

Plutôt que d'insister sur les qualités de la statistique paramétrique et sur "l'impertinence" de la statistique "hypothético-déductive" en matière de lexicométrie, attardons-nous sur les calculs pour que tout un chacun puisse à son tour les pratiquer et en mesurer la portée.

4. Le calcul du T de Student-Fisher

Le calcul du T de Student-Fisher se fait dans Excel au bas de la page de calcul de la TDF:

1. On calcule au bas des colonnes respectives la moyenne des effectifs de T_x et T_y

2. On calcule la différence $D = \bar{X} - \bar{Y}$

3. On calcule la variance de T_x et de T_y avec les fonctions $\text{var}(X)$ et $\text{var}(Y)$

4. On calcule l'écart type lié $\sigma_D = \sqrt{\frac{\text{var}(X) + \text{var}(Y)}{N}}$. (N étant le nombre de couples.)

5. On calcule le quotient $T = \frac{D}{\sigma_D}$

6. On calcule le t critique (on appelle fonction «loi.student. inverse(0,01;ddl) ». Le nombre de degrés de liberté (ddl) est de $2(N - 1)$ avec une probabilité de 1% (0,01). On mettrait 0,05 pour une probabilité de 5%. On remarquera que les valeurs de la table de t pour un ddl > 30 sont voisines des valeurs de la loi normale réduite.

7. On compare T à t :

7.1 Si $T > t$, rejet de l'hypothèse nulle (pas de lien entre les textes)

7.2 Si $T = t$, acceptation de l'hypothèse nulle (les textes son identiques)

7.3 Si $T < t$, acceptation de l'hypothèse nulle (les textes sont liés)

8 Il reste à en déterminer les raisons : les rapports d'homogénéité ? des variations dues à des caractères systématiques? des textes disparates? etc.

Exemple. Valeurs obtenues dans le calcul de T_1 et T_2 :

— moyenne de $T_1 = 74,0204082$

— moyenne de $T_2 = 15,9387755$

— différence $D = 58,0816327$

— variance de $T_1 = 7466,34652$

— variance de $T_2 = 242,79217$

— $\sigma_D = 12,5431001$

— $T = 4,63056438$

— $t = 2,62802132$

— $T > t$ (hypothèse H_0 rejetée : les textes ne sont pas lexicalement « proches » suivant ce principe)

Lorsqu'on en a fini avec les calculs du test de Student-Fisher qu'obtient-on comme renseignements fiables, définitifs, exploitables ? Rien, parce qu'on ne retient aucune mesure, étant donnée qu'on n'a rien mesuré, rien déterminé. On ne peut surtout rien dire au sujet de la paternité des textes puis u'il n'est pas dans la nature même de la statistique de se prononcer sur l'essence des phénomènes.

5. Le calcul des résidus

1. On calcule le coefficient de détermination r^2 et le coefficient de corrélation r avec la fonction d'Excel
2. On calcule le coefficient de résistance $\rho = \sqrt{1 - r^2}$
3. On calcule l'écart type σ_Y de T_Y avec la fonction d'Excel
4. On calcule l'écart type lié $u = \rho \cdot \sigma_Y$
5. On calcule des valeurs de T_Y' avec la fonction Tendence (sélectionner la plage et exécuter la fonction de la matrice avec Ctrl + Shift)
6. On calcule les résidus $R = \frac{Y - Y'}{u}$
7. On analyse tous les éléments ainsi identifiés

Exemple. Valeurs obtenues dans le calcul de T_1 et T_2 :

- $r^2 = 0,73652985$
- $r = 0,85821317$
- $\rho = 0,51329344$
- $\sigma_Y = 15,5817897$
- $u = 7,99803042$

d'où le calcul de toutes les valeurs $R = \frac{Y - Y'}{u}$ de dispersion de Y' autour de X (les valeurs corrélées de X et de Y ou de Y par rapport à X).

Le calcul des résidus se fait directement dans la feuille de calcul en utilisant les fonctions d'Excel.

Voici la TDF (table de distribution des fréquences du couple T_1/T_2) avec le calcul de la corrélation et des résidus de toutes les lignes.

Rang	Occ	Nbre	Fréq	T ₁	T ₂	T ₂ '	R
1	188	1	188	158	30	28,94	0,13
2	139	1	139	114	25	22,13	0,36
3	138	1	138	115	23	22,28	0,09
4	111	1	111	80	31	16,86	1,77
5	96	1	96	85	11	17,64	-0,83
6	89	1	89	83	6	17,33	-1,42
7	84	1	84	73	11	15,78	-0,60
8	74	1	74	67	7	14,85	-0,98
9	69	1	69	54	15	12,84	0,27
10	67	1	67	54	13	12,84	0,02
11	64	1	64	54	10	12,84	-0,36
12	60	1	60	54	6	12,84	-0,86
13	96	2	48	78	18	16,55	0,18
14	47	1	47	38	9	10,36	-0,17
15	45	1	45	43	2	11,14	-1,14
16	88	2	44	69	19	15,16	0,48
17	42	1	42	35	7	9,90	-0,36
18	80	2	40	74	6	15,94	-1,24
19	37	1	37	34	3	9,75	-0,84
20	70	2	35	53	17	12,69	0,54
21	34	1	34	29	5	8,97	-0,50
22	30	1	30	26	4	8,51	-0,56
23	29	1	29	25	4	8,35	-0,54
24	28	1	28	22	6	7,89	-0,24
25	108	4	27	80	28	16,86	1,39
26	26	1	26	26	0	8,51	-1,06
27	75	3	25	70	5	15,32	-1,29
28	24	1	24	24	0	8,20	-1,02
29	44	2	22	42	2	10,98	-1,12
30	40	2	20	31	9	9,28	-0,04
31	19	1	19	18	1	7,27	-0,78
32	36	2	18	20	16	7,58	1,05
33	17	1	17	16	1	6,96	-0,75
34	48	3	16	37	11	10,21	0,10
35	60	4	15	36	24	10,05	1,74
36	56	4	14	29	27	8,97	2,25
37	52	4	13	38	14	10,36	0,45
38	48	4	12	31	17	9,28	0,97
39	88	8	11	64	24	14,39	1,20
40	70	7	10	57	13	13,30	-0,04
41	72	8	9	60	12	13,77	-0,22
42	48	6	8	36	12	10,05	0,24
43	77	11	7	66	11	14,70	-0,46
44	108	18	6	98	10	19,65	-1,21
45	140	28	5	104	36	20,58	1,93
46	144	36	4	110	34	21,51	1,56
47	204	68	3	163	41	29,71	1,41
48	328	164	2	267	61	45,80	1,90
48	671	671	1	587	84	95,33	-1,42

Les 4 éléments de la fréquence 14 affichent un écart type lié de +2,25. Il faut recourir à la règle pour ne retenir que les éléments responsables de cette surcharge fournis par le lexique :

Mot	Occ	T ₁	T ₂
c'	14	6	8
comme	14	13	1
Loup	14	0	14
par	14	10	4

A y regarder de plus on voit immédiatement que c'est *loup* l'élément résiduel positif dans T₁. Mais on peut, par discrimination, mesurer le biais des 4 termes :

Mot	Occ	T ₁	T ₂
c'		-3,863	3,863
comme		1.036	-1.036
Loup		-8.063	8.063
par		-1.064	1.064

La discrimination donne le poids lexical de chaque composant: *c'*, *Loup* jouissent d'un emploi hautement préférentiel dans T₂, *Le Petit Chaperon rouge*. Il suffit de reprendre le texte pour voir exactement l'importance qu'ils ont dans la construction du discours. Pour ce qui est de *c'*, tout est dans le jeu des répliques: *c'est votre fille, c'est pour mieux courir, c'est pour mieux écouter...* Tel est le sens des résidus mis en évidence par la droite d'estimation et d'ajustement des valeurs et par le biais du calcul de la corrélation simple, mais aussi le sens de la liaison de tous les éléments que l'on va analyser exhaustivement.

Pour mieux illustrer les avantages et la pertinence de ce type d'analyse, nous transcrivons ici le final du conte T₂, *Le Petit Chaperon rouge*:

Le Petit Chaperon rouge se déshabille, et va se mettre dans le lit, où elle fut bien étonnée de voir comment sa mère-grand était faite en son déshabillé; elle lui dit: "Ma mère-grand, que vous avez de grands bras! – C'est pour mieux t'embrasser, ma fille. – Ma mère-grand, que vous avez de grandes jambes! – C'est pour mieux courir, mon enfant. -Ma mère-grand, que vous avez de grandes oreilles! – C'est pour mieux écouter, mon enfant. – Ma mère-grand, que vous avez de grands yeux! – C'est pour mieux voir, mon enfant. – Ma mère-grand, que vous avez de grandes dents! – C'est pour te manger." Et, en disant ces mots, ce méchant Loup se jeta sur le Petit Chaperon rouge, et la mangea.

La discrimination peut paradoxalement être assortie d'une lemmatisation si l'on souhaite rassembler tous les éléments d'un thème ou d'une thématique détachés par les calculs ou retenus arbitrairement.

On remarquera encore que les valeurs résiduelles sont établies ligne par ligne, que la ligne contienne un seul élément ou qu'elle en contienne plusieurs, comme dans le cas des hapax, ou dans la partie basse de l'échelle des fréquences. D'où le recours aux procédures de discrimination ou de lemmatisation.

Néanmoins, pour montrer le degré de précision préconisé par l'analyse et le calcul statistique, voyons comment le module d'extraction de Stablex permet d'extraire avec facilité et rapidité les 8 phrases commençant par «*c'est*» dans T₂, *Le Petit Chaperon rouge* (où les 8 «*c'*» occupent une place de choix):

Mot recherché: ' c'est '

=====

Extrait n° 1

– Oh! oui, dit le Petit Chaperon rouge, **c'est** par-delà le Moulin que vous voyez tout là-bas, là-bas, à la première maison du Village.
– Eh bien, dit le Loup, je veux l'aller voir aussi;

Extrait n° 2

Toc, toc. “Qui est là? – **C'est** votre fille, le Petit Chaperon rouge, dit le Loup, en contrefaisant sa voix, qui vous apporte une galette, et un petit pot de beurre que ma Mère vous envoie.” La bonne mère-grand qui était dans son lit à cause qu'elle se trouvait un peu mal, lui cria: “Tire la chevillette, la bobinette cherra.”

Extrait n° 3

Toc, toc. “Qui est là?” Le Petit Chaperon rouge, qui entendit la grosse voix du Loup, eut peur d'abord, mais croyant que sa mère-grand était enrhumée, répondit: “**C'est** votre fille, le Petit Chaperon rouge, qui vous apporte une galette et un petit pot de beurre que ma Mère vous envoie.” Le Loup lui cria, en adoucissant un peu sa voix: “Tire la chevillette, la bobinette cherra.”

Extrait n° 4

elle lui dit: “Ma mère-grand, que vous avez de grands bras! – **C’est** pour mieux t’embrasser, ma fille. – Ma mère-grand, que vous avez de grandes jambes!

Extrait n° 5

– Ma mère-grand, que vous avez de grandes jambes! – **C’est** pour mieux courir, mon enfant. –Ma mère-grand, que vous avez de grandes oreilles!

Extrait n° 6

– Ma mère-grand, que vous avez de grandes oreilles! – **C’est** pour mieux écouter, mon enfant. – Ma mère-grand, que vous avez de grands yeux!

Extrait n° 7

– Ma mère-grand, que vous avez de grands yeux! – **C’est** pour mieux voir, mon enfant. – Ma mère-grand, que vous avez de grandes dents!

Extrait n° 8

– Ma mère-grand, que vous avez de grandes dents! – **C’est** pour te manger.” Et, en disant ces mots, ce méchant Loup se jeta sur le Petit Chaperon rouge, et la mangea.

L’extraction ouvre la voix extrême de l’analyse lexicale certes, mais elle indique clairement comment l’analyse statistique fait émerger les phénomènes lexicaux et comment elle renvoie immédiatement aux textes et à l’essence même des discours.

Malheur à ceux qui croient que l’analyse statistique est une analyse purement quantitative ! Malheur à ceux qui croient que la statistique dévoile l’essence des phénomènes ! Non, la statistique n’est qu’un guide sûr pour une analyse objective et «scientifique» (celle du nombre, au sens étymologique du terme: le nom étant dans le nombre).

Nous laissons au lecteur le soin de se lancer à son tour dans l'analyse des résidus, il aura tôt fait d'en comprendre tous les mécanismes et toutes les subtilités, d'en discerner les avantages et les secrets. Il comprendra alors que la finalité de la statistique est de lui tendre le fil d'Ariane dans le labyrinthe du texte. Il pourra à volonté refaire le parcours initiatique pour tout vérifier et tout contrôler jusqu'au moment il pourra saisir les mystères de l'écriture et du discours qui se camouflent dans le texte.

6. Inversion des variables

Les variables appariées sont réversibles et la comparaison est orientée en sens inverse.

L'inversion des variables se fait directement sur la feuille de calcul d'Excel dans la TDF (la Table de Distribution des Fréquences) en inversant les valeurs de X et de Y. La feuille va effectuer automatiquement les ajustements des valeurs.

Le coefficient de détermination est le même, seul est inversé le calcul de l'écart type lié de X par Y ($u = \rho \cdot \sigma_x$), puisque la valeur du coefficient de résistance

$\rho = \sqrt{1 - r^2}$ est maintenant multiplié par l'écart type de X ($\sigma_x = \sqrt{\frac{\sum x^2}{N}}$) et non par l'écart type de Y ($\sigma_y = \sqrt{\frac{\sum y^2}{N}}$).

Evidemment, tous ces calculs sont effectués automatiquement dans la feuille de calcul dès que les valeurs de X et de Y sont inversées. Mais si pour des raisons de vérification on souhaite refaire les calculs, il va de soi qu'il faut utiliser les fonctions statistiques d'Excel.

Ne pas oublier d'actualiser la valeur de l'écart type lié de X par Y ($u = \rho \cdot \sigma_x$), le calcul des valeurs de la droite de régression $Y' = ax + \bar{Y} \pm 2u$, les calculs des résidus $R = \frac{Y - Y'}{u}$ de « la droite résiduelle ».

Exemple de calcul inversé pour les 2 premiers contes de Perrault, en prenant le rapport T_2/T_1 au lieu de T_1/T_2 : il s'agit de comparer la régression le lexique de *La Belle au bois dormant* à celui du *Petit Chaperon rouge*.

Voyons la correction dans le calcul des écarts types liés de T_1/T_2 et de T_2/T_1 , sachant que les coefficients de détermination r^2 et de résistance r sont inchangés contrairement aux écarts type liés puisque qui dépendent de la valeur de l'écart type de la variable ajustée. Le calcul de la droite de régression en est immédiatement affecté, et par suite celui des résidus:

	T₁/T₂	T₂/T₁	
r²	0,73652985	0,73652985	r²
$\rho = \sqrt{1 - r^2}$	0,51329344	0,51329344	$\rho = \sqrt{1 - r^2}$
σ_Y	15,5817897	86,4080235	σ_X
$u = \rho \cdot \sigma_Y$	7,99803042	44,3526716	$u = \rho \cdot \sigma_X$

Observons la table tout entière de la corrélation **T₂/T₁** et comparons-la à celle de **T₁/T₂** que nous avons donnée plus haut:

Rang	Occ	Nbre	Fréq	T2	T1	T1'	R
1	188	1	188	30	158	140,94	0,38
2	139	1	139	25	114	117,14	-0,07
3	138	1	138	23	115	107,63	0,17
4	111	1	111	31	80	145,70	-1,48
5	96	1	96	11	85	50,52	0,78
6	89	1	89	6	83	26,72	1,27
7	84	1	84	11	73	50,52	0,51
8	74	1	74	7	67	31,48	0,80
9	69	1	69	15	54	69,55	-0,35
10	67	1	67	13	54	60,03	-0,14
11	64	1	64	10	54	45,76	0,19
12	60	1	60	6	54	26,72	0,62
13	96	2	48	18	78	83,83	-0,13
14	47	1	47	9	38	41,00	-0,07
15	45	1	45	2	43	7,68	0,80
16	88	2	44	19	69	88,59	-0,44
17	42	1	42	7	35	31,48	0,08
18	80	2	40	6	74	26,72	1,07
19	37	1	37	3	34	12,44	0,49
20	70	2	35	17	53	79,07	-0,59
21	34	1	34	5	29	21,96	0,16
22	30	1	30	4	26	17,20	0,20
23	29	1	29	4	25	17,20	0,18
24	28	1	28	6	22	26,72	-0,11
25	108	4	27	28	80	131,42	-1,16
26	26	1	26	0	26	-1,84	0,63
27	75	3	25	5	70	21,96	1,08
28	24	1	24	0	24	-1,84	0,58
29	44	2	22	2	42	7,68	0,77
30	40	2	20	9	31	41,00	-0,23
31	19	1	19	1	18	2,92	0,34
32	36	2	18	16	20	74,31	-1,22
33	17	1	17	1	16	2,92	0,29
34	48	3	16	11	37	50,52	-0,30
35	60	4	15	24	36	112,39	-1,72
36	56	4	14	27	29	126,66	-2,20
37	52	4	13	14	38	64,79	-0,60
38	48	4	12	17	31	79,07	-1,08
39	88	8	11	24	64	112,39	-1,09
40	70	7	10	13	57	60,03	-0,07
41	72	8	9	12	60	55,28	0,11
42	48	6	8	12	36	55,28	-0,43
43	77	11	7	11	66	50,52	0,35
44	108	18	6	10	98	45,76	1,18
45	140	28	5	36	104	169,50	-1,48
46	144	36	4	34	110	159,98	-1,13
47	204	68	3	41	163	193,29	-0,68
48	328	164	2	61	267	288,47	-0,48
49	671	671	1	84	587	397,94	4,26

L'ajustement de T_1 sur T_2 dégage 2 lignes de résidus: ce sont d'une part les résidus négatifs à la fréquence 14 ($R = -2,20$) dont sont responsables ces mêmes vocables qui affichaient précédemment une valeur résiduelle positive dans l'ajustement inverse ($R = +2,25$). Comme ils sont globalement négatifs, ils ne présentent pas un intérêt immédiat, et, d'autre part, il faut recourir à la discrimination pour identifier les items qui vont requérir toute notre attention.

En revanche, les hapax, qui ont ici une valeur résiduelle positive et fortement excédentaire ($R = +4,26$), soulignent combien Perrault a soigné le trait pictural en vue d'une description discursive précise, rigoureuse, détaillée. Dans *la Belle au bois dormant*, il y a force détails d'objets et de descriptions, alors que *le Petit Chaperon rouge* privilégie la répétition pour mieux détacher le caractère pernicieux du Loup «croqueur d'enfants».

La différence quantitative des hapax dans T_1 et dans T_2 est déjà significative en elle-même: 587 dans T_1 ($R = +4,26$) pour 84 dans T_2 ($R = -1,42$). Mais, si les textes avaient une similitude d'écriture, T_1 devrait s'aligner sur T_2 et alors il ne compterait que 398 hapax (397,94 exactement) au lieu des 587.

Comme on le voit, la différence quanti-qualitative est énorme: le discours affiche des pôles préférentiels différents. C'est ainsi qu'on peut absolument tout discriminer, «tout reconnaître et tout identifier» dans les textes. Tous les paramètres sont définis et les mesures sont entièrement disponibles pour mener à bien une analyse indiscutablement descriptive, cohérente et objective, tout en ayant à chaque moment la capacité de recalculer et de vérifier les marques de tous les éléments, sachant que le tout se reflète dans la partie et la partie dans le tout.

Cette comparaison a au moins le mérite de lever tout doute ou toute ambiguïté sur la pertinence de l'analyse de corrélation simple par rapport à la corrélation multiple (laquelle introduit des éléments étrangers dans le décompte statistique puisqu'elle regroupe toutes les variables du corpus). La comparaison prend tout son sens dès lors que les variables sont appariées.

Inutile d'insister ici sur «l'impertinence» de la comparaison des moyennes fondée sur le test t de Student-Fisher. Cette méthode ne peut rien pronostiquer sur la parenté globale des textes, et elle ne peut absolument pas se prononcer sur l'essence des phénomènes inhérents à la constitution des discours.

7. Commentaires sur les pratiques d'analyse

La pratique de l'analyse de la corrélation linéaire simple où les variables sont appariées présente de nombreux avantages que nous voudrions tout simplement énumérer:

7.1 Le premier avantage, en apparence technique, est beaucoup plus qu'un avantage de calcul.

Par le biais de la corrélation linéaire simple on peut ajuster la droite de régression et calculer les valeurs résiduelles de tous les items, alors que le calcul des valeurs centrées réduites, qui est un simple calcul d'opposition des valeurs, est sans fondement. Il suffit de se reporter aux calculs automatiquement fournis par la TDR (table des écarts réduits) pour le constater. Il sera néanmoins indispensable de recourir à la règle directement dérivée de la TDR pour opérer discriminations et lemmatisations, chaque fois qu'il sera nécessaire, c'est-à-dire en permanence ou à peu près pour ce qui est de la discrimination, étant donné que les valeurs d'ajustement sont calculées sur les lignes et non sur les items.

La discrimination est évidente lorsqu'il n'y a qu'un seul élément dans la ligne, ce qui n'est généralement vrai que pour les hautes fréquences en tête de la TDF (table de distribution des fréquences). Pour le contenu des autres lignes, il faut systématiquement recourir à la discrimination.

La lemmatisation (qui n'est autre que la fusion de plusieurs segments thématiques pour constituer un seul vecteur) est de mise si l'on veut déterminer le poids, le sens et la mesure de la séquence analysée.

La pratique des calculs est clairement exposée dans la *Méthode d'analyse lexicale, textuelle et discursive*. Les fonctions proposées par Excel (ou par tout autre produit similaire) font que les opérations deviennent de simples manipulations techniques. Mais la statistique ne consiste pas à faire tout et n'importe quoi, et surtout à s'extasier devant des nombres dont on ignore la nature, le sens, la portée et la signification, parce qu'on ne maîtrise rien du point de vue scientifique, et encore moins du point de vue des techniques statistiques.

7.2 Le deuxième avantage, c'est la facilité avec laquelle on peut inverser la comparaison des variables appariées et ajuster les droites de régression pour en dégager les valeurs des composantes lexicales, comme nous venons de le faire avec T_1 et T_2 .

7.3 Le troisième avantage du calcul des valeurs ajustées par la corrélation simple, c'est de montrer la dispersion des ajustements autour de la moyenne de l'écart type lié u ($u = .x$) ramené à zéro, et de faciliter la lecture et l'interprétation des résultats comme s'il s'agissait des valeurs centrées et réduites autour de la moyenne ramenée à zéro (valeur de l'écart type de la variable) dans une distribution normale ou gaussienne. La valeur moyenne

Rappelons que pour expliquer la *variabilité* de Y à concurrence de 50% de X il faut un coefficient de corrélation r tel que $r = \pm 0,865$ (Voir *Méthode*

p. 96). Lorsque $r = \pm 0,865$, la variation expliquée est de 75 % ($0,865 \times 0,865 = 0,748225$).

Comme les taux des liaisons sont en permanence établis, on pourrait faire observer la qualité des liaisons sur le tableau suivant:

de l'écart type lié est ramenée à zéro par le quotient $R : R = \frac{Y - Y'}{u}$.

Les avantages de ce type de calcul sont évidentes : ce sont toutes les valeurs de toutes les lignes de la droite ajustée qui sont déterminées, et pas uniquement les valeurs qui échapperaient aux limites de dispersion si l'on s'en tenait au sens strict du terme « résidu ». Dès lors on a affaire à un seul et même type de lecture de toutes les valeurs, étant donné que le principe de calcul est le même : les valeurs ajustées se dispersent autour de l'écart type lié u selon les principes de la dispersion normale à $\pm 2u$ de telle sorte que l'équation de la droite d'ajustement est $Y' = ax + \bar{Y} \pm 2u$. La lecture des résultats et l'interprétation des données sont identiques.

7.4 Le quatrième avantage, non négligeable, c'est de connaître immédiatement le taux de liaison des deux variables appariées : il est donné par le coefficient de détermination r^2 qu'il faut calculer pour déterminer la taux de résistance $\rho = \sqrt{1 - r^2}$ qui est la base du calcul de l'écart type lié $u : u = \rho \cdot \sigma_y$ dans la liaison Y/X et $u = \rho \cdot \sigma_x$ dans la liaison X/Y (par inversion des variables appariées).

Dans l'estimation de Y' de Y par rapport à X , r^2 représente le taux de la variation expliquée de Y , imputable à la variation de $X : r^2 \sigma_Y^2$ est la variance expliquée et $u^2 = \sigma_Y^2 (1 - r^2)$ est la variance résiduelle ou la partie non expliquée de cette estimation. La variation totale (σ_Y^2) = la variation résiduelle ($u^2 = \sigma_Y^2 (1 - r^2)$) + la variation expliquée ($r^2 \sigma_Y^2$). Soit : $\sigma_Y^2 = (u^2 = \sigma_Y^2 (1 - r^2) + r^2 \sigma_Y^2$. En d'autres termes : $\sum(Y - \bar{Y})^2 = \sum(Y - Y')^2 + \sum(Y' - \bar{Y})^2$.

C'est à cause de la partie résiduelle que l'on donne à ce calcul le nom de résidus. C'est bien la connaissance de X qui permet d'expliquer à concurrence de r^2 % la variance de Y : la variance résiduelle étant de l'ordre de $((1 - r^2) \%)$. (On pourra consulter utilement tout livre de statistique ou encore A. CAMLONG, *Stablex pratique*, Toulouse, Teknea, 1991, p. 65-66).

7.5 Le cinquième avantage est de connaître immédiatement le taux de liaison des variables appariées.

Le taux de liaison des 2 variables est de 95 % (valeur du coefficient de détermination $r^2 = 0,95$) lorsque le coefficient de corrélation $r = 0,975$ (racine carrée de 0,95). Il est de 99% avec un $r = 0,995$. On peut lire dans la colonne 11 du tableau des données le taux de liaison des 28 paires de variables: cette liaison va de 68,5 % pour le couple T_2/T_8 à 94,8 % pour le couple T_3/T_7 .

7.7 Le septième avantage, c'est celui d'avoir accès à une exacte représentation graphique des ajustements, constamment comparable.

Reprenons les graphiques des droites d'ajustement des appariements précédents:

taux	r^2	r
99%	0.99	0.995
95%	0.95	0.975
90%	0.90	0.949
80%	0.80	0.894
75%	0.75	0.866

Pour un taux de liaison de 75%, le coefficient de corrélation des deux variables doit atteindre la valeur de $\pm 0,866$. Bien évidemment, une liaison négative est impensable pour ce qui est de la comparaison de deux textes, qui, selon toutes probabilités, sont écrits dans la même langue. De la statistique oui, mais pas de la statistique à tout prix et n'importe comment. Il faut absolument maîtriser l'outil, la méthode et la méthodologie, sous peine de crédibilité. On ne peut comparer que ce qui est comparable ? Et on ne peut recourir à la statistique que pour discerner ce qui n'est pas visible à l'œil nu.

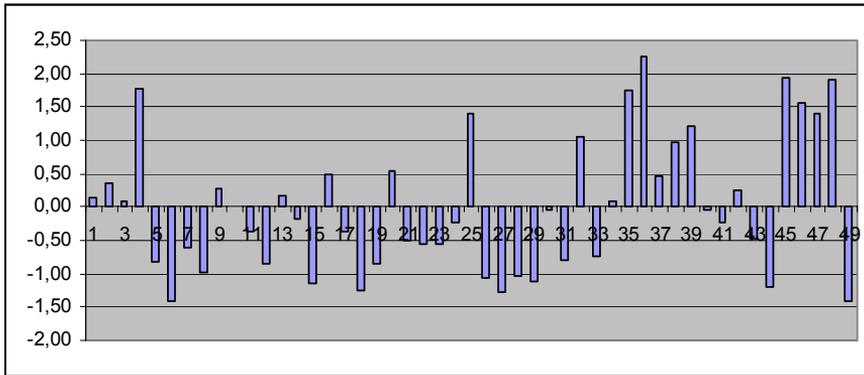
7.6 Le sixième avantage se détermine par rapport à la régression multiple que nous avons exposée dans la *Méthode*.

Dans la régression multiple, les calculs portent sur un ensemble élargi, puisque le lexique de chaque variable est comparé au lexique exhaustif du corpus. Il est évident que ce type de calcul introduit des parasites lexicaux entre les deux variables par rapport au calcul de la régression linéaire simple, où les variables sont appariées. Même en expurgeant les vocables qui n'entrent pas dans la corrélation simple, les données qui sont à la base des calculs sont elles-mêmes faussées, bien que le taux d'erreur soit a priori négligeable. Mais rigueur pour rigueur, autant être rigoureux jusqu'au bout, et appairer les variables puisque toute comparaison est un appariement.

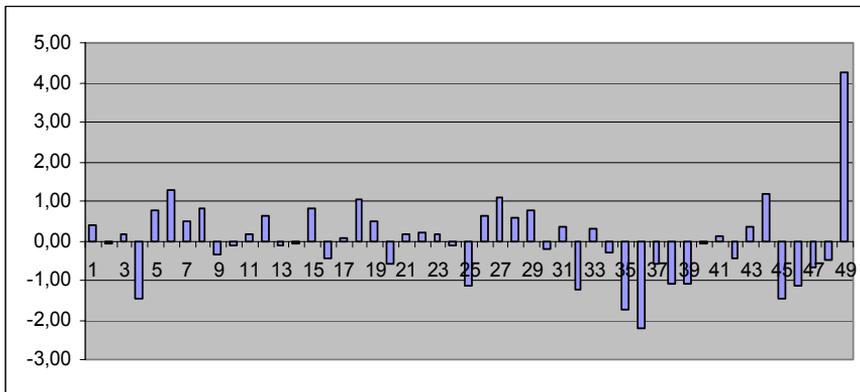
Remarquons, toutefois, que pour mener à bien une étude de corrélation multiple ou une analyse factorielle, il vaut mieux, connaissant les procédures, utiliser un des nombreux produits du marché pour effectuer les calculs. Tout est possible à partir de la TDF. Il n'y a pas de statistique qui tienne si l'on ne connaît pas d'abord le *status* de la population étudiée. Stalex n'a de sens qu'à partir de la TDF qui regarde en amont vers les textes, les lexiques et les discours, et en aval vers les calculs de description, de comparaison et

d'estimation qui n'ont à leur de sens que para rapport aux textes, aux lexiques et aux discours analysés. On remonte ainsi des phénomènes à l'essence quantitative.

– celui de T_1/T_2 (*Le Petit Chaperon rouge* par rapport à *La Belle au bois dormant*):

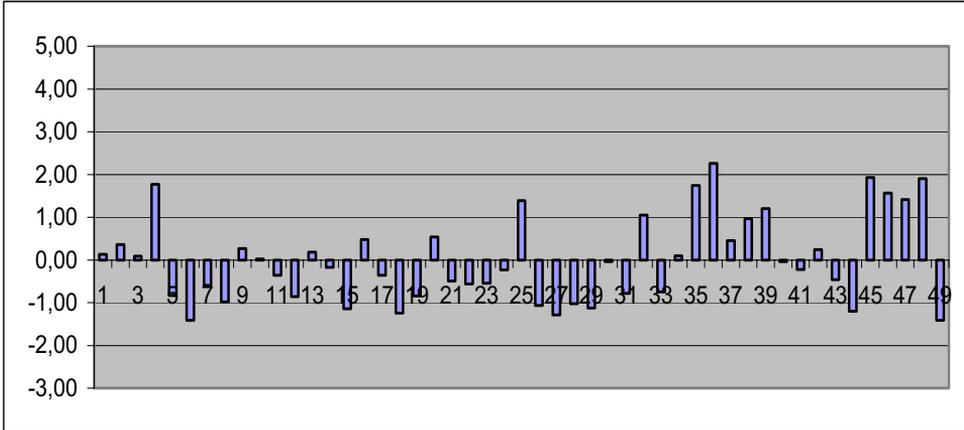


– celui de T_2/T_1 (*La Belle au bois dormant* par rapport au *Petit Chaperon rouge*):



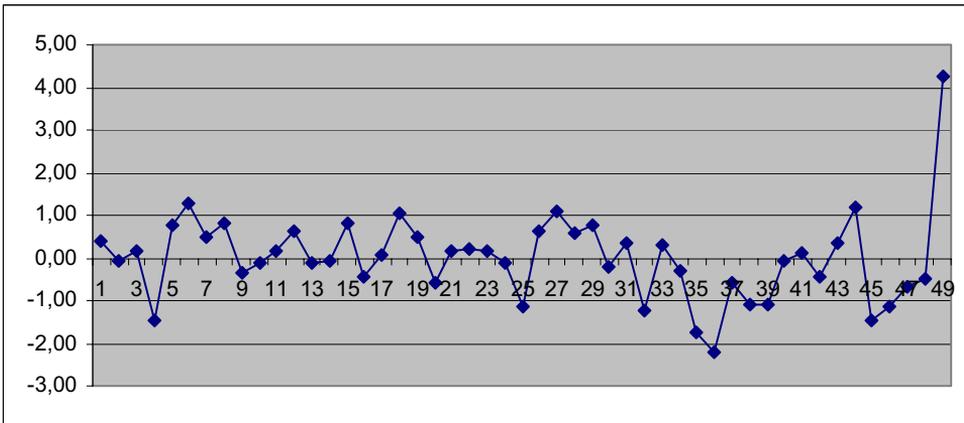
La comparaison de ces deux graphiques sous forme d'histogrammes se passe de tout commentaire. On y repère immédiatement les différences de dispersion autour 0 (axe de référence de u), ainsi que les éléments à valeur «résiduelle» se projetant en dehors des limites de dispersion ($-2u < R < +2u$): 1 valeur positive ($R > +2u$) dans T_1/T_2 (*Le Petit Chaperon rouge* par rapport à *La Belle au bois dormant*); 1 valeur positive ($R > +2u$) et 1 valeur négative ($R < -2u$) dans T_2/T_1 (*La Belle au bois dormant* par rapport au *Petit Chaperon rouge*).

Pour plus de précision encore, on peut ajuster les échelles des deux graphiques comme s'il s'agissait de les superposer. En y gagne toujours en précision. Voyons par exemple ce que devient le diagramme de T_1/T_2 à l'échelle du diagramme de T_2/T_1 :

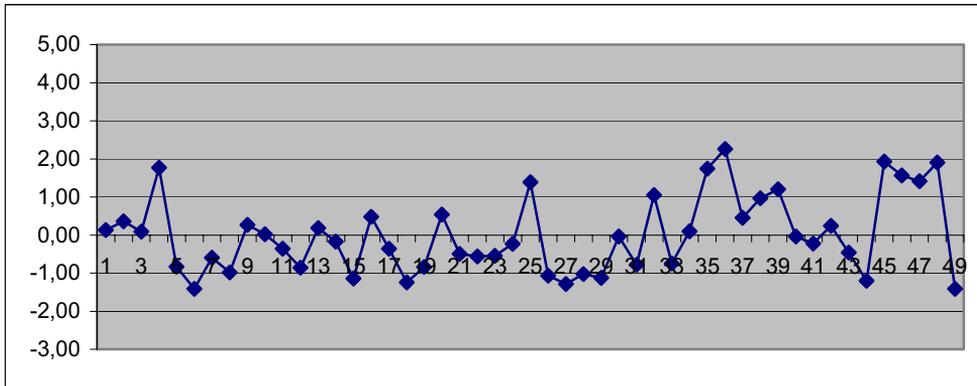


Les voilà encore sous forme de courbes:

– celui de T_1/T_2 (*Le Petit Chaperon rouge* par rapport à *La Belle au bois dormant*):



– celui de T_2/T_1 (*La Belle au bois dormant* par rapport au *Petit Chaperon rouge*):



La représentation visuelle est essentielle à une bonne lecture des droites de régression. Il importe donc de choisir le type de graphique qui rende au mieux la qualité des dispersions et d'harmoniser les échelles pour éviter de «tromper l'œil» et de fausser la qualité de l'analyse.

Conclusion

Au terme de cet exposé, nous voudrions en conclure d'abord d'une façon positive et ensuite d'une façon négative.

Dans la partie positive, nous voudrions souligner l'importance que revêt à nos yeux le recours à l'analyse de la corrélation linéaire simple et au calcul des résidus puisque l'ajustement des deux variables va faire émerger la problématique des phénomènes qui les caractérisent dans leur intégralité. Nous voudrions surtout en souligner la facilité d'exécution, étant donné les capacités de traitements des textes et des lexiques offertes par le logiciel STABLEX (version PC 2003) et les capacités de calculs statistiques et de représentations graphiques offertes notamment le logiciel EXCEL (ou autres outils statistiques disponibles sur le marché).

Mais nous voudrions mettre en garde le lecteur, que la statistique n'est possible qu'à partir d'une table de distribution des fréquences (qui donne le *status* intégral de la population). C'est n'est qu'à partir de la TDF qu'on peut se lancer dans des calculs statistiques descriptifs et cohérents, comme on l'a vu tout au long de cet exposé.

Dans la partie négative, nous voudrions insister une fois de plus sur l'impérieuse nécessité de rejeter les «statistiques impertinentes» qui

cherchaient des modèles appropriés à la lexicométrie lorsque l'informatique n'était pas ce qu'elle est aujourd'hui. On se rend compte aujourd'hui que les «approches» de statistique descriptive mises en place par Muller ou par Guiraud des années 1960, sont confondues et inappropriées. Certes, il ne s'agit pas ici de décrier nos prédécesseurs, ils ont fait ce qu'ils ont pu avec les moyens qu'ils avaient, mais il ne s'agit pas de reproduire, comme on le voit encore, des modèles totalement «improductifs».

Mais au vu des éléments exposés dans cet article, qui oserait maintenant se lancer dans le calcul de «l'entendue théorique d'un vocabulaire», dans la description de «la structure théorique d'un vocabulaire», dans la mesure de «l'accroissement théorique d'un vocabulaire»?

Qui oserait prétendre qu'on ne peut pas comparer des textes s'ils ne sont pas «de longueur sensiblement égale»? Qui oserait aujourd'hui, en matière de lexicométrie, travailler sur des échantillons (lesquels d'ailleurs?) et se réclamer des lois, des théories, des coefficients, des indices ou des tests de Zipf, Waring, Sperman, Kendall, Wilcoxon, Kruskal-Wallis, Kolmogorov-Smirnov, Yule, Yule-Herdan, Waring-Herdan, et j'en passe? Qu'en retirerait-on de toutes ces gesticulations d'apparence scientifique qui, comme dans la réclame du Canada Dry, ont fière allure, mais c'est tout ce qu'ils ont? La statistique «non paramétrique» n'apporte rien en matière de lexicométrie.

Qui voudrait aujourd'hui se lancer dans l'étude et la comparaison de textes à partir de «simples» échantillons, lorsqu'on dispose d'outils aussi puissants et aussi performants que ceux que nous connaissons? Ce serait peine perdue. Pis encore, ce serait pure élucubration ou piètre extrapolation. Nous sommes en 2003 et les évolutions techniques ne vont pas s'arrêter là.

La statistique oui, mais n'importe quelle statistique et surtout pas pour n'importe quoi. Ce serait une grave erreur que de la confondre avec les tours de magie.

En résumé, cet article nous a permis de compléter un point de la *Méthode* en montrant au lecteur tout l'intérêt de l'analyse comparée de textes fondée sur les ajustements linéaires et la corrélation des variables. Dans tous les cas, le corpus est et doit être traité dans son intégralité et dans son authenticité, en fonction de ses seules caractéristiques.

O contributo das novas tecnologias para os estudos linguísticos e literários

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O contributo da informática para a elaboração, a edição e o estudo de textos literários é hoje indiscutível. Esse contributo, que acompanhou o desenvolvimento técnico do computador e do *software*, podemos sistematizá-lo em três fases:

Na primeira, que vai dos anos 50 aos anos 70 do século XX, procurou-se, através dos grandes computadores existentes na altura, tomar partido da rapidez de cálculo para analisar textos a nível estatístico, aplicando os dados daí resultantes em subdomínios da linguística, como a lexicologia e a morfologia.

Na segunda fase, que vai do início dos anos 70 aos anos 90, o computador, face às inovações tecnológicas, reduz em tamanho, aumenta em potência de processamento da informação e torna-se acessível em preço. Dá-se início à era do PC, ou *Personal Computer*, com a IBM e a Macintosh a inundarem o mercado empresarial, educativo e doméstico com computadores relativamente fáceis de utilizar. É nesta fase que se intensifica o seu papel no âmbito da elaboração, da edição e do estudo de textos literários.

Na terceira fase, que vai do início dos anos 90 até aos nossos dias, além do aperfeiçoamento a nível do *hardware*, com o aumento em grande escala da velocidade de processamento e da capacidade de armazenamento de informação, dá-se uma simplificação no uso do *software*, alargando ao público leigo a possibilidade de utilizar o computador com o mínimo de conhecimentos, o que não era possível nas duas fases anteriores: na primeira, o seu uso estava restrito aos técnicos e engenheiros informáticos; na segunda, era necessária uma preparação através de um curso de iniciação, ora fornecido pelas empresas de informática, ora pelos estabelecimentos de ensino. Actualmente, e face à simplificação a nível do utilizador comum dos sistemas operativos, qualquer pessoa sem grandes conhecimentos informáticos pode ser capaz de trabalhar com o computador.

É ainda nesta terceira fase que surgem os CD-Roms e a Internet, tecnologias que revolucionaram o suporte material dos livros. Deixámos de ter livros exclusivamente em papel, surgindo assim, quer em CD-Roms quer na Internet, o chamado livro digital. Este não é mais do que um ficheiro que

poderá ser lido no ecrã do computador ou impresso através de uma impressora. Houve quem pensasse que o livro em papel teria os dias contados e muitos davam-no como morto dentro de dez, quinze anos. Para os que não viam com bons olhos as novas tecnologias, isso era um sinal de alarme e exacerbaram o seu receio e, porque não?, o seu desprezo pelas mesmas. Para os fanáticos das tecnologias, um dos argumentos utilizados era o lado ecológico: com o fim dos livros em papel deixaria de ser necessário cortar árvores para o seu fabrico. No entanto, o fim do livro em papel não está para breve e, em cada ano que passa, nunca se publicou tanto e nunca se leu tanto nesse suporte.

O CD-Rom e a Internet vieram acrescentar novas características e novas possibilidades à leitura e ao estudo das obras.

No âmbito literário, têm vindo a ser publicados em Portugal vários CD-Roms. O CD-Rom intitulado *Vida e Obra de Luís de Camões*, lançado pela Porto Editora em 1996, marca o início da publicação em Portugal de obras literárias em formato digital. Seguiu-se em 1997 a Texto Editora com o CD-Rom *Fernando Pessoa Multimédia*; em 1998, a Citi com *Auto da Índia – Teatro Interactivo*; ainda em 1998, a Porto Editora com *Vida e Obra de Fernando Pessoa e De Bocage a Antero: Percursos do Romantismo Português*; em 1999, a mesma editora com a versão 2.0 da *Vida e Obra de Luís de Camões* e dois CD-Roms sobre Gil Vicente, um com o *Auto da Índia* e outro com o *Auto da Barca do Inferno*; em 2000, ainda a Porto Editora com a *Vida e Obra de Eça de Queirós*. Em finais de 1998, a Texto Editora lançou uma modesta e apressada *História da Literatura Portuguesa* em CD-Rom, quiçá para aproveitar o embalo do recém-ganho prémio Nobel da literatura.

O Projecto Vercial vem publicando desde 1997 em CD-Rom um *Curso de Literatura Portuguesa*¹, actualmente na versão 3.0, dirigido a estudantes e docentes do ensino secundário. É constituído por seis módulos: *A Poesia Trovadoresca*, *O Teatro de Gil Vicente*, *Os Lusíadas de Luís de Camões*, *O Período Barroco*, *Almeida Garrett e o Romantismo* e *Os Maias de Eça de Queirós*. Tem vindo ainda a publicar uma colecção de CD-Roms com o título genérico de *Obras Integrais de Autores Portugueses*². De momento, estão disponíveis: *Obras Integrais de Gil Vicente*, *Obras Integrais de Autores Portugueses do Século XVI* (onde se incluem Garcia de Resende, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, António Ferreira, Camões, Damião de Góis, André de Resende, Fernão Mendes Pinto, entre outros), *Obras Integrais do Padre António Vieira*, *Obras Integrais de Autores Portugueses do Século XVIII* (onde se incluem António José da Silva, Correia Garção, Bocage, Filinto Elísio, Cruz e Silva, Reis Quita, Anastácio da Cunha, Manuel de Figueiredo, Abade de Jazente, Marquesa de Alorna, entre outros),

¹ www.ipn.pt/literatura/curso

² www.ipn.pt/literatura/obras.htm

Obras Integrais de Almeida Garrett, Obras Integrais de Alexandre Herculano, Obras Integrais de Camilo Castelo Branco, Obras Integrais de Júlio Dinis, Obras Integrais de Eça de Queirós, Obras Integrais de Teófilo Braga, Obras Integrais de Raul Brandão e Obras Integrais de Poetas Portugueses: Séculos XIX-XX (onde se incluem Soares de Passos, Antero de Quental, Cesário Verde, João de Deus, Guilherme de Azevedo, António Nobre, Gomes Leal, Camilo Pessanha e Mário de Sá Carneiro).

Há ainda a destacar os dois CD-Roms publicados pela Biblioteca Nacional em 1998, e infelizmente sem continuidade, sob o título genérico de *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*, com obras de Fernão Lopes, Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, Camões, D. Francisco Manuel de Melo, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Cesário Verde, Camilo Pessanha, entre outros.

Todos estes CD-Roms, de qualidade e conteúdo desiguais, têm contribuído por um lado para incentivar o gosto pela literatura portuguesa nas camadas mais jovens, e por outro para auxiliar os investigadores nos estudos literários. De facto, face às ferramentas informáticas que cada CD-Rom disponibiliza, o tempo que um investigador leva a procurar uma frase ou expressão numa obra torna-se muito mais reduzido, libertando-o para outras tarefas. É aliás esta uma das principais vantagens em relação às obras publicadas em papel. Os dias em que se demoraria a encontrar, por exemplo, todas as referências que Fernando Pessoa faz a D. Sebastião ou a Walt Whitman nas suas obras, folheando-as uma a uma, ficam reduzidos a alguns segundos se o fizermos através do CD-Rom. Além da vantagem de podermos copiar a frase ou expressão e a inserirmos de imediato no nosso trabalho.

Poderemos incluir os CD-Roms acima referenciados em duas áreas distintas: os que privilegiam o aspecto lúdico, didáctico e interactivo e os que contêm informação relevante e são auxiliares úteis na investigação linguística e literária. À excepção da *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, da versão 2.0 da *Vida e Obra de Luís de Camões*, dos doze CD-Roms do Projecto Vercial de *Obras Integrais de Autores Portugueses* e dos dois CD-Roms publicados pela Biblioteca Nacional, todos os outros se incluem na primeira área.

Ao investigador não lhe interessa que o CD-Rom contenha muitos vídeos e música, imagens e jogos ou animações 3D. Isso pode ser atractivo para o jovem estudante ou o utilizador comum, mas de pouco serve para aquele que se encontra a fazer uma dissertação de mestrado ou doutoramento sobre Camões, Eça de Queirós ou outro autor qualquer. Daí a maior parte destes CD-Roms pecar a este nível pela modéstia científica. Isto porque lhes faltam, em simultâneo, as obras integrais dos autores, estudos de especialistas, dicionários e glossários, listas bibliográficas, notas de ajuda e ferramentas de pesquisa avançada.

Passamos em seguida a analisar um dos CD-Roms que, em nosso entender, poderá ser uma ferramenta útil para os investigadores: o disco 1 da *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses* publicado pela Biblioteca Nacional em 1998. O CD-Rom contém seis obras de cinco autores de épocas diversas: *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes, *Os Lusíadas* e as *Rimas* de Luís de Camões, *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo, o poema *Sentimento de um Ocidental* de Cesário Verde e *Os Maias* de Eça de Queirós. Cingir-nos-emos aos módulos sobre Camões e Eça de Queirós.

No módulo de Camões, encontramos uma pequena biografia do poeta extraída da obra de Maria Vitalina de Matos *Introdução à Poesia de Luís de Camões* (1983); uma lista bibliográfica com duas secções, uma com as edições das obras de Camões e outra com estudos sobre o poeta – esta lista bibliográfica foi organizada por Vítor Manuel de Aguiar e Silva. Finalmente, encontramos as duas obras integrais, *Os Lusíadas* e as *Rimas*. Para cada obra, é apresentada uma nota bibliográfica e uma introdução. A introdução a *Os Lusíadas* esteve a cargo de Aníbal Pinto de Castro e a das *Rimas* a cargo de Vítor Manuel de Aguiar e Silva. No que diz respeito a *Os Lusíadas*, há ainda a destacar uma nota bibliográfica em que se confrontam as duas edições de 1572. Desta obra são apresentadas três edições: a edição crítica de Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1989), a edição *princeps* facsimilada, que surge a par da edição crítica, para o investigador poder comparar uma e outra, e a tradução inglesa de Leonard Bacon (1950). Para cada canto é proposto um breve resumo, ora em português, ora em inglês. As *Rimas* surgem na edição facsimilada de Pedro Craesbeek (1598) e na edição crítica de Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1994). Isto é tudo o que o que diz respeito ao conteúdo. Quanto às ferramentas, além de se poderem copiar e imprimir os textos, o CD-Rom oferece uma ferramenta de pesquisa bastante completa. Pode pesquisar-se uma palavra ou expressão apenas numa obra do autor ou em várias obras, em português ou inglês. Como mera experiência, pedimos ao programa que procurasse a palavra *Vénus*. Depois de alguns segundos de espera, foram contabilizadas 23 ocorrências, 12 em *Os Lusíadas* e as restantes nas *Rimas* (mais especificamente nos sonetos, nas odes, nas éclogas e numa redondilha). Ao clicarmos com o rato num dos itens da listagem resultante, o programa abre a página correspondente da obra onde ocorre a palavra e destaca-a noutra cor.

No módulo sobre Eça de Queirós, tecnicamente semelhante ao de Camões, encontramos, da autoria de Carlos Reis, uma biografia do autor, uma lista de bibliografia activa e uma introdução ao romance *Os Maias*. Desta obra são apresentadas duas edições: a edição em dois volumes de 1888 de acordo com a grafia da época e a tradução inglesa de Patrícia McGowan Pinheiro (1965). Embora a edição de 1888 seja útil aos investigadores, faltaria colocar ao lado desta uma outra com a grafia actualizada. Cremos que isso

não aconteceu por não existir, na altura em que foi elaborado o CD-Rom, uma edição crítica de *Os Maias*.

Falámos até ao momento de CD-Roms, uma parte apenas do papel das novas tecnologias na divulgação da literatura portuguesa. Falaremos em seguida do contributo da Internet, nomeadamente da *World Wide Web*.

Não são muitas as páginas inteiramente dedicadas à literatura portuguesa, com qualidade e contendo informação útil para os investigadores. Se compararmos o que sucede em Portugal com o que sucede nos países de língua inglesa, francesa ou até mesmo castelhana, verificaremos que os nossos recursos são bastante humildes. Em língua inglesa, por exemplo, existem páginas que disponibilizam gratuitamente milhares de obras livres de direitos de autor, como o *Project Gutenberg*, o *Project Libellus* e o *Electronic Text Center*. Outras páginas disponibilizam, mediante pagamento através de cartão de crédito, obras recentes que podem ser descarregadas através de um ficheiro² que podemos ler no ecrã do computador. São as chamadas livrarias *on-line*, de que se destaca em língua inglesa a *Barnes & Noble.com* e em língua francesa a *00b00.com*. Esta tem, curiosamente, uma secção de livros portugueses, onde surgem autores como José Saramago e Nuno Júdice.

Em Portugal, existem já algumas editoras e livrarias que vendem livros em papel pela Internet. Muito poucas, todavia, disponibilizam obras em ficheiros que se podem descarregar no computador. Uma delas é a Porto Editora.

Na divulgação da literatura portuguesa, há a destacar o Projecto Vercial, sem dúvida a página mais importante nesse âmbito, quer pela qualidade, quer pelo conteúdo. A página disponibiliza uma base de dados sobre autores portugueses, centenas de obras integrais, ensaios e resenhas críticas a obras recentes. Outras páginas que podemos destacar são a da Citi, a do Instituto Camões e a da Biblioteca Nacional, as três com conteúdos úteis para o investigador.

Referimos dois suportes ou meios de divulgação da literatura, o CD-Rom e a Internet. Falta-nos fazer uma referência ao *software* específico que pode auxiliar o investigador no seu trabalho. São muitos e de funções várias os programas que existem no mercado, desde simples processadores de texto, como o *Microsoft Word* ou o *Wordperfect*, passando pelos editores gráficos, como o *PageMaker*, até às ferramentas de análise estatística e de concordância. Destas, destacamos, o *Concordancer*, o *Wordsmith* e o *Lexicon*, os dois primeiros para a língua inglesa e o último para a língua portuguesa. Estes programas são úteis na medida em que nos dão dados fidedignos que podem ser utilizados para confirmar aquilo que, manualmente, seria moroso conseguirmos. Para explicitarmos melhor o que acabámos de dizer, apresentaremos dois exemplos.

² Conhecido como *e-book*, ou *electronic book*.

Sendo opinião comum que Camilo Castelo Branco utilizava um vocabulário mais variado do que Eça de Queirós, decidimos, através do programa *Lexicon*³, confirmar se assim era. Servimo-nos das obras *Onde Está a Felicidade?* de Camilo Castelo Branco (1860) e *A Relíquia* de Eça de Queirós (1887), ambas publicadas electronicamente pelo Projecto Vercial. Através do *Microsoft Word* e do *Lexicon* compilámos os dados seguintes:

Obra:	<i>A Relíquia</i>	<i>Onde Está a Felicidade?</i>
Nº de páginas:	123	120
Nº de parágrafos:	1.666	2.713
Total de caracteres:	419.976	362.037
Total de palavras:	85.201	73.421
Palavras diferentes:	13.981	11.989
Variedade vocabular:	50%	43%

A principal razão de seleccionarmos estas duas obras deve-se ao facto de serem quase idênticas em número de páginas: 123 *A Relíquia* e 120 *Onde Está a Felicidade?*. Embora tendo praticamente o mesmo número de páginas, verificámos que diferiam bastante no número total de palavras. Ora as três páginas que havia de diferença entre as duas obras não poderiam justificar que o romance de Camilo tivesse menos 11780 palavras do que o romance de Eça, uma vez que cada página tem em média 730 palavras. A explicação encontra-se no número de parágrafos. Camilo utiliza parágrafos mais curtos do que Eça de Queirós, reduzindo assim o número de palavras em cada um, o que faz aumentar o número de linhas incompletas e, conseqüentemente, o número de páginas. Quanto mais compactos e extensos forem os parágrafos, como sucede em Eça de Queirós, mais palavras podem ser escritas em menor espaço. Isso mesmo é confirmado pela diferença no número de caracteres nas duas obras.

Tudo isto para explicar que o texto de *A Relíquia* de Eça de Queirós é mais extenso do que o texto de *Onde Está a Felicidade?* de Camilo. Sem as ferramentas informáticas de que nos servimos seria extremamente difícil de o comprovar.

Falta comentar o resultado da variedade vocabular. Fazendo a média do número total de palavras e do número de palavras diferentes, verificamos que o vocabulário do romance de Eça de Queirós é mais variado do que o vocabulário do romance de Camilo. A diferença é de 7%. Nestas duas obras,

³ www.ipn.pt/literatura/lexicon

pelo menos, a opinião comum de que Camilo utiliza um vocabulário mais variado e, portanto, mais rico do que Eça de Queirós, não se confirma. Tivemos já oportunidade de fazer a mesma experiência com o *Amor de Perdição* e com os primeiros capítulos de *Os Maias* (correspondendo a uma extensão semelhante de texto) e os resultados foram idênticos.

No segundo exemplo que propomos, utilizámos o *Lexicon* e o *Microsoft Access*. O objectivo era contabilizar as referências directas às estações do ano ao longo do romance *Os Maias* de Eça de Queirós. Os dados compilados são os seguintes:

	Outono	Inverno	Primavera	Verão
Capítulo I	5	6	1	4
Capítulo II	0	9	1	0
Capítulo III	0	1	2	0
Capítulo IV	4	2	0	0
Capítulo V	0	1	4	1
Capítulo VI	0	3	1	0
Capítulo VII	0	0	1	1
Capítulo VIII	1	2	0	1
Capítulo IX	2	1	0	2
Capítulo X	0	2	0	2
Capítulo XI	0	3	2	1
Capítulo XII	0	1	0	9
Capítulo XIII	0	0	0	5
Capítulo XIV	3	3	1	2
Capítulo XV	4	11	1	0
Capítulo XVI	1	3	0	1
Capítulo XVII	0	6	0	3
Capítulo XVIII	1	7	0	1
Totais I	21	61	14	33
Totais II		82	47	

Se olharmos para Totais I, verificamos que o Inverno é a estação mais representada. A soma das referências ao Outono e ao Inverno, que podemos ver em Totais II, são praticamente o dobro das referências à Primavera e ao Verão. Verificamos ainda que são os dois primeiros capítulos e os quatro últimos que somam maior número de referências ao Outono e Inverno. Relacionando estes dados com o que sabemos sobre a intriga do romance, facilmente poderemos concluir que estas estações do ano servem de cenário aos momentos de tensão e de desgraça que recai sobre a família dos Maias.

Curiosamente, o capítulo XII, que, vale a pena lembrar, é aquele em que Carlos e Maria Eduarda definitivamente se declaram um ao outro, iniciam os encontros amorosos e tudo lhes parece sorrir, é onde se contabiliza o maior número de referências ao Verão.

Poderíamos aplicar estas ferramentas informáticas para verificar uma infinidade de pormenores, desde o estilo, o léxico utilizado, as referências intertextuais, os espaços e os percursos, a presença e ausência de personagens ao longo dos capítulos, etc.

Nunca, como agora, o investigador literário teve disponíveis ao mesmo tempo tantos instrumentos que pudessem simplificar o trabalho e reduzir o tempo que antes se despendia em tarefas morosas e repetitivas, como era o de procurar uma referência em toda a obra de um autor para muitas vezes a não encontrar, ou o de verificar onde é que um autor cita o Fausto ou a Margarida de *A Dama das Camélias*. Há, no entanto, muitos investigadores que, apesar dos CD-Roms, da Internet e das várias ferramentas informáticas existentes, teimam em gastar o seu tempo no trabalho de sapa, que poderia ser bem mais proveitoso se deixassem ao computador essa tarefa e se dedicassem ao que é realmente importante: a análise, a relação e o comentário dos dados entretanto obtidos.

Lista de alguns cd-roms sobre literatura portuguesa:

1. *Auto da Barca do Inferno de Gil Vicente*, Porto Editora, 1999. Autoria de Maria Teresa Branco de Matos e Christine Paulette Varnière.
2. *Auto da Índia – Teatro Interactivo*, Citi / Universidade Nova de Lisboa, 1998.
3. *Auto da Índia de Gil Vicente*, Porto Editora, 1999. Autoria de Maria Teresa Branco de Matos e Christine Paulette Varnière.
4. *Biblioteca Virtual dos Autores Portugueses*, Biblioteca Nacional, 1998 (disco 1 e 2). Coordenação científica de Ivo Castro, Teresa Amado, Cristina Almeida e Paula Morão.
5. *Curso de Literatura Portuguesa*, versão 3.0, Projecto Vercial, 2001.
6. *De Bocage a Antero: Percursos do Romantismo Português*, Porto Editora, 1998. Autoria de Isabel Rio Novo e Paulo Borges.
7. *Fernando Pessoa Multimédia*, Texto Editora, 1997. Concepção e realização de Leonor Areal.
8. *História da Literatura Portuguesa*, Texto Editora, 1998.
9. *Obras Integrais de Autores Portugueses*, Projecto Vercial, 2001-2003 (12 CD-Roms).
10. *Vida e Obra de Eça de Queirós: Trajectos, Percursos, Imagens*, Porto Editora, 2000. Autoria de Carlos Reis.
11. *Vida e Obra de Fernando Pessoa*, Porto Editora, 1998. Autoria de José Machado e Mário Morais.
12. *Vida e Obra de Luís de Camões*, Porto Editora, 1996 (versão 1.0) e 1999 (versão 2.0). Autoria de José Machado.
13. *Vida e Obra de Luís de Camões*, versão 2.0, Porto Editora, 1999. Autoria de José Machado.

Um projétil em busca de alvo: Paródia e crítica social em *Bala Perdida*

Milton M. Azevedo
University of California, Berkeley

*Mieux est de ris que de larmes écrire,
pour ce que rire est le propre de l'homme*

Rabelais, *Gargantua*

Com sua peculiar lucidez, Umberto Eco estabelece um paralelo entre a filosofia e a narrativa policial: *In fondo la domanda base della filosofia... è la stessa del romanzo poliziesco: di chi è la colpa?* (1984: 32)¹ Na busca de uma resposta, o gênero policial conforma um discurso cujos elementos básicos incluem um crime, um acusado inocente e um criminoso cuja identidade só se revela, por razões pragmáticas, no final do relato. O enredo, simples em suas linhas gerais, desenvolve-se através de uma exposição propositalmente meandrosa, que responde à necessidade de manter acesa a curiosidade do leitor, até o ponto em que o mistério é desvendado e o criminoso, uma vez desmascarado, é punido, às vezes por meios pouco ortodoxos e à revelia da autoridade constituída.² Um elemento chave na resolução do problema é o protagonista, um detetive que não pertence aos quadros da polícia regular, e que não raro se vê obrigado a atuar – por motivos os mais elevados – na zona gris entre a lei e a ilegalidade. Nesse contexto, se o detetive amador aparece como um semi-gênio, é em parte porque os policiais regulares, conquanto honrados e bem-intencionados, são incompetentes e carentes de imaginação.³ A narrativa constitui por si mesma um mistério, tortuoso e balizado de pistas falsas ou certas, destinadas aquelas a perder-nos em becos sem saída e estas a desafiar nossa argúcia de leitores, convidando-nos umas e outras a um diálogo com o texto, que será tão mais gratificante quanto melhor houver o autor codificado

¹ Este artigo foi elaborado a partir de um trabalho apresentado ao XXVII *Simpósio de Tradições Portuguesas*, realizado na Universidade da Califórnia, Los Angeles (abril de 2004).

² Como em *The Unpleasantness at the Bellona Club*, de Dorothy Sayers, ou em “The Adventure of the Speckled Band”, de Conan Doyle.

³ Talvez até um pouco demais, no caso britânico, pelo menos para o gosto de Chesterton, praticante do gênero, que lamentou que “the police novel . . . now consists chiefly of rather unjust depreciation of the police” (1930: 1).

a informação que nos leva, temporariamente identificados com o detetive, a tentar atinar, se possível antes que este, com a solução do problema.

Se o romance, conforme comentou o crítico e romancista inglês David Lodge, é uma forma literária essencialmente de classe média (1992:106), a narrativa policial, sob qualquer de suas formas – conto, noveleta, novela ou romance – é-o ainda mais intensamente, porquanto deve seu sucesso inicial, na Grã Bretanha de fins do século XIX, à existência de uma classe média razoavelmente instruída, interessada em leituras interessantes, que contivessem um elemento de mistério e suspense, mas não demasiado abstratas nem profundas, e dotada do lazer e dos recursos financeiros necessários para entreter-se com periódicos como o *Strand Magazine* – em cujas páginas, significativamente, teriam tanto sucesso as histórias de Sherlock Holmes – fundado em Londres em 1890 e marcado por características que viriam a ser associadas à cultura *middlebrow*:

“aimed at a mass market, being cheaper and more readable than the literary monthlies of the time, with effective use of illustrations and a clear, simple typeface.” (Willis 2003: 1)

É só em suas manifestações menos refinadas, porém, que a narrativa policial funciona apenas no nível do puro entrecho detetivesco, do *whodunit*⁴ que apresenta, como único objetivo, a caça ao criminoso. As obras de autores de categoria incluem invariavelmente um subtexto fértil em dados, explícitos ou implícitos, acerca da época e da sociedade onde se desenrola a ação. Constituem, portanto, uma fonte de informações sociológicas sobre o ambiente retratado, e mais que outras modalidades literárias ditas “populares”, o gênero policial oferece uma ampla margem para o comentário sobre o contexto que o produz, porquanto precisa alicerçar-se numa realidade identificável, sem o que correria o risco de confundir-se com gêneros vizinhos, como o sobrenatural, ou o fantástico, ou a ficção científica. Tal necessidade de verossimilitude histórica e social permite criar um discurso paralelo, independente do enredo em si mesmo. É o que faz com que nos romances e contos de Dorothy Sayers, por exemplo – nos quais o detetive amador Lord Peter Wimsey interage com pessoas e ambientes de todas as classes sociais – a descrição da sociedade britânica entre as duas guerras mundiais do século XX tenha tanto ou mais interesse que a trama propriamente dita.⁵

⁴ Cf. *The Oxford Encyclopedic English Dictionary*, p. 1651, 1991: “*Whodunit*: n. (also *whodunnit*) *colloq.* a story or play about the detection of a crime etc., esp. murder. [= *who done (illiterate for did) it?*]; literalmente, “quem o fez?”, ou “quem fez isso?”.

⁵ Vejam-se, por exemplo, os ensaios em *Dorothy L. Sayers. The Centenary Celebration*. Alzina Stone Dale (org.). Nova York: Walker & Company, 1993.

A ficção policial em sua forma canônica – quase por definição, britânica⁶ – requer que os leitores compartilhem uma crença numa sociedade organizada, onde o crime é um desvio da ordem normal das coisas e passível de explicação lógica. Em tal contexto, a autoridade policial empenha-se – se o consegue é outra questão – em trazer os criminosos perante um sistema judicial que se supõe funcionar com certa eficácia. Em contraste, numa sociedade que não prime pela organização e desmotivada para crer na capacidade ou nas intenções da polícia, o gênero pode defrontar-se com ceticismo por parte do leitor, sabedor de que na vida real a distinção entre policiais e criminosos é, no mínimo, vaga e difusa. É em tal contexto, onde a narrativa policial precisa adaptar-se a circunstâncias muito diversas das de suas origens, que se insere o romance *Bala Perdida*, de Georges Lamazière (Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999), cujo entrecho, mantendo sempre o suspense, entrecruza-se com um subtexto rico em significado, que nos pisca um olho, insinuando maliciosamente outras direções interpretativas. Escrito no melhor estilo *tongue-in-cheek*, *Bala Perdida* preenche, não obstante, os requisitos tradicionais do gênero policial, tais como foram delineados por R. Austin Freeman (1924), quais sejam (1) a apresentação do problema (capítulo I), (2) a introdução das pistas que contribuirão a resolvê-lo (capítulos II a XXXVIII), (3) a resolução, ou descoberta da solução pelo investigador (capítulo XXXIX) e (4) uma coda, consistente na exposição das provas da solução (capítulo XLI).

O relato é cheio de surpresas que se revelam aos poucos, embora o enredo seja provocadoramente simples: ao despertar num sábado de manhã em seu apartamento em Copacabana, com uma forte ressaca resultante de um jantar com amigos no qual as bebidas fluíram generosamente, o narrador-protagonista descobre que tem a camisa ensangüentada. Depois de deduzir, dada a ausência de ferimentos no próprio corpo, que o sangue deve ser de outrem, encontra entre suas roupas amontoadas no assoalho um revólver com cinco cartuchos intactos e uma cápsula deflagrada, à qual falta o projétil a que alude o título.

Mas a bala ter-se-há mesmo perdido ou terá encontrado um alvo ainda não identificado? Eis aí o primeiro mistério com que se defronta o protagonista, Francisco “Chico” Motta, solteiro de 43 anos e desencantado professor universitário “de Teoria da Comunicação em três cursos de Comunicação Social no Rio de Janeiro” (16). Atordoado pela descoberta da arma, trata de reconstituir os eventos da noite anterior, e para isso marca com os participantes da noite da véspera encontros que em pouco tempo lhe permitirão identificar

⁶ É significativo que logo na primeira aventura de Holmes, Conan Doyle fá-lo criticar asperamente, para surpresa de Watson, os detetives de ficção franceses: “Dupin was a very inferior fellow”; “Lecoq was a miserable bungler” (*A Study in Scarlet*, p. 25).

não apenas a vítima, de cujo corpo provinha o sangue que lhe manchava a camisa, como também o suspeito aparente, o qual, para seu desassossego, é ele mesmo. A partir daí, seu problema consiste em determinar se é um criminoso desmemoriado ou o alvo de uma conspiração perversa. E se o culpado não é ele, quem será?

Tem Motta uma forte motivação para querer identificar esse culpado, pois além da incomodidade de ser um suspeito circunstancial, é também autor – embora inédito – de um romance policial, intitulado *Tiro pela Culatra*. O manuscrito foi-lhe devolvido recentemente por uma editora, juntamente com um parecer devastador, assinado por certo professor Astolfo Ambrosia (28) – nome de intenção humorística, embora perfeitamente compatível com as práticas onomásticas da terra.⁷ Distribuído ao longo do volume em dezenove capítulos intercalados, o texto do parecer induz, através da caricatura do parecerista, personagem parodicamente sério, uma reflexão sobre o quefazer literário, criando assim uma linha paralela de diálogo ao qual dificilmente se poderia furtar o leitor.

À medida que seguimos Motta na busca ao criminoso, apresenta-se-nos um terceiro nível de leitura mediante o comentário social entretecido na narrativa. Motta, embora desiludido da vida, não é parvo, e revela compreender que vive numa rede de mentiras, ao definir-se como “mais sofista do que filósofo, sem pejo ou arrependimento” (16). Seu relato oferece-nos uma série de vinhetas da classe média intelectualizada do Rio de Janeiro, a qual, em atenção ao prestígio desta cidade, facilmente podemos tomar por metáfora de todo o país. Embora pertença a esse grupo social, o narrador-protagonista não devota nenhum respeito a seus integrantes, nem a seus gostos ou veleidades artísticas. Conseqüentemente, tudo o que lhes diz respeito é motivo de sátira: ao entrar numa galeria de arte, quase tropeça numa “enorme poça de vômito” que em seguida verifica ser “um falso vômito”, apreçado em vinte mil dólares, e oferecido ao público sob o título de “Sociedade falocrática” (46). Ao longo da narrativa alinhavam-se alfinetadas às pessoas com quem convive (“amizades íntimas de praia e botequim”, 57), a si mesmo (“minha experiência cinematográfica, que é boa parte de minha experiência como um todo”, 155) e ao seu ambiente social:

“ar-condicionado no máximo... as toalhas imaculadamente brancas. O Brasil havia ficado lá fora, realização do desejo não muito inconsciente da maioria dos que ali estavam” (84).

Nem poderia ser mais devastadora a crítica que faz ao ensino universitário massificado, ao descrever seu local de trabalho:

⁷ Cf. Mário Souto Maior, *Nomes Próprios Pouco Comuns. Contribuição ao Estudo da Antroponímia Brasileira*. 4a edição, Recife, Edições Bagaço, 1996.

“Lá estava um amontoado de gente das mais diversas idades e classes sociais... nem eles estavam ali para aprender, nem eu — supondo que soubesse — para ensinar. Nem muito menos a escola se destinava a isso. A única situação de enriquecimento era a dos donos. Os alunos, ávidos de diplomas, pagavam as taxas e seguiam as aulas com ar bovino.” (54)

Melancolicamente sarcástica é a descrição de seus encontros com a variegada florifauna que participa do jantar da sexta-feira do crime, num requintado restaurante inspiradamente denominado *La Coda dell'Ochio*. Encontramos ali, além de Motta, um jornalista político “baixo, atarracado, sem pescoço”, uma jornalista cultural de “olhos semipreciosos”, um professor universitário “com pouco cabelo e uns óculos enormes, gênero imitação de tartaruga”, um dono de butique, “aquele tipo de cara que você encontra sempre e nunca sabe o nome, nem ele o seu”, uma arquiteta “de interiores, claro”, uma “crítica de muitas artes” e uma psicanalista de “boca gorda e sensual, como a compensar o olhar intranquilizante”(56-58). O jantar é marcado por estúrdias combinações culinárias de pratos brasileiros tradicionais adornados de iguarias alienígenas – “frango ao molho de manga com *linguini*, carne de sol com *fusili* ao caldo de *shitake*, *sukyaki* de ostra sobre *penné*” – que despertam em Motta “saudades agudas de um prato simples, gorduroso e farto... Lombinho com tutu e farofa, osso buco, *blanquette de veau* com arroz”(57). O falso refinamento de tais “gastrônomos recentes e entusiastas” reitera-se na escolha de bebidas: os comensais, “sendo também enólogos de última geração, discutiram longamente o mérito de várias opções”, ao passo que o narrador se contenta com “um Red Label com gelo e soda”(57).

Complementam tão bizarra gastronomia instantâneos de discussões pseudofilosóficas que não levam a parte alguma, servindo apenas para permitir que cada participante se esforce em impressionar os demais. Quando a jornalista menciona “o último livro de uma obscura... filósofa italiana,” o professor universitário atalha: “Você diz isso porque nunca leu fulano (o nome parecia sueco ou tcheco),” e assevera ser aquele desconhecido filósofo centro-europeu

“quem havia melhor captado o atual momento de evanescente fruição das obras de arte, de total virtualidade e fungibilidade dos objetos culturais submetidos à lógica tecnológica e mercadológica. Ou algo assim.” (60)

Com uma ponta de tristeza, observa Motta que “foi-se o tempo em que alemães ou franceses davam prestígio, passou-se a novas culinárias” (60), formando assim um paralelo gastronômico-intelectual com a conhecida cultura de orelha de livro, apanágio de uma intelligentsia que se alimenta de citações de autores mal digeridos ou mesmo nem lidos.

Antes, porém, de que nos animemos a incorporar-nos ao coro saudosista, o parecerista Astolfo Ambrosia, qual crítico literário ou professor de literatura de outras épocas, entra a deblaterar contra a literatura e as artes de praticamente todo o século XX “em sua fase moderna, contemporânea e sobretudo pós” (161). Em linguagem empolada, reforça o conservadorismo das referências a “nossos ancestrais europeus” (134) e aos “olimpós intelectuais pátrios” (150), afirmando que “o texto deve aspirar à verdade... além da ética” (134), e acrescentando ferinamente que, no caso do manuscrito de Motta, “a opção por escrever para entreter, em vez de escrever para educar e formar, já diz tudo”(161).

À medida que prosseguimos na leitura do parecer descobrimos que o manuscrito intitulado *Tiro pela Culatra* é na realidade o próprio texto de *Bala Perdida*, e que os trechos intercalados do parecer são o que diria algum crítico ranheta, saindo pela tangente para expressar

“saudades da composição clássica, da esmerada reprodução do real, das leis da perspectiva. Saudades dos romances do século XIX, verdadeiros tratados de história e sociologia, enquanto hoje são os textos históricos e sociológicos que parecem literatura.” (162)

e terminando por aconselhar “que não mais se aceitem originais de autores estreantes”(173), porquanto

“a literatura estaria muito bem se se dedicasse apenas à republicação das obras indubitavelmente clássicas... sem multiculturalismo, feminismo, vanguardismo, pós modernismo, sobretudo em um país como o nosso, que, nem saiu do subdesenvolvimento, já quer saltar etapas e fazer-se pós industrial.” (173)

O arrazoado de Astolfo Ambrosia desenvolve-se como uma paródia de meta-narrativa, demonstrando que o parecerista, fechado em sua óptica tradicionalista, não captou o texto senão superficialmente. Ao criticar os personagens, acoimando-os de caricaturas, deixa claro não ter percebido a crítica social implícita naquela caracterização: não são os personagens, e sim as pessoas representadas, os próprios membros daquele pequeno grupo de pseudo-intelectuais, símbolos de todo um segmento da sociedade, que se nos revelam achatados, unidimensionais, compostos de peças intercambiáveis, capazes de gerar tão somente um discurso de idéias feitas, politicamente corretas e predizíveis, e afligidos por um vazio interior que uma solidão apenas aliviada por passageiros casos amorosos, com parceiros também permutáveis, só faz exacerbar.

Faz contraponto às vozes de Motta e de Ambrosia a de Romualdo de Freitas, um delegado de polícia, idoso e tão *sui generis* que “parecia um delegado de filme ou romance policial,” embora esta descrição se matize um pouco: “de filme ou romance policial brasileiro” (175). Freitas é uma combinação

de intelectual reflexivo e policial duro: “A incongruência de sua aparência e de sua fala culta e excessivamente polida com o ambiente e os personagens que o rodeavam era desmentida... pelo respeito demonstrado por esses últimos” (176). Contrariando o estereótipo de sua profissão, o delegado Freitas é um homem instruído, e entre todos os personagens, o único que não se oculta detrás de uma fachada postiça. Seguindo um raciocínio baseado em suas leituras de George Berkeley e no empirismo inglês – ironicamente passados de moda entre os pós-modernos – conclui, com uma ponta de humor, pela improbabilidade de que Motta seja culpado: “O senhor não me parece homem de crime de morte, no máximo de infração fiscal” (180).

Quando Motta retorna a seu apartamento, fica claro que seu papel de investigador em causa própria chegou ao fim, pois não só não conseguiu resolver o crime como também se acha sob suspeita – pois pese à opinião do delegado em seu favor, não há provas de sua inocência. E é então que se encontra – para surpresa do leitor, naturalmente – na pouco invejável posição de próxima vítima, ao ver-se inopinadamente sob a mira de um revólver. O desenlace, porém, é rápido e inesperado, mediante uma providencial intervenção do delegado Freitas, fugindo-se assim à fórmula tradicional: desta vez é o policial quem não só resolve o mistério como também salva da morte o detetive amador. Logo mais, enquanto se relaxam com uma dose de uísque – do próprio Motta – o delegado Freitas, numa paródia de tantos detetives amadores de poltrona, explica-lhe como “resolvera o mistério sem sair de sua cadeira” (187), concluindo ser Motta o alvo inocente de uma maquinação.

A aventura, embora perturbadora, tem um saldo positivo: Motta é “demitido das faculdades em que ensinava, por abandono de emprego” (204), o que lhe acena com a possibilidade de um novo começo de vida. Além disso, graças à notoriedade adquirida por seu envolvimento no caso, logra editar seu romance, *Tiro pela Culatra* (212), que apresenta numa noite de autógrafos, compartilhada com o delegado Freitas, que também lança o seu romance policial, *O Caso do Barbeador Elétrico*.

Num almoço em que uma feijoada contrasta alegremente com o jantar da malfadada sexta-feira do crime, Freitas exerce uma mirada crítica sobre a sociedade em que vivem. Mostra a Motta alguns recortes de jornal de sua “coleção de mortes aleatórias” (201) – casos de transeuntes alcançados por tiros desfechados a esmo por assaltantes, de pessoas mortas em casa por projéteis partidos de tiroteios nas favelas – e revela-se profundamente abatido por “esses crimes que resultam do acaso o mais cego, os quais cada vez mais temos que buscar elucidar” (198). Achando-se a duas semanas da aposentadoria, o delegado tem consciência de representar uma espécie em vias de desaparecimento, e sua reflexão serve de epitáfio tanto ao gênero literário que cultivam como a toda uma era:

“A nossa época acabou, meu filho. A minha, como detetive. A nossa, como escritores policiais. As pessoas, aliás, não querem mais filmes de mistério, glamourosos, feitos de meios-tons, com poucos cadáveres e muita investigação. Querem filmes de ação, o sangue explodindo nas telas como nas páginas dos jornais populares... Como é que um Hercule Poirot ou um Sherlock Holmes vai competir com estas notícias reais, na tela, no rádio, na página impressa? Acabou-se o artesanato: entramos na era pós-industrial do crime. Não há frase nossa que possa ombrear-se com a prosa enxuta desses repórteres.” (202-203)

Resolvido o mistério, encontramos-nos diante de um quadro geral de ruína em que a cultura reduz-se a fachadas, de declínio moral em que as faculdades vendem diplomas, de deterioração da segurança do cidadão, onde qualquer um acha-se ameaçado de ser atingido por uma bala perdida, na rua, no trabalho ou em sua própria casa, num ambiente social onde as normas de nada valem, onde as regras do convívio civilizado vão sendo rapidamente substituídas pela lei do Cão. E eis que, chegados ao final do romance, defrontamos um enigma maior, com a mesma pergunta da filosofia e do relato policial: E quem é o culpado dessa situação? Uma vez mais, Eco sugere-nos a resposta: *Una vera indagine poliziesca deve provare che i colpevoli siamo noi* (1984: 45).

Bibliografia

Chesterton, G.K. 1930. “The Ideal Detective Story.” *Illustrated London News* October 25, 1930. (de “The Chesterton Society” www.chesterton.org/gkc/murderer/the_ideal.htm).

Doyle, Arthur Conan. [1887]. *A Study in Scarlet*. Em: *The Complete Sherlock Holmes*. Garden City, NY: Doubleday & Company, 1930, 16-86.

———. [1892] “The Adventure of the Speckled Band.” Em: *The Complete Sherlock Holmes*. Garden City, NY: Doubleday & Company, 1930, 257-273.

Eco, Umberto. 1984. *Postille a Il nome della rosa di Umberto Eco*. Milão: Bompiani. (Publicado originalmente em *Alfabeta*, no. 49. Junho de 1983.)

Freeman, R. Austin. 1924. “The Art of the Detective Story” (www.gaslight.mtroyal.ab.ca).

Lodge, David. 1992. *The Art of Fiction*. Harmondsworth, Penguin Books.

Sayers, Dorothy. [1928] 1963. *The Unpleasantness at the Bellona Club*. New York: Avon Books.

Willis, Chris. 2003. “Crime, Class and Gender in the 1890s *Strand Magazine*”. www.chriswillis.freeseve.co.uk.

1900-2000: Um século para o processo de canonicidade de Eça de Queirós. A intervençom de Ernesto Guerra da Cal

Elias J. Torres Feijó/ Joel R. Gómez

Grupo de Investigaçom Galabra. Universidade de Santiago de Compostela

Eça de Queirós ocupa na actualidade umha posiçom central no Campo Literário Português. Mesmo dentro do cânone ocidental¹ poucos som os produtores que nos inícios do século XXI dispõem de tantos materiais derivados de estudos, ediçoms e homenagens diversas, como também de outras formas de canonizaçom modernas (estátuas, nomes de ruas, associaçoms, filmes, etc.), resultado de um longo processo que se deu no século XX e em que se embrenhárom outros literatos, críticos, políticos, jornalistas, académicos e representantes de muito diferentes campos, que conseguírom elevá-lo a nome identificador de Portugal e da sua Literatura.

A trajectória seguida nesse processo foi muito complexa. Em vida, Eça enfrentou luitas e pertenceu a grupos que se opunham aos poderes estabelecidos e visavam umha renovaçom social e do repertório. Conhecido é o seu relacionamento com nomes principais da Questom Coimbrá, no seu tempo de estudante; e a participaçom activa nas Conferências do Casino de Lisboa, no Cenáculo, nos Vencidos da Vida ou na Vida Nova, à par de outros importantes protagonistas da segunda metade do XIX. Na prática literária partilhou diferentes repertórios, do Naturalismo ao Parnasianismo ou ao Realismo, e mesmo dentro desta última escola há umha evoluçom, que provocou conflitos, desde os primeiros trabalhos aos renovadores que iniciou com a publicaçom de *O Mandarin*.

Esta trajectória levou-no a luitas, bem conhecidas, com produtores coevos. Em Portugal, os seus primeiros escritos na *Gazeta de Notícias* provocavam troça, pois eram notados “como novidade extravagante e burlesca” e acolhidos “com geral hilaridade” segundo testemunho de Batalha

¹ Num livro com muito sucesso e prestígio, interpretado como a *summa canonica* da literatura universal, *The Western Canon*, de Harold Bloom, que, por sinal reflecte acabadamente, entre outros, os interesses canonizadores do anglocentrismo, Eça é o único português referenciado entre os produtores da que denomina “A Idade Democrática” (ver p. 488 e passim da traduçom portuguesa de Manuel Frias Martins).

Reis; e a popularidade de que goza hoje estava muito longe de se prognosticar em 1874, quando Ramalho Ortigão o apresentava como literato no *Diário Ilustrado*. Camilo Castelo Branco, Bulhão Pato ou Abel Botelho, escritores de sucesso na sua época, combatêrom-no de diferentes maneiras; talvez a crítica negativa mais paradigmática, e persistente durante quase um século, fosse a de Pinheiro Chagas, activo opositor do Realismo e representante dos sectores mais conservadores, ao rejeitar *A Relíquia* para o Prémio da Academia de Ciências de Lisboa em 1888, valorizando esta narrativa de um mau trabalho literário. No exterior, a oposição no Brasil de Machado de Assis após a publicação de *O Primo Basílio* é com certeza a de maior destaque. Persistiam, pois, grandes detractores da sua literatura, com grandes defensores, sobranceando entre estes Moniz Barreto, o paralelo renovador da crítica literária portuguesa dos realistas, quem se referiu a ele em 1897 como o escritor que “renovou e até certo ponto fundou o romance português” e que conseguira “dotar as letras pátrias de obras dignas de se compararem com as correspondentes nas literaturas estrangeiras”.

A polémica manteve todo o vigor aquando a morte do escritor pois, junto de aqueles que organizárom homenagens para receberem os seus restos desde a França e enterrarem-no com as maiores honras, houve celebridades literárias como Fialho de Almeida ou João da Câmara, ao igual que diversos órgãos de imprensa portuguesa, que combatêrom esses reconhecimentos.

Esta dualidade foi umha constante durante a primeira metade do século XX. Ao se comemorarem o centenário do nascimento (1945) ou o cinqüentenário da morte (1950), em pleno domínio ideológico do salazarismo, revivêrom-se as campanhas na sua contra, desde a imprensa e a escola até a distribuição de brochuras às maes recomendando que nom deixassem ler aos filhos as que significavam como perniciosas narrativas queirosianas. A oposição de alguns críticos era frontal, sem concessões, sendo a mais contundente a do padre Alíryo de Melo, exprimida em diferentes ensaios e no jornal *Novidades*, o mais decididamente oposto aos interesses da canonicidade de Eça. Mas também entre os seus aliados havia resistências; por exemplo Gaspar Simões, crítico central na altura, que, na emblemática biografia *Eça de Queirós. O Homem e o Artista*, premiada em 1945, se bem comparava *Os Maias* em grandiosidade com *Os Lusíadas*, e outorgava-lhe reconhecimento como escritor principal, também o condenava como mau literato pola controversa narrativa de *A Relíquia*, filiando-se assim na linha de Pinheiro Chagas. Doutra parte, nessas cinco décadas iniciais da passada centúria, convém sublinhar entre os agentes principais da sua canonização Fidelino de Figueiredo, quem em 1914, na *História da Literatura Realista* assinalou existir “um antes e um depois” marcado por ele e o seu trabalho literário. Mas vigoravam formulações muito contrárias ao produtor, tais como a acusação de antinacionalismo e

estrangeirice polo uso de galicismos, mas nom só, o que o convertia em, polo menos, mal intérprete da Pátria numha concepçom da literatura essencialista vigorante em muitos momentos; e outras como o do plagiato, censura já em vida do escritor e de ‘mau realista’ (por *A Relíquia*), o que o colocaria em lugar subalterno respeito a outras literaturas, nomeadamente a francesa (reforçando a crítica de estrangeirizante), carente de originalidade e pouco périto na assumpçom do novo repertório. Outras visaram a pouca moralidade de algumas obras, contrárias à moral burguesa dominante, sem esquecer a problematizaçom de sectores da crítica psicanalítica, com apoio em instantes biográficos como o da condiçom de filho ilegítimo ou do tardio matrimónio.

Na segunda metade do século XX construiu-se um novo Eça de Queirós, que vinga na actualidade, através de umha actuaçom sobretudo em quatro frentes:

1) Elaboraçom de um novo discurso, combatendo os preconceitos e as censuras.

2) Imposiçom de novos instrumentos de investigaçom, progressivamente prestigiados, que agírom de renovadores do repertório do campo da crítica literária, e fizêrom possível o triunfo do novo discurso.

3) Umha nova textualidade, alicerçada nesses novos instrumentos investigadores, que reivindicárom a restauraçom da produçom de Eça, “libertando-a” das emendas, correcçoms e outros entraves introduzidos polo seu filho e por críticos que a revisárom para ser publicada.

4) Implicaçom de instituições, públicas e particulares, que possibilitárom que todo o anterior fosse possível, com o apoio económico e oferecendo suportes favoráveis aos interesses da canonicidade do literato.

As quatro fases dêrom-se em muitos casos simultaneamente, e nelas empenhárom-se numerosas personalidades, grupos e instituições, com luitas que transparecêrom em livros de texto, manuais universitários, revistas especializadas, congressos e reunions científicas muito diversas, imprensa, e outros lugares. Figuras tam diferentes, mas todas elas com predicamento em diversos meios, como Marcello Caetano, Heitor Lyra, Manuel Rodrigues Lapa, Helena Cidade Moura, Alberto Machado da Rosa, António Coimbra Martins, João Medina, António José Barreiros, António José Saraiva e Óscar Lopes, Elza Miné, Beatriz Berrini, Maria Luísa Nunes, Carmela Magnatta Nuzzi, Paul Teyssier, Isabel Pires de Lima, Hampl Zdenek, Giuseppe Carlo Rossi, Alfredo Campos Matos, Luís dos Santos Ferro, Helena Losada Soler, Aníbal Pinto de Castro, Luís Fagundes Duarte, Francisco Fernández del Riego, Taborda de Vasconcelos, Luís Forjaz Trigueiros, Francisco José Velozo, Leodegário de Azevedo Filho, Guilhermino César, Afrânio Coutinho, Eduardo Portella, Henriqueta Gonçalves, Carlos Reis, ou Ernesto Guerra da Cal, por citar uns poucos entre os mais significados, contribuírom para o progresso de Eça no

Campo Literário Português e ajudárom para que hoje ocupe o lugar de destaque em que se encontra². Porque apesar da vultosa e celebrada produção queirosiana, Eça nom ocuparia a posição de privilégio actual se nom se dessem as luitas que progressivamente favorecêrom os seus interesses.

Merece salientar-se Ernesto Guerra da Cal (Ferrol, 1911-Lisboa, 1994), considerado figura central do queirosianismo. Este investigador, docente e literato galego/norte-americano, participou nos quatro âmbitos antes assinalados de maneira decisiva. O seu labor foi constante em todos eles sobretudo desde a publicação de *Lengua y Estilo de Eça de Queirós*, em 1954, embora as suas realizações começassem anos antes; desde que na década de quarenta redigiu a primeira Tese de Doutoramento sobre matéria de literatura portuguesa nos Estados Unidos, e outros trabalhos, focando de preferência este produtor:

a) No respeitante ao novo discurso, Da Cal indigitou Eça como o maior revolucionário da língua portuguesa ao adaptá-la para as novas necessidades do século XIX; rejeitou as acusações de estrangeirice (vigentes ainda em 1984, na revisão da *Estilística da Língua Portuguesa* de Rodrigues Lapa), ao defender que foram assumidas maioritariamente pelo povo português, que as incorporara no uso diário; rebateu as acusações de plágio, assinalando-o como modelo de produtores tam valorizados em Portugal como Valle-Inclán ou Rubén Darío; salientou dele a sua atenção às transformações europeias do seu tempo, vindicando-o como o introdutor do Parnasianismo em Portugal; frisou ter sido um grande trabalhador do estilo e um reformador da prosa, aqueixado do “mal da perfeição”. Combateu a sua consideração como “o Zola português”, afirmando (Jorge, 1971) que Eça “ficou sempre muito acima dos seus modelos. Zola aparece-nos hoje como um romancista que não pode chegar sequer às sandálias de Eça, que a crítica internacional já considera muito superior a Flaubert”. Antes já afirmara (1981:231) que, em certas questões de estilo, mesmo ultrapassou “em quantidade e atrevimento” Cervantes, a quem Da Cal valorizava como centro do cânone universal no respeitante à narrativa. A respeito da controversa *A Relíquia*, nom só a vingou como a narrativa em que melhor se demonstrava o novo estilo e o uso renovado da língua por parte de Eça, mas defendeu-na como título cimeiro do Realismo europeu; e o tam rejeitado sonho de Teodorico Raposo desse romance, desaprovado por sectores influentes da crítica lusófona ainda na década de 70 do século XX, foi assinalado por Da Cal como grande inovação na narrativa europeia da altura. Este novo discurso foi-se construindo desde os

²No estudo de Joel R. Gómez. *Fazer(-se) um nome. Eça de Queirós-Guerra da Cal: um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*; com o prefácio “Guerra da Cal, Eça e os valores da Nação” de Elias J. Torres Feijó, fai-se um percurso polos contributos destes estudiosos.

primeiros contributos na *Revista Hispánica Moderna* ou no *Columbia Dictionary of Modern European Literatura*, aos posteriores de *Lengua y Estilo de Eça de Queirós*, verbetes no *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira, Galega e Estilística Literária*, dirigido por Jacinto do Prado Coelho, na *Revue de Littérature Comparée*, no ensaio sobre *A Relíquia*, e outros trabalhos em diferentes publicações de consulta e especializadas, para além de depoimentos de imprensa: em lugares e plataformas-chave, portanto, da nova crítica que se estava a constituir nos domínios dos intersistemas lusógrafo e hispanógrafo.

b) Utilizou como instrumentos legitimadores a Estilística e a Literatura Comparada, em ascenso nas décadas de cinquenta e sessenta, contribuindo através do seu quefazer queirosiano para introduzir estas teorias no repertório do Campo da Crítica Literária de Portugal, Brasil e outros sistemas lusófonos, hispanófonos e mesmo anglófonos. Esta linha ficou reforçada com um trabalho de referência decisivo, a *Bibliografia Queirociana*, publicada em seis volumes nas décadas de 70 e 80 pela Universidade de Coimbra, considerada empreendimento pioneiro e modelar mesmo com projecção internacional, frisando vários críticos de muito diferentes tendências como talvez nenhum outro escritor, entre os mais canonizados, dispunha de repositório semelhante para o seu estudo, e constituindo-se assim em livro de consulta comum ao queirosianismo.

c) No âmbito da ecdótica, Da Cal trilhou o caminho da edição crítica genética, com diferentes exemplos concretos, que servem de modelo na edição crítica, em andamento, da produção queirosiana, problematizando e ainda resolvendo alguns dos obstáculos existentes na centralidade de Eça, quais eram os da fixação textual da sua obra.

d) Finalmente, nas instituições, som de relevo os seus contributos para a posta em andamento da Fundação Eça de Queirós, instituição particular hoje central para o queirosianismo; e no respeitante às públicas, participou no processo de aquisição por parte do Estado Português do espólio de Eça, decidindo-se a estudá-lo, ou apadrinhando o projecto de edição crítica pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda (umha editora estatal, como ele recomendara na década de 70 para esse empreendimento).

Assim, Eça ultrapassou o âmbito lusófono/ibérico e inseriu-se no cânone ocidental, para o que contribuírom privilegiadamente os trabalhos directos de Da Cal e a sua recepção em diferentes países: Estados Unidos, Portugal, Brasil, Espanha, Galiza, México, Angola, Moçambique, Porto Rico, Venezuela, França, Itália, Alemanha, Roménia, República Checa, Inglaterra... Um sucesso que foi possível pela implicação de produtores e grupos diversos, muitos por ele contactados, e das revistas que lhes serviam para difundir os seus posicionamentos. Muitos deles estavam relacionados com universidades, e

todos partilhavam em comum um labor em prol da renovação crítica e metodológica.

Mesmo em ocasiões utilizava-se a crítica literária como campo de lutas na procura de uma transformação social e política. Talvez onde melhor se veja isto último seja em Portugal ou na Galiza. Da Cal teve os maiores apoios em Portugal num primeiro instante das universidades de Coimbra e de Lisboa, onde vultos como Joaquim de Carvalho ou Jacinto do Prado Coelho representavam a oposição à ditadura, sendo objecto mesmo de represálias como a destituição de Coelho no Centro de Estudos Filológicos³; e posteriormente o grupo que se movimentava em redor da *Seara Nova*, também claramentepositor, com nomes como Câmara Reys num primeiro momento, e depois Rodrigues Lapa. Merece salientar-se igualmente o contributo de João Mendes, voz renovadora da crítica literária, desde a revista de credo religioso católico *Brotéria*, com pressupostos bem diferentes dos defendidos por Alyrio de Melo. Também no exterior trabalharam os opositores à ditadura, como o exiliado Adolfo Casais Monteiro no Brasil; ou Joaquim Montezuma de Carvalho em Moçambique, vinculados aos trabalhos de Da Cal.

Na Galiza, Ernesto Guerra da Cal contou com o apoio de personalidades como Ramón Piñeiro, Francisco Fernández del Riego, Ramón Otero Pedrayo ou Xosé Luís Franco Grande, figuras de relevo do Grupo Galaxia que, desde a década de 50, visava renovar o panorama da cultura autóctone, com oposição desde pressupostos culturalistas ao regime franquista, e que espalharam o queirosianismo docaliano na Galiza e no exterior⁴.

Também os renovadores brasileiros, agrupados em redor da significativamente chamada “Nova Crítica”, secundaram a doutrina de Da Cal; e figuras da Universidade que introduziam as novas metodologias, sobretudo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas não só. Assim aparecem nomes como Sílvio Elia, Afrânio Coutinho, Eduardo Portella, Leodegário de Azevedo Filho ou Guilhermino César, entre outros, que apoiaram os seus contributos no trabalho do cientista galego. Mesmo em

³ Discípula de Coelho nesse centro foi Helena Cidade Moura, que se revelou como figura de destaque do queirosianismo do século XX, também relacionada privilegiadamente com Da Cal. Coelho, para além do já referenciado *Dicionário de Literatura*, escreveu e ofereceu espaços sobre a produção de Da Cal em revistas universitárias como *Universidade e Tempo*, e posteriormente em *Colóquio* e *Colóquio-Letras*, promovidas pela Fundação Calouste-Gulbenkian, que também apoiou empreendimentos de Da Cal. Em Coimbra, Da Cal foi apoiado desde a *Revista Portuguesa de Filologia*, *Revista da Universidade de Coimbra* e *Cadernos de Literatura*.

⁴ Este grupo publicou na Galiza a revista *Grial*, que chegava a diversos lugares da Europa e América, e também utilizou a imprensa diária em favor do queirosianismo docaliano. Ramón Piñeiro mesmo na revista *Ínsula*, de Madrid, renovadora da crítica literária espanhola, destacou o estudo queirosiano de Da Cal.

Portugal outro importante nome brasileiro, Euryalo Cannabrava, insistia na nova doutrina queirosiana de Da Cal.

Os lusitanistas contribuírom igualmente desde muito diversos âmbitos. Um lugar preferente merece Alberto Machado da Rosa que, nos Estados Unidos, lutou por conseguir um novo meio para defender os interesses das culturas lusófonas, e fez frutificar a *Luso-Brazilian Review*, em Wisconsin, tendo estreito e privilegiado contacto com Da Cal e recenseando o seu estudo na *Romanic Review* de Nova Iorque, além de o difundir em muitos outros lugares. Outros lusitanistas como Dorothy S. Loos, na revista *Symposium*, da Universidade de Siracusa; Paul Teyssier, no *Bulletin Hispanique* de Bordéus; Giuseppe Carlo Rossi em *Idea*, de Roma; Zdenek Hampejs, Heinz Kroll ou Wido Hempel, na Alemanha, espalhárom a sua metodologia.

A Estilística tivo inicialmente especial incidência no hispanismo, ocupando-se da Literatura Espanhola, como assim fez também Da Cal. Isso favoreceu que nomes principais desta escola, ou a eles ligados, apoiassem as suas investigações em diferentes espaços culturais, em parte por estar redigido o ensaio de *Lengua y Estilo de Eça de Queirós* em espanhol e polo comparatismo que privilegiava entre as duas literaturas ibéricas. Nomes importantes ao respeito som os de Helmut Hatzfeld, José Montesinos, William F. Fitcher, Robert Mead, Gerald Moser, Teresa Babín, Ildefonso Manuel Gil ou Antonio Gallego Morell, que difundírom a metodologia de Da Cal em publicações especializadas dos Estados Unidos, México, Puerto Rico e Espanha como a *Revista Hispánica Moderna*, *Nueva Revista de Filología Hispánica*, *Books Abroad*, *Hispanic Review*, *La Torre*, *Cuadernos Hispanoamericanos* ou *Ínsula*.

Igualmente há que referenciar outro elemento decisivo nesse processo de canonização: a sua difusom através de entrevistas, recensões, comentários e outras possibilidades do jornalismo em muito diferentes meios desses e outros países, em que participárom também nomes de destaque como os brasileiros Edilberto Coutinho e Gilberto Freyre; o português Rubén Andresen Leitao, ou o venezuelano José Nucete Sardi. Significava isto atingir público mais alargado mas, especialmente, refrendar Eça de Queirós como figura vinculável ao processo identitário e auto-afirmativo que todo o sistema cultural produz.

Desse modo⁵, o novo discurso, os modernos instrumentos metodológicos e a renovada textualidade logrârom impor-se progressivamente. Para além do vigor dos seus contributos, há que salientar os discípulos e os numerosos seguidores entre os queirosianistas actuais, como se demonstrou nos quatro encontros internacionais de queirosianos, entre os anos 1988 e 2000, que se

⁵ Para dados mais concretos sobre as referências citadas supra, ver o estudo *Fazer(-se) um nome*, indicado na Bibliografia.

somam aos muitos outros em diferentes eventos científicos e publicações desde a década de quarenta, em Portugal e no estrangeiro, nos quais também ele se implicou em lutas em favor das suas teses, até mesmo poder falar-se hoje em ‘escolas queirosianas’. Entre esses instantes merecem referência alguns de tanto relevo como a intervenção no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1959, na Baía, em que se enfrentou a António Coimbra Martins, simbolizando naquele lugar Da Cal a defesa do posicionamento dos exiliados e opositores à ditadura; ainda nesse mesmo lugar rebateu a tese de Costa Pimpão sobre o relacionamento de Eça e o Parnasianismo (Pimpão, representante dumha certa oficialidade do ensino superior português, assinalava no seu ensaio *Gente Grada* que o Parnasianismo influenciara pouco Eça; Da Cal contraria-o, indigitando o escritor como introdutor do Parnasianismo em Portugal e fazendo dessa tese elemento privilegiado para a sua internacionalidade -esse trabalho defendido na Baía publicou-se em Paris em 1961); na década de 70, atingido já posições importantes no campo da crítica literária portuguesa, a luta com Gaspar Simões em contra da tradição crítica lusófona sobre o romance *A Relíquia*, que se mantinha desde as teses de Pinheiro Chagas no século XIX; ou na década dos 80 o seu decidido combate respeitante à textualidade de *A Tragédia da Rua das Flores*, em contra de Alfredo Campos Matos, João Medina e outros editores desse texto.

Em Eça-Da Cal dá-se um duplo processo de canonicidade: Da Cal foi decisivo para que o produtor de *O Crime do Padre Amaro* atingisse a posição de privilégio actual; mas também ele próprio, por esse labor, se consagrou como figura cimeira da crítica literária. Desse modo entesourou numerosos reconhecimentos em vida e post-mortem.⁶

Em definitivo, e como conclusom, o processo de canonicidade foi-se construindo e fez prosperar um novo Eça de Queirós, através de múltiplas implicações, entre as quais merecem privilegiado destaque as dos campos da Crítica Literária ou o Literário, que colaborárom para que hoje seja um nome central que identifica Portugal e a sua literatura. A nova imagem de Eça obscureceu outros produtores literários, como Camilo Castelo Branco, que lhe disputou o centro; um processo nom consubstancial a nengum

⁶ Entre os recebidos após 1994 nom se podem esquecer a dedicatória dos quatro volumes da *Obra Completa* de Eça editados no Brasil pola editora Aguilar, entre 1997 e 2000, ao cuidado do Professora Doutora Beatriz Berrini; e em Portugal o volume de homenagem editado em 1998 pola Universidade de Coimbra ou a convocatória, no ano 2000, do prémio internacional de investigação “Professor Ernesto Guerra da Cal”, dentro das comemorações oficiais do centenário da morte de Eça. Já no século actual, na Galiza natal, os volumes de homenagem editados pola Cámara Municipal de Ferrol e a investigação na Universidade de Santiago de Compostela, onde é determinado como o cientista galego mais reconhecido internacionalmente frisando para essa elevando consideração o seu trabalho como queirosianista.

essencialismo relacionado com os seus textos, nem a umha pura escolha de gostos (todo o gosto é construído) mas produto, como se indicou, de numerosas luitas ao longo de décadas, sobretudo da segunda metade do século XX, que modificárom a percepçom que se tinha dele e da sua produçom, até elevá-lo à posiçom central que ocupa actualmente, nom só em Portugal, mas dentro do cânone ocidental, no qual a sua presença entre os nomes cimeiros do século XIX hoje nom é discutida.

Bibliografia citada

Barreto, Guilherme Moniz, [1897 (2000)], “O Sr. Eça de Queirós. Estudo de Psychologia”, Rio de Janeiro, *Revista Brasileira*, in *Eça de Queirós: a escrita do mundo*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Edições Inapa, 2000, pp. 133-154.

Bloom, Harold (1994), *The Western Canon*. (Traduçom portuguesa de Manuel Frias Martins: *O Cânone Ocidental*, Lisboa, Temas e Debates, 1997).

Da Cal, Ernesto Guerra, (1944), “Eça de Queiroz e o século XX, de Clodomir Vianna Moog”, Nova Iorque, *Revista Hispánica Moderna*.

—————, (1947), “Portuguese Literature” e “Eça de Queiroz” in *Columbia Dictionary of Modern European Literatura*, Nova Iorque, Columbia University.

—————, [1954, (1981)], *Lengua y Estilo de Eça de Queirós*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis. Quarta ediçom em traduçom de Elsie Allen da Cal, Coimbra, Livraria Almedina.

—————, (1956), “Eça de Queiroz” e outros verbetes queirosianos no *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira, Galega e Estilística Literária*, dirigido por Jacinto do Prado Coelho, Porto, Figueirinhas.

—————, (VII/IX-1961), “Eça de Queiroz, Baudelaire et *Le Parnasse Contemporain*”, Paris, *Revue de Litterature Comparée*, pp. 401-420.

—————, (1971), “*A Relíquia*”, *romance picaresco e cervantesco*, Lisboa, Grémio Literário.

—————, (1975-1984), *Bibliografia Queirociana*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.

—————, (15/21-XII-1986), “Un trabalho indispensável”, Lisboa, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, p. 5.

—————, (1992), “‘Testamento de Mecenás’. (História do manuscrito de uma crónica póstuma de Eça de Queiroz)”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVII, pp. 369-387.

Figueiredo, Fidelino de, (1914), *História da Literatura Realista (1870-1900)*, Lisboa, Livraria Clássica.

Gómez, Joel R., (2002), *Fazer(-se) um nome. Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*, Sada-Santiago de Compostela, Ed. do Castro.

Jorge, Leonardo, (18-IV-1970), “Ernesto Guerra da Cal”, Rio de Janeiro, *Voz de Portugal*.

Lapa, Manuel Rodrigues, (1984), *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora (11ª edição).

Ortigão, Ramalho, [23-X-1874 (2000)], “Eça de Queirós”, Lisboa, *Diário Ilustrado*, in *Eça de Queirós: a escrita do mundo*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Edições Inapa, 2000, pp. 88-101.

Reis, Jaime Batalha [1903 (2000)], “Na primeira fase da vida literária de Eça de Queirós”, texto introdutório de *Prosas Bárbaras*, in *Eça de Queirós: a escrita do mundo*, Lisboa, Biblioteca Nacional-Edições Inapa, 2000, pp. 102-125.

Simões, João Gaspar, (1945), *Eça de Queirós. O Homem e o Artista*, Lisboa-Rio de Janeiro, Dois Mundos.

Torres Feijó, Elias, (2002), “Guerra da Cal, Eças, e os valores da Naçom”, in Gómez, Joel R., *Fazer(-se) um nome. Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*, Sada-Santiago de Compostela, Ed. do Castro, pp. 7-12.

Literatura Comparada: uma disciplina em construção

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A primeira questão sobre a qual gostaríamos de reflectir brevemente e que é também uma apelação ao sentido e à finalidade da nossa experiência como docente de literatura, é saber qual a utilidade e função de uma disciplina de Literatura Comparada no actual estágio de conhecimento e no actual contexto do ensino universitário das ciências humanas. Os argumentos que aqui podem ser alinhados não deverão elidir as dificuldades e as perplexidades que se colocam actualmente ao ensino da literatura, num tempo em que a própria noção geral de literatura surge afectada por uma crise que não é de ordem circunstancial, nacional ou local, antes parece, segundo os diagnósticos de pensadores como Theodor Adorno e George Steiner, proceder dos fundamentos e atravessar as formas da cultura contemporânea da civilização ocidental. Os seus argumentos, em contextos e lógicas diferentes de exposição, parecem coincidir na tese de que a linguagem verbal, desvitalizada pelas suas aplicações burocráticas e desacreditada pela brutalidade da violência, do racismo e do anti-humanismo do seu uso na experiência da guerra, do holocausto e do totalitarismo do século XX, perdeu fiabilidade comunicativa e passou a ser ontologicamente suspeita¹. Em particular, Steiner, com a

¹ Escreve Adorno na sua *Teoria Estética*: “A arte só mantém só se mantém em vida através da sua força de resistência: se não se reifica, torna-se mercadoria. O seu contributo para a sociedade não é comunicação com ela, mas algo de muito mais mediatizado, uma resistência em que a evolução social se reproduz em virtude do desenvolvimento intra-estético, sem ser a sua imitação” Adorno, Theodor – *Teoria Estética*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1982, p.254. Relativamente à aporia do vazio da comunicação que definirá, segundo os autores citados, a situação da arte depois das tragédias humanas das duas guerras mundiais e do pós-holocausto, cf Steiner, George – “Uma temporada no Inferno” in *No Castelo do Barba Azul. Algumas Notas para a Redefinição da Cultura*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D’Água, 199, p.37-64. Noutra obra do mesmo autor, este recua o diagnóstico que faz da crise do sentido e do valor de verdade associados ao falso, estéril e violento uso da linguagem a uma obra de Fritz Mauthner, *Contribuições para uma Crítica da Linguagem*, publicada em 1899, enunciadora das razões das patologias do uso da escrita e da fala nas sociedades modernas e da deserção ou “retirada geral perante a palavra” da dinâmica actual do espírito humano. Cf. Steiner, George – *Presenças Reais*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença, 1993, p.103-107.

autoridade que lhe advém de ser professor de Literatura Comparada, não necessitou de se ocupar com reflexões sobre estratégias, tendências e limites sobre a pedagogia do fenómeno literário para lucidamente diagnosticar a crise do ensino da literatura como efeito da sua progressiva desvalorização institucional e da perda do seu papel central nos processos de aculturação social e de formação estética da experiência humana historicamente situada.

De algum modo, os indicadores fornecidos por relatórios nacionais e internacionais que vão sendo publicamente divulgados sobre os níveis de competência de leitura e de escrita dos alunos do ensino secundário português são elucidativos dos efeitos, se não inteira, parcialmente decorrentes, do aparente recuo da importância cultural e educativa atribuída à literatura e à reprodução institucional do seu conhecimento. Multiplicam-se os sinais, os mais recentes relacionados com a opção política de se reduzir o peso da componente literária nos programas de língua portuguesa do ensino secundário, que parecem apontar para que a actual “concepção depressiva do ensino da literatura”² – a que se refere a Prof^a. Alzira Seixo num ensaio incluído numa das várias colectâneas de reflexões sobre a problemática do ensino da literatura recentemente publicadas no nosso país³ – venha a agravar-se, com efeitos imponderáveis quer no domínio do conhecimento teórico e do entendimento estético do fenómeno literário, quer na qualidade geral da educação para uma cidadania criticamente informada e culturalmente participante.

Por estes factos, somos da opinião que as Faculdades de Letras e os Departamentos de Letras das Universidades, sem terem de sucumbir a estratégias corporativas denunciadoras de um altivo alheamento aos sinais do tempo, e independentemente da natureza profissionalizante ou científica dos cursos que oferecem, devem, por assim dizer, saber “resistir”, assumindo a particular função de conservarem o estudo especializado do fenómeno literário, que define, em grande parte, a especificidade da natureza do conhecimento que produzem. Em particular, os Departamentos de Letras, como os da UTAD, envolvidos na leccionação de cursos destinados ao Ensino, devem, a nosso ver, justamente porque a sua principal função é a de fornecer competências científicas e culturais a professores de línguas modernas, manter e reforçar as disciplinas que tenham por objecto de estudo a literatura. Não sendo a única condição necessária, a aquisição e aprofundamento dessas competências para o exercício da docência de línguas modernas deverá certamente contribuir para evitar que, no plano das orientações culturais e dos valores pedagógicos que lhe estão associados, se decaia para níveis ainda

² Seixo, Maria Alzira – “Serventia e Servidão da Literatura”, in *Incidências*. Revista do Instituto de Estudos Portugueses. da FCSH. Lisboa: Colibri, 1999, p.11.

³ Cf. Ceia, Carlos – *A Literatura Ensina-se? Estudos de Teoria Literária*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

mais envergonhados de leccionação ou mesmo se faça erradicar de vez do Ensino Secundário a abertura ao conhecimento da memória e à especificidade estética do sistema semiótico literário. É no espírito da dupla “resistência” à desvalorização institucional do conhecimento da literatura e do declínio de competências gerais e especializadas do acto formador da leitura estética que, a nosso ver, se torna mais urgente e justificável reforçar no âmbito de cursos que visam a formação literariamente culta de professores de línguas modernas, a perpetuação e transmissão daquele tipo de conhecimento. Não propriamente como desesperada e céptica atitude de princípio quanto aos efeitos do seu magistério, nem, no sinal oposto, como obstinado e indiferente exercício aos sinais de crise que se lhe antepõem e o atravessam; antes, e à medida das diferentes funções e capacidades dos seus protagonistas (professor e alunos), como se de “festa ritual” – na expressão de Jacinto do Prado Coelho – a comunicação desse conhecimento se tratasse.⁴

É, portanto, na perspectiva pedagógica de reforço da cultura literária de futuros docentes, o que é dizer, na perspectiva de aprofundamento e apelo – segundo as palavras do mesmo autor – ao “saber idiomático, experiência prática e vital, sensibilidade, gosto, capacidade de ver, fantasia, espírito crítico”⁵ de quem convive com a estética do texto, que julgamos pertinente reflectir aqui sobre a difícil questão de saber o que é a Literatura Comparada?

O reconhecimento da qualidade processual da literatura, isto é, da sua construção, transformação e da sua reavaliação crítica no eixo do tempo histórico, permite-nos introduzir o segundo ponto da nossa comunicação relativo à qualidade, também processual, da disciplina académica da Literatura Comparada.

Os três relatórios, conhecidos pelos nomes dos presidentes das comissões responsáveis pela sua elaboração, respectivamente, Levin, Greene e Bernheimer, apresentados em sequência cronológica (1965, 1975 e 1993)⁶ à American Comparative Literature Association (ACLA), permitem assinalar: (i) o carácter construtivo, processual, crítico, dialéctico e até “anxiogénico”, na expressão de Bernheimer⁷, da Literatura Comparada; (ii) a progressiva e complexa modelação interlinguística, intersemiótica e interdisciplinar do

⁴ Cf. Coelho, Jacinto do Prado – “Como ensinar literatura”, in *Ao Contrário de Penélope*. Lisboa: Bertrand, 1976, p.45

⁵ Idem, p.45-46.

⁶ Esses relatórios tiveram como objectivo definir os padrões académicos e, consequentemente, conformar os princípios, os critérios e as condições orgânicas do funcionamento da disciplina de Literatura Comparada nas Universidades Americanas Cf. *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Op. Cit., p. 21-47.

⁷ Bernheimer, Charles – “The Anxieties of Comparaison” in *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Op Cit., p. 1.

objecto (e correspondente método) da disciplina, desde a sua originária perspectiva internacional binária, formulada a partir dos métodos de trabalho formulados por Paul Van Thieghem, à contemporânea perspectiva eclética e supranacional de estudo da “atividade literária envolvida numa complexa rede de relações culturais”⁸ – nas palavras de Clayton Koelb e Susan Noakes; (iii) as premissas comuns e divergentes na conformação das áreas de investigação de que se têm ocupado os comparatistas, áreas essas correspondentes a subespecializações no interior da disciplina, e que, no contexto académico americano⁹, até à publicação do relatório Greene de 1975 e à monografia de Robert J. Clements de 1978, constituíam cinco aproximações discretas ao estudo supranacional da literatura, a saber, (seguimos de perto a enumeração de Clements): (1) temas / mitos, (2) géneros / formas, (3) – movimentos / períodos, (4) inter relações entre a literatura e outras artes, (5) confluências teóricas e práticas críticas na abordagem comparativa da literatura¹⁰: Ora, se algumas destas aproximações e dimensões são ainda prosseguidas como práticas comparatistas especializadas, como, por exemplo, o estudo dos temas/mitos ou a da difusão e recepção de movimentos estéticos transnacionais (e.g. o Romantismo), outras há que, em consequência da emergência e desenvolvimento de novas abordagens teóricas, culturais, filosóficas, políticas, ideológicas do fenómeno literário, foram objecto de profundas reconfigurações, transformações ou assimilações.

A desestabilização dos estudos literários provocada pela emergência dos “cultural studies”, a relativização dos conceitos de literatura, de cultura erudita e cultura popular, a crítica ao eurocentrismo cultural, a revisão multicultural da hegemonia hermenêutica europeia e anglo-americana, a

⁸ Koelb, Clayton, Noakes, Susan – “Introduction: Comparative Perspectives”, in *The Comparative Perspective on Literature. Approaches to Theory and Practice*. Op. Cit., p.11.

⁹ Contexto académico que, como já foi referido acima, divergiu, no que toca ao entendimento do objecto disciplinar, do contexto académico europeu, metonimicamente representado pela escola do comparatismo francês. Sobre a natureza das divergências que de algum modo radica na distinção operada por Van Thieghem entre literatura comparada e literatura geral, vide Remak, Henry – “Comparative Literature Its definition and function” in *Comparative Literature. Method and Perspective*. Op. Cit., p. 4-8; Guillén, Claudio – *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la literatura comparada*. Op. Cit., p.82-84; Brunel, P., Pichois C., Rousseau A.M – *Qu’est-ce que la littérature comparée?* Op. Cit., p.28-29;

¹⁰ A este inventário, compreendendo práticas comuns às realizadas pela “escola francesa”, ou, como em (4), caracteristicamente prosseguidas pela “escola americana”, Clements agrega o que ele considera ser a tripla dimensão da Literatura Comparada, ou seja a tripla ordenação do estudo transnacional da literatura segundo escalas de grandeza inter-cultural progressivamente superiores, correspondentes (1) à civilização ocidental, (2) às relações interculturais oriente/ocidente, (3) ao (goetheano) conceito da literatura mundial Cf. Clements, Robert J. – *Comparative Literature as Academic Discipline. A statement of principles, praxis, standards*. Op. Cit., p. 7.

recomposição do cânone sob o influxo de leituras fundadas na diferença da identidade sexual ou por efeito da emergência de novas literaturas nacionais num contexto pós-colonial, a crescente importância conferida aos estudos de tradução, a porosidade ou a oscilante e plural identidade da disciplina de Literatura Comparada são, de entre outros elementos de diagnóstico do estado do campo comparatista, considerações que constam do relatório Bernheim de 1993, naturalmente produzidas em conformidade com os desenvolvimentos verificados nalguns departamentos de Literatura Comparada americanos, mas que não deixaram de ter repercussões e de provocar reacções na comunidade académica comparatista internacional.

Assim, muito sinteticamente, sem pretensões de sermos exaustivos, seguindo um critério diacrónico adequado ao teor sintético desta comunicação, começaremos por aludir aos chamados “Estudos de fontes e Influências” que configuram a chamada “escola francesa” comparatista. Inscrita no paradigma historiográfico e positivista do estudo geral da literatura, esta antiga concepção da prática da Literatura Comparada deve ser entendida como um derivado da História Literária, metodologicamente conduzida pelo princípio da causalidade¹¹ na verificação linear e directa de relações e contactos estabelecidos entre fenómenos literários de discretos sistemas linguísticos e culturais. Convirá explicitar as diferenças metodológicas entre estudos: (i) de *influência*, i.e., a partir de um determinado agente ou emissor no processo de comunicação – escritor, um conjunto de escritores, um movimento literário, uma literatura estrangeira – procede-se à análise do seu acolhimento por um determinado receptor (e.g. Montaigne e o seu influxo em Inglaterra); (ii) de *fortuna* ou expansão de uma obra numa dada cultura literária, (Van Tieghem designava esta dupla pesquisa por doxologia)¹² e de *sucesso*, que tem a ver mais com a recepção sócio-histórica de uma obra do que propriamente com os efeitos qualitativos por ela gerados num dado sistema literário; (iii) de *fontes*, (constituente, segundo Van Tieghem, da cronologia)¹³, i.e., a partir de um determinado receptor ou ponto de chegada do processo de comunicação procede-se à pesquisa das origens estrangeiras nele incorporados (e.g. Goethe e a sua assimilação das literaturas europeias)¹⁴; de *imagem* (objecto da imagologia), i.e., na definição de Werner Sollors, “o estudo da imagem de um subconjunto humano na literatura escrita por um outro subconjunto – em

¹¹ Sobre o princípio metodológico da causalidade na verificação de fenómenos literários cf. Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Op. cit., p. 21, 189, 190.

¹² Cf. Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Op. Cit., p.117-142.

¹³ Idem, p. 141-151.

¹⁴ Utilizámos os exemplos de Guillén. Cf. Guillén, Claudio – *Entre el Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*. Op. Cit., p. 67.

especial se o assunto é visto como real [...] e se é também etnicamente fixo”¹⁵ (e.g. a imagem do Japão na obra narrativa de Wenceslau de Fernandes). Menção deverá também ser feita ao importante papel dos intermediários ou mediadores (de cujo estudo se ocupa a mesologia na terminologia de Van Thieghem)¹⁶, i.e. instâncias de vária natureza (indivíduos, meios sociais como salões ou cenáculos, revistas e jornais literários e sobretudo traduções) que operam o transporte e asseguram o contacto, o conhecimento e assimilação do elemento estrangeiro. Todos os trabalhos que foram e continuam a ser elaborados dentro deste paradigma comparatista (de influências, fontes, fortuna) podem ser reconduzidos à fórmula, de extensão variável, X e Y, (podendo a copulativa *ε* ser portadora de múltiplos significados) proposta pelo manual de Brunel, Pichois e Rousseau¹⁷. Sem abdicar de algumas das suas premissas fundadoras, esta “escola” tem evoluído no sentido de superar as limitações do método positivista da verificação das relações de facto, adoptando perspectivas mais gerais (daí a designação de *Littérature Générale et Comparée* que a disciplina passou oficialmente a ter nos círculos académicos franceses a partir dos anos 60) e adequadas às exigências colocadas quer pela teoria da literatura, quer pelo alargamento do campo de pesquisa às relações entre a literatura e as outras artes, quer ainda pelos desafios colocados pelos pressupostos de contextualização histórico-social do fenómeno literário provenientes dos princípios teórico e metodológicos dos “cultural studies”.

Ainda relacionado com o paradigma anterior da “escola francesa” comparatista, mas não lhe sendo exclusivo, dever-se-á referir a importante, embora problemática área da tematologia (outro termo cunhado por Van Tieghem) ou *Stoffgeschichte*. Importa, no entanto, compreender que a categoria do *tema* é, no âmbito dos estudos literários e para os seus diferentes enquadramentos teóricos, uma categoria problemática. A configuração temática de um texto não se realiza, – como explica Werner Sollors¹⁸ – singularmente e *a priori* mediante o apagamento das correlações funcionais que mantém com outros temas nem se esgota na hegemonia de uma única perspectiva hermenêutica em detrimento de outras igualmente legítimas pela coerência dos seus pressupostos teóricos e ideológicos. Interessará sobretudo destacar a relevância que metodologicamente os estudos de temas tiveram e

¹⁵ Cf. Sollors, Werner – “A Crítica Temática na Actualidade”, in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op. Cit. p.156.

¹⁶ Cf. Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Op. Cit., p. 152-183. Cf. igualmente Pageaux, Daniel-Henri. Op. Cit., p. 25-40.

¹⁷ Cf. Brunel, P., Pichois, Cl., Rousseau, A. M – *Qu’est-ce que la littérature comparée?*, Op.Cit., p.59-64.

¹⁸ Cf. Sollors, Werner – “A Crítica Temática na Actualidade”, in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op. Cit., p.158-179.

continuam a ter para a Literatura Comparada¹⁹ como disciplina inter e supra nacionalmente vocacionada em abordar analógica e serialmente vastas constelações textuais. Por fim, e ainda associado à problemática da funcionalidade hermenêutica do conceito de *tema*, sobretudo por este operar contiguamente ou por subordinação à noção antropológica de *mito*, importará referir que os mitos literários – que não propriamente os antropológicos de amplitude religiosa – são constitutivos de uma área e de um método de estudo (a mitocrítica) da Literatura Comparada²⁰.

A atenção conferida pela Literatura Comparada, praticamente desde a sua institucionalização como disciplina académica autónoma, quer ao estudo de criações literárias orais e populares, verdadeiro repositório do pensamento mítico e simbólico²¹, quer a autores menores e descentrados em relação aos cânones tradicionais²², deverá ser tomado em linha de conta para estabelecer o nexos relacional, algo problemático, mas estimulante, dos estudos literários

¹⁹Os estudos de tema ocupam um importante espaço nos manuais de literatura comparada. Vide, por exemplo, Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Op. Cit., p.87-99; Brunel, P., Pichois, Cl., Rousseau, A. M – *Qu'est-ce que la littérature comparée?*. Op. Cit., p. 99-132.; Guillén, Claudio – *Entre lo Uno Y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*. Op. Cit., p. Guillén, Claudio – *Entre lo Uno Y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*. Op. Cit., p. 248-304; Machado, Álvaro Manuel; Pageaux, Daniel-Henri – *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Op. cit., p. 89-99. Ainda sobre a renovação do interesse destes estudos, Cf. Chardin, Philippe – “Thématique Comparatiste”, in *Précis de littérature comparée*. Eds. Pierre Brunel, Yves Chevrel. Op. Cit., p. 163-176. Vide ainda a abundante informação sobre publicações recentes acerca da tematologia em Sollers, Werner – “A Crítica Temática na Actualidade”, in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op. Cit., p.156.

²⁰ Cf. Brunel, P., Pichois, Cl., Rousseau, A. M – *Qu'est-ce que la littérature comparée?*. Op. Cit., p. 124-127.; Machado, Álvaro Manuel; Pageaux, Daniel-Henri – *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Op. Cit., p. 100-112.

²¹ Recorde-se que no capítulo da teoria da literatura de Wellek e Warren sobre a determinação do campo de estudos da literatura comparada, estes autores referem que ela designa em primeiro lugar “o estudo da literatura oral, especialmente o de temas da tradição popular e o da sua migração – o de saber como e quando ingressaram eles na literatura «superior», «artística»” Cf. Wellek, René e Warren, Austin – *Teoria da Literatura*. Op.Cit., p. 54. Esta vertente etnográfica dos estudos comparatistas está patente, por exemplo, na introdução de Teófilo Braga ao seu livro de recolha de contos populares portugueses. Depois de classificá-los temática e formalmente segundo uma tripla tipologia (míticos, facécias e exemplos), Teófilo Braga afirma que “a importância destes elementos da tradição popular resulta do seu estudo comparativo [...] Pelo estudo comparativo dos contos, simultâneos e comuns às raças amarelas, cuchito-semitas e áricas, desde as tribos selvagens às civilizações europeias, é que se descobre a importância deste documento étnico, fazendo da novelística um importante capítulo da psicologia colectiva. Cf. Braga, Teófilo – *Contos Tradicionais do Povo Português*. Vol. I, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002, p. 21, 23. (6ª ed.).

²² Vide a definição e importância que Van Tieghem atribui aos autores “menores” e “minimi” na história geral da literatura. Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Op. Cit., p. 194.

com os emergentes e expansivos “estudos culturais”, os famosos “cultural studies” em processo de pleno reconhecimento no mundo académico anglo-americano.

Partindo de uma concepção alargada de cultura e rejeitando a distinção entre “alta cultura” e “cultura popular”, nivelando díspares modalidades discursivas e heterogêneos bens simbólicos – da ópera aos filmes de horror, passando pelas formas de expressão das subculturas minoritárias ou socialmente segregadas – orientando-se por um conceito mais sociológico do que estético de cultura, rejeitando valores absolutos e dando particular ênfase às circunstâncias históricas, políticas e sociais que geram os bens simbólicos, estéticos e literários, os estudos culturais têm vindo a determinar uma revisão teórica da abordagem cultural do fenómeno literário e a recompor, nomeadamente por via dos *estudos de identidade* e dos *estudos pós-coloniais*, o conceito de cânone literário²³.

As origens dos estudos culturais ou “cultural studies” estão associados ao trabalho teórico desenvolvido originalmente na Universidade de Birmingham a partir dos meados dos anos 50 do século passado por um conjunto de autores que tiveram em vista explicitar os fundamentos económico-sociais do fenómeno cultural (Richard Hoggart, Raymond Williams, E. P. Thompson) e representam uma nova abordagem, política e filosoficamente matizada por uma concepção marxista ou neo-marxista do entendimento predominantemente literário ou textualista dessa nova área de estudos.²⁴ Este enfoque uno e orgânico da cultura “popular” – a que está associado o reconhecimento explícito de que as formas de sociabilidade e de pensamento ideológico das classes trabalhadoras configuram uma mundividência cultural própria – reproduz, aliás, uma concepção, igualmente una e orgânica, da noção de “alta” cultura, enformada por uma tradição eminentemente literária do entendimento do fenómeno cultural e teorizada (para nos mantermos na tradição britânica) por ensaístas/poetas/escritores como Matthew Arnold, T.S. Eliot, F.R. Leavis (se bem que essa reflexão possa ser rastreada até aos românticos).²⁵ Os estudos culturais, ao abrirem o seu campo de pesquisa à análise empírica de fenómenos de comunicação de

²³ Relativamente à noção conceptual, ao debate académico e às diferentes abordagens teóricas sobre a formação do cânone, cf. Yvancos, José Maria Pozuelo – “O Cânone na Teoria Literária Contemporânea” in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op. Cit., p.411-457.

²⁴ Sobre o entendimento orgânico e textualista do fenómeno cultural perspectivado pelos estudos culturais, vide, respectivamente, Kushner, Eva – “Études littéraires, études culturelles: sœurs jumelles ou frères ennemis?”, in *Actas do II Congresso da APLC*. Op. Cit., p.396. Ribeiro. António Sousa e Ramalho, Maria Irene – “Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais?” – in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op. Cit., p. 77.

²⁵ Cf. Jenks, Chris – *Culture*. London: Routledge, 1993, p. 6-24.

massas e a um conjunto de outros objectivos programáticos orientados para a reflexão sobre os contextos da produção de sentido, constituíram-se num desafio²⁶ epistemológico para os estudos literários e, concretamente, para a Literatura Comparada enquanto campo interdisciplinar em que se alia o estudo da dimensão estética do fenómeno literário à dimensão sócio-cultural da sua produção e recepção. Na perspectiva dos estudos culturais, a literatura, enquanto discreto sistema semiótico, há-de necessariamente comportar e indiciar traços que emergem de um fundo cultural antropológico, histórico, social, identitário, ideológico, estético e configurador de outros sistemas semióticos com os quais aquele co-ocorre e com os quais se pode co-relacionar. O modelo a prosseguir no debate ou na equação das relações institucionais e de conhecimento entre estudos culturais/estudos literários deverá então ser de tipo cooperativo, “capaz de enquadrar uma problemática comum sem, ao mesmo tempo, perder de vista o que constitui a especificidade das diferentes práticas”.²⁷ É, portanto, tomando em linha de conta, por exemplo, que a leitura de *Os Lusíadas* na era do multiculturalismo e do pós-colonialismo está inevitavelmente exposta a juízos de interpretação marcados por outros valores culturais (muçulmanos, hindus ou mesmo cristãos), criticamente descentrados em relação ao conteúdo épico e à mundividência cultural do humanismo europeu renascentista, que se poderá compreender a amplitude dos desafios colocado pelos estudos culturais aos estudos literários.

Uma outra relevante área disciplinar da Literatura Comparada é a dos estudos de tradução (“translation studies”). Convirá, antes de mais, ter presente que a tradução é inventariada no paradigmático manual de Van Tieghem como uma das actividades do estudo comparatístico sobre as instâncias que operam uma função “intermediária” na transferência intersistémica de textos literários – (e que aquele autor designa por estudos de “mesologia”).²⁸ De facto, a Literatura Comparada, desde as iniciais reflexões de sistematização sobre o seu método e o seu objecto de estudo supranacional, considerou a “literatura em tradução”²⁹ como funcionalmente determinante para a compreensão dos contactos entre discretos sistemas literários. É, no entanto, com o advento da teoria dos polissistemas, desenvolvida originalmente pelos trabalhos de Itamar

²⁶ Esses desafios estão resumidos no ensaio já citado de Ribeiro. António Sousa e Ramalho, Maria Irene – “Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais?” – in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op. Cit., p. 71.

²⁷ Idem, p. 74.

²⁸ Cf. Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Op. Cit., p.161-167.

²⁹ Sobre as relações entre a Literatura Comparada e a tradução, cf. Bassnett, Susan – *Comparative Literature. A Critical Introduction*. Op. Cit., p.138-161; Barrento, João – “Literaturas em rede: tradução e globalização”, in *A Espiral Vertiginosa. Ensaio sobre a Cultura Contemporânea*. Lisboa: Cotovia, 2001, p.83-104.

Evan Zohar – na sequência, aliás, das posições teóricas dos formalistas russos³⁰ –, que a actividade translatória, quer no plano da sua teorização, quer no plano da análise e descrição empírica da literatura traduzida, passou a ocupar um lugar central nos estudos literários comparados. Reconhecendo a heterogeneidade textual, o dinamismo, as tensões, as oposições, (central-periférico, alto-baixo, primário-secundário, canónico-não canónico) que definem e estruturam o funcionamento do sistema literário, a teoria dos polissistemas forneceu o enquadramento conceptual e contribui para a emergência de um paradigma tradutológico de orientação culturalista, desvinculado das abordagens linguísticas norteadas pela problemática das equivalência e da fidelidade ao texto original³¹. Deverá, portanto, acentuar-se que o estudo sistémico da literatura conduz ao entendimento que a tradução é uma actividade não exclusivamente linguística, condicionada por determinações históricas e culturais e regulada por critérios ideológicos, políticos, comerciais, etc. Daqui se poderá explicar mais facilmente: (i) a relevância estratégica que neste tipo de estudos ocupa(m) o(s) texto(s) literário(s) traduzidos para a língua de chegada; (ii) o papel indicador da actividade translatória, quer diacrónica quer sincronicamente considerada, sobre o funcionamento do sistema literário da cultura receptora; (iii) as condições estruturais que impulsionam o incremento daquela actividade no interior de uma dada cultura, numa dada conjuntura histórica³²; (iv) a determinante modulação exercida pela literatura traduzida na história das literaturas nacionais; (v) a função de mediação crucial instituída pela tradução no “desenvolvimento de uma rede de transacções e interacções literárias”³³, reconfigurando, numa perspectiva multiculturalista, o projecto utópico, caro à Literatura Comparada, da *Weltliteratur*.

³⁰ Cf. Even-Zohar, Itamar – “Polysystem Theory”, in *Poetics Today. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*. Vol. 11, Number 1. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1990, p.15. Para uma resumo da teoria do polissistema e suas aplicações, cf. Pageaux, Daniel-Henri – *La Littérature Générale et Comparée*. Op. Cit., p. 136-144.

³¹ Sobre os dois paradigmas epistemológicos dominantes aplicados ao estudo da tradução, cf. “Flor, João Almeida – “Da Tradução Literária à Literatura Traduzida”, in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Orgs. Inês Duarte, Isabel Leiria. Lisboa: Edições Colibri, 1994, p. 403-413. Como introdução ao conteúdo da disciplina dos Estudos de Tradução vide Bassnett, Susan – *Translation Studies*. London and New York: Routledge, 1991 (Revised Edition).

³² Itamar Even-Zohar refere três tipos de situações impulsionadoras do fenómeno de tradução, a saber, quando uma literatura está num processo inicial de evolução, quando está consciente da sua posição periférica e quando nela ocorrem vazios ou mudanças de carácter estético Itamar Even-Zohar – “The Position of Translated Literature within the Literary System” in *Poetics Today. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*. Vol. 11, Number 1. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1990, p. 45-51.

³³ Barrento, João – “Literaturas em rede: tradução e globalização”, in *A Espiral Vertiginosa. Ensaio sobre a Cultura Contemporânea*. Op. Cit., p.98.

Relacionada com a crescente importância que as perspectivas culturológica e tradutológica vêm ocupando na actual configuração da disciplina de Literatura Comparada e com as multiformes práticas interculturais e transnacionais que decorrem dos seus procedimentos metodológico e epistemológico, convirá, no epílogo desta comunicação, lembrar que a investigação e a crítica comparatísticas mantêm vínculos indissociáveis com a teoria literária. De facto, e como faz notar Claudio Guillén³⁴, tais vínculos podem desde logo ser surpreendidos no manual de Paul Van Tieghem e na definição aí proposta de Literatura Geral. De âmbito mais vasto do que a Literatura Comparada, a Literatura Geral orientar-se-ia, para o estudo de fenómenos literários de carácter supranacional (géneros, subgéneros, estilos, escolas, períodos). Na medida em que metodologicamente se afastaria de uma abordagem historiográfica e na medida em que conceptualmente exibiria um maior grau de confluência com a reflexão prosseguida pela poética literária, a Literatura Geral tenderia parcialmente a identificar-se com o campo de conhecimento da Teoria da Literatura. Compreender-se assim que desde a sua originária conformação disciplinar, a Literatura Comparada na sua versão metodológica ampliada designada por Literatura Geral, equacionou, mesmo que de forma embrionária e não deliberada, a sua articulação com a Teoria da Literatura. De facto, e como consequência da crise dos estudos positivistas das “relações de facto” e da crítica ao paradigma historiográfico, a modulação teorizante da Literatura Comparada intensificou-se a partir dos anos cinquenta e perdurou até aos anos oitenta do século passado³⁵, altura em que começaram a emergir novos paradigmas (culturológico, tradutológico, etc.) de estudos comparatistas. O reconhecimento teórico de uma dimensão supranacional do sistema literário (que de algum modo corresponde ao plano da invariância teoricamente formulável do funcionamento do sistema modelizante secundário e à operatividade do policódigo literário) não só se desvia de uma abordagem “mononacionalista” dos estudos comparatistas fundados no cotejo de “conceitos de literatura nacional” como favorece o “entendimento [de que as] eventuais especificidades nacionais/regionais [são] recortadas sobre este fundo mais lato de partilhas [teóricas]”³⁶. Ora, tal modelação teórica do comparativismo literário pode, por exemplo, explicar que a ausência ou a difusa manifestação do género narrativo utópico na literatura portuguesa, em

³⁴ Cf. Guillén, Claudio – *Entre Lo Uno Y Lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*. Op. Cit., p.88.

³⁵ Sobre a crise do paradigma historiográfico e os contributos para a formação de um paradigma teórico da Literatura Comparada cf. Marino, Adrian – *Comparatisme et Théorie de la Littérature*. Paris: Puf, 1988, p. 9-31.

³⁶ Cf. Buescu, Helena Carvalhão – “Literatura Comparada e Teoria da Literatura: Relações e Fronteiras”, in *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Op.cit., p. 85.

contraste, por exemplo, com a sua contínua recriação na literatura inglesa, deverá ser equacionada não só histórica e culturalmente, mas também à luz da génese, constituição e definição genológica daquela forma literária.

Apesar de não ser possível explicar, por manifesta falta de espaço, a importante área comparatista dos estudos interartes, julgamos que o conjunto de questões que nos propusemos abordar nesta comunicação permitem compreender o polimorfismo da Literatura Comparada manifestado quer pelas transformações paradigmáticas ocorridas desde as suas primeiras tentativas de conformação enquanto disciplina académica, quer pela vocação funcional interdisciplinar do seu domínio de conhecimento.

Nota final

Para a história do comparatismo no nosso país é de referir a existência de uma monografia de José Cerqueira de Vasconcelos, publicada em 1921, um pouco errática nos seus conteúdos e carecendo de uma clara definição teórica e metodológica do objecto da Literatura Comparada – mas que tem a particularidade de enunciar no frontispício que está “em conformidade com os novos estudos dos cursos complementares dos liceus” Cf. Vasconcelos, José Cerqueira – *Estudos de Literatura Comparada*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1921. (A título de curiosidade e de bom exemplo para a orientação da política educativa do governo da 3ª República portuguesa: quer o decreto-lei monárquico nº 3 de 3 de Novembro de 1905, quer o decreto-lei republicano do governo de Sidónio Pais nº 5002 de 27 de Novembro de 1918, ambos definindo os conteúdos programáticos do elenco de disciplinas dos *curricula* do ensino liceal determinavam como matéria de leccionação na disciplina de Português dos dois últimos níveis, a VI e VII classes, o “Conhecimento das literaturas estrangeiras nas mais notáveis relações com a nossa” e o estudo das “Relações importantes da história as literaturas estrangeiras com a portuguesa”)

É de mencionar sobretudo a obra paradigmática de Fidelino de Figueiredo, *Pyrene*, datada de 1935, e sugerir a leitura do capítulo “Da Crítica Comparativa”, pela actualidade das reflexões que nele são feitas acerca das articulações entre história literária e crítica literária, Cf. Figueiredo, Fidelino de *Pyrene – Introducción a la Historia de las Literaturas Portuguesa y Española*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A, 1971, p. 13-18. (1935). Para uma leitura informada e crítica da relevância do trabalho comparatista de Fidelino de Figueiredo, vide: Carvalhal, Tânia Franco “Comparatisme et Frontières – Le cas de Fidelino de Figueiredo” in *Actas do Primeiro Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. Publicação da Associação de Literatura Comparada, Lisboa: 1990, p. 81-88; Miranda, José da Costa “Fidelino de Figueiredo, precursor do Comparatismo em Portugal”. Op. Cit., p. 89-97.

Igualmente importante é um artigo síntese sobre a definição do âmbito de estudos da disciplina da Literatura Comparada postulada segundo a concepção da escola francesa de Rodrigues Lapa, datado de 1936; Lapa, Rodrigues – “Uma disciplina recente. A Literatura Comparada”, in *O Diabo*, ano III, nº131, 27 de Dezembro de 1936.

Finalmente, sobre o importante contributo e magistério de Jacinto do Prado Coelho para o desenvolvimento e institucionalização do comparatismo em Portugal, – “Les Études

Littéraires che Jacinto do Prado Coelho – “À propos de *Problemática da História Literária* (1961), Camões e Pessoa, poetas da utopia (1983) et *A Educação do sentimento poético* (1944)”, in *Actas do II Congresso da APLC*. Ed. Margarida Losa, Isménia de Sousa, Gonçalo Vilas-Boas. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 1996, p.379-385.

Bibliografia

Bassnett, Susan – *Comparative Literature. A critical Introduction*. Oxford UK, Cambridge USA. Blackwell, 1993. p.13-29.

Barrento, João – “Literaturas em rede: tradução e globalização”, in *A Espiral Vertiginosa. Ensaio sobre a Cultura Contemporânea*. Lisboa: Cotovia, 2001.

Bernheimer, Charles – “The Anxieties of Comparaison” in *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Ed. Charles Bernheimer. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1995.

Brunel, Pierre; Pichois, Claude; Rousseau, Michel. *Qu’est que la littérature Comparée?* Paris: Armand Colin, 1988.

Brunel, Pierre – “Intoduction”, in *Précis de Littérature Comparée*. Eds. Pierre Brunel, Yves Chevrel. Paris: Presses Universitaires de France, 1989

Comparative Literature in the Age of Multiculturalism. Ed. Charles Bernheimer. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1995.

Buescu, Helena Carvalhão “La littérature Comparée au Portugal: Tendances Théoriques et Institutionnelles”, in *Comparative Literature Worlwide: Issues And Methods / La Littérature Cmpparée Dans Le Monde: Questions et Méthodes*. Ed. Tania Franco Carvalhal. Porto Alegre: VITAE, AILC, L&PM, 1997, p. 139-147.

Buescu, Carvalhão Helena “Literatura Comparada e Teoria da Literatura: Relações e Fronteiras” in *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Orgs. Helena Buescu, João Ferreira Duarte; Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001.

Carvalhal, Tânia Franco – “Comparatisme et Frontières – le cas de Fidelino de Figueiredo” in *Actas do Primeiro Congresso da APLC*. Vol.I. Lisboa: APLC, 1990..

Clements, Robert J. – *Comparative Literature as Academic Discipline*. New York: The Modern Language Association of America, s.d..

Comparative literature in the Age of Multiculturalism. Ed Charles Bernheimer. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995, p.21-48.

Culler, Jonathan – “Comparative Literature, at last!”, in *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*. Ed. Charles Bernheimer. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1995.

Even-Zohar, Itamar – “Polysystem Theory”, in *Poetics Today. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*. Vol. 11, Number 1. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1990, 9-26, 45-51.

Fidelino de Figueiredo – *Pirene. Introducción a la Historia Comparada de las Literaturas Portuguesa y Española*. Madrid: Espasa, 1971, p. 13-18.

Flor, João Almeida – “Literatura em Convergência”, in *Escrever, Pensar, Debater* Lisboa: FLL, sd.

Flor, João Almeida – “Da Tradução Literária à Literatura Traduzida”, in *Congresso Internacional sobre o Português*. Orgs Inês Duarte, Isabel Leiria. Lisboa, Colibri, 1994, 403-413.

Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada. Orgs. Helena Buescu, João Ferreira Duarte; Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001.

Guillén, Claudio – *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada*. Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

Gusmão, Manuel – “Da Literatura Enquanto Construção Histórica”, in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Orgs. Helena Buescu, João Ferreira Duarte; Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p.181-224.

Kaiser, Gerhard – *Introdução à Literatura Comparada*. Trad. Teresa Alegre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

Kushner, Eva – “Études littéraires, études culturelles: sœurs jumelles ou frères ennemis?”, in *Actas do II Congresso da APLC*. Orgs Margarida Losa, Ismênia de Sousa, Gonçalo Vilas-Boas. Porto, APLC, 1996, p.393-401.

Lapa, Rodrigues – “Uma disciplina recente. A Literatura Comparada”, in *O Diabo*, ano III, nº 131, 27 de Dezembro de 1936.

Machado, Álvaro Manuel; Pageaux, Daniel-Henri – *Da literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa: Editorial Presença, 2001..

Pageaux, Daniel Henri – *La littérature générale et comparée*. Paris: Armand Colin, 1994.

Précis de littérature comparée. Eds. Pierre Brunel; Yves Chevrel. Paris: PUF, 1989.

Remak, Henry H.H – “Comparative Literature. Its Definition and Function”, in *Comparative Literature. Method and Perspective*. Ed. Newton P. Stallknecht and Horst Frenz. London & Amsterdam, Southern Illinois University Press, 1973, p. 1-24.

Ribeiro. António Sousa e Ramalho, Maria Irene – “Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais?” – in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Orgs. Helena Buescu, João Ferreira Duarte; Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p.61-82.

Sollors, Werner – “A Crítica Temática na Actualidade”, in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Orgs. Helena Buescu, João Ferreira Duarte; Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p.151-180.

Steiner George – *What is Comparative Literature*. Oxford: Clarendon Press, 1995, p.1-19.

The Comparative Perspective on Literature. Approaches to theory and practice. Eds. Clayton Koelb and Susan Noakes. Ithaca and London: Cornell University Press, 1988, p. 3-17.

Yvancos, José Maria Pozuelo – “O Cânone na Teoria Literária Contemporânea” in *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Org. Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001, p.411-457.

Van Tieghem, Paul – *La Littérature Comparée*. Paris: Librairie Armand Colin, 1939, p.19-49; p.169-184.

Vasconcelos, José Cerqueira de – *Estudos de Literatura Comparada*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, 1921.

Villanueva, Darío, “Pluralismo Crítico e Recepção Literária”. Trad. Dionisio Martínez Soler, in *Floresta Encantada – Novos Caminhos da Literatura Comparada*. Org. Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001, p.247-270.

Wellek, René; Warren, Austin – *Teoria da Literatura*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1976, 53-62.

O Senhor Ventura: um pícaro português em terras da China

Maria da Assunção Morais Monteiro
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Resumo

O Senhor Ventura é o título de uma obra de ficção narrativa da autoria de Miguel Torga. Partindo do paratexto escrito pelo Autor em 1985, que acompanha a edição refundida da obra, falar-se-á da maneira como a obra foi escrita: espontaneamente e ao correr da imaginação.

Salientar-se-á também a acção e estruturação da obra.

Em seguida, ao mesmo tempo que se faz uma reflexão em torno do picaresmo, mostrar-se-á como o Senhor Ventura, com todas as suas vicissitudes por várias terras, sobretudo do Oriente, apresenta características de uma personagem picaresca.

Haverá ainda uma parte do trabalho dedicada à presença da China e dos Chineses na obra, salientando-se algumas referências culturais, políticas e sociais.

Concluir-se-á mostrando a circularidade de um destino que se repete e que é “mais colectivo do que individual”.

O Senhor Ventura é o protagonista que dá nome a uma obra de ficção narrativa da autoria de Miguel Torga, publicada pela primeira vez em 1943. Mais tarde, em 1985, foi publicada uma 2ª edição, modificada e com um prefácio explicativo, que é a que utilizaremos neste trabalho, por ser a versão final deixada por Miguel Torga.

1. O paratexto e o texto

1.1. Miguel Torga, no paratexto¹ que acompanha a 2ª edição refundida de *O Senhor Ventura*, um prefácio datado de Coimbra, Maio de 1985², refere

¹ Utilizamos a designação na mesma acepção de G. Genette e de Goldenstein (já explicada no trabalho anterior *O Conto no Diário de Miguel Torga*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1998, p. 320) e que podemos encontrar, respectivamente, em “Présentation” (in *Poétique*, 69, Paris, Seuil, 1987, p. 3) e *Entrées en littérature*, Paris, Hachette, F. L. E., 1990, p. 56.)

² Cf. “Prefácio” in *O Senhor Ventura*, 2ª edição refundida e com prefácio, Coimbra, Ed. do Autor, 1985, pp. 7-9.

que escreveu esta obra “de uma assentada há mais de quarenta anos, na idade em que os atrevimentos são argumentos”, uma obra onde deixou “a nu toda a fantasia descabelada e toda a canhestrez expressiva que se tem impunemente na juventude.” Insatisfeito, o Autor tentou depurá-la das “principais impurezas” e corrigiu comportamentos que considerou mais desacertados, fruto de uma escrita espontânea e ao correr da imaginação. São afirmações suas nesse mesmo prefácio:

“no presente, é mais que certo que não conceberia a narrativa tão linear e apressada. Procuraria ao menos que fosse mais entrosada psicologicamente, mais lógica, menos sumária e arbitrária. Mas teria também o seu preço tal presunção de coerência. Talvez que assim não conseguisse tão espontânea e liberalmente dar largas à imaginação. [...] Confesso mesmo que, nesse capítulo, nunca mais tive experiência igual. A caneta parecia-me na mão o cabo endiabrado de uma vassoira de feiticeira. Voei, não há dúvida.” (p. 8)³

Esta obra, na qual o Autor espontaneamente e de forma livre deu largas à imaginação, conta uma história que, segundo Torga, é “portuguesmente verosímil, dado que somos os andarilhos do mundo, capazes em todo o lado do melhor e do pior”⁴.

Começamos por fazer uma breve referência ao nome da personagem, Ventura, já que este substantivo, quando não é nome próprio, é um substantivo abstracto que pode significar sorte, fortuna (boa ou má), acaso, destino, mas também sorte feliz, felicidade e ao mesmo tempo risco e perigo⁵.

O leitor é, assim, desde o início preparado para todo um conjunto de vicissitudes da personagem que estarão em estreita conexão com o factor sorte, com o destino, indiciando uma existência de sucesso, uma vida de felicidade, ou, no sentido inverso, uma vida de perigo e, eventualmente de má sorte. Há, assim, logo desde o título, o instaurar de toda uma série de expectativas no leitor face ao devir da história.

1. 2. A obra *O Senhor Ventura* encontra-se dividida em **três partes**, cada uma delas introduzida pelas palavras de um narrador que, em primeira pessoa, tece considerações sobre o que pensa e sobre o que se vai passar, e que só depois narra as peripécias astuciosas vividas pelo protagonista da obra. Vejamos um pouco mais de perto o percurso seguido pela personagem em cada uma das partes.

³ A partir de agora, todas as indicações das páginas da obra *O Senhor Ventura* reportam-se à 2ª edição refundida e com prefácio, Coimbra, Ed. do Autor, 1985.

⁴ Cf. “Prefácio” in *O Senhor Ventura*, 2ª edição refundida e com prefácio, Coimbra, Ed. do Autor, 1985, pp. 7-9.

⁵ Veja-se *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenação de José Pedro Machado, Vol. XII, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1981, pp. 466-467.

• Na **Primeira Parte**, constituída por vinte e um capítulos, aparecemos o Senhor Ventura, um português, natural de Penedono, no Alentejo, onde viveu até ao momento de ir cumprir o serviço militar em Lisboa.

Começou por ser guardador de ovelhas, depois trabalhou no campo, no Farrobo, uma das herdades do Sr. Gaudêncio.

A partida para Lisboa para cumprir o serviço militar desencadeia uma reviravolta na sua vida. Como não sabia ler, tanto lhe importava que na sua caderneta militar escrevessem bem como mal, e, desta forma, têm início as suas vicissitudes, tornando-o cada vez mais conhecido entre os seus companheiros e superiores. É assim que começa por faltar ao recolher e apanha três dias de cadeia, mas em contrapartida, aprende a tocar e faz serenatas que encantam os camaradas. Com os seus defeitos, mas também com as suas qualidades, vê gradualmente aumentada a sua popularidade, pelas atitudes de herói e de anti-herói.

Um dia foi mandado num contingente militar que seguia para Macau. Nesta terra vive uma relação com Loo, uma “pequenita chinesa”, que o leva a desejar conhecer a China e novos mundos. Entretanto, uma relação com a filha do secretário do Governador origina-lhe problemas, levando-o à deserção do exército português, tendo de fugir de Macau. Começa, então, a trabalhar como “marinheiro a bordo dum navio que fazia cabotagem no mar da China” (p. 27) e daí em diante o percurso da sua vida foi-se diversificando em actividades e complicando em muitas situações. Fez contrabando, assassinou um fiel de alfândega, voltou para terra depois de cinco anos de vida no mar. Na China, foi empregado da Ford, paralelamente foi sócio de um restaurante, partiu para a Mongólia para entregar camiões, vendeu armas.

• No início da **Segunda Parte**, que abrange trinta e um capítulos, o narrador alude ao Senhor Ventura como o seu Dom Quixote que vai casar com a Dulcineia, podendo aqui estabelecer-se uma relação de intertextualidade com a célebre obra *Don Quixote de la Mancha* de Miguel de Cervantes da qual, ainda antes da morte do seu autor, em 1616, já existia em Portugal uma edição intitulada *El Ingenioso Hidalgo Don Quixote de la Mancha*, publicada em Lisboa, em 1605.

Torga, ao caracterizar o homem português no seu diário, fala dele da seguinte forma:

“despido de pruridos raciais, uma vez em terra alheia, miscigena-se, adapta-se, integra-se, mas sem perder nunca os traços nativos.”⁶

⁶ *Diário XV*, Coimbra, Ed. do Autor, 1990, pp. 138.

É ao longo da Segunda Parte que o Senhor Ventura, não fugindo a esta característica do homem português, se apaixona por Tatiana, uma jovem russa, e acaba por casar com ela.

Tudo começou quando o Senhor Ventura dançava de smoking nos salões do Grande Hotel de Pequim, quando se falava da coragem e valentia que tivera na Mongólia. Foi nesses salões que conheceu Tatiana. Depois de se apaixonar por ela, casou, mas nem na primeira semana foram felizes, porque Tatiana “era mais do cabaré do que o Senhor Ventura imaginava”. Apesar deste desgosto, ficou comovido quando ela lhe deu um filho e preocupou-se em assegurar os meios para o educar. Dedicou-se ao negócio de máquinas de jogo, teve uma garagem de táxis, enfim, continuou a ser um alentejano “aventureiro, capaz de crimes, mas honrado à sua maneira” (p. 92).

Com receio de que o negócio viesse a piorar, “vendeu os carros, lançou fogo à garagem, recebeu o seguro, e foi montar num bairro discreto da cidade uma fábrica de heroína” (p. 93). Este negócio “foi, de todos aqueles em que o alentejano se meteu, o menos feliz” (p. 97). Uma denúncia levou à descoberta da sua actividade por parte do governo. Foi obrigado a pagar uma multa que lhe levou grande parte da fortuna e acabou por ser repatriado pelo governo chinês. Antes, porém, de regressar a Portugal, fez os pagamentos que tinha a fazer e passou uma procuração universal à mulher.

- Na **Terceira Parte**, a mais extensa de todas, que é composta por trinta e três capítulos, este alentejano que percorreu o mundo, regressa outra vez ao Alentejo, onde passa por diversas situações de prejuízo nos negócios da terra. Entretanto o filho, Sérgio, chega a Portugal, enviado por Tatiana, inclusive com a conta da viagem para pagar. A desilusão do Senhor Ventura foi enorme e a sua decepção aumentava à medida que lhe era cada vez menos possível partir em busca de Tatiana, já que as colheitas eram más e as dívidas cresciam.

Quando, após boas colheitas, vieram dias melhores, pagou as dívidas, deixou o filho num colégio de Lisboa e partiu de novo para a China, em perseguição de Tatiana. Percorreu diversos locais, faminto, esfarrapado, acabando por morrer longe da sua terra.

A obra termina com o regresso de Sérgio a Penedono. O filho do Senhor Ventura, órfão, já que não pôde continuar a frequentar o colégio por falta de pagamento das mensalidades, inicia a vida activa como guardador de gado, a mesma actividade pela qual o pai tinha começado, e a servir o mesmo amo – o Senhor Gaudêncio.

2. O Senhor Ventura, uma personagem com características picarescas

A novela picaresca é de cariz autobiográfico, apresenta uma estrutura aberta e nela são narradas as ladinices de uma personagem, o pícaro.

O pícaro é uma figura de baixa condição, que serve a vários amos, escarecedor, vagabundo, mal vestido, movimentando-se em espaços físicos diversos, viajando de um lado para o outro em busca de melhores condições de vida, sendo muitas vezes um folgazão, um vadio, indigente, passando por dificuldades económicas, chegando mesmo a roubar e matar para conseguir atingir os seus objectivos.

A novela picaresca é de origem espanhola e, como refere Jacinto do Prado Coelho, “narra, geralmente sob forma autobiográfica, as andanças e aventuras dum criado ladino, cínico, sagaz observador das fraquezas dos amos a quem vai servindo. [...] Pressupõe uma visão pessimista, pragmática dos homens”⁷. Como exemplos desse tipo de novela, são de citar a obra *Vida de Lazarillo de Tormes* (1554), de autor desconhecido, a *Vida de Guzmán de Alfarache* (1599-1604) de Mateo Aleman e *Buscon* (1626) de Quevedo.

Num estudo sobre os romances picarescos espanhóis, Maurice Molho⁸, considera que o romance picaresco, que nasceu no séc. XVI, sucedeu aos romances cortesãos e cavalleirescos, salientando que este tipo de narrativa propõe uma estilização astuta e trocista da experiência quotidiana, constituindo uma espécie de autobiografia espiritual, de estrutura aberta.

Na novela picaresca, o protagonista em vez de ser um herói nobre, um cavaleiro coberto de glória, defensor das damas, um cavaleiro andante, como fazia parte da tradição medieval, é um anti-herói. O pícaro coloca-se nos antípodas do fidalgo tradicional, do cavaleiro de linhagem, defensor da honra e da moral. De origem plebeia, o pícaro pauta a sua actuação pela preocupação de arranjar dinheiro, de melhorar a sua vida, recorrendo a artimanhas e exercendo todo o tipo de actividades, inclusive marginais.

Oldrich Belic⁹, ao referir-se aos princípios fundamentais da composição na novela picaresca, salienta a existência de três: o da viagem, o da servidão e o do carácter autobiográfico da narração.

Analisando a obra *O Senhor Ventura* à luz destes princípios, constata-se que, relativamente ao primeiro, o da **viagem**, a personagem que dá o nome à obra desloca-se constantemente de um local para outro, tal como o pícaro, e

⁷ Cf. COELHO, Jacinto do Prado “Picaresco” in *Dicionário de Literatura*, 3.º volume, 3.ª edição, Porto, Livraria Figueirinhas, 1973, pp. 824-825.

⁸ Veja-se MOLHO, Maurice, *Romans picaresques espagnols*, Bibl. de la Pléiade, 1968.

⁹ BELIC, Oldrich, “La novela picaresca como orden artistico”, in *Romanística Pragensia* III, 1963, pp. 5-35.

é nas paragens temporárias em determinados locais que se desenrola o seu destino. Viajou de Penedono para Lisboa, de Lisboa para Macau, de Macau para diversos pontos da China, desta para Portugal e daqui de novo para vários pontos da China.

A narração das vicissitudes da personagem é privilegiada em relação à descrição dos espaços por onde se move, já que o que interessa não é a descrição dos locais ou o relato das viagens, mas a actuação do protagonista. A viagem em si mesma não é um fim, não constitui um objectivo, apenas é um meio de a personagem conseguir uma nova situação e de viver novas aventuras.

O segundo princípio da composição na novela picaresca é o da **servidão** e, também a este nível, *O Senhor Ventura* apresenta afinidades com a novela picaresca.

O protagonista começa por servir o Sr. Gaudêncio como pastor e depois a lavar a terra; é subalterno no serviço militar e mais tarde como marinheiro. Já em terra, trabalha para outrem, embora a partir de certa altura a sua autonomia financeira lhe tenha permitido trabalhar por conta própria, não deixando, todavia, de terminar na miséria.

Tal como o pícaro, também o Senhor Ventura é um joguete nas mãos da sorte. O próprio nome, como salientámos no início, nos remete para a boa ou a má sorte da personagem.

Quanto ao terceiro princípio, o do **carácter autobiográfico da narração**, *O Senhor Ventura* derroga este princípio, porque o narrador não conta a sua própria história. No entanto, importa referir que este narrador salienta que se trata da história retrospectiva de uma vida com a qual ele se identifica, que lhe serve de alívio nos momentos de desânimo e nas horas de dor.

Palma-Ferreira, na obra *Do pícaro na literatura portuguesa*, torna mais abrangente o conceito de pícaro¹⁰, referindo que “o picarismo é uma atitude perante a vida, mais do que um género literário definível pelo assunto ou por outros caracteres externos”. A figura do pícaro, associada sobretudo ao castelhano, “extravasa as fronteiras da Península e do seu tempo clássico e vai renascer, nas épocas de crise e de desencanto, um pouco por toda a parte, como personagem com carácter próprio e inimitável, ressuscitando nos nossos dias, nos quadros rurais tradicionais [...], ou fora deles e em dimensões completamente distintas [...], perdendo o carácter que assumiu nos séculos XVI e XVII e ainda no seguinte [...], para finalmente se fixar como uma atitude de rebelião contra os quadros estabelecidos pela sociedade, pela moral oficial, pelas imposições da ordem, dos sistemas de leis ou ainda pelo academismo oficioso.”

¹⁰ Cf. PALMA-FERREIRA, João, *Do pícaro na literatura portuguesa*, Lisboa, Col. Biblioteca Breve, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1981, pp. 9-10.

Em *O Senhor Ventura* encontramos pontos comuns com esta concepção de picarismo, nomeadamente porque estamos perante uma personagem que vem “dos quadros rurais tradicionais” e assume atitudes de rebelião perante a ordem estabelecida, por exemplo quando está no serviço militar.

Diz-se ainda que a figura do pícaro renasce nas épocas de crise e de desencanto e, neste aspecto, é de salientar que, no início da obra, o narrador revela que quando está cansado de esperar “não sei que milagre” (p. 13), quando está desanimado diante do mapa do mundo, pensa no Senhor Ventura. Como forma de mitigar a dor, evoca a vida daquela personagem, enche-se “da lembrança mágica do Senhor Ventura, que nenhuma razão impediu de correr as sete partidas” (p. 13). O facto de o narrador viver em imaginação as aventuras do protagonista, como se fossem suas, funciona como forma de evasão de uma realidade quotidiana que não o satisfaz, como uma catarse para os desgostos do dia a dia. A vida de andarilho do Senhor Ventura serve ao narrador como realização de um sonho, como concretização do desejo de poder viajar para longe, para outros países.

Esta posição do narrador pode ser considerada uma projecção biográfica de Torga, já que este autor esteve muito tempo impedido de se ausentar de Portugal. Numa entrada do *Diário V*, datada de *Coimbra, 27 de Junho* [de 1950], Torga regozija-se de já poder sair do país¹¹:

“Posso finalmente sair de Portugal (pelo menos tenho passaporte), e bastou essa certeza para me tirar toda a fúria de deixar isto.”

Assim, o Senhor Ventura, mais do que um herói individual, vale como personagem que representa todos aqueles que, insatisfeitos com as suas condições de vida, aspiram a uma melhoria e, dotados do espírito aventureiro que caracteriza o povo português, partem pelo mundo em busca de uma vida melhor.

Ao falar de Portugal, no *Diário XV*¹², Torga afirma:

“Há nações que nascem feitas e nações que se fazem. Portugal é das que se fizeram, [...] e nunca tiveram sossego nas fronteiras, que chegaram a situar-se nos cinco continentes.”

E escreve ainda:

“Fundadora de novas pátrias, esta pequena pátria, que com os descobrimentos marítimos realizou a maior epopeia dos tempos modernos, arredondando definitivamente o globo nas mentes coevas, ainda hoje ajuda a povoar e a unir o orbe,

¹¹ Cf. *Diário V*, 3ª edição revista, Coimbra, Ed. do Autor, 1974, p. 103.

¹² Coimbra, Ed. do Autor, 1990, pp. 136-139.

num fluxo emigratório constante. E é essa vocação planetária, essa inquietação dispersiva que faz do português um peregrino das sete partidas, um cidadão do mundo.”¹³

Em síntese, *O Senhor Ventura* é uma narrativa ficcional, com alguns pontos comuns com a novela picaresca, na medida em que o protagonista é uma personagem de baixa condição social, sem profissão certa, que anda de um lado para o outro, que serve vários amos, que patenteia comportamentos de herói e, na grande maioria dos casos, de anti-herói.

Tal como sucede na novela picaresca, é o protagonista que serve de fio condutor de todos os eventos narrados e é ele que permanece desde o início até ao fim da obra, numa sucessão de aventuras que apresentam uma sequência cronológica.

3. A China em *O Senhor Ventura*

A China é um espaço físico importante na obra, já que grande parte da acção decorre em várias localidades chinesas. Todavia, não encontramos apenas referências ao espaço físico geográfico; são várias também as alusões a pessoas, à justiça e a acontecimentos político-sociais.

Na obra *O Senhor Ventura*, o protagonista movimenta-se em espaços dos quais podemos citar Pequim, Xangai, Cantão, Nanquim, Xunquim, Hong-Kong.

Encontramos também referências ao espaço social, uma delas dizendo respeito aos bailes no Grande Hotel de Pequim, quando o Senhor Ventura se encontra de novo nesta cidade (p. 60) e, bem vestido, se diverte, dançando.

Quanto às pessoas, são diversas as referências. Começamos por encontrar Loo, a chinesa que vivia em Macau, com quem o Senhor Ventura se envolveu.

Uma outra figura feminina a merecer destaque é a senhora Liang, “uma santa”, que tenta manter a harmonia entre o Senhor Ventura e a esposa Tatiana. Tendo sido artista, a senhora Liang suavizava as desgraças do prédio onde morava com os acordes da sua harpa e as harmonias da sua voz. Dela diz o narrador:

“no coração daquela alma só cabia ternura e resignação” (p. 76).

É esta mesma senhora Liang, velha amiga, carinhosa, que oferece ao Senhor Ventura uma bebida muito tradicional na China, o chá, ao mesmo tempo que tenta dissuadi-lo de procurar Tatiana, quando ele pretende vingarse.

¹³ In *Diário XV*, Coimbra, Ed. do autor, 1990, p. 138.

A nível de justiça, encontramos uma referência à pena de morte como castigo para determinados crimes.

Quando o Senhor Ventura decidiu fabricar heroína, o menos feliz de todos os negócios a que esteve ligado, uma denúncia conduziu à descoberta da sua actividade por parte do Governo Chinês que, “cansado do alentejano”, multou-o e exigiu a sua repatriação. Contrapondo o sucedido ao Senhor Ventura com o que aconteceria se se tratasse de um cidadão chinês, Miguel Torga escreve:

“Para um filho de Confúcio, era a cadeia e até a pena de morte o castigo para semelhante crime. Demais a mais com todas as provas à vista: a droga, garrafões de ácido para tratar os alcalóides, peneiras, tudo” (p. 97).

Quanto a aspectos de ordem político-social, sabemos que “estalara a guerra na Mongólia Exterior” (p. 38) e o Senhor Ventura, que já estava cansado de Pequim, destemido e perante a cobardia dos restantes empregados, ofereceu-se ao patrão para seguir para o território em luta e, em conjunto com outro português, o seu amigo Pereira, fazer a entrega de duzentos camiões Ford na frente de batalha, fazendo uma longa travessia através da China. Passaram por caminhos pouco frequentados, atravessaram o deserto, lutando com salteadores de estrada, improvisando pontes sobre abismos, superando todo um conjunto de dificuldades e riscos (pp. 40-41).

Sabe-se também que, em determinada altura:

“vendia friamente e desprezivelmente armas a chineses para matar chineses” (p. 50).

Esta e outras passagens revelam um Torga conhecedor das dissidências internas da China, dos problemas de guerra motivados pela luta dos partidos. Torga, ao trazer para a sua obra estes problemas sociais, mostra-se atento às lutas civis na China.

As desavenças internas foram temporariamente suspensas, devido à união do povo chinês contra um inimigo externo: o Japão. Todavia, os conflitos continuaram e assim, finda a guerra com os Japoneses, surgiram de novo os problemas partidários.

Na obra é dito que “estava a revolução da China em plena força” (pp. 86-87) quando o Senhor Ventura se meteu no negócio de automóveis e ganhou muito dinheiro, porque ninguém discutia preços mormente os “soldados de Chang-Kai-Chek, que ou eram milionários, ou pareciam” (p. 87). E por isso o negócio da garagem de táxis do Senhor Ventura foi um sucesso, devido à falta de transportes que havia em Pequim.

Quando o protagonista já se encontra em Portugal, diz-se que “os jornais traziam a China em colunas iluminadas de incêndios ou negras de sofrimento”,

podendo ver-se nesta passagem a repercussão na Imprensa das agitações sociais chinesas e ao mesmo tempo as angústias que as mesmas agitações acarretavam.

Fala-se ainda da “balbúrdia daquela terra” (p. 145), onde ninguém descobre nada, e o narrador conta que “quando a guerra se tornou mais iminente”, Tatiana procurou arranjar a melhor maneira de o filho regressar a Portugal. Segundo o Sr. Gomes, “o que era preciso era tirar a criança de semelhante inferno e daquela mãe” (p. 146). Tatiana é caracterizada como:

“uma galdéria que o atraçoava lá muito longe, na China, lhe esbanjava a fortuna e lhe mandara como uma encomenda sem valor, e sem uma palavra, aquela raiz débil da sua vida.” (p. 147).

Desejando vingar-se de Tatiana, a preocupação do Senhor Ventura é encontrá-la e esse desejo leva-o a fazer uma autêntica peregrinação pela China, onde as suas pegadas se perdiam “no labirinto das guerras, das fugas, e das mortes” (p. 155).

Numa alusão ao “mito do labirinto”, o narrador diz que o Senhor Ventura sabia pouco “da paciente tenacidade necessária a quem quer encontrar o fio invisível de Ariana” (p. 155). Assim, foi a Pequim, a Cantão, a Xangai, a Hong-Kong. De Hong-Kong foi a outras terras, numa busca incessante e febril de Tatiana, passando por Nanquim. Finalmente acabaram por se encontrar e, embora os olhos mortiços do Senhor Ventura ainda se iluminassem de ódio, foi Tatiana que acabou por ajudá-lo a morrer, em Xunquim:

“E Tatiana pôde, serena e compassivamente, descer as pálpebras abertas daqueles olhos que, mortos, tinham ficado a olhar a vida num espanto vítreo, terrível” (p. 160).

A presença da China é uma constante na obra *O Senhor Ventura*, como vimos, quer por ser um espaço físico por onde este pícaro português se movimenta, quer pelas diversas alusões a problemas político-sociais e de convulsão interna existentes neste país, problemas que proporcionaram e permitiram todo um conjunto de actividades do Senhor Ventura que não seriam possíveis em tempo de paz.

Conclusão

O Senhor Ventura é uma personagem que patenteia um carácter marcado por características antinómicas, das quais salientamos o realismo/idealismo e a prudência/imprudência.

Enquanto a nível de negócios o Senhor Ventura se revela uma pessoa realista, prudente, cautelosa, um ladino que enriquece e triunfa, a nível amoroso é idealista, imprudente, incauto, ingénuo, acabando por perder toda a fortuna que ganhou, por confiar cegamente na esposa que não era digna da sua confiança.

O *Senhor Ventura* apresenta uma circularidade que importa salientar. Após o relato das inúmeras vicissitudes do protagonista, uma figura com características picarescas, como vimos, a obra acaba como começou, no início de um ciclo de vida activa marcado pela pobreza e pelas dificuldades, só que a personagem pertence à geração seguinte à do Senhor Ventura. Sérgio, o seu filho, órfão, após a ruína física e financeira do pai, começa a trabalhar nas mesmas circunstâncias em que ele começara, pobre, a guardar gado para o Sr. Gaudêncio.

Torga, desta forma, deixa patente a circularidade de um destino que se repete, agora através da figura de Sérgio, ficando implícitas as suas más condições de vida, e deixando o caminho aberto ao leitor para um novo conjunto de aventuras e desventuras no futuro da vida desta personagem e, por alargamento, de outras pessoas que vivem situações idênticas no Portugal de então.

Ao deixar em aberto a existência de outros destinos semelhantes ao do Senhor Ventura, já que o destino desta personagem “é mais colectivo que individual” (p. 110), Miguel Torga, de uma forma velada, satiriza a sociedade em que a personagem se integra, o que, também a este nível, aproxima *O Senhor Ventura* de uma novela picaresca.

Duas lendas transmontanas: Lenda da Moura da Ponte de Chaves e Zaida – a Moira do Sítio das Colmeias

Maria da Assunção Anes Morais *

1. A palavra lenda deriva “do gerundivo lat. *legenda*: aquilo que devia ser lido na festa de um santo, mártir ou confessor.”¹; pode também significar “Narrativa escrita digna de se ler. (...) Narrativa de sucessos fantásticos”² ou ainda, simplesmente, uma história para ser lida em voz alta.

André Joles afirma a propósito da lenda: “Dès les premiers siècles du christianisme, nous nous trouvons en présence de recueils plus ou moins importants qui réunissent des histoires et des témoignages portant sur la vie et sur les actes des saints. Ces *Acta Martyrum* ou *Acta Sanctorum* se retrouvent durant tout le Moyen Age, et non seulement dans des livres qui ont été lus, mais aussi dans l’influence notable qu’ils ont exercée sur les arts plastiques et sur la littérature. On en a un exemple typique avec les *Legenda Sanctorum* ou *Legenda aurea*.”³

Ao longo do tempo, este sentido foi-se alterando, tendo feito da lenda uma convergência de realidade e fantasia. Poder-se-á até dizer que a lenda é uma história improvável ou imaginada tirada do passado: “No campo da literatura tradicional de transmissão oral, **lenda** designa uma narrativa em que um facto histórico aparece transfigurado pela imaginação popular: não se trata, pois, de uma reconstituição objectiva e «documental» de um facto ocorrido num passado remoto, mas sim de uma narrativa de carácter **ficcional**, que foi sendo transmitida de geração em geração.”⁴

A acção da lenda aparece, normalmente, localizada no espaço e no tempo, contrariamente à dos contos, situados num passado indefinido e num

* Docente da Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e Mestre em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas pela UTAD.

¹ ANTUNES, M., “Lenda”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XI, Lisboa, Editorial Verbo, 1983, p. 1747.

² SILVA, António de Morais, “Lenda”, in *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Editorial Confluência, 1994, 8.ª edição, p. 351.

³ JOLLES, André, *Formes Simples*, Paris, Editions du Seuil, 1972, pp. 27-28.

⁴ REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M., “Lenda”, in *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1990, p. 216.

espaço indeterminado; a história narrada é sempre acompanhada pelo maravilhoso.

Inicialmente, a lenda consistia num relato oral no qual se misturavam os factores de modificação da história dos santos, modificação essa resultante da imaginação fabulosa, assumindo grande variedade de formas e de processos de transformação. O que caracteriza a *legenda* medieval é uma grande liberdade de personagens, de factos e de lugares.

Actualmente, a lenda distingue-se do mito, da fábula e do conto fantástico, embora os limites dessa distinção nem sempre sejam claros: “do mito, pela essencial vinculação da L. à duração histórica; da fábula, pela obrigatoriedade do seu protagonista, o ser humano, e pela sua maior determinação das categorias de espaço e tempo; do conto fantástico pelo maior conteúdo da realidade.”⁵

A lenda não surge por acaso; simboliza determinadas ideias do grupo onde nasce e visa determinado objectivo de ordem etiológica ou teleológica. Para simples exemplificação, temos várias lendas: de Eneias, do rapto de Helena, do “milagre de Ourique”. Esta última procura imprimir um selo de sobrenaturalidade à independência de Portugal.

A lenda pode aparecer em qualquer época, dado que ela é fruto da actividade mito-poética do homem. No entanto, há determinados períodos históricos, cujas condições culturais e sociais, mentalidade e ambiente social tornam a sua criação mais fértil, a sua divulgação mais fácil e a sua implantação mais rápida.

2. Ao longo de toda a história ocidental, poder-se-á dizer que a Idade Média europeia foi a época em que a criação lendária foi mais intensa. Nesta época, heróis e santos, factos e lugares, tempos e modos de vida foram valorizados pela esfera do maravilhoso, até então desconhecido. Em todo o Ocidente medieval proliferaram lendas épicas, populares e hagiográficas.

De entre muitas lendas possíveis, seleccionámos duas intituladas *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* e *Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias* que incluímos em anexo.

As lendas transmontanas são, regra geral, da tradição oral que foi passando de geração em geração. Uma dizem respeito à fundação das terras, outras contêm episódios cómicos ou ainda passagens mais temerosas relacionadas com casas assombradas, espíritos, “almas do outro mundo” e bruxas, verificando-se certa persistência na figura da moura ou da moura encantada.

⁵ ANTUNES, M., *op. cit.*, p. 1748.

Os mouros iniciaram a conquista da Península em 711 e expandiram-se rapidamente, dada a fraqueza dos impérios vizinhos, devido às lutas religiosas entre judeus e cristãos no Oriente, e também devido à situação das populações oprimidas nas áreas conquistadas.

A influência moura foi reduzida no território correspondente a Portugal, sobretudo, a norte do Douro e nas regiões montanhosas do interior; no entanto, foi bastante significativa no Algarve.

Não sendo a permanência dos mouros não foi tão vincada, quer em termos cronológicos, quer em termos culturais e históricos, como a dos romanos, uma dúvida permanece: porquê mouras encantadas? Não há certezas que respondam a esta questão, apenas várias hipóteses se admitem. Assim, poder-se-á dizer que as lendas das mouras persistiram ao longo dos tempos porque as mulheres mouras eram extremamente formosas, tal como o são as das lendas. Numa outra perspectiva, os mouros foram um dos últimos povos que habitaram a Península e, por isso, os seus usos e costumes foram passando de geração em geração com mais facilidade.

O povo, para dizer que algo pertence aos nossos antepassados, afirma ser pertença dos mouros; se é uma fonte, é do tempo dos mouros, se é um castro, é do tempo dos mouros; talvez, por isso, as lendas tenham também uma figura que é pertença dos mouros.

A moura apresenta-se como a fada, uma figura bela, jovem, elegante, bem vestida, e, por isso, detentora de um lugar de bem. Mas, por outro lado, esta figura apresenta-se associada ao fenómeno do encantamento, de que nos ocuparemos mais à frente, e que, só por si, parece associar-se à esfera do mal, algo pouco favorável, isto é, ou é a moura que está encantada e precisa que algum corajoso a desencante ou, por sua vez, os vícios e as poucas atenções do homem poderão levá-la a um encantamento.

A *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* tem vários elementos que fazem parte do universo do real como, por exemplo, a presença dos romanos em Chaves, a existência da Ponte Romana, as datas que surgem (612, 888, 1229, 1160), os cavaleiros Rui e Garcia Lopes, que conquistaram *Aquae Flaviae* e que foram sepultados na Igreja Matriz. Há, assim, dados do real, misturados com a imaginação. A lenda *Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias* possui um maior número de elementos oriundos da imaginação e apenas se poderá dar como concreto o lugar de Outeiro Seco e o Lugar das Colmeias.

Nestas duas lendas encontramos uma moura que está encantada; é uma figura feminina de encanto singular e sobretudo jovem. Por exemplo, na *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* diz-se que é uma “encantadora jovem” e na *Lenda Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias* refere-se que a moura é “uma mulher formosa como as estrelas.”

Poder-se-á associar a figura da moura à da fada que simboliza as capacidades mágicas da imaginação. A fada realiza extraordinárias transformações, assim como a moura. As fadas “evocam e fazem cintilar na noite, desaparecem num instante e não deixam senão a lembrança de uma ilusão”⁷. Elas aparecem quase sempre nas montanhas, perto de fendas e de tormentas, nas profundezas das florestas, à beira de uma gruta, de um abismo ou ainda perto de um rio bramante ou à beira de uma nascente ou de uma fonte. As mouras e as fadas mostram-se sempre de forma intermitente, como que por eclipses.

As Mouras Encantadas, Moirinhas, Bichas Mouras, Mouras ou Encantadas são um dos temas de superstição tradicional e, na maior parte das vezes, aparecem ligadas à noite ou ao dia de São João. São “divindades ou génios femininos das águas [...] os génios que guardavam os tesouros escondidos no centro da Terra”⁸. Isto é uma crença comum em alguns povos que parece ser indo-europeia ou europeia. Dir-se-á que poderiam ter uma feição maléfica, mas que desapareceu na mitologia portuguesa.

Podemos, de uma forma geral, estudar as “mouras encantadas” sob quatro pontos importantes. Primeiro, poderão surgir como divindades ou génios femininos das águas (fontes, rios, ribeiros, poços, etc.) e é desta forma que são conhecidas em Portugal. Como se ligam à água, andam automaticamente ligadas à noite e à madrugada de São João, na tradição popular, pois, nessa noite, geralmente, deixam a forma de cobras à qual estão ligadas todo o ano e surgem em figura humana para pentear os seus cabelos de ouro. Quase diríamos que, em todo o país, à maioria das fontes está associada uma moura encantada, “ora em forma de cobra que demanda os viandantes para que a desencantem, ora sob a figura de gentil donzela que promete tesouros e riquezas inesgotáveis àquele que lhe quebrar o fadário.”⁹.

Em segundo lugar, as mouras aparecem também nos penedos e nas penhas como guardadoras de tesouros encantados e diz-se que na noite de São João, saem à meia-noite e vão pentear-se nos montes.

Em terceiro lugar, podem aparecer como fiandeiras e construtoras de monumentos. Todas as lendas ligadas a este aspecto relacionam-se com palácios e com tesouros escondidos que se poderão encontrar em penedos ou em rios.

Por último, e mais raramente, poderão as mouras surgir como génios maléficos que perseguem o homem, ocasionando-lhe diversas doenças.

⁷ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1982, p. 315.

⁸ PEDROSO, Consiglieri, *Contributos para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 217.

⁹ *Idem*, p. 219.

3. Considerando as duas lendas escolhidas, poderemos dizer que, relativamente à *Lenda da Moura da Ponte de Chaves*, a história se desenrola com base no conflito existente entre mouros e cristãos. Conhece-se o facto de, durante esse confronto, o alcaide do castelo de Chaves ter um filho de nome Abed, ao qual tinha sido prometida em casamento uma menina nobre. Apesar deste noivado, algo alterou tudo, pois sendo o castelo tomado pelos cristãos, nomeadamente por Rui e Garcia Lopes, a jovem ficou prisioneira destes. A encantadora moura acabou por viver com o nobre cavaleiro cristão que a tinha visto anteriormente e Abed e o pai não a puderam salvar; porém, Abed nunca lhe perdoou a traição. Então, sabendo que a moura vivia feliz com o seu cristão e conhecendo os seus hábitos, disfarçou-se de mendigo e pediu-lhe uma esmola, mas, ao mesmo tempo, proferiu-lhe a ditosa frase que a encantou para sempre no terceiro arco da Ponte Romana. Se considerarmos o que atrás ficou dito, esta lenda está relacionada com os génios femininos das águas. Para além de aparecer na noite de São João, ela surge encantada na Ponte Romana sobre o rio Tâmega.

A lenda *Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias* é protagonizada pela moura guardadora de tesouros encantados. Também esta moura era formosa, sobretudo os seus cabelos, e possuía um tesouro, um pente de ouro, do qual se desprendiam pedras preciosas. Esta lenda difere da primeira na medida em que naquela sabemos a história inicial, o encanto e as tentativas de desencanto; nesta o enredo da lenda gira já à volta do encanto da moura e do possível desencantamento.

A categorização genológica destes dois textos não oferece dúvidas: são efectivamente lendas, pois quer um, quer outro são fruto de recolhas orais, incidem no tempo dos mouros e nelas existem momentos relativos ao fantástico.

As duas lendas possuem um número bastante reduzido de personagens. A *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* retrata personagens de alta estirpe, pois fala-se de guerreiros, de alcaides, de gente que vive em palácios e que tem aias e criados ao seu serviço. Por sua vez, a lenda *Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias* apresenta, igualmente, poucas personagens: a moura associada à aristocracia, pois possui tesouros e um pastor pobre e humilde. Salvo rara excepção, um traço característico da lenda é a não identificação dos nomes das personagens, tal como acontece nestas lendas.

Quanto ao espaço, podemos afirmar que na primeira lenda se referem o castelo e a ponte romana e, na segunda, os montes e um palácio. Alguns espaços são muito simbólicos.

No que diz respeito ao tempo, podemos indicar que o tempo cronológico, na primeira lenda, está bem referenciado com datas e com

indicações precisas como, por exemplo, a noite de São João, assim como o tempo histórico. Na segunda lenda, só se refere que é dia de São João.

O encantamento aparece “como a submissão, mais ou menos total e, quase sempre, inconsciente de um ser à vontade de um outro ser. (...) O encantamento implica uma dependência, um estado em que o que age não o faz já pela sua vontade, mas é, de qualquer forma, «guiado» do exterior.”¹⁰

O encantamento presente nas duas lendas analisadas deriva do pensamento ou do olhar. Em termos etnográficos, encantamento significa “O m. q. bruxaria, magia, encanto, feitiçaria. Artifício ou efeito de encantar através de artes mágicas ou ocultas, de que são dotadas pessoas de excepcional condição”.¹¹

Ainda sobre o encantamento, podemos referir que as duas lendas abordam o dia de São João. Este dia é um marco de celebração das festas anuais que oscila em volta de dois pontos extremos ou dois momentos de transição – o solstício de Verão e o solstício de Inverno. A imaginação do povo afirma que o Sol se inclina para a terra e cada dia vai perdendo mais o seu brilho e assim os dias começam a decrescer e as noites a aumentar. Este momento coincide com muitas festas, principalmente com o dia de São João Baptista (24 de Junho). Por isso, a chama das fogueiras, feita na véspera desse dia, é uma representação simbólica do abrasador sol de Junho.

Nas lendas e superstições, há uma crença que acompanha a celebração desta festa na liturgia popular: “É crença popular entre nós, que na noite de São João todos os encantamentos se quebram: as moiras encantadas, que ordinariamente andam em figura de cobras, tomam nessa noite sua bela e natural presença e vão pôr-se ao pé das fontes, ou à borda dos regatos a pentear os seus cabelos de oiro. Os tesouros sumidos no fundo dos poços vêm à tona de água, e mil outras maravilhas sucedem em tão milagrosa noite.”¹²

Relativamente às festas de São João, existem várias tradições, costumes e rituais, que não serão abordados neste momento. Referimos apenas alguns que consideramos mais interessantes como, por exemplo, as fogueiras feitas de rama de várias árvores e arbustos, ou em volta de um pinheiro; também é usual os rapazes saltarem as fogueiras e as raparigas solteiras queimarem, nas mesmas, uma alcachofra florida para saberem se os seus namorados as querem muito ou pouco. Nalgumas terras, é crença que, nesse dia, ninguém deve sair para o campo antes do sol nado, porque se encontram mouras encantadas a pentear os cabelos negros.

¹⁰CHAUSSON, Henri e CONTE, Henri, *Enciclopédia de Ciências Ocultas – A Magia Branca, A Magia Negra*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1981, p. 159.

¹¹LAMPREIA, José D., “Encantamento”, in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1983, p. 457.

¹²PEDROSO, Consiglieri, *op. cit.*, p. 111.

A noite de São João é afinal misteriosa e cheia de encantos. No que diz respeito à crença das mouras encantadas, é neste dia e noite que elas surgem para serem desencantadas e retribuírem aos seres masculinos, que as desencantaram, fabulosos tesouros e felicidade eterna.

Na primeira lenda de que nos estamos a ocupar, a moura ficou encantada, pois casou ou ficou a morar com o cavaleiro cristão e o seu noivo Abed não lhe perdoou a traição, tendo profetizado esse encantamento: “Ficarás encantada para sempre, sob este terceiro arco da Ponte que pisamos. Só o amor de um cavaleiro cristão – não este que te roubou – poderá salvar-te! Mas jamais esse cavaleiro poderá chegar!”¹³ Reza a lenda que “numa certa noite de São João um outro cavaleiro passou por aquele mesmo sítio: noite de luar maravilhoso de cujo silêncio saíam murmúrios de chocante súplica.”¹⁴ Mas o cavaleiro temeu e não a desencantou, tendo ficado para sempre encantada “ouvindo-se todos os anos, em noites de S. João, os murmúrios e lamentações da formosa donzela.”¹⁵ Explica-se ainda o motivo desse facto “como castigo severo por ter sido infiel ao noivo da sua raça, fazendo-se amar por um cavaleiro da religião cristã.”¹⁶

Relativamente à segunda lenda, há referência que a moura apareceu ao lavrador “em dia de S. João”. Zaida, a bela moura que deixou o homem enfeitiçado, quase perdendo a fala, justifica que mora ali há muitos anos cativa por encantamento sob aquele penedo que, por sua vez, esconde um palácio. A sua raça e os seus “foram-se”. Surge a proposta para ser desencantada, sendo colocada a questão ao lavrador: “Mais te enfeitiçam os meus cabelos negros que há tanto crescem sem cessar, ou o pente com que os penteio, última dádiva dos da minha raça?”¹⁷ Mas o homem, cego pela ganância e pela ambição, refere que o pente de ouro o encanta mais. Então, a moura fica com o encantamento dobrado e desaparece a soluçar, ouvindo-se o ranger de portas que se encerram. Segundo consta, a moura ainda se encontra encantada no penedo das Colmeias.

Percorrem estas lendas alguns elementos simbólicos que corroboram os sentidos do mistério fantástico. Assim, o valor simbólico dos números dois e três, do castelo, do cavaleiro e da ponte relacionam-se com a *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* e o valor simbólico do tesouro, do palácio, dos cabelos e do pente com a *Lenda Zaida – a Moura do Sítio das Colmeias*.

¹³ FONTE. Barroso da, *Síntese Monográfica de Chaves*, Chaves, Edição de “5 Chaves”, 1975, p. 25.

¹⁴ *Idem*, p. 26.

¹⁵ *Idem*, p. 28.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ CUNHA, Maria de Montalvão, *Três-os-Montes e a Lenda*, s/cidade, s/editora, 1965, p. 2.

O número dois simboliza o dualismo, sobre o qual se apoia qualquer dialéctica, esforço, combate, movimento, progresso. O dois exprime também um antagonismo, uma rivalidade, uma reciprocidade, uma oposição. Na *Lenda da Moura da Ponte de Chaves*, este número repete-se várias vezes: são dois cavaleiros, Rui e Garcia Lopes, que lutam em nome de Cristo; são dois mouros, Abed e seu pai; há duas damas cristãs; fala-se de duas lágrimas.

O número três simboliza a perfeição da unidade divina, pois Deus é um em três pessoas (Pai, Filho e Espírito Santo) o que constitui o mistério da Santíssima Trindade. Na *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* a moura fica encantada no terceiro arco da ponte. Este número anda muito associado ao domínio ético.

O castelo é um espaço muito presente nas lendas. Normalmente situa-se em lugares altos ou num local central; é um edifício sólido e, geralmente, de acesso difícil. Além da sensação de segurança que transmite, é sobretudo um símbolo de protecção. A sua situação e a sua estrutura transmitem a ideia de separação do mundo e parece tão inacessível quanto desejável, daí também o símbolo de transcendência. “É nos castelos que estão adormecidas as belas jovens ou que padecem, suspirando, os príncipes encantados.”¹⁸ Por isso, simboliza a conjunção de desejos. Na *Lenda da Moura da Ponte de Chaves*, a moura residia num castelo com Abed e o seu pai e foram exactamente Rui e Garcia Lopes que tomaram o castelo aos mouros.

O cavaleiro é símbolo de triunfo e de glória e significa um perfeito domínio de si e das forças naturais. “O patrono dos cavaleiros é o arcanjo São Miguel que se notabilizou no seu combate com o demónio, que ele aniquila, e contra o exército do mal, que ele põe em debandada.”¹⁹ Tal como na primeira lenda, a moura só poderá ser desencantada por um cavaleiro; no entanto, aquele que aparece não mostra os valores de um verdadeiro cavaleiro, pois, temeroso, foge com medo das lendas e das histórias que ouviu contar. Daí que a moura continue encantada. Além disso, o cavaleiro tem que ser cristão para que, tal como São Miguel, consiga vencer o mal que, neste caso, é o encantamento proferido pelo mouro Abed.

A ponte é um dos símbolos mais espalhados universalmente, pois é o que permite passar de uma margem para a outra, da terra para o céu, da contingência para a imortalidade, do mundo sensível para o mundo supra-sensível. Esta passagem tem um carácter perigoso como qualquer viagem. As tradições indicam a ponte como lugar de passagem e de provação, pois é vista com uma dimensão moral, ritual e religiosa. Segundo as lendas, são conhecidas as Pontes do Diabo em toda a Europa nas quais se escondem alternadamente

¹⁸ CHEVALIER, Jean, e GHEERBRANT, Alain, *op. cit.*, p. 168.

¹⁹ *Idem*, p. 170.

Deus e o Diabo. “A alma do primeiro a passar deve pertencer ao diabo: é a quota dele; caso contrário, teria trabalhado gratuitamente para os homens; mas é enganado por inúmeros truques. [...] a primeira pessoa que passa a ponte morre naquele ano.”²⁰

A ponte está associada a uma passagem difícil e coloca o homem numa escolha complexa, que o condena ou salva. Na primeira lenda, o cavaleiro cristão é posto à prova e ele é que decide salvar ou não a moura encantada. Foi na ponte que Abed profetizou o encanto e a moura desapareceu, imediatamente, levada pelas forças supostamente do mal.

Os tesouros são símbolos de poderes, de conhecimento, de imortalidade, de depósitos espirituais que só uma busca perigosa permite alcançar. O tesouro está, normalmente, no fundo das cavernas ou enterrado em subterrâneos, obrigando a dificuldades na sua procura e à necessidade de um esforço humano para ser descoberto no final de longas provações. Na segunda lenda, o lavrador foi posto à prova, mas a sua tendência humana pervertida pelo materialismo e pela ambição, e não pela beleza da moura, obrigou a dobrar o encantamento e a não ser recompensado (ficou sem mulher e sem tesouro).

O palácio evoca a magnificência, o tesouro e o segredo. Só residem nos palácios pessoas importantes e ricas, por isso, é a morada do soberano, o refúgio das riquezas, o lugar dos segredos. Simboliza tudo o que escapa ao comum dos mortais, daí ele encerrar poder, fortuna e ciência. Normalmente, o palácio manifesta-se como centro do universo, do país ou do local onde se encontra. Tem sempre uma parte onde a vertical domina e reúne os três níveis da psique: o inconsciente (o segredo), o consciente (o poder e a ciência) e o subconsciente (o tesouro ou o ideal). Na segunda lenda, Zaida possuía um palácio e um tesouro, ambos ocultos, que só serão descobertos quando a desencantarem.

Os cabelos mantêm relações íntimas com o ser humano, tal como as unhas e os membros, pois estão ligados a ele por uma união de simpatia; representam algumas virtudes ou poderes do homem, por exemplo, a força e a virilidade. Os cabelos compridos continham um elemento determinante não só da personalidade, mas também de uma função social ou espiritual, individual ou colectiva. É ainda hoje um sinal de luto e, antigamente, um sinal de submissão.

Numa mulher, a cabeleira é um elemento importante, pois o facto de estar à mostra ou escondida, atada ou desatada pode ser encarado como um sinal de disponibilidade ou de recato, de reserva ou de entrega da mulher: “Pentear os cabelos de alguém é um sinal de atenção, de bom acolhimento, bem como, para muitos povos (...) catar os piolhos. Em compensação, deixar-

²⁰ *Idem*, p. 534.

se pentear por alguém é sinal de amor, de confiança, de intimidade. Pentear alguém longamente é embalar, adormecer, acariciar; daí os pentes mágicos dos contos de muitos países.”²¹ Zaida penteava os seus longos cabelos que representavam a sua beleza e sedução feminina.

O pente é considerado vulgarmente como um instrumento utilitário ou decorativo. O pente colocado na cabeça, com um fim não utilitário, é um meio de comunicação com os poderes sobrenaturais ou de identificação com esses mesmos poderes. Por sua vez, os dentes do pente representariam os raios de luz celeste penetrando no ser. O pente tem uma outra função, pois mantém juntos os cabelos, isto é, os componentes da individualidade no seu aspecto de força, de nobreza, de capacidade de elevação espiritual. O pente, na lenda *Zaida – a Moira do Sítio das Colmeias*, era sinónimo de riqueza, visto que, além de ser de ouro, continha pedras preciosas o que, provavelmente, deixa em *suspense* a possibilidade da existência de mais tesouros. A escolha do pente, por parte do lavrador, causou a dobragem do encantamento da moura.

4. Ao longo deste estudo, tivemos como principal objectivo abordar um assunto pouco explorado: as lendas. Em causa esteve a análise de duas lendas transmontanas, nas quais foram avaliados vários factores de cariz fantástico, a própria origem da palavra e algumas referências associadas às várias personagens que, por vezes, integram este tipo de literatura.

Nas duas lendas transmontanas, *Lenda da Moura da Ponte de Chaves* (primeira lenda) e *Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias* (segunda lenda), identificámos as características mais evidentes associadas à figura da moura, concretamente a sua associação à água (as conhecidas fontes encantadas). Vimos também como são guardadoras de tesouros encantados (em penedos); fiandeiras e construtoras de monumentos e, por último, génios maléficos.

Verificámos ainda que as duas lendas referidas possuem marcas quanto à sua categorização genológica. No que diz respeito à sua exploração, entendemos que contêm elementos dignos de realce como, por exemplo, a associação à noite de S. João, a caracterização da mulher excepcional, os poderes atribuídos, os encantamentos presentes, etc..

Procurámos, assim, conhecer um pouco da história que envolve a temática de algumas lendas, revelando um dos tipos de literatura relacionado com um mundo fantástico e também com a tradição transmontana²².

²¹ *Idem*, p. 139.

²² Este artigo teve por base um trabalho elaborado no âmbito do Seminário de Literatura Portuguesa I (do Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas), orientado pela Profª Doutora Henriqueta Gonçalves.

Anexo

Lenda da Moura da Ponte de Chaves

(Ponte Romana) ²³

Quando em 1129 os mouros conquistaram a cidade era alcaide do castelo um guerreiro que tinha um filho de nome **Abed** a quem dera por noiva uma sobrinha muito formosa que cedo ficara órfã de pai e mãe. Por não encontrar entre os jovens da sua raça homens que correspondessem à sensibilidade do seu amoroso coração, a encantadora jovem enamorou-se do parente Abed. Seria, contudo, muito curto esse noivado...

Numa bela manhã de Junho, das bandas da Madalena, começou a irromper um estranho ruído que fez o alcaide chamar o filho a quem perguntou:

– Abed, a que se deve a incursão dos cristãos dado que me disseste que o Rei Afonso andava por longes terras?

O filho respondeu:

– Não se deve ao Rei Afonso mas a dois irmãos cavaleiros que têm andado por aqui.

– E quem são eles?

– Sei apenas que se chamam irmãos Lopes.

O alcaide foi enérgico para com o filho:

– Não percamos tempo. Temos de capturá-los.

Ainda o diálogo entre pai e filho não acabara quando se ouviu o tilintar das armas, já perto da sua fortaleza.

Abed disse:

– Deixe-os comigo. O pai fuja que eu os receberei como merecem...

Não quis o alcaide abandonar o filho e por isso se prepararam para a batalha que seria mais difícil do que previam.

Gentes de ambos os lados começaram o recontro que trouxe, a muitos, a instabilidade e o pranto. As tropas dos cristãos desalojaram os mouros que fizeram a fuga como puderam, entre choros e perdas irreparáveis. E, no meio da tremenda confusão, a formosa sobrinha do alcaide manteve-se no seu posto, insensível ao embate.

O seu desgosto pela existência era constante, desde que num confronto entre homens da sua etnia ficara órfã de pai e mãe. A vida para ela era um absurdo, porquanto os homens apenas se combatiam pela ânsia de mandar. Como que

²³ FONTE, Barroso da, *Síntese Monográfica de Chaves*, Chaves, Edição de “5 Chaves”, 1975, pp. 21-28. Seleccionámos apenas o corpo do texto respeitante à lenda.

indiferente ao que em redor dela se passava, deteve-se calmante em frente do castelo, bem certa de que o tio alcaide e o próprio Abed jamais poderiam salvá-la do perigo em que eles mesmos estavam envolvidos.

Entretanto os guerreiros cristãos haviam penetrado no castelo. Um deles, dos mais destemidos e com ares de mandão, reparou na beleza da jovem que o fitava e que mais parecia adorar a sombra das ameias do que em preocupar-se com os acontecimentos.

O notável cavaleiro, seguro da situação, fixou a sedutora moça que o observava imperturbável. Aproximou-se e perguntou:

– Linda moura que faz aqui sozinha e tão despreocupada?

Sorridente, respondeu:

– Eu própria me interrogo como é possível os homens lutarem entre si, como se fossem feras, em disputa de presa apetecível.

O guerreiro cristão gracejou e disse:

– Respondeu bem, mas a altura é fraca para respostas dessas.

– Não conheço ocasiões melhores para isso, acrescentou ela.

Ele retorquiu:

– Torna-se difícil discutir com mulheres, principalmente em assuntos de homens.

A interlocutora indagou:

– De homens, porquê?

– Porque os problemas de guerra só respeitam aos homens visto que nela arriscam a vida.

E a formosa jovem adiantou:

– Acaso não arriscam as mulheres a sua vida? Saberá que foi pela guerra que fiquei órfã de pai e mãe...

– E viveis sozinha?

– Estou confiada a meu tio, o alcaide deste castelo.

Logo que o cavaleiro deu conta de que a encantadora moura tinha ligação directa com o chefe do inimigo que tentava dominar pelas armas, chamou um soldado ao qual ordenou:

– Ramiro: conduz esta jovem para a minha tenda. Por ela te pedirei responsabilidades.

E o cavaleiro cristão retomou a luta que lhe daria a vitória, conquistando o castelo que por ele e seus soldados seria oferecido a D. Afonso Henriques.

Os mouros foram desbaratados e Abed e seu pai alcaide nunca mais puderam resgatar a linda donzela que passou a viver com o nobre cavaleiro cristão. A felicidade que procurava parecia ter chegado ao coração da moura que encontrava no homem que não era da sua fé o tesouro do verdadeiro amor. Duas damas cristãs acompanhavam sempre a bem-amada à qual nada faltava, desde a carícia amorosa ao mais valioso adorno material.

Abed, contudo, não perdoaria a traição. Mal se recompôs dos ferimentos recebidos na refrega, conseguiu voltar a Chaves e disfarçado de mendigo, esperou a ex-noiva no regresso do habitual passeio. Mal a viu passar pediu-lhe esmola e, quando ela lhe estendeu a mão, Abed proferiu a terrível frase, fitando-a de alto a baixo:

– Ficarás encantada para sempre, sob este terceiro arco da Ponte que pisamos. Só o amor de um cavaleiro cristão – não este que te roubou – poderá salvar-te! Mas jamais esse cavaleiro poderá chegar!

Inesperadamente ouviu-se um grito de extrema angústia. Ela reconheceu o noivo Abed e nada mais pôde dizer. Desapareceu no espaço, como fumo que se evola e o mouro fugiu para não mais ser visto, apenas podendo dar testemunho do terrível cenário as damas cristãs que se apressaram a contá-lo ao guerreiro português. Furioso por se ver para sempre sem a formosa companheira passou horas e dias seguidos sobre a Ponte, no desejo constante de voltar a vê-la. Gratificou soldados para que lhe descobrissem Abed, a fim de o forçar a desencantar a moura. Tudo, porém, seria inútil, pois um dos dois nobres cavaleiros que comandara a reconquista do castelo, vencendo o alcaide e seu filho, acabaria por morrer, sem que o seu grande desejo se cumprisse. Mas não morreria o insólito acontecimento para o Povo de Chaves que, todos os anos, continuaria a escutar suspiros e lamentações da jovem encantada que pedia ao transeunte a esmola de um beijo que a libertasse desse cativo...

É ainda a lenda que afirma: numa certa noite de S. João um outro cavaleiro passou por aquele mesmo sítio: noite de luar maravilhoso de cujo silêncio saíam murmúrios de chocante súplica.

Desceu o cavaleiro e inquiriu:

– Quem é que assim chora?

Respondeu uma voz doce e comovente:

– Quero que me ajudes, cavaleiro cristão.

– Mas não te vejo nem sei onde te encontras?

– Estou debaixo da Ponte, sob o terceiro arco.

Prontamente se debruçou o cavaleiro que ficou confuso, perante aquele estranho fenómeno. E, tanta estranheza, fê-lo continuar o diálogo:

– Que tens para estares aí?

– Sou moura encantada.

– Como devo proceder para te libertar?

– Vem ter comigo!

– Como, se não te vejo?

– Ver-me-ás quando desceres.

– E que faço depois?

– Bastará beijares-me...

– Beijar-te?!

Mais confuso ficou o cavaleiro que recordou a história de contos e de fadas, de príncipes e de mouras que ouvira em tempos de criança. Pensou na magia das palavras que escutara e depressa o cavaleiro cristão montou o cavalo, galopando para não mais por ali passar, àquela hora.

Continua a rezar a lenda que desde esse momento a moura do terceiro arco da Ponte, para sempre ficou encantada, ouvindo-se todos os anos, em noites de S. João, os murmúrios e lamentações da formosa donzela, como castigo severo por ter sido infiel ao noivo da sua raça, fazendo-se amar por um cavaleiro da religião cristã.

Zaida – A Moira do Sítio das Colmeias ²⁴

Através dos vales e prados iremos, recebendo goleadas do seu perfume, até às povoações raianas de Vilarinho e Vila Meã.

Entremos mesmo nesses povoados e vejamos o que eles têm de interesse. Há sempre qualquer coisa que prende: é uma pedra, uma inscrição, um objecto pejado de arte.

Sim, correríamos gostosamente todas as terras deste Concelho, o distrito inteiro, tão rico e cheio de História.

É um anseio, como muitos outros que nos enchem a mente.

Se o homem passa vida inteira a desejar!...

Pois bem. Após havermos conhecido esses dois povoados, procuremos indagar, entre as duas aldeias, onde fica a propriedade das Colmeias.

Ela é conhecida. Esse sítio fascina a muitos. Ou não residirá aí uma Moira...

Assentou arraiais no interior de alto penedo, que se faz terminar com forma de ovo.

Está aí, precisamente, a Moira e o seu tesoiro.

Dizem que ele é imenso... Mais: afirma-se à boca cheia que consta de oiro e pedras preciosas.

Manda a verdade dizer que jamais ele foi visto. Mas que querem?

Vem de longe a tradição e há que acreditar, não vamos cair no desagrado dos naturais dessas aldeias que bem querem à sua Moira.

É que ela é uma linda mulher!... – dizem.

Parece-nos que tal o afixou certo camponês que regressava a sua casa, em Vilarinho ou Vila Meã, depois de labutar todo o santo dia nos campos da sua pertença.

²⁴ Esta versão da lenda foi encontrada na Biblioteca Municipal de Chaves. Pertence ao livro *Trás-os-Montes e a Lenda* de Maria de Montalvão Cunha. Não tem indicação alguma de cidade, editora, data, apenas possui paginação 1 a 3. No interior contém a seguinte dedicatória: “À Biblioteca Municipal de Chaves, Oferta da autora, Chaves, 9-3-1981”. A versão da lenda aparece datada de Setembro de 1965. Utilizamos aqui a versão desta autora.

Claro que vinha cansado o pobre homem. Pudera! De sachola na mão, cava que cava, horas e horas a fio...

Todos sabemos que o lavrador rega a terra com o suor do seu rosto. Melhor: com o próprio sangue.

E a bem dizer, a terra nem sempre lhe sorri!... ofertando a abundância das colheitas.

Pois como íamos dizendo, o lavrador, de fatigado, foi procurar sítio propício para se dar ao repouso no tal penedo das Colmeias.

Fazia calor. Estava-se em dia de S. João e o homem ansiava o fresco.

Desta sorte, foi subindo... subindo... A aragem era tão agradável aí!

Sentiu-se bem! Até si chegava a voz do sino da sua aldeia. Tocava às Avé-Marias.

Hora repousante de entardecer. Que estariam os cachopos a matutar?

Os miúdos eram endiabrados, mas seriam um dia a riqueza da sua casa. Quando as suas pernas se recusassem a andar, estariam eles na força da vida.

Uma ninhada de filhos! A sua, via-se e desejava-se com eles.

Dava-se a estes pensares o lavrador quando, de pé para a mão, vê aparecer, não longe de si, uma mulher formosa como as estrelas.

E o que é mais: sorria-lhe!

Fica boquiaberto. Surpreendido, ao ver que essa mulher se lhe dirige.

E que voz!

O simplório do homem quase perde a fala. Nunca sonhara que pudesse haver mulher assim...

Levanta-se. Fica imóvel. Faz girar o chapéu entre as mãos. Olha a beldade.

Então, ela, continuando de sorrir, diz-lhe:

– Bom homem, não te assustes! Sou Zaida... a Moira. Vivo aqui há um ror de anos. Ajuda-me!

Sorri, momento a momento com mais doçura.

Logo prossegue:

– Os meus, foram-se. Só eu, desgraçadamente, fiquei no Palácio que se esconde sob este penedo, cativa, por encantamento.

Duas lágrimas tombaram dos olhos da Moira, lágrimas que aos olhos do camponês lembraram gotas de orvalho.

– Ajuda-me! – repetiu.

– Claro que sim! – atalhou o homem deslumbrado, pondo-se em posição de guerrear com todo o Mundo, só para defender Zaida.

É que tudo faria pela Moira. Até o nome era estranho: Zaida!

Que mulher aquela! Num relance, pois tudo o mais esquecera, passam-lho pela mente as mulheres da sua aldeia: apagadinhas, despedidas de graça...

A Moira pareceu adivinhar os pensamentos do camponês o prosseguiu:

– Poderás alcançar a fortuna que tanto desejas, se me desencantares.

Está com atenção: Será muito simples...

Enquanto assim dizia, entra de soltar os seus cabelos negros. Depois, de bolsinha brilhante como o luar, tira um pente de oiro que aos olhos do homem, admirado, faiscava que nem o Sol do meio-dia.

Começa de alisar esses cabelos cor da noite. De quando em vez, porém, desse pente de maravilha desprende-se uma pedra preciosa que vai cair aos pés de Zaida.

O camponês deslumbra-se ainda mais. Tudo o atrai naquela mulher: a sua beleza, as suas vestes, a sua voz...

Apesar de tudo, aquele pente...

Adivinhava-se, entretanto, que Zaida procurava pôr em evidência os seus cabelos soberbos, escondendo sempre que podia, o pente tentador.

Eram lindos e macios os cabelos negros de Zaida sim...

Estava o camponês a admirá-la, quando surge a pergunta final que viria rematar tão doce idílio.

Diz-me:

– Mais te enfeitiçam os meus cabelos negros que há tanto crescem sem cessar, ou o pente com que os penteio, última dádiva dos da minha raça?

Nada mais acrescentou Zaida. Mas o homem reparou que a Moira tremia.

Indeciso, atrapalhado, faz de novo girar o seu chapéu velho entre as mãos calosas. Torna-se-lhe difícil a escolha. Tudo tão belo naquela mulher!

Aquilo estava a parecer-lhe um sonho de rapaz, ou, então, quando bebia mais um golito a imaginação se lhe punha a galopar...

Mas não! No momento nem uma coisa nem outra.

Era verdade! Ela tinha na sua frente uma mulher como outra ainda não vira.

Apesar de tudo, se os cabelos dessa mulher eram belos, o pente de oiro do qual caíam pedras preciosas...

Ai que intrincada lhe era a saída!

Embora rústico, compreendeu que não devia magoar a linda Moira assim sem mais aquelas.

Logo começa titubeando:

– O teu cabelo é lindo... lindo... Ainda não vi outro assim.

Pára um pouco. Desfecha envergonhado:

– Mas o pente... o pente... ainda o é mais!

Pronunciadas estas palavras, solta Zaida um grito de dor. E é entre lamentos que cicia:

– Perdeste-me! Preferiste dar primazia à riqueza do pente e não aos meus cabelos de Princesa... Sempre a ambição do homem...

Retida mais uma vez! Dobraste o meu encantamento.

Vai-te homem ambicioso. Não te quero ver!

Desapareceu a Moira. Apenas soluços aflitivos se ouviam e o ranger de portas que se fechavam.

O camponês, medroso, atordado, pega nas alfaias agrícolas que deixara a seu lado e desce do penedo a caminho da aldeia.

Ia alquebrado como se uma montanha abatera sobre si. Pesaroso pelo acontecido.

Dera azo a uma desgraça! – pensava. Era um selvagem. Um perdido.

Constou o caso pela povoação. Falou-se em desfavor do homem.

Muitos se preparavam a ir falar com a Moira. Não se crê que o fizessem, porém.

Até ao dia de hoje pessoa alguma apareceu ainda com afoiteza bastante para ir explorar aquele penedo das Colmeias, onde existe o Palácio de Zaida, a linda Moira e o seu fabuloso tesouro.

A comunicação estratégica nas igrejas, instituições e organizações.

José Esteves Rei

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A condução das massas, de pequenas comunidades ou de simples grupos de pessoas – a psicagogia, como a designava Platão – sempre esteve, historicamente, nas mãos de grandes *comunicadores*, que colocavam o seu domínio ao serviço de ideais vários: religiosos ou militares, sociais ou políticos, económicos ou desportivos.

Da galeria desses *magos da palavra* destacam-se, assim, as figuras do *sacerdote* e do *governante*, desde a Antiguidade Clássica, do *funcionário*, *régio* ou *do Estado*, desde o século XVI, do *escritor* e do *empresário*, desde os séculos XIX e XX. Todas elas recorriam a um tipo de comunicação que hoje denominamos *comunicação estratégica*.

A evolução da sociedade – com suas instituições, organizações e empresas - também se reflecte em novas solicitações comunicacionais: quer sob a forma concreta - actos de fala, orais ou escritos, e sua circulação no tecido social - quer sob a forma teórica – a reflexão sobre tais produções originando novos *curricula* académicos e investigação nova realizada em escolas superiores de comunicação.

1. Termos e definições

1.1. A comunicação

I – Nascimento da retórica: origem do estudo da comunicação

A Retórica nasceu de processos de propriedade. Cerca de 485 a. C., dois tiranos sicilianos, Gelão e Hierão, efectuaram deportações, transferências de população e expropriações, para povoar Siracusa e lotear os mercenários; quando foram depostos por uma sublevação democrática e se quis voltar à *ante qua*, houve processos inumeráveis, pois os direitos da propriedade eram pouco claros. Estes processos eram de um novo tipo: mobilizavam grandes júris populares, diante dos quais, para os convencer, era necessário “ser eloquente”.

Os primeiros professores desta nova disciplina foram Empédocles de Agrigente, Corax, seu aluno em Siracusa, (o primeiro que cobrava pelas suas lições) e Tísias. Este ensino passou rapidamente para a Ática, graças às contestações de comerciantes que conjuntamente pleiteavam Siracusa e Atenas. (R. Barthes, 1987a: 23).

II – Origem da eloquência: Assembleia na clareira

Houve um tempo em que os homens erravam pelos campos como os animais e viviam apenas em função de uma alimentação selvagem e pobre: a força decidia tudo. Esses bárbaros não tinham qualquer ideia de deveres para com a Divindade nem para com os seus semelhantes [...]. Assim, no meio das ténébras do erro e da ignorância, as paixões cegas e brutais subjugavam o espírito e, para se satisfazerem, abusavam das forças do corpo.

Sem dúvida, nesses tempos de barbárie, um homem descobre em si uma sabedoria e uma virtude superiores e reconhece quanto o espírito humano é talhado para as maiores coisas, se, esclarecendo-o, se puder desenvolver e aperfeiçoar. À sua voz, os homens, dispersos pelos campos ou escondidos no meio das florestas, juntam-se e reúnem-se numa clareira. Esse homem inspira todos os gostos honestos e úteis a esses corações ferozes, os quais, num primeiro momento, querem rejeitar um jugo cuja novidade os revolta, mas que, todavia, sensíveis à eloquência da sabedoria, se tornam-se finalmente humanos e civilizados quando antes eram selvagens e bárbaros. [...]

Foi necessário todo o encanto de uma eloquência, ao mesmo tempo profunda e sedutora, para, sem violência, dobrar a força ao jugo das leis, descer ao nível daqueles que ela podia dominar, renunciar aos mais agradáveis hábitos que o tempo transformara em segunda natureza.

Tais foram a origem e os progressos da eloquência [...].

(Cícéron, 1848: 89)

A comunicação é um fenómeno tão antigo como o homem e tão comum como a própria vida. Poucas realidades humanas terão sido estudadas como a *comunicação*, de uma forma ou de outra, durante um período tão longo, tão aprofundadamente e por um número tão elevado de estudiosos, desde os autores lidos por Aristóteles, no século IV a. C., até aos nossos dias.

Todavia, não existe consenso sobre o próprio conceito de comunicação. Assim, já em 1963, Thayer referia vinte e cinco diferentes acepções do termo e Bettinghaus, em 1966, chegou a recolher mais de cinquenta descrições diferentes do seu processo (Serrano, in Pérez, 2001: 420)¹. Apesar disso, qualquer dicionário de ciências da informação e / ou da comunicação destacará formas e componentes hoje consagradas no estudo da comunicação, a saber, a sua divisão em institucional e interpessoal, em interna e externa ou, ainda, em para grupos ou face a face. Outros aspectos que aqui pretendemos relevar dizem respeito a modos menos frequentes de abordar a comunicação e que passamos a apresentar.

1. A comunicação é a *actividade central do homem contemporâneo*. “[...] a comunicação foi o factor social e o facto público mais importante na segunda

¹ Manuel Martín Serrano, “El enfoque de los comunicadores: la interacción simbólica”, in Rafael Alberto Pérez González, *Estratégias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001.

metade do século XX e, o que é mais relevante, será um sector social, económica e politicamente determinante nas sociedades do século XXI” (Álvarez, in Pérez, 2001: 13)². Ela é um factor fundamental da constituição, desenvolvimento e eficácia dos indivíduos e das organizações; um poder que deve ser utilizado estrategicamente por empresários, políticos, e, em geral, por todos os homens de acção (Pérez, 2001: 357); “a actividade central do homem contemporâneo, aquela que faz trabalhar o maior número de indivíduos”. (Blaise Lempen, 1980: 23).

2. Comunicar *não é objectivo* (Cathelat et Ebguy, 1988: 31-32) O comunicador não preenche apenas um vazio informativo, não testemunha apenas uma ideia ou um facto. Antes, procura deixar sempre uma marca pessoal na comunicação (lembremos o velho ditado, “Quem conta um conto acrescenta um ponto”), procura influenciar, revestir a mensagem com um valor acrescentado ou uma mais valia, tente sempre acrescentar sentido, dando (o seu?) sentido ao conteúdo da mensagem, procura dar forma (pessoal) ao facto ou à noção.

3. Comunicar é *negociar*. A economia das trocas linguísticas, na expressão de Pierre Bourdieu, cria relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento dos interlocutores e que “também são relações de poder simbólico, onde se actualizam relações de força entre os locutores e os seus grupos respectivos.” (Bourdieu, 1998:13-14). A mensagem nasce do encontro de duas necessidades, de duas vontades de existirem e de se afirmarem no acto de comunicação. E “a mensagem conseguida torna o referente pretexto e gera um valor acrescentado [...] no qual se reconhecem, ao mesmo tempo, os valores do comunicador e do ouvinte / público, numa troca de economia cultural” (Cathelat et Ebguy, 1988: 36).

4. Comunicar é *mudar o comportamento das pessoas* pelo diálogo. Para que isso aconteça (Santiago Garcia Echevarría, Pérez, 2001: 389)³ é necessário dispor de *valores muito claros e partilhados* que permitam integrar esforços e orientar a utilização dos meios, de uma forma coerente com a *visão* que as pessoas têm do seu posicionamento e do da própria organização.

5. A comunicação *cria* ou *modifica* a realidade – A partir da filosofia da consciência, expressa de Descartes a Hegel, a realidade, natural ou social, passa a ser pensada como representação de uma consciência ou de um sujeito de modo a torná-la adequada à satisfação das suas necessidades. A *realidade* é assim entendida como *produção*.

² Jesús Timoteo Álvarez, “Prólogo”, in Rafael Alberto Pérez González, *Estrategias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001.

³ Santiago Garcia Echevarría, “De la comunicación al liderazgo”, in Rafael Alberto Pérez González, *Estrategias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001.

Esta concepção vai permitir que a sociologia interprete a sociedade inicialmente através de uma teoria da acção e mais tarde da acção comunicativa. (Serrano, in Pérez, 2001: 430). Deste modo, a comunicação permite modificar a nossa perspectiva da realidade e do conflito e mobilizar para a acção, emergindo dela, as hierarquias de valores que movem o mundo (Makovky, in Pérez, 2001: 451)⁴.

6. Uma *pragmática da comunicação* – É de Bateson e seus discípulos da Escola de Palo Alto que recebemos aquilo que Manuel Martín Serrano (Serrano, in Pérez, 2001: 430) chama axiomas de uma pragmática da comunicação, fundamentais numa comunicação estratégica, assim formulados:

- i) É impossível não comunicar-se;
- ii) Uma comunicação não só transmite informação como impõe condutas;
- iii) Todos os intercâmbios comunicativos são simétricos ou complementares, conforme são baseados na igualdade ou na diferença.

1.2. A estratégia

I – Fábula «A raposa e o corvo»

Uma raposa viu um corvo empoleirado numa árvore, com um naco de carne no bico, e cresceu-lhe água na boca. A manhosa da raposa, que queria roubar a carne ao corvo, começou a lisonjear a ave. “Que lindo que tu és!”, disse a raposa. “Que penas deliciosas! Nunca vi outras mais belas do que as tuas! Que esbelto e gracioso que és e que voz deliciosa!”

O corvo ficou muito satisfeito ao ouvir estas belas palavras e começou a saltitar no ramo. Então, para provar a si mesmo que tinha uma voz maravilhosa, abriu a boca para cantar. Imediatamente, o naco de carne caiu-lhe da boca, mesmo na direcção da raposa, que o engoliu, toda contente com a sua brilhante ideia.

(Esopo, s/d., 27)

A noção de *estratégia* implica a ideia de gestão criteriosa de recursos para alcançar um alvo. A palavra deriva do termo grego *strategos* - que combina *stratos*, exército, e *-agein*, liderar / conduzir - e quer dizer “a função do general do exército” (Freire, 2000: 18) ou a arte de dirigir as operações militares (Pérez, 2001: 25). Trata-se de um conceito de origem militar, cujo significado se reporta à deslocação, à opção do lugar e do tempo e às condições de uma batalha, situando-se no tempo, num momento anterior a esta última. A

⁴ Kenneth D. Makovsky, “El poder de la comunicación: la comunicación estratégica”, in Rafael Alberto Pérez González, *Estratégias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001, pp. 408-410.

estratégia fixa um objectivo e concebe ou veicula um plano de acção para aí chegarmos (Clausewitz, 1999: 139). Para o marechal Joffre, herói francês da I Grande Guerra, estratégia é a decisão de combater aqui e não ali ou acolá (Vasconcellos e Sá, 1997: 28). Toda a estratégia visa criar uma vantagem competitiva sustentada e apoiada (Freire, 2000: 19) (Vasconcellos e Sá, 1997: 87).

A obra de referência sobre esta perspectiva, tanto no Oriente como no Ocidente, é *A Arte da Guerra* de Sun Tzu, datada do século VI a. C., cuja tese – ao contrário de gregos e romanos – afirma:

– a batalha deve ser ganha mais pela manobra e pela astúcia do que pelo confronto armado;

– factores do êxito estratégico são a heterodoxia e a surpresa;

– o princípio estratégico supremo é vencer e subjugar o inimigo sem combate, como diz, “toda a arte da guerra está no engano”;

– a guerra não é entre exércitos, mas entre estratégias, ou seja, “A melhor estratégia é atacar a estratégia do inimigo”;

Em síntese e na expressão de Liddel Hart: “A perfeição da estratégia é, em consequência, produzir uma decisão sem nenhuma confrontação” (Baquer in Pérez, 2001: 29).

Para Alberto Pena (Pena, in Pérez, 2001: 140)⁵, o conceito de estratégia, no âmbito da comunicação, é poliédrico, desenvolvendo-se em sete dimensões, que apresentamos.

1. *Antecipação* – Falar de estratégia é falar de futuro. Ora, o homem elege, de entre os futuros possíveis, aquele que mais lhe convém e organiza, estrategicamente, a sua conduta para o alcançar. Como observava Theodore Levit, já em 1958, (Pérez, 2001: 140), “deveríamos estar todos interessados no futuro porque é nele que passaremos o resto das nossas vidas”, podendo tal futuro, de uma forma ou de outra, depender do alvo mirado pela estratégia.

2. *A decisão* – Esta é indispensável para que a estratégia seja mais do que uma mera especulação, mesmo se há decisões que nunca chegam a concretizar-se. Para H. Mintzberg, a concepção da estratégia é “um processo emergente, que surge da confrontação entre pensamento e acção” (Pena, in Pérez, 2001: 144-145).

3. *O método* – Esta palavra quer dizer *caminho* e, assim, esta dimensão tem a ver com o *como* resolver um problema.

4. *A posição* ou *vantagem* – O caminho ou método levam-nos a tomar uma dada *posição*, que, naturalmente, foi alvejada por nós como lugar onde as nossas forças se encontram em estado de superioridade.

⁵ Alberto Pena, “Las dimensiones de la estrategia”, in Rafael Alberto Pérez González, *Estratégias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001.

5. O *marco de referência* – A estratégia tem de orientar o comportamento colectivo nas organizações, impondo-se como um *marco de referência* dos territórios de actuação. Tal implica: a formalização da estratégia por escrito; a quantificação das metas e a sua periodização; o caminho para as alcançar; a sua divulgação nos diferentes níveis organizativos.

6. A *perspectiva* e a *visão* – “Antes de mais, a estratégia é uma ideia”, como afirma Makridakis (Pena, in Pérez, 2001: 149), com força suficiente para arrastar e conformar condutas. Essa ideia é vulgarmente descrita como *representação* ou a *visão* de uma pessoa, organização, projecto ou negócio, num dado momento futuro se se adoptarem certas medidas.

7. O *discurso* e a *lógica da acção* – A capacidade de a estratégia desencadear condutas decorre do facto de o seu *discurso* conter uma *lógica de acção*. Neste sentido, uma estratégia é:

i) *discurso* que conduz e articula as histórias passadas, presentes e futuras de uma pessoa ou organização, no qual o estratega introduza actos em que o adversário se veja forçado a sofrer o nosso sucesso e o aliado encontre reforços e apoios (Pümpin e G. Echevarría, in Pérez, 2001: 147).

8. O *meio ambiente* – Esta dimensão relaciona-se com um estilo ou um modo de nos relacionarmos com o *meio* em que vamos agir, um pouco como o aspecto que queremos tomar numa saída nocturna com amigos, ou como os políticos que mudam de vestuário e de tópicos de discurso conforme o lugar, a hora e o público que vão encontrar.

No âmbito da comunicação, a estratégia define a relação entre o orador e o público, o comunicador e o seu ouvinte, a organização e os seus públicos.

1.3. O que falar que dizer

1.3.1. Pressupostos do uso da língua

A linguagem pode ser vista e tratada como “um instrumento de acção e de poder” (Bourdieu, 1998:13), ou seja, como espaço de actualização de relações de força entre os interlocutores e os grupos que representam. Por outro lado, sabemos que “as palavras também podem ter um sentido sem se referirem a nada [...]. Todas as teologias religiosas e todas as teodiceias políticas tiraram partido do facto de as capacidades da língua poderem [...] produzirem discursos formalmente correctos mas semanticamente vazios.” (Bourdieu, 1998:19).

A língua tem assim o poder de existência, ou seja, a capacidade de fazer existir àquilo que enuncia. Ilustrativo desta capacidade é o discurso jurídico do juiz, uma fala criadora do que é enunciado e que se planta como limite “para o qual aspiram todos os enunciados performativos, bênçãos, maldições,

ordens, desejos ou insultos [...]” (Bourdieu, 1998:19). Idêntica referência merece a palavra divina, no *Gênesis*: “Deus disse: ‘Faça-se a luz’. E a luz foi feita. [...] Deus disse: ‘Haja um firmamento entre as águas para as manter separadas umas das outras’. Deus fez o firmamento [apenas com a palavra, como instrumento desse fazer] e separou as águas que estavam sob o firmamento. E assim aconteceu.” (*Gênesis*, 1)⁶.

1.3.2. Os actos de fala – o caso do tipo declarativo

Ao falarmos, podemos realizar vários actos de fala ou diversas acções linguísticas e extra - linguísticas. Dos seis tipos de actos de fala, em geral, considerados - *assertivos, directivos, compromissivos, expressivos, declarativos, e avaliativos* (Heringer e Lima, 1987: 188), sublinharíamos o acto declarativo.

Com o acto *declarativo* (despedir, contratar), procura o comunicador dar a compreender ao seu ouvinte ou público que a enunciação da mensagem cria um novo estado de coisas do e no mundo. Estes actos de fala caracterizam-se por manterem uma especial relação com a realidade: com eles criamos realidades novas pela simples enunciação de determinadas frases ou discursos. Exemplo disto é a frase pronunciada pelo padre, dirigindo-se aos noivos: *Declaro-vos marido e mulher*. É que antes não eram casados, mas a partir desse momento o seu estado civil mudou: são casados.

2. A comunicação estratégica

2.1. Visão de conjunto

Entre as ideias fortes da comunicação estratégica encontramos a de sua existência assentar num *plano de comunicação* ponderado, pertinente e activo (Bonk et alii, 1999: ix). Uma outra é ela inscrever-se numa *lógica de acção e de resultados* (Lamizet e Silem, 1997: 142). Apresenta-se, ainda, como um *instrumento da alta direcção e gestão*, em empresas e organizações, sendo objecto de gestões pessoais no âmbito do que hoje em dia se pode definir como “Indústria da Persuasão” (Cabrero, in Garrido, 2001: 11)⁷. Para Manuel Martín Serrano, a comunicação estratégica representa um exercício de poder no campo do simbólico (Serrano, in Pérez, 2001:437)⁸.

⁶ *Gênesis*, 1, in *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1986, p. 1.

⁷ José Manuel Barquero Cabrero, “Prólogo”, in Francisco Javier Garrido, *Comunicación Estratégica*, Barcelona, Gestión 2000.com, 2001.

⁸ Por isso, o autor delimita o espaço da comunicação estratégica à dimensão social: “[...] ainda que qualquer um [a] possa utilizar na sua actuação quotidiana, [...] sou daqueles que pensam que o suposto da vida privada deve ser a emotividade e a espontaneidade, não devendo

Consideremos algumas ideias subjacentes à compreensão da comunicação estratégica.

a) “Um *bom plano* de comunicação estratégica deve estar firmemente enraizado nos valores e na missão de uma organização.”(Bonk *et alii*, 1999: 2)

b) A comunicação estratégica possui um *suporte técnico* constituído por símbolos e pelo “poder” de integrar as pessoas numa certa orientação (Echevarria, in Pérez, 2001: 19).

c) A comunicação estratégica pretende “visionar” o posicionamento futuro, sabendo-o comunicar com mestria de modo a partilhar valores, objectivos e meios que possibilitam a coesão das organizações (Echevarria, in Pérez, 2001: 19).

d) A comunicação estratégica não se esgota na sua execução: o comunicador deve monitorizar a acção comunicativa e submetê-la à avaliação, medir o resultados reais, confrontá-los com os objectivos que se propunha, identificar os desvios e os erros cometidos (Makovky, Pérez, 2001: 461).

e) A comunicação estratégica serve, na expressão de Kenneth D. Makovsky, ao homem de acção para alcançar as suas metas na sociedade, ajudando-o, por meio da interacção simbólica, a que os resultados finais das suas actividades – económicas, políticas, sociais – estejam o mais próximo possível dos seus objectivos (Makovky, Pérez, 2001: 463).

h) A *comunicação estratégica* compreende uma *redefinição de liderança*: do militar que dá ordens, o líder passou a ser visto como o directivo que “comunica, persuade e motiva” (Echevarria, in Pérez, 2001: 379-381). Nessa redefinição, sobressaem três novas tarefas do líder: *definir a missão; ter uma visão e torná-la realidade*, isto é, 1) *administrar o sonho de uma organização* e 2) *criar e gerir equipas*.

A essas tarefas estão ligadas três funções básicas do líder que condimentar a *comunicação estratégica*:

i) Marcar o rumo: desenvolver uma *visão* de futuro;

ii) Alinhar as pessoas nessa direcção: *comunicar* o rumo com palavras e com factos a todos aqueles cuja cooperação pode ser necessária à criação de equipas, capazes de entender a visão e as estratégias e aceitem pô-las em prática;

iii) Motivar e inspirar: *transmitir* energia às pessoas para que superem os obstáculos, institucionais, burocráticos e de recursos que se opõem à mudança.

assim reger-se por cálculos e objectivos formalizados. É no campo da actuação colectiva, seja esta militar, política, social, empresarial, etc., que se fez sentir a necessidade de regras de decisão intra e interorganizativas e a conveniência de profissionalizar a tomada de decisões em matéria de comunicação para melhor alcançar os objectivos propostos.”

Desta forma, a necessidade de substituição dos velhos administrativos por líderes autênticos trouxe, por um lado, maior visibilidade à comunicação interpessoal (habilidades comunicativas do líder), por outro lado, acrescentou novas funções (motivação, influência) à comunicação estratégica no seio das organizações. Podemos, assim, concluir que não há liderança sem comunicação estratégica.

2.2. Traços definidores da comunicação estratégica

A *comunicação* merece o atributo de *estratégica* quando o comunicador opta por ela e a elabora conscientemente, para com ela alcançar determinados objectivos. Imprescindível é considerar o contexto e as tendências políticas, económicas, socioculturais e tecnológicas, e, sobretudo, as possíveis decisões e reacções daqueles públicos (antagonistas, competidores, empregados, aliados, compradores, etc.) que com a sua acção podem favorecer ou prejudicar a obtenção dos objectivos (Makovky, Pérez, 2001: 462). A definição assenta nas bases seguintes.

1. Produz-se numa situação de *jogo*, em que intervêm *vários jogadores* ou *comunicadores* que se encontram a jogar uma *partida*.

2. *Devem tomar decisões perante a incerteza, produzida pelos outros jogadores* (Makovky, Pérez, 2001: 455). É que, no momento de tomar decisões comunicativas, o locutor deve ter em conta:

- i) não apenas a percepção do seu próprio jogo, mas ainda a percepção do dos outros jogadores;
- ii) não apenas os seus interesses como também os interesses dos outros jogadores, comunicadores / interlocutores;
- iii) não apenas as suas forças e debilidades, como, ainda, as alheias.

3. *Em contextos sociais concretos* – O resultado final não depende apenas dos jogadores, mas também do *cenário*, do *público*, dos próprios *antecedentes*, dos *recursos* de quem fala e, sobretudo, do *contexto* em que se produz a situação de comunicação.

4. *Procurando alcançar um objectivo apontado* – Se a toda a comunicação humana subjaz uma intencionalidade latente, na comunicação estratégica há uma intencionalidade consciente, orientada para controlar essa comunicação e, através dela, a situação conflituosa ou cooperativa do jogo e do resultado futuro que se pretende (Makovky, Pérez, 2001: 457).

5. *Optando por uma entre várias alternativas de acção* – Mais do que de escolher uma mensagem, trata-se da descoberta de como comunicar e persuadir os outros para que um (per-)curso de *acção compatível* com os objectivos se produza: nisto reside a essência da estratégia da comunicação.

6. *Através da avaliação das ditas alternativas* – Trata-se de analisar qual das alternativas mais nos convém, de entre as que consideramos possíveis, num dado contexto e tendo em conta as acções ou reacções dos outros jogadores e seus possíveis cursos de acção. Todavia, nem sempre o que mais nos convém é o mais adequado. O que é necessário é submeter qualquer alternativa aos critérios clássicos de coerência, oportunidade, vantagem, viabilidade e consistência.

7. *E escolha de uma delas* - Da análise anterior, o comunicador toma uma decisão, *prévia à acção*, e escolhe um curso de acção (estratégia) por considerar ser o melhor e ir responder aos seus objectivos.

8. *Que se executa, controla e avalia* – A comunicação tem de se executar para que se transforme em acção comunicativa e cumpra o seu papel. Mais, tem de se executar brilhantemente. Como é vulgar dizer-se: “é melhor fazer mal a coisa correcta do que bem a incorrecta”, ou seja, pouco vale o esforço colocado na realização de uma dada comunicação, quando o que faltou foi reflexão ou análise suficientes para escolher a (comunicação) alternativa correcta – como se um médico aplicasse um bom tratamento a um mau diagnóstico...

Para terminar: o poder da comunicação

Duas ideias devemos reter neste momento:

- i. A comunicação tem um poder muito superior àquele que costumamos atribuir-lhe;
- ii. Esse poder pode-se dominar se actuarmos / comunicarmos estrategicamente (Makovky, Pérez, 2001: 449).⁹

Como já observámos, quando falamos de comunicação como *forma de acção*, reportamo-nos a acções de mútua influência entre os seres humanos das quais decorrem: *mudanças político - económicas e alterações nas situações sociais*. Nessas mudanças uns actores adquirem posições dominantes, outros são remetidos para papéis - política, social e economicamente - menos favorecidos. Assim, na expressão de Luckmann, verificamos que *a comunicação cria poder e opõe-se ao poder*. Que poder é este? O poder de fazer ver aos outros o nosso ponto de vista para transformar a sociedade e poder do homem individual e em equipa para melhorar a sua posição relativa dentro do grupo (Makovky, Pérez, 2001: 451).

Esse poder e a relação de mútua influência de que falamos podem concretiza-se na vida social sob formas múltiplas e processos diversos:

⁹ Kenneth D. Makovsky, “El poder da la comunicación: la comunicación estratégica”, in Rafael Alberto Pérez González, *Estratégias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación, 2001.

- b) explicação de mistérios (poder mágico, poder religioso e poder científico);
- c) Transmissão de conhecimentos (poder do conhecimento e da educação);
- d) Estabelecimento e alteração de regras (poder normativo);
- e) Estruturação societária (poder social);
- f) Gestão de negócios (poder económico);
- g) Co-actuação sobre o meio (poder político)
- h) Atracção (poder de liderança, pessoal, sexual, etc.);
- i) Entretenimento (poder dos ídolos musicais e desportivos) (Makovsky, in Pérez, 2001: 451).

Bibliografia

- BARTHES, Roland, 1987a, *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70.
- BARTHES, Roland, 1987b, *O Rumor da Língua*, Lisboa, Edições 70.
- Bíblia Sagrada*, 1987, Lisboa, Difusora Bíblica.
- BOND Kathy et alii, 1999, *The Jossey-Bass Guide to Strategic Communications For Nonprofits*, San Francisco, Jossey Bass Publishers.
- BOURDIEU, Pierre, 1998, *O Que Falar Quer Dizer. Economia das trocas linguísticas*, Linda-a-Velha, DIFEL.
- CATHELAT, Bernard et Robert EBGUY, 1988, *Styles de Pub. 60 manières de communiquer*, Paris, Les Editions d'Organisation.
- CICÉRON, Quintus, 1992, *Petit Manuel de Campagne Electoral*, Paris, Arléa.
- CICÉRON, 1848, *Réthorique ou de l'Invention*, in *Oeuvres Complètes de Cicéron*, trad. M. Nisard (dir.) Paris, Du Bochet, Le Chevalier et cam. Editeurs.
- CLAUSEWITZ, Carl von , 1999, *De la Guerre*, Librairie Académique, Perrin.
- ESOPO, s/d., *Fábulas. As cem mais Famosas Fábulas de Esopo*, Mem Martins, Livros de Bolso.
- FREIRE, Adriano, 2000, *Estratégia. Sucesso em Portugal*, Lisboa / São Paulo, Verbo.
- GARRIDO, Francisco Javier, 2001, *Comunicación Estratégica*, Barcelona, Gestión 2000.com.
- GRACIÁN, Baltasar, 1998, *El Arte de la Prudencia. Oráculo manual*, Barcelona, Ediciones Temas de Hoy.
- HALLIDAY, Tereza Lúcia (org.), 1988, *Atos Retóricos. Mensagens estratégicas de políticos e igrejas*, São Paulo, Summus Editorial.
- HERINGER, H. J., LIMA, J. P., 1987, *Palavra Puxa Palavra*, Lisboa, ICALP.

LAMIZET, Bernard, SILEM, Ahmed, 1997, *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences de l'information et de la Communication*, Paris, Ellipses.

LEMPEN, Blaise, 1980, *Information et Pouvoir. Essais sur le sens de l'information et son enjeu politique*, Lausanne, Editions l'Age de l'Homme.

MAZARIN, Cardeal, 1997, *Breviário dos Políticos*, Lisboa, Guimarães Editores.

PÉREZ GONZALEZ, Rafael Alberto, 2001, *Estratégias de Comunicación*, Barcelona, Ariel Comunicación.

REI, J. Esteves, 1998a, *Retórica e Sociedade*, Lisboa, IIE.

REI, J. Esteves, 1998b, "Vestígios da retórica clássica na comunicação social", *Actas do Congresso: A Retórica Greco-Latina e a sua Perenidade*, Porto, II Vol., pp. 879-893.

REI, J. Esteves, 1999, "A Comunicação Empresarial nas 500 maiores empresas no Norte de Portugal e da Galiza", in *Comunicação Empresarial*, Revista da APCE, nº 11, Jan./Abr. 99, pp. 30-33.

REI, J. Esteves, 2000, *Dicionário das Ciências da Comunicação*, Porto, Porto Editora (em colab. com Isabel Vaz, Wlodzimierz Szymaniak, Ricardo Pinto e Manuela Maia).

REI, J. Esteves, 2001, *Estudos de Comunicação: o Texto*, Porto, Edições da Universidade Fernando Pessoa.

SÁ. J. A. Vasconcellos e, 1997, *Os Senhores da Guerra*, Venda Nova, Liv. Bertrand.

SCHULTZ, Don E., BARNES, Beth E., 1999, *Strategic Brand Communication Campaigns*, Illinois, NCT/Contemporary Publishing Group.

A(s) Didáctica(s) na formação de professores de línguas: uma visão sobre a teoria e a prática

José Manuel C. Belo

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A palavra “didáctica” parece derivar do verbo grego διδάσκειν (didaskhein) significando ensinar, instruir, expor com clareza, demonstrar. Apesar de esta palavra remeter, em grego, para um conjunto de variantes referentes à escola, ao professor, ao ensino e à ciência, ela não deve, porém, entender-se em estrito sentido pedagógico. Com efeito, o “didáctico” foi, primeiramente, um género da epopeia grega ao lado do heróico e do histórico. Os poemas didácticos *Os trabalhos e os dias* ou *Teogonia*, de Hesíodo, são típicos da epopeia didáctica grega. A primeira das obras mencionadas contém ensinamentos sobre agricultura, a casa e a vida doméstica; a segunda é um registo genealógico dos deuses e uma teoria sobre a sua procedência a partir de uma origem comum. Do mesmo modo foi entendida a palavra pelos romanos na sua forma latina. Disso é exemplo o *Didache*, ou a Doutrina dos Doze Apóstolos, um documento escrito por volta dos anos 65 e 80 D.C., que, apesar de fragmentário, se pode dividir em duas secções distintas: uma de ensinamentos morais e outra relativa à disciplina. A primeira dá orientações e ensinamentos sobre o ritual, a oração e o baptismo. Também as *Didascalias* de Ático, por exemplo, possuíam um conteúdo cénico e referiam-se a uma poesia didáctica. Esse significado conservou-se ao longo de toda a Idade Média até ao início da Idade Moderna, por vezes referido concretamente a ensinamentos memorizados sobre oráculos, provérbios e sentenças. Há, porém, um momento em que, embora excepcionalmente, a utilização do termo se aproxima daquela que viria a ser constituída no século XVII: trata-se de *Didascalicon*, obra de Hugo de S. Vítor, escrita entre 1125 e 1130, e um dos mais impressionantes trabalhos de filosofia da educação da Idade Média. Aí, em seis livros, Hugo avança o seu ponto de vista sobre a educação: três deles ocupam-se da argumentação sobre o lugar que as artes ou disciplinas devem ocupar no esquema por ele engendrado e os restantes três tratam do papel das Escrituras na educação. Aquele sentido primevo de género literário permaneceu, porém, até aos dias de hoje e ainda há pouco mais de 40 anos (1961) se podia encontrar no *Grand Larousse* enciclopédico que explicava *didactique* unicamente como género literário.

O termo surge com um sentido especificamente pedagógico no século XVII. A obra mais célebre daquela época é, provavelmente, a *Didáctica Magna* de J. A. Coménio, publicada em 1657. Nessa época, o conceito de didáctica tinha já adquirido uma certa autonomia; a sua primeira utilização, no sentido que nos interessa, é normalmente assinalada como tendo ocorrido em 1613, no título de uma relação que W. Ratke elaborou sobre propostas de reforma pedagógica. Desde então, não mais desapareceu da literatura pedagógica, embora tenham existido oscilações notáveis quanto à sua importância e caracterização.

Um quadro da actualidade: reflexão e prática

No quadro das teorias sobre o ensino e a aprendizagem, a didáctica é, frequentemente, entendida como teoria do ensino que tem por finalidade submeter a um controlo científico todos os fenómenos que ocorrem nesse processo. Existe, segundo alguns autores, uma iniludível implicação recíproca entre as decisões metódicas e as relativas ao(s) conteúdo(s), o que pretende significar, pelo menos, duas coisas: 1) que todo o método de ensino implica decisões prévias relativas ao(s) conteúdo(s), mesmo quando não as torne evidentes; 2) que o(s) conteúdo(s) seleccionado(s) como finalidade(s) de ensino não pode(m) prescindir da referência à sua possível (ou impossível) realização metódica.

Actualmente, segundo H. Blankertz (1981), verifica-se a (co)existência de três correntes didácticas. 1) a didáctica da teoria da formação, a qual, enquanto teoria da cultura, interpreta, sob a norma da finalidade da “formação”, conteúdos concretos da situação social; 2) a didáctica da teoria da aprendizagem que analisa o processo de ensino e os seus conteúdos de saber; 3) a didáctica da teoria da informação que formaliza e quantifica experimentalmente o processo de aprendizagem – sob o pressuposto de determinados conteúdos e fins do saber – segundo o princípio do circuito regulador. Blankertz mostra a divergência destas correntes didácticas, e, simultaneamente, sugere a possibilidade da sua convergência com vista à formulação de uma teoria concreta no plano do ensino.

Se considerarmos a Didáctica enquanto projecto e prática disciplinar com a finalidade prioritária de contribuir para otimizar o processo de aquisição ou descoberta do conhecimento (Alarcão, 1989), então ela possuirá um carácter bidimensional que, segundo Galisson (1986), será resultado da conjugação dos seus vectores fundamentais: a «observação» e a «intervenção»¹.

¹ Efectivamente, já Hymes (1972) referia a vertente interventiva da Didáctica das Línguas que teria como objectivo não só ampliar o saber dos alunos como modificar o seu comportamento linguístico. A especificidade da sua intervenção surge da necessidade de eficácia

No âmbito da intervenção, a Didáctica das Línguas orienta-se para a construção de respostas a um conjunto diversificado de problemas, como, por exemplo: como desenvolver as competências produtivas e receptivas de maneira a contribuir para o desenvolvimento de uma competência comunicativa? Como transmitir informação, de carácter metalinguístico, sobre a estrutura da língua e o seu funcionamento? Que tipo(s) de informação transmitir? Que materiais de apoio utilizar? Como produzir/construir esses materiais? Para tentar resolver esses problemas, a Didáctica apoia-se em resultados da investigação realizados em diversos domínios do saber, que (re)contextualiza em função dos seus próprios objectivos.

É sabido que qualquer projecto social de ensino e de aprendizagem se constitui, de forma dialéctica, com a identificação e designação de conteúdos de saber(es) como conteúdos a ensinar. Esses conteúdos presentes de forma explícita nos programas e, implicitamente, pela intermediação evolutiva da tradição no que diz respeito à interpretação desses mesmos programas, são, muitas vezes, autênticas criações didácticas originadas por aquilo que se costuma designar como “necessidades de ensino”.

Qualquer conteúdo de saber(es) que tenha sido indicado como saber a ensinar sofre uma série de transformações de adaptação de maneira a situá-lo entre o conjunto de objectos de ensino. Estamos, então, no âmago do trabalho didáctico: a passagem de um objecto de saber(es) a ensinar para um objecto de ensino, aquilo que Chevallard (1991: 39) designou como “transposição didáctica”².

Quando falamos em Didáctica, falamos de uma acção intencional, realizada de forma sistemática num contexto institucional, envolvendo sujeitos que se posicionam e são posicionados de modo diferenciado. Constituído por este conjunto de factores (dos sujeitos aos processos e às características contextuais, dos conteúdos aos materiais, etc.), a sua confluência, a forma da sua relação constitui um dos objectos que especializam a Didáctica. Como assinala Alarcão (1989), a especificidade da Didáctica passa pela especificidade do seu objecto, e este constitui-se na interface dos processos de ensino e de aprendizagem e da sua relação com o(s) conteúdo(s) a aprender. Esse objecto é fundamentalmente um objecto verbal, sendo a própria prática pedagógica, no que se refere à Didáctica das Línguas, constituída por e sobre processos verbais.

e rentabilidade pedagógicas, em função da valorização social dos diversos saberes e habilidades linguísticas, literárias e culturais aprendidas e/ou adquiridas.

² Poderá dizer-se que não se trata de levar à escola um saber científico em si (a Linguística, por exemplo), mas um saber reinterpretado e disposto para o ensino segundo as condições, interesses e necessidades dos sujeitos que aprendem. O objecto da Didáctica das Línguas será, então, tornar *ensinável* o conhecimento (científico ou não) dessas mesmas línguas, de modo a que seja *aprendível*.

Se os textos, e mediatamente os contextos, as práticas e as concepções representam um objecto sobre o qual, por geração, se vai constituir determinado tipo de conhecimento, através do recurso a teorias e modelos característicos, a informação produzida no âmbito da investigação linguística, literária, e em educação, constitui um segundo objecto, sobre o qual as Didácticas das Línguas realizam operações de (re)contextualização em função de objectivos próprios.

Neste quadro, é pertinente realçar o tipo de relações que a Didáctica das Línguas mantém com as disciplinas que lhe são próximas, contemplando a incorporação progressiva de informação disponibilizada por domínios disciplinares afins (a linguística descritiva, a psicolinguística, a sociolinguística, a psicologia, o desenvolvimento curricular, enfim, as ciências da educação em geral); simultaneamente, verifica-se uma tendência para a autonomização relativamente a outras áreas do saber com as quais mantém ainda relações privilegiadas.

Os objectos de estudo para uma Didáctica das Línguas requerem, portanto, a distinção prévia entre Linguística Aplicada (aspectos do funcionamento particular da língua) e Metodologia (como fazer funcionar a língua). A Didáctica das Línguas deve, a nosso ver, integrar ambas as vertentes, incluindo os objectivos específicos de cada uma delas. Assim, a partir da diferenciação referida, destaca-se a diversidade de disciplinas que intervêm na delimitação do campo próprio da Didáctica das Línguas, assim como a interdependência das diferentes disciplinas que configuram o seu âmbito de actuação, classificados em relação aos sectores constitutivos (deontológicos, de planeamento e metodológicos). A delimitação final do campo da didáctica esquematiza-se como um espaço de incidência dos diversos contributos, com a finalidade de precisar os *métodos, instrumentos e procedimentos pedagógicos* que marcam a gestão e orientação, isto é, a prática da aula.

Na caracterização do quadro epistemológico das Didácticas das Línguas é, então, necessário destacar a especificidade da área, assinalando as condicionantes comunicativas e culturais (também aspectos próprios do currículo) e a amplitude da disciplina, pelo que o ensino e a aprendizagem daí decorrentes tendem a repercutir-se em todo o currículo. Por outro lado, haverá também que considerar a investigação orientada para a inovação, melhoria e aperfeiçoamento, a sua incidência na reflexão sobre a prática docente e o seu valor como elemento de auto-formação.

Como, de algum modo, já se referiu, a epistemologia da Didáctica das Línguas baseia-se ainda nos contributos das Ciências da Educação. Assim, esta área da Didáctica configura-se, pelo menos do ponto de vista teórico, como assente em quatro bases que incidem no núcleo epistemológico e que, de facto, definem o seu espaço de intervenção: uma base epistemológica de

características exclusivamente linguístico-filológicas; uma base epistemológica educacional pedagógico-metodológica, que inclui contributos desde a política educativa até à organização escolar, a teoria do currículo, a didáctica, os métodos de ensino...; uma base epistemológica individual em que se incluem os contributos da psicolinguística e da psicologia, enquanto disciplinas que estudam o desenvolvimento pessoal – comunicativo e cognitivo – do indivíduo; e, finalmente, uma base sociocultural, em que se contemplam a sociolinguística e a sociologia, como disciplinas que incidem na explicação do uso e das condicionantes da aprendizagem linguística.

No quadro esboçado, as didácticas das línguas consolidarão, então, o seu espaço como ciências e como tecnologias, que se constroem a partir da teoria e da prática, em contextos onde se desenvolvem processos de ensino e de aprendizagem para a formação do aluno. Por isso, para além dos contributos linguístico-filológicos, que constituirão sempre o seu eixo central de referência no quadro genérico da sua epistemologia, deve ter-se em conta a perspectiva orientada para a adaptação/adequação dos enfoques, métodos e sistemas pedagógicos e didácticos.

Assim, no que diz respeito ao plano epistemológico, essas disciplinas poderão entender-se como sendo definidas pelo seu predominante carácter *transversal*, como meio de transmissão no contexto sócio-educativo, e pelo seu carácter funcional-instrumental adequado aos conteúdos implicados em *usos e domínios linguísticos*.

Da perspectiva própria do que caracteriza as didácticas específicas das diversas línguas, poderíamos defini-las como disciplinas que se ocupam de seleccionar e adaptar o conhecimento dos mecanismos funcionais da expressão linguística humana, a nível teórico (correntes linguísticas e normativa gramatical) e prático (norma e uso), de forma a assegurar aos falantes a possibilidade de desenvolver uma comunicação eficaz e correcta (aspectos didácticos, metodológicos e tecnológicos). Esse carácter de didáctica específica da língua é, portanto, pluridimensional compreendendo, pelo menos, as seguintes dimensões didácticas: i) uma dimensão operativa, de actuação verbal ou domínio empírico-prático da língua, que tem por objecto o uso directo da língua ou comportamento linguístico, no acto da comunicação verbal que gera os sectores da didáctica da comunicação oral, didáctica da leitura, didáctica da escrita, ortografia e composição escrita, sempre com base numa adequada didáctica do vocabulário; ii) uma dimensão reflexiva, gramatical ou domínio científico racional referente à reflexão e conhecimento das estruturas e funcionamento da língua, dos seus mecanismos e regras, cujos tipos de actividades não são propriamente de linguagem, mas metalinguísticas, análise e reflexão sobre a língua, equivalendo ao que se costuma designar como didáctica da gramática; iii) uma dimensão cultural

que tem por objecto o contacto com os produtos culturais (jornais, publicidade, TV, ...), atitudes, sistemas de valores, visão do mundo, a que a língua serve de instrumento ou veículo; e, finalmente, iv) uma dimensão literária, ou domínio estético-literário, que tem por objecto o contacto com os produtos literários (recepção, avaliação,...) que têm a língua como seu instrumento ou veículo privilegiados.

Didáctica e formação institucional de professores de línguas

O campo da formação de professores de línguas, especialmente de línguas estrangeiras, é uma área ainda relativamente pouco explorada. A literatura sobre formação de professores para o ensino de línguas é quase insignificante quando comparada com a literatura existente sobre outros temas relacionados com a actividade educacional. Segundo Richards e Nunan (1990) poucos dos artigos publicados nos últimos 30 anos têm como base uma recolha sistemática de dados e a maioria consiste em listagens de características consideradas as melhores para os professores. Nessa linha de acção, poucos dados se recolheram sobre os tipos de programas que, efectivamente, resultam e sobre aqueles que se mostram pouco eficazes.

Ao passar-se de um período de treino específico (teacher training), caracterizado por abordagens que encaravam a preparação dos futuros professores como a sua familiarização com técnicas e capacidades aplicáveis na sala de aula, para um período tendencialmente caracterizado por uma tentativa de formação integral (teacher education), constituído, no essencial, por abordagens que envolvem os professores no desenvolvimento de teorias de ensino, na compreensão da natureza do processo de tomada de decisões e em estratégias para uma auto-avaliação e auto-consciência críticas, os formadores de professores necessitam também de reavaliar as suas concepções e práticas e examinar os pressupostos subjacentes aos seus próprios programas e práticas.

A necessidade de uma visão temática ampla na formação de professores de línguas é justificada pelo facto de o campo do ensino de línguas estar constantemente a ser renovado quer por novas exigências relativas àquilo que os professores precisam de saber, quer por diferentes abordagens ao processo de desenvolvimento dessa base de conhecimentos para os futuros professores.

Os programas de formação de professores de línguas e os formadores desses professores deverão encarar-se como fontes de desenvolvimento pessoal, de aquisição de conhecimento(s), experiência e recursos para os estudantes (futuros professores) usarem na exploração e desenvolvimento das suas próprias abordagens ao processo de ensino. Nesse sentido, os

programas desse tipo necessitam de estar firmemente ancorados na teoria e na prática, e serem informados, por um lado, pela compreensão daquilo que se sabe sobre a natureza do ensino e da aprendizagem de línguas estrangeiras e, por outro, pela análise de dados relativos à sala de aula, sob a forma de experiências de ensino directas ou indirectas.

As tendências da investigação-ação e da investigação na e sobre a aula, como assinalou, entre outros, Widdowson (1987), implicam formar um professor dotado de princípios básicos que lhe permitam desenvolver o seu potencial investigador, que seja capaz de trabalhar em equipa, que assuma com rigor a tomada de decisões pedagógicas e que saiba incorporar as inovações teórico-metodológicas que pense serem as mais oportunas no contexto escolar em que actua.

As mais recentes propostas criticam o enfoque de formação exclusivamente tecnológico e destacam a formação do professor como um profissional prático-reflexivo, que se depara com situações num contexto determinado e que recorre à investigação como uma forma de decidir e intervir praticamente sobre elas.

Como assinala M. Dabène (1994: 202), a formação didáctica dos docentes e a sua formação linguística deve ser comum e não contraditória com os objectivos educativos. Nessa ordem de ideias, os professores de línguas deverão ter uma formação que consiga, de uma forma global, capacitá-los para uma reflexão crítica e pessoal sobre a actividade docente, a problemática da matéria e a utilização de modelos de ensino e de aprendizagem, fornecer-lhes conhecimentos úteis ao futuro exercício da tarefa docente, oferecer-lhes uma formação teórico-prática em matéria de língua, literatura e cultura, transmitir-lhes propostas metodológicas, válidas e comprovadas, para o ensino das habilidades linguísticas, orientá-los para a organização sistemática das informações, dados, observações, propostas, etc., que sejam válidas para a construção pessoal de um modelo de didáctica das línguas e, finalmente, sugerir-lhes (novas) linhas de investigação e aplicação didácticas, de acordo com a trajectória da renovação de enfoques psico-pedagógicos.

Em Portugal, a presença das Didácticas específicas nos cursos de formação de professores é relativamente recente. Ao longo de todo o século XX, existiram, porém, algumas tentativas, embora relativamente pouco consistentes, de incluir nos cursos de formação de professores disciplinas de carácter metodológico/didáctico.

No início do século, o Curso Superior de Letras (CSL) foi objecto de reforma. No currículo do CSL resultante dessa reforma regista-se a presença das disciplinas de Pedagogia do Ensino Secundário e História da Pedagogia, especialmente da Metodologia do Ensino Secundário.

Em 1918, o plano de estudos das Escolas Normais Superiores incluía, no seu primeiro ano, as disciplinas de Pedagogia, História da Pedagogia e Metodologia Geral. Esta última apontava já para uma certa especificidade ao ramificar-se em Metodologia das ciências do espírito (para os alunos pertencentes à área de letras), Metodologia das ciências matemáticas e das ciências da natureza.

Em 1930, as Faculdades de Letras assistiram à criação de uma nova Secção que abarcava as disciplinas restantes das Escolas Normais Superiores. Entre essas disciplinas deve assinalar-se a presença da Pedagogia e Didáctica, da História da Educação, da Organização Escolar e da Administração Escolar. Segundo consta do diploma legal que instituiu essas novas secções³, deveria haver em cada Faculdade, para essas disciplinas, um professor catedrático, sendo as restantes asseguradas por professores de outros grupos ou Faculdades.

No Dec.-Lei nº 53/78 de 31 de Maio são estabelecidos os planos de estudo académicos dos cursos de licenciatura a ministrar nas Faculdades de Letras e nas unidades de ensino dos mesmos domínios nas Universidades do Minho, de Aveiro, no Instituto Universitário dos Açores e na Universidade Nova de Lisboa, com excepção, quanto à última, de adaptações respeitantes exactamente aos cursos de línguas e literaturas modernas, a vigorar a partir do ano lectivo de 1978-1979. Aí, no que se refere aos I e II Grupos – Línguas e Literaturas Clássicas e Línguas e Literaturas Modernas, respectivamente –, não é nunca referida, em qualquer dos planos de estudo apresentados, a disciplina de Metodologia ou Didáctica das línguas (materna e/ou estrangeira), mesmo no elenco de disciplinas de opção. Apesar de tudo, no artº 5º do mesmo decreto salvaguarda-se o direito de o elenco das disciplinas de opção poder ser modificado, em cada escola, por iniciativa fundamentada do conselho científico e do conselho pedagógico respectivos e aprovada por despacho do Ministério da Educação. Sabemos que no ano lectivo de 1983-84 funcionou, como opção, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a disciplina de Didáctica das Línguas Vivas. Na Universidade de Aveiro funcionavam, no ano lectivo de 1984-85, com carácter obrigatório, as disciplinas de Didáctica do Português, Didáctica do Inglês e Didáctica do Francês. Também na Universidade do Minho a primeira metade da década de '80 viu surgir as didácticas específicas das línguas.

Como se pode constatar pela breve relação apresentada, na Universidade Portuguesa, especialmente nos Cursos de Línguas e Literaturas, a presença da Didáctica específica nos planos de estudo é um acontecimento ainda muito recente, com cerca de 20 anos. Porém, as didácticas das ciências já no final da década de '60 usufruíam de certa autonomia em algumas

³ Trata-se do Dec.-Lei nº18973, de 28 de Outubro.

Faculdades portuguesas, especialmente na Universidade de Lisboa, autonomia que se ampliou e consolidou ao longo da década seguinte.

Da teoria à prática

Para a teoria dos graus formais (Herbart), o ensino deve efectuar-se através de uma troca de reflexões e aprofundamentos, concretamente em quatro fases: fase da clareza (as novas ideias oferecidas pelo ensino devem captar-se separadamente com clareza); fase da associação (as coisas captadas com clareza devem ser associadas entre si); fase do sistema (o novo complexo deve referir-se ao círculo de representações do aluno); fase do método (o que deve ser aprendido deve consolidar-se através da exercitação e da aplicação).

O problema básico da planificação metódica é encontrar, no que se refere ao método de trabalho do aluno, um equilíbrio entre a sua livre iniciativa e a relativa pressão da orientação pedagógica, e de, no que se refere ao(s) método(s) do professor, encontrar o termo médio mais eficaz entre deixar um campo de acção autenticamente vital e fixar um caminho de formação disposto pedagogicamente e organizado metodicamente.

Os métodos educativos não são meras técnicas, nem procedimentos fixados detalhadamente, mas formas de contacto humano, variáveis segundo o tempo, o lugar, a individualidade, a situação dos interessados. Do mesmo modo, o ensino como parte da educação não é uma mera técnica, mas, mesmo nos seus processos e procedimentos mais elementares, comunica algo de espiritual, de que não se pode dispor mediante a pura técnica. Por isso, em certo sentido, a didáctica pode entender-se como a estruturação das formas de comunicação do homem, da busca de princípios ordenadores do saber, das categorias estruturais de toda e qualquer experiência. Conseguimos alcançar a liberdade do nosso trabalho metódico quando conhecemos as condições desse trabalho, os pressupostos segundo os quais os métodos disponíveis podem vigorar, as possibilidades oferecidas por este ou aquele método, os seus limites e limitações, isto é, quando conhecemos o raio de acção que lhes é próprio e, também, as deficiências que lhes são inerentes e os exclusivismos inevitáveis que acontecem sempre que se escolhe um método... Nesse sentido, torna-se importante não adoptar rigidamente um ou outro método, mas, antes, recorrer aos métodos estruturados pré-existentes e adaptá-los aos contextos e públicos concretos.

Assim, pelo que acima se disse, o ensino não é – não deve ser – simplesmente instrução, mas a promoção sistemática da aprendizagem através dos mais diversos meios e, assim sendo, as estratégias de ensino são um aspecto importante do currículo. Stenhouse (1975: 24) afirma preferir a expressão ‘estratégia de ensino’ a ‘método de ensino’, pois a primeira expressão aponta

mais directamente para formas de ensino e de aprendizagem mais planeadas e com base em princípios mais sólidos e cientificamente fundamentados.

Habitualmente colocada em momentos terminais da formação inicial de professores, as Didácticas Específicas têm, também por esse facto, um papel particular nessa formação, constituindo-se como propedêuticas relativamente à prática lectiva efectiva.

Assim, na disciplina de Didáctica de uma qualquer língua deverá, a nosso ver, procurar assegurar-se o conhecimento das competências a desenvolver e dos processos que lhes estão associados, o conhecimento dos saberes a transmitir e o domínio das actividades que permitem assegurar a sua interiorização, tudo isso enquadrado pela informação sobre o processo de produção e transmissão do discurso pedagógico da(s) línguas e/ou literatura(s) em causa..

Por outro lado, não será exagerado afirmar-se que a dimensão didáctico/metodológica deverá também ser considerada por todos aqueles que estão envolvidos nos saberes que abordados na formação de (futuros) professores, factor sem o qual se correrá o risco de concretizar um processo de ensino e de aprendizagem pouco profícuo ou, mesmo, deficiente que tenderá, naturalmente, a fazer aumentar as já elevadas taxas de insucesso discente que hoje se verificam no nosso país.

É frequente lermos e ouvirmos que se aprende a fazer fazendo e a ensinar ensinando. Num momento em que um dos paradigmas educacionais dominantes dá um relevo especial à necessidade de *aprender a aprender*, no âmbito da Didáctica(s) da(s) Língua(s), para além da consideração dessa necessidade, todas as estratégias de ensino e de aprendizagem deverão pretender dinamizar procedimentos e processos que, do ponto de vista docente e discente, respectivamente, permitam *aprender a ensinar, ensinar a aprender e ensinar a ensinar*⁴.

⁴ Qualquer universidade deve esperar que, no final dos seus estudos, os seus alunos sejam capazes não só de compreender a extensão e significado daquilo que já se conhece no seu próprio campo, mas que se mostrem também receptivos àquilo que é novo, o explorem, e, sobretudo, trabalhem de forma autónoma. Ao entrar na Universidade, o estudante compromete-se a aceitar uma certa disciplina intelectual e a ser algo mais do que um receptáculo passivo de informação. Existe uma suposição, não confirmada pela investigação, de que a informação sobre um tema é suficiente para tornar capaz aquele que a aprendeu de aplicar o seu conhecimento. No entanto, a experiência sugere que os indivíduos podem ser capazes de recitar uma informação extensa mas falhar ao aplicá-la ou, como se reconhece com mais frequência, podem aprender a como proceder em situações práticas mas carecer de habilidade para explicar a sua conduta verbalmente.

Referências bibliográficas

- Alarcão, I. (1989). “Para uma revalorização da didáctica”. *Aprender*, 7.
- Blankertz, H. (1981). “Didáctica”, in Josef Specke e Gerhard Wehle et al., *Conceptos Fundamentales de Pedagogía*. Barcelona: Editorial Herder, pp. 130-189.
- Chevallard, Y. (1991). *La Transposition Didactique. Du savoir savant au savoir enseigné*. Grenoble: La Pensée Sauvage éditions.
- Dabène, M. (1994). “La formation au métier d’enseignement: l’enfant pauvre de la didactique des langues”, in D. Coste, *Vingt ans dans l’évolution de la didactique des langues (1968-1988)*. Paris: Credif-Hatier, pp. 193-204.
- Galissou, R. (1986). “Éloge de la didactologie/didactique des langues et des cultures (maternelles et étrangères)”. *Études de linguistique appliquée*, 64.
- Hymes, D. (1972). “Mode interaction of language and social life”, in A. J. Gumperz e D. H. Hymes (eds.), *Directions in Sociolinguistics: The ethnography of communication*. New York: Holt Rinehart.
- Richards, J. C. e Nunan, D. (eds.) (1990). *Second Language Teacher Education*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stenhouse, L. (1975). *An Introduction to Curriculum Research and Development*. London: Heinemann Educational Books.
- Widdowson, H. (1987). *A Rationale for Language Teacher Education*. Strasbourg: Conseil de l’Europe.

Apresentação de *FAZER (-SE) UM NOME – Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX* de Joel R. Gómez¹

Henriqueta Maria Gonçalves

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O exercício de leitura, é sabido, está dependente dos olhos que lêem; desta forma, o leitor selecciona, destaca os aspectos que para si são os mais significativos, aqueles que mais foram ao encontro de um certo conjunto de pressupostos que, por sua vez, fazem parte do seu repertório de leituras. Assim também a minha leitura de *FAZER (-SE) UM NOME – Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX* surge condicionada e seleccionou os dados que agora aqui registo como apontamentos resultantes da minha experiência de leitura.

João Guisán Seixas afirmou no número 40 de *Agália* que “Guerra da Cal mereceria que alguém estudasse com tanta minúcia e dedicação a sua obra como ele empregou na de Eça”²

O trabalho de Joel Gómez que agora apresentamos bem pode considerar-se resultar de uma infatigável investigação científica que merece o afã de Ernesto Guerra da Cal.

O leitor de *FAZER (-SE) UM NOME – Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*, apesar de estar perante um texto de 490 páginas, em nenhum momento sente o cansaço resultante do exercício de leitura. O prazer resulta de uma permanente curiosidade despertada pelas diversificadas vias que o estudo percorre, relacionadas, todas elas, quer com a área dos estudos literários quer com a área dos estudos culturais, particularmente no que à Cultura Portuguesa e Galega diz respeito. Estas duas áreas, inscreve-as permanentemente Joel Gómez no tecido dos factos históricos, contextualizando sempre, deixando que o leitor apreenda e compreenda os detalhes que fornece.

¹ GÓMEZ, Joel Rodríguez, *FAZER (-SE) UM NOME – Eça de Queirós-Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*, Sada. A Coruña, Edicións do Castro, 2002.

² O número de *Agália* é de 1994 e o texto citado encontra-se na página 449.

O leitor descobre, ao longo das páginas que Joel Gómez escreveu, que, para além do objectivo explicitado no início do seu trabalho – verificar o funcionamento dos contributos de Guerra da Cal para o processo de canonização de Eça de Queirós no século XX: “mostrar que o Eça que hoje conhecemos e como hoje o conhecemos é (também) fruto de umha pugna crítica em determinados estados do campo em que Ernesto Guerra da Cal tivo umha decisiva intervenção” (p. 18) –, que outro objectivo subjaz ao entusiasmo e tenacidade do estudioso: mostrar como, no contexto da instituição literária, a Galiza e os seus homens têm a autoridade endógena para se manifestarem sobre o cânone português, dado que portugueses e galegos comungam do mesmo sistema linguístico e de uma identidade cultural que mergulha nas mesmas raízes. Neste contexto, não será, pois, de estranhar que tenha sido um homem da Galiza a contribuir decisivamente para o processo de reconhecimento canónico de Eça de Queirós, no contexto da Instituição literária portuguesa.

O autor estrutura o seu estudo em quatro capítulos fundamentais para dar conta do papel determinante no processo de reconhecimento canónico de Eça de Queirós da figura de Ernesto Guerra da Cal: Os estudos queirosianos antes de Da Cal; da genialidade à Psicanálise e à Ideología (capítulo II); Da Cal e as luitas contra a resistência à centralidade de Eça dos grupos que dominavam o Polissistema Literário (capítulo III); Eça de Queirós no centro do Polissistema: A funcionalidade da *Bibliografía Queirosiana* (capítulo IV) e Os estudos queirosianos após a morte de Da Cal: a solidez da centralidade (capítulo V). O estudo inclui ainda uma Introdução, um capítulo dedicado às Conclusões e outro às Bibliografias, apresentando também um Índice das pessoas citadas no estudo.

O Prefácio de Elias J. Torres Feijó, director do Grupo de Investigaçom nos Sistemas Culturais Galego, Português, Brasileiro e Africanos de Língua Portuguesa (GALABRA), da Universidade de Santiago de Compostela, tem o sugestivo título «Guerra da Cal, *Eças* e os valores da Naçom».

Marie Maclean, em «Pretexts and Paratexts: The Art of the Peripheral», diz a propósito do paratexto: “The paratext involves a series of first order illocutionary acts in which the autor, the editor, or the prefacer are frequently using direct performatives. They are informing, persuading, advising, or indeed exhorting and commanding the reader.”³ A leitura deste brilhante prefácio faz uma contextualização do estudo de Joel Gómez, começando por introduzir

³ MACLEAN, Marie, «Pretexts and Paratexts: The Art of the Peripheral», in *New Literary History*, vol. 22, p. 274. Veja-se também sobre o conceito de paratexto GENETTE, Gérard, «Introduction to the Paratext», in *New Literary History*, vol. 22, Number 2, Spring 1991 e *Palimpsestes. La littérature au second degré*, Paris, Seuil, 1982, pp. 7-14.

o leitor nos fundamentos epistemológicos que justificam os caminhos da investigação trilhada, bem como esclarece quanto ao conteúdo do mesmo, permitindo que o leitor se prepare para a leitura e compreenda, à partida, os fundamentos do estudo.

O segundo capítulo, aquele que Joel Gómez dedica à situação dos estudos queirosianos antes da intervenção de Ernesto Guerra da Cal inicia-se com uma prévia e rápida definição do âmbito metodológico em que o seu estudo se insere: “conjugadamente utilizamos alguns contributos de Pierre Bourdieu e Even-Zohar ao campo dos estudos culturais”, tendo como pano de fundo a Teoria dos Polissistemas.

Joel Gómez, optando sempre por um traçado diacrónico, embora rápido neste capítulo, mostra como

“Grandes defensores, mas também grandes detractores, conviviam nas lutas que se travavam para que Eça avançasse no CL e atingisse a situação de relevo a que chegou só décadas mais tarde graças, sem sombra de dúvida, ao concludente contributo de Guerra da Cal.” (p. 40)

O terceiro capítulo tem uma abrangência de cerca de trinta e sete anos e é, sem dúvida, o capítulo central deste estudo. Nele é referido o trajecto de Da Cal, desde a sua presença na Columbia University (CU) de Nova Iorque, onde defendeu a sua tese de doutoramento sobre Eça de Queirós, na década de 40, até à sua aposentação em 1977. Através dele o leitor fica a conhecer de forma pormenorizada a história das fundamentais produções de Guerra da Cal, mas também, e sobretudo, as lutas que travou com o Campo da Crítica Literária, na altura de natureza biografista e psicanalítica, para impor uma leitura de Eça de natureza mais estilística e ideologicamente não condicionada. É interessante seguir, não apenas no âmbito dos estudos literários, mas também no plano mais amplo dos estudos culturais, as lutas que Guerra da Cal travou com os literatos do seu tempo, particularmente com Gaspar Simões ou António Coimbra Martins, embora posteriormente venham a reconhecer o incontestável mérito e a ímpar sobranceira de Guerra da Cal nos estudos queirosianos.

É também no capítulo III que Joel Gómez dá a conhecer ao leitor a história da fundação dos estudos portugueses nos Estados Unidos da América, sob tutela de Ernesto Guerra da Cal, tendo tido, inclusivamente, uma tenaz e incansável luta com o poder vigente, para proceder à implantação do Instituto Luso-Brasileiro na New York University. As palavras de Guerra da Cal, recolhidas por Joel Gómez numa carta a Machado da Rosa, em 1958, ilustram bem essa tenacidade:

“Enviei novo relatório (que me pediu) e que ficou sem resposta, como de costume. [...] quando eu volte a Portugal na primavera, terei de começar de novo. Como pode ver eu não descaio, apesar de que já tenho motivo para crer que o Governo Português não pensa que os E.U. tenha importância nenhuma do ponto de vista dos interesses culturais

lusos. A asneira das elites dirigentes da nossa desgraçada Lusitânia é insondável.” (p. 106)

Só em 1960, diz Joel Gómez, “o Professor Doutor Américo da Costa Ramalho, da Universidade de Coimbra, foi enviado de Portugal para leccionar em Nova Iorque” (p. 125).

De 1954 é *Língua e Estilo de Eça de Queirós*, momento a partir do qual se transforma em modelo produtivo de inúmeros trabalhos científicos, incluindo teses de doutoramento, de que nos dá detalhadamente conta Joel Gómez.

Praticamente desde essa altura, Guerra da Cal, entre outras-muitas iniciativas, começa a preparar uma “Bibliografia Ativa e Passiva de Eça de Queirós”, tarefa árdua que o ocupará cerca de trinta anos e cujo primeiro tomo sairá em 1976.

Joel Gómez lembra também o papel impulsionador de Guerra da Cal no que hoje é a Fundação Eça de Queirós.

O IV capítulo relata a intervenção de Guerra da Cal de 1977 até ao ano da sua morte, 1994.

Guerra da Cal vem viver para Portugal, tendo-se deslocado por breves períodos para Londres e Nova Iorque. Se Guerra da Cal é efectivamente reconhecido como o maior estudioso de entre os queirosianos, Eça de Queirós atinge a partir de 1977 uma importância indiscutível no cânone literário português pelo determinante impulso dado por David Mourão Ferreira, então Secretário de Estado da Cultura, para que fosse determinada a situação do espólio de Eça de Queirós, adquirido pelo Estado em 1975. Este facto veio a dar origem à reposição da obra de Eça de Queirós na sua autenticidade através da Edição Crítica das suas obras, ainda hoje em curso.

Neste capítulo, relata o autor o trajecto da publicação dos volumes da *Bibliografia Queirociana* passiva, cuja actualização ocorreu até 1984, peça também ela imprescindível para quem se dedique a estudar Eça de Queirós.

No V capítulo preocupa-se o autor deste detalhado estudo em mostrar como a obra de Guerra da Cal continua a ser modelo de referência no âmbito dos estudos queirosianos, enumerando exaustivamente as referências que os trabalhos de investigação de maior fôlego fazem à obra de Guerra da Cal, ao mesmo tempo que mostra como Eça de Queirós tem sido alvo de um reconhecimento justo: Encontros e Congressos queirosianos, as significativas comemorações por altura do centenário da sua morte, a consolidação da Fundação Eça de Queirós, a Edição Crítica da sua obra, a instituição da disciplina de Estudos Queirosianos na Universidade de Coimbra, tudo é detalhadamente referido nesta obra que Joel Gómez fez publicar.

Para além do capítulo conclusivo, merece menção especial o que é dedicado às Bibliografias; elas proporcionam ao leitor, particularmente as

compiladas de jornais da época, um repertório de referências extremamente importante, podendo constituir ponto de partida para outras/novas leituras.

Concordamos, pois, com Elias J. Torres Feijó quando no Prefácio nos diz que “o livro é um extenso, laborioso e elucidador percurso” (p. 11).

A língua portuguesa e a defesa nacional

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Dizia Fernando Pessoa: «A minha pátria é a língua portuguesa». A afirmação anda na boca de muita gente: de políticos, de intelectuais e até de cidadãos comuns. Todavia, nunca ninguém parou para reflectir na carga subversiva que esta afirmação traz consigo.

Pelo que a afirmação dá a entender, o poeta da *Mensagem* não se preocupava muito com a chamada segurança nacional. Tanto se lhe dava que quem comandasse os destinos políticos do país fossem os Portugueses, os Ingleses ou os Espanhóis. Aliás, como sabemos, durante a Primeira República falou-se muito numa intervenção militar quer inglesa quer espanhola, para pôr fim à chamada bandalheira nacional. Daí talvez o desencanto do poeta ao dizer que a sua pátria era a língua portuguesa. Pessoa não se teria importado nada que invadissem o país, desde que o deixassem escrever, falar e pensar em português.

Muitos intelectuais tiveram aliás a mesma posição aquando da perda da independência após o desastre da batalha de Alcácer Quibir, onde o inepto rei D. Sebastião se enterrou a si próprio, ao nosso exército e ao orgulho nacional. De facto, com o domínio filipino, os nossos escritores continuaram a escrever em português e o povo não deixou de falar a nossa língua, bem pelo contrário: a língua portuguesa tornou-se um meio de afirmação da identidade cultural no meio da hegemonia hispânica.

No entanto, é de todo pertinente colocar-se a questão que afinal é o motivo desta comunicação: até que ponto a língua portuguesa contribui para a unidade nacional e para uma identidade cultural autóctone?

Em meu entender, unidade nacional e identidade cultural são coisas diferentes. Ponho as minhas sérias dúvidas quanto a dizer-se que a língua contribui para a unidade nacional e, conseqüentemente, para a defesa perante um agressor externo.

Se olharmos para a nossa história, verificaremos que, logo no início, a separação do reino de Portugal do reino de Leão e do condado da Galiza não tem nada a ver com questões linguísticas ou étnicas, uma vez que a língua e o povo eram os mesmos, mas com questões do foro estritamente político e militar. Portugal tornou-se um reino independente, não por falar uma língua

diferente, mas porque D. Afonso Henriques entendeu que era altura de os fidalgos portugueses deixarem de prestar vassalagem ao rei de Leão.

A Europa, aliás, está repleta de exemplos em que a língua falada não corresponde às fronteiras do país real. Vejam-se a Bélgica, a Holanda, a Suíça, a Inglaterra e a Polónia. Até que ponto se poderá dizer que o francês que se fala na Bélgica é motor de unidade nacional quando no mesmo país se falam também o flamengo e o alemão?

E já agora, refiramo-nos a exemplos contrários, em que países vizinhos falam a mesma língua sendo independentes entre si, como o caso do Canadá e dos Estados Unidos, que falam inglês, ou dos países da América latina, que falam castelhano. Até que ponto, por exemplo, a língua castelhana é fatora de unidade nacional perante países como a Nicarágua e as Honduras? As diferenças temos de ir buscá-las, não à língua, mas a questões políticas e militares. É a política e aquilo que lhe dá legitimidade, a força das armas, que traçam as fronteiras. Sempre assim foi e será. E o caso mais recente é o de Timor Leste. Foi pela força das armas que a Indonésia conquistou o território e foi pela ameaça das armas e pelo poder político que ela acabou por abandoná-lo.

As razões que fazem despoletar os conflitos bélicos entre dois ou mais estados raramente podem ser imputadas à língua. Países com a mesma língua podem tentar destruir-se mutuamente. Lembremo-nos da guerra entre o Paraguai, a Argentina e o Uruguai (1865-1870) por questões territoriais, ou, mais tarde, a guerra entre o Paraguai e a Bolívia (1932-1935) por causa do petróleo. Mas dentro do próprio país, entre falantes da mesma língua, pode despoletar um conflito. Um dos casos mais flagrantes é a Guerra da Secessão entre os estados abolicionistas do norte e os estados escravagistas do sul, que grassou nos Estados Unidos entre 1861 e 1865. Todos eles falavam inglês, pertenciam ao mesmo país, mas não hesitavam em matar-se em nome de ideais políticos.

O conceito de identidade nacional é um mito e tem sido posto em causa pela maioria dos sociólogos e investigadores do âmbito cultural. O seu uso é até considerado politicamente incorrecto. Os nacionalismos, como facilmente comprova a história do século XX, resultaram em conflitos armados, em campos de concentração, em genocídio, em atentados terroristas, em intifadas. Refiro-me, por exemplo, ao nacionalismo nazi, aos conflitos na ex-Jugoslávia, à ETA no País Basco e aos interesses que opõem Israelitas e Palestinianos. Em nome da preservação de uma identidade nacional têm-se cometido os mais hediondos crimes contra a humanidade.

Em vez de identidade nacional, os teóricos preferem a expressão *identidade cultural*. É o caso do investigador português Onésimo Teotónio Almeida, que no seu estudo “Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural” (1995), diz preferir usar o termo de identidade cultural

em vez de identidade nacional pelo facto de o conceito de estado estar, «na prática, misturado com o de nação» e todos sabermos «que às alterações provocadas por vicissitudes históricas nas fronteiras dos estados não correspondem concomitantes alterações da nação.» Ao «substituírmos a expressão “identidade nacional” pela de “identidade cultural”», ser-nos-ia «mais fácil falar de identidade cultural basca, flamenga, ou *québécoise*, evitando assim a terminologia inexacta e politicamente mais comprometida de identidade espanhola, belga ou canadense» (p. 73).

Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, ao referir-se à debandada castelhana após a batalha de Aljubarrota, diz que as populações em redor do local, quando apanhavam os Castelhanos isolados, os linchavam pura e simplesmente. E que a forma de os distinguir dos soldados portugueses seus perseguidores era pela língua que falavam. Acontece, porém, que muitos dos que integravam o exército dos Castelhanos eram Portugueses e esses, embora sendo traidores e porque falavam português, se conseguiam salvar do linchamento, logrando assim o povo simples que não via a diferença senão pelas aparências da língua.

A língua é apenas um factor para a definição da identidade cultural de um povo, nem mais, nem menos importante do que outros. E não podemos afirmar que tem uma importância decisiva para a defesa das fronteiras de um estado, fronteiras essas quase sempre artificiais e traçadas, não de acordo com as populações que dentro delas vivem, mas com os interesses do poder instituído. Facilmente podemos comprovar esta asserção olhando para o mapa de África: as fronteiras de muitos dos seus países foram praticamente traçadas a esquadro. Vejam-se as de Angola, Namíbia, Botswana, Quênia, Somália, Líbia, Egipto, Sudão, etc.

Os Portugueses não poderão sentir-se mais seguros porque aqui se fala apenas uma língua e não há o perigo de se imporem grupos separatistas a exigirem uma independência política. Não podemos também pensar que, falando todos nós português, estaremos unidos para defendermos o país de uma ameaça externa. A nossa história tem vários casos que contrariam isso. Após a morte do rei D. Fernando, mais de metade do reino tomou voz por Castela e sem qualquer prurido nacionalista. O mesmo sucedeu quando o rei Filipe de Espanha tomou posse do reino em 1580 por falta de herdeiro legítimo ao trono. E outro tanto com a invasão francesa, com muitos dos Portugueses a dar vivas às tropas de Napoleão, que, pensavam eles, vinham libertar o país da tirania absolutista e retrógrada da rainha D. Maria I e do príncipe regente, o futuro D. João VI.

A língua é ou pode ser factor de unidade, mas nunca em termos políticos e territoriais. Sermos falantes da mesma língua é uma forma de estarmos em comunhão com os que, de algum modo, partilham connosco vicissitudes históricas, independentemente do país, dos costumes, das tradições e da posição económica no mundo actual.

Apresentação de teses no Departamento de Letras

Teses de doutoramento

1 – José Barbosa Machado

Título: *Tratado de Confissom (1489): Edição Semidiplomática, Estudo Histórico, Informático-Linguístico e Glossário*

Data: 23 de Setembro de 2002

Orientadores: Profs. Amadeu Torres e Carlos Assunção

2 – Manuel Gonçalo de Sá Fernandes

Título: *Amaro de Roboredo, um pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*

Data: 24 de Fevereiro de 2003

Orientadores: Profs. Amadeu Torres e Carlos Assunção

3 – Anabela Dinis Branco de Oliveira

Título: *Romance Português e Polifonia(s): Estudos de narratologia e cinematografia (1970-90)*

Data: 10 de Outubro de 2003

Orientadores: Profs. Cristina Robalo Cordeiro e Daniel-Henri Pageaux

Teses de mestrado

Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas

1 – Carla Alexandra Ferreira do Espírito Santo Guerreiro

Título: *A mundividência infantil na obra de Guerra Junqueiro*

Data: 20 de Janeiro de 2003

Orientadora: Prof^a Henriqueta Gonçalves

2 – Maria Teresa Tristão Fortunato

Título: *Uma viagem linguístico-didáctica pelo advérbio*

Data: 13 de Fevereiro de 2003

Orientador: Prof. Carlos Assunção

3 – Lúcia Jacinta Morais

Título: *Subsídios para a história da linguística: o nome no quadro das classes de palavras – dos primórdios à actualidade*

Data: 7 de Fevereiro de 2003

Orientador: Prof. Carlos Assunção

4 – António Júlio Pires da Rocha

Título: *Bento José de Oliveira: propostas linguísticas para a língua portuguesa*

Data: 25 de Novembro de 2003

Orientadores: Profs. Carlos Assunção e José Belo

5 – Teresa Maria Teixeira de Moura

Título: *A tradição gramatical portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no contexto cultural iluminista*

Data: 13 de Fevereiro de 2003

Mestrado em Cultura Portuguesa

1 – Maria Beatriz Rodrigues

Título: *A emigração na obra de Rodrigues Miguéis ou a alma repartida entre a pátria e a terra de adopção*

Data: 11 de Fevereiro de 2003

Orientadora: Prof^a Assunção Monteiro

2 – Carla Maria Gomes da Costa

Título: *Alfredo Brochado: um representante do saudosismo?*

Data: 12 de Março de 2003

Orientador: Prof. Fernando Moreira

3 – Antonieta Rodrigues Pinto

Título: *Da crítica artística e literária nos primórdios do realismo em Portugal – perspectiva de Luciano Cordeiro*

Data: 18 de Março de 2003

Orientadora: Prof^a Henriqueta Gonçalves

4 – Telma Maria Barrias Maio Coutinho

Título: *Ideias linguísticas no século XVIII – contributos para a cultura portuguesa setecentista*

Data: 22 de Abril de 2003

Orientador: Prof. Carlos Assunção

5 – Lurdes Fernandes Nicolau

Título: *A comunidade cigana portuguesa em Pamplona: aculturação e preservação de aspectos culturais do país de origem*

Data: 28 de Maio de 2003

Orientador: Prof. José Belo

6 – José Alegre Mesquita

Título: *A escola na sociedade do conhecimento*

Data: 10 de Outubro de 2003

Orientador: Prof. José Esteves Rei

7– José Peixoto Pinto da Mota

Título: *Documentação Foraleira Colectiva Dionisina dos concelhos de Bragança, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro*

Data: 27 de Outubro de 2003

Orientador: Prof^a Olinda Santana

8 – Ana Lúcia Pereira da Costa

Título: *Documentação Foraleira Dionisina dos Concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais*

Data: 18 de Dezembro de 2003

Orientadora: Prof^a Olinda Santana

9 – João Bartolomeu Rodrigues

Título: *Da linguagem à comunicação do Evangelho*

Data: 19 de Janeiro de 2004

Orientador: Prof. José Esteves Rei

Resumos de teses de doutoramento

José Barbosa Machado

Tratado de Confissom (1489) – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico, Informático-Linguístico e Glossário.

No dia 23 de Setembro de 2002 realizaram-se, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, as provas públicas de doutoramento do assistente José Barbosa Machado. As provas basearam-se na dissertação que tinha por título *Tratado de Confissom (1489) – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico, Informático-Linguístico e Glossário*.

O autor da dissertação começou por referir nas provas que o único exemplar conhecido do *Tratado de Confissom* – impresso em Chaves em 1489 – foi descoberto em 1965 e a sua importância reside fundamentalmente no facto de ser um dos primeiros livros conhecidos impresso em língua portuguesa.

Numa primeira abordagem, o investigador falou dos problemas que se prendem com a autoria da obra, o impressor e o local de impressão; do contexto histórico-cultural da época em que a obra foi redigida e impressa; da temática e das fontes utilizadas; do estudo informático-linguístico do texto, da lematização e do glossário com todas as palavras. Colocou em seguida algumas hipóteses acerca dos impressores, da autoridade eclesiástica que terá ordenado a impressão, do possível autor da obra e da data de redacção. Do ponto de vista linguístico, acrescentou que o texto apresenta características próprias dos textos antigos portugueses datados entre os finais do século XIV e a primeira metade do século XV, o que contraria, segundo o autor, as opiniões comuns veiculadas nos últimos anos por alguns investigadores acerca desta obra.

Por fim, apresentou as seguintes conclusões, baseadas em dados históricos e linguísticos que conseguiu recolher durante a sua investigação:

O *Tratado de Confissom* terá sido impresso por uma equipa itinerante de impressores castelhanos que, por ordem provável do arcebispo de Braga D. Jorge da Costa, após as deliberações do sínodo realizado na mesma cidade em 1488, ou por expensas de uma ordem religiosa estabelecida no norte de Portugal, passaram a letra de imprensa um manuscrito em língua portuguesa, que era a tradução/adaptação de uma ou várias obras em castelhano com a mesma temática.

A tradução/adaptação terá sido realizada por um clérigo ou monge português (neste caso franciscano), mestre em Teologia, entre os finais do século XIV e a primeira metade do século XV. A obra destinar-se-ia ao clero com cura de almas e com dificuldades na leitura e compreensão de obras em latim.

Fizeram parte do júri das provas os professores Jorge Azevedo, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, João Malaca Casteleiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mário Vilela, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Amadeu Rodrigues Torres, da Universidade do Minho e da Universidade Católica Portuguesa, Carlos da Costa Assunção e Maria Olinda Santana da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Maria Filomena Candeias Gonçalves, da Universidade de Évora.

Manuel Gonçalo de Sá Fernandes

Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas.

Amaro de Roboredo, um ilustre transmontano do primeiro quartel do século XVII, natural de Algosos do actual concelho de Vimioso, foi gramático, pedagogo, tradutor e teólogo. Notabilizou-se fundamentalmente na linguística / gramática portuguesa e latina e na didáctica de ambas as línguas, em especial na pedagogia infanto-juvenil, e publicou algumas obras importantes na historiografia linguística portuguesa (entre 1615 e 1625).

Durante muitos anos, foi considerado um gramático menor e, por isso, apenas se lhe faziam breves referências biobibliográficas, tendo sido pouco estimado quer pelos seus contemporâneos quer pelos posteriores. No entanto, Amaro de Roboredo desempenhou um acção de considerável relevo e merece, por direito próprio, figurar dentre os mais importantes gramáticos e metodólogos portugueses, quiçá europeus.

Com efeito, nesta dissertação, o autor procurou demonstrar que: 1º) Amaro de Roboredo foi um pioneiro na comparativismo linguístico e, por isso, um precursor da Gramática Comparada (*vergleichend Grammatik*), antecedente directo da Linguística Comparada europeia contemporânea; 2º) O seu método do ensino-aprendizagem das línguas, em especial do Latim, continua actual e algumas das suas propostas didácticas ainda hoje são inovadoras, em particular a defesa do método indutivo ou da “natureza” e do uso de grelhas sintetizadoras ou tábuas gramaticais, tendo sido o primeiro na história linguística europeia a usar essa estratégia metodológica; 3º) Amaro de Roboredo foi o primeiro gramático europeu *sanchista*, na dupla acepção do adjectivo: quer como opositor à didáctica linguística jesuítica, especialmente a veiculada pelo madeirense Manuel Álvares; quer como o “adaptador” / “importador” das teorias linguísticas do salmantino Francisco Sánchez de las Brozas; 4º) Amaro de Roboredo foi um dos precursores europeus do estruturalismo generativista transformacional, em especial de Noam Chomsky – e o primeiro em Portugal – ao defender a existência de uma estrutura linguística ideal (*deep-structure*), a par de manifestações linguísticas particulares (*surface-structure*), e a admitir a existência de universais linguísticos (*linguistic universals*).

Para além das obras do autor transmontano, também analisou algumas das obras mais importantes de gramáticos e linguistas anteriores, a saber: As

Introductiones Latinae (1481) e a *Gramática de la Lengua Castellana* (1492) de Nebrija; A *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536) de Fernão de Oliveira; A *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) e os *Grammatices Rudimenta* (>1540) de João de Barros; A *De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572) de Manuel Álvares; A *Minerva seu de Latinae Linguae Causis et Elegantia* (1562) e a *Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (1587) de Francisco Sánchez de las Brozas; As *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Orthographia da Lingua Portuguesa* (1574) de Pedro de Magalhães Gândavo; A *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (1576) e a *Origem da Lingoa Portuguesa* (1606) de Duarte Nunes de Leão; A *Arte de Grammatica, pera em breve se saber Latim: composta em Lingoagem, e verso Portugues. Com hum breve vocabulario no cabo, e algumas phrases latinas* (1610) de Pedro Sánchez (desaparecida até agora e descoberta pelo autor da dissertação); e a *Janua Linguarum sive Modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligendas* (1611) dos jesuítas irlandeses radicados em Salamanca William Batte, John Batte e Stephen White.

Ainda interrelacionou as suas ideias linguístico-didáticas com as de alguns autores posteriores, em particular Francis Bacon, Comênio, Arnauld e Lancelot (Séc. XVII), Aleixo Nicolau Scribot e Lobato (séc. XVIII), Rasmus Rask, Franz Bopp, Jacob Grimm, Friedrich Diez, August Schleicher (séc. XIX) e Noam Chomsky (séc. XX), para, desta forma, demonstrar o pioneirismo e a percursividade de amaro de Roboredo em muitos campos da linguística geral e da didáctica das línguas.

Anabela Dinis Branco de Oliveira

Romance Português e Polifonia(s) – Estudos de Narratologia e de Cinematografia (1970-1990)

Tendo em conta a presença inequívoca do cinema na memória estética do escritor e a indiscutível relação dialógica entre literatura e cinema, esta dissertação analisa a projecção da polifonia romanesca no seu paralelismo com o documento fílmico, justifica o olhar inevitavelmente cinematográfico do narrador e fundamenta a dualidade estética inerente ao estudo da imagem literária e da imagem cinematográfica.

O corpus romanesco estudado concretiza um conjunto de vozes narratológicas, independentes e autónomas que estruturam, fragmentam e constroem os acontecimentos, projectam a polifonia romanesca e percorrem imagens do Estado Novo, da Revolução e da interrogação ideológica do período pós-revolucionário, conjugando as especificidades cinematográficas e literárias da Imagem. É constituído pelos romances *A Paixão* (1965) de Almeida Faria, *Lourenço é Nome de Jogral* (1971) de Fernanda Botelho, *A Floresta em Bremerhaven* (1975) de Olga

Gonçalves, *Cortes* (1978) e *Lusitânia* (1980) de Almeida Faria, *O Dia dos Prodígios* (1980) de Lídia Jorge, *Explicação dos Pássaros* (1981) de Lobo Antunes, *O Cais das Merendas* (1982) de Lídia Jorge, *Ora Esquardae* (1982) de Olga Gonçalves, *Cavaleiro Andante* (1983) de Almeida Faria, *Autópsia de um Mar de Ruínas* (1984) de João de Melo, *Auto dos Danados* (1985) de António Lobo Antunes e *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) de João de Melo, num simultâneo cruzamento dialógico com *Mon Oncle d'Amérique* de Alain Resnais (1980), *Underground – era um vez um país* de Emir Kusturica (1995) e *Le Fabuleux Destin d'Amélie Poulain* de Jean-Pierre Jeunet (2001), escolhidos pela sua contemporaneidade, estrutura de montagem interna e externa, ângulos de captação visual e abordagem metafórica da imagem.

O capítulo I (As Vozes) analisa a estrutura e a constituição pluridiscursiva das vozes narratológicas, no seu paralelismo com as vozes cinematográficas, e justifica, no estudo da articulação, multiplicidade, descontinuidade e fragmentação narratológica, a nítida presença de processos de montagem cinematográfica.

O capítulo II (As Imagens) explica o inevitável paralelismo entre a voz narratológica e a imagem cinematográfica, na construção do olhar e na captação do movimento, projectando câmaras subjectivas, enquadramentos e visões

panorâmicas, *travellings* e zooms narrativos e sucessões estruturadas de palavras e de planos cinematográficos.

O capítulo III (Entre Vozes e Imagens, era uma vez um país...) conjuga o confronto de vozes e de imagens romanescas e cinematográficas, na interrogação da imagem do Outro, e fundamenta a dualidade estética da Imagem, na construção identitária do documento romanesco e do documento fílmico.

Na inevitabilidade dialógica deste estudo, as conclusões parciais sustentam a tese de que a estrutura polifónica do romance português (1970-1990) se constrói, literariamente, na simbiose entre vozes romanescas e imagens cinematográficas, e confere à Imagem o poder máximo da existência intelectual e da criação estética.